





REFLEXÃO E RESSIGNIFICAÇÃO

Coordenadores da coleção:

Jales Mendonça
Nilson Jaime

Editor geral da coleção:

Nilson Jaime

Conselho editorial:

Ademir Luiz da Silva, *D.Sc.*
Aline Santana Lôbo, *M.Sc.*
Altair Sales Barbosa, *Ph.D.*
Antônio César Caldas Pinheiro, *D. Sc.*
Bento A. A. Jayme Fleury Curado, *D.Sc.*
Celene Cunha Monteiro A. Barreira, *D. Sc.*
Eguimar Felício Chaveiro, *D.Sc.*
Emílio Vieira das Neves, *M.Sc.*
Fernando Passos Cupertino de Barros, *D.Sc.*
Gilberto Mendonça Teles, *D.Sc.*
Goiandira de Fátima Ortiz de Camargo, *D.Sc.*
Heleno Godoy de Souza, *D.Sc.*
Horieste Gomes (Doutor *Honoris Causa*)
João Guilherme da Trindade Curado, *D.Sc.*
Lenora de Castro Barbo, *D.Sc.*
Maria de Fátima Gonçalves Lima, *D.Sc.*
Maria Teresinha Campos de Santana, *D.Sc.*
Marshal Gaioso Pinto, *Ph.D.*
Ricardo Júnior de Assis F. Gonçalves, *D.Sc.*
Sibeli Aparecida Viana, *D. Sc.*
Tânia Mara Quinta A. de Mendonça, *D.Sc.*
Tereza Caroline Lôbo, *D.Sc.*



GOIÁS **+300**
REFLEXÃO E RESSIGNIFICAÇÃO

História

VOLUME I

Organizadores
Eliézer Cardoso de Oliveira
Thalles Murilo Vaz Costa

GOIÂNIA | 2022

*A BERNARDO ÉLIS – nobre linhagem do Cacique Tibiriçá e Bartira
– cuja literatura libertária denunciou injustiças e tributou os
humildes vaqueiros, lavradores, ribeirinhos, homens, mulheres e
meninos sertanejos; negros, indígenas, mamelucos, cafuzos, e todos
os povos do Cerrado, não olvidando as pessoas com deficiência,
reconhecendo-lhes as necessidades e a razão.*

© Autoras e autores – 2022

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825,
de 20 de dezembro de 1907.

Comissão Técnica do Sistema Integrado de Bibliotecas Regionais (SIBRE),
Catalogação na Fonte



Coordenadores da coleção:

Jales Mendonça

Nilson Jaime

Editor-Geral: Nilson Jaime

VOLUME 1 – História

Organizadores:

Eliézer Cardoso de Oliveira | Thalles Murilo Vaz Costa

Autores:

| | |
|-------------------------------|---|
| Abílio Wolney Aires Neto | Maria do Espírito Santo Rosa C. Ribeiro |
| Cristiano Alencar Arrais | Marlene Castro Ossami de Moura |
| Éder Mendes de Paula | Nasr Fayad Chaul |
| Eliézer Cardoso de Oliveira | Nilson Jaime |
| F. Itami Campos | Poliene Soares dos Santos Bicalho |
| Fábio S. Santa Cruz | Robson R. Gomes Filho |
| Fernando Lobo Lemes | Sandro Dutra e Silva |
| Jales Mendonça | Sônia Maria de Magalhães |
| José Fábio da Silva | Thais Alves Marinho |
| Luciana Helena Alves da Silva | Thalles Murilo Vaz Costa |

Foto da capa: Rui Faquini

Projeto gráfico, capa e editoração: Adriana Almeida

Revisão: Fátima Toledo

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)

(Elaboração: Filipe Reis – CRB 1/3388)

H673 História / Eliézer Cardoso de Oliveira, Thalles Murilo Vaz Costa (Organizadores).
– Goiânia : [s.n.], 2022.
320 p. ; 16 x 23 cm. – (Goiás +300 : reflexão e ressignificação / Jales
Mendonça, Nilson Jaime ; v. 1)

ISBN

1. História de Goiás. 2. Geografia de Goiás. I. Oliveira, Eliézer Cardoso de.
II. Costa, Thalles Murilo Vaz. III. Série.

CDU: 94 (817.3)

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Apresentação | |
| GOIÁS+300, REFLEXÃO E RESSIGNIFICAÇÃO | 11 |
| <i>Nilson Jaime</i> | |
| <i>Jales Mendonça</i> | |
| Introdução | |
| A RESSIGNIFICAÇÃO HISTORIOGRÁFICA DOS 300 ANOS DA COLONIZAÇÃO GOIANA | 19 |
| <i>Eliézer Cardoso de Oliveira</i> | |
| <i>Thalles Murilo Vaz Costa</i> | |
| Capítulos | |
| 1 A HISTORIOGRAFIA GOIANA COMO TRANSGRESSÃO DA EXPERIÊNCIA: DA COMEMORAÇÃO À CONCILIAÇÃO | 27 |
| <i>Cristiano Alencar Arrais</i> | |
| 2 HABITAR, OCUPAR E POVOAR: OS PRIMEIROS HABITANTES E POVOADORES DE GOIÁS. | 45 |
| <i>Poliene Soares dos Santos Bicalho</i> | |

| | | |
|----|--|-----|
| 3 | HÁBITOS ALIMENTARES DOS TAPUIOS DO CARRETÃO: MUDANÇAS OU PERMANÊNCIAS..... | 57 |
| | <i>Marlene Castro Ossami de Moura</i> | |
| 4 | O BANDEIRISMO PAULISTA E A COLONIZAÇÃO MAMELUCA DE GOIÁS..... | 71 |
| | <i>Nilson Jaime</i> | |
| 5 | O BANDEIRANTE COMO CATEGORIA SIMBÓLICA NA COLONIZAÇÃO DE GOIÁS NO SÉCULO XX | 89 |
| | <i>Sandro Dutra e Silva</i> | |
| 6 | O CASARÃO DE FRONTEIRA: MARCO GEOPOLÍTICO PORTUGUÊS EM TERRAS ESPAÑHOLAS | 105 |
| | <i>Luciana Helena Alves da Silva</i> | |
| 7 | A CAPTURA DO TERRITÓRIO: INSTITUIÇÕES E POLÍTICA COLONIAL EM GOIÁS – DA INSTABILIDADE DOS ARRAIAIS À INVENÇÃO DE UMA NOVA SOCIEDADE (1721-1818) | 117 |
| | <i>Fernando Lobo Lemes</i> | |
| 8 | DISCURSOS SOBRE A DIÁSPORA AFRICANA EM GOIÁS | 131 |
| | <i>Thais Alves Marinho</i> | |
| 9 | CAPÍTULOS DA POLÍTICA IMPERIAL: FAMÍLIAS, ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO NA PROVÍNCIA DE GOIÁS (1822-1889) | 149 |
| | <i>Thalles Murilo Vaz Costa</i> | |
| 10 | OS DISCURSOS AUTONOMISTAS DO NORTE DE GOIÁS: ESTADO DO TOCANTINS..... | 163 |
| | <i>Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro</i> | |

| | | |
|----|--|-----|
| 11 | HISTÓRIA DE GOIÁS NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930) | 175 |
| | <i>Robson R. Gomes Filho</i> | |
| 12 | GOIÁS: CORONELISMO E MANDONISMO: A PRESENÇA DO 'CORONEL' NA POLÍTICA REGIONAL | 191 |
| | <i>F. Itami Campos</i> | |
| 13 | NA TRILHA DAS QUITANDEIRAS DE GOIÁS NO INÍCIO DO SÉCULO XX. | 209 |
| | <i>Sônia Maria de Magalhães</i> | |
| 14 | BATALHÕES DO NORTE GOIANO E O COMBATE À COLUNA PRESTES | 223 |
| | <i>Abílio Wolney Aires Neto</i> | |
| 15 | MUDANCISMO CONDICIONADO: CONSTRUIR SEM DESTRUIR. | 231 |
| | <i>Jales Guedes Coelho Mendonça</i> | |
| 16 | DOIS GOLPES, DUAS CONSEQUÊNCIAS: GOIÁS, DO ESTADO NOVO AO GOLPE DE 1964. | 241 |
| | <i>José Fábio da Silva</i> | |
| 17 | PARLAMENTARES DE GOIÁS (1821-1964) | 257 |
| | <i>Fábio S. Santa Cruz</i> | |
| 18 | UMA HISTÓRIA, DOIS SENTIDOS: DEPOSIÇÃO DE MAURO BORGES, DITADURA E PSIQUIATRIA. | 271 |
| | <i>Éder Mendes de Paula</i> | |
| 19 | CAMINHOS DE GOIÁS: A ENCRUZILHADA ENTRE A GOIANICE E A GOIANIDADE | 283 |
| | <i>Nasr Fayad Chaul</i> | |
| 20 | GOIÁS (1982-2022): DE ONDE VIEMOS, PARA ONDE VAMOS? | 297 |
| | <i>Eliézer Cardoso de Oliveira</i> | |

Apresentação

GOIÁS+300, REFLEXÃO E RESSIGNIFICAÇÃO

*Nilson Jaime¹
Jales Mendonça²*

Mitos de origem são histórias simbólicas, em que os povos buscam explicar suas cosmogonias, a origem de seu universo, das nações correlatas, das etnias, das pessoas, do mundo natural, da fauna, da flora, de sua cultura, de suas existências, enfim. Um dos mitos de origem mais associados ao Estado de Goiás é o do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, alcunhado *Anhanguera*, que se aventurou ao final do Século XVII na região onde, futuramente, se estabeleceriam Estados de Goiás e Tocantins, e o atual Distrito Federal.

O mito do europeu portentoso, trajando roupas, botas e chapéus de couro, utilizando-se do embuste de colocar fogo na aguardente, à guisa das águas dos rios, por certo não enganaria os povos originários deste território, acostumados a manejar o fogo e a viver das águas desde a antiguidade. Se ainda não havia no Planalto Central uma bebida destilada, dado que a cachaça teria sido preparada pela primeira vez no litoral da Terra de

-
- 1 Engenheiro agrônomo, mestre e doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), presidente da Sociedade Goiana de História da Agricultura (SGHA), coordenador e editor-geral do *Projeto GOIÁS +300*. E-mail: nilsongjaime@gmail.com
 - 2 Promotor de Justiça, mestre e doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) e coordenador do *Projeto GOIÁS +300*. E-mail: jalescoelhomonca@gmail.com

Santa Cruz, há pouco menos de dois séculos, daqueles dias, é certo que os indígenas sabiam produzir suas beberagens a partir de frutos fermentados, e reconheceriam o ardil do bandeirante através do aroma característico da aguardente. Sabe-se hoje que a artimanha de incendiar a cachaça não é originária do primeiro Anhanguera, mas do sertanista Francisco Pires Ribeiro, mais de meio século antes, em Minas Gerais, conforme informações de Pedro Taques de Almeida Paes Leme.

O Anhanguera é, portanto, um mito recheado de mitos: os bandeirantes paulistas não eram os portugueses ou espanhóis do imaginário popular, embora também presentes. As bandeiras e monções eram formadas, em sua maioria, por mamelucos, filhos, netos e bisnetos dos indígenas do Planalto de Piratininga. Acostumados, por isso, às agruras do sertão: feras, índios reativos, caminhos tortuosos, matas fechadas ou terrenos serpentínicos, enchentes e corredeiras de rios, insetos e doenças – tratadas com poções, unguentos e ervas aprendidas com suas avós autóctones. Os bandeirantes paulistas eram, em grande parte, descendentes do Cacique Tibiriçá – morubixaba dos Guaianazes do Planalto de Piratininga, onde se fundou a Vila de São Paulo, em 1554 – ou de seus irmãos, Caiuby e Piquerooby, também maiores de aldeias na “borda do campo” paulista.

O Cacique Tibiriçá era pai da índia Bartira, consorte do naufrago português João Ramalho, casal ancestral de grande parte dos mamelucos paulistas que fundariam dezenas de povoações nos atuais Estados de São Paulo (Santana de Parnaíba, Sorocaba e Itu, por exemplo), Minas Gerais (Vila Rica, depois Ouro Preto) e Goiás (Sant’Anna, depois Vila Boa e Cidade de Goiás), além de outros arraiais surgidos no rastro do bandeirismo e do ciclo da mineração, e que dariam origem às atuais cidades de Pirenópolis, Corumbá de Goiás, Pilar, Jaraguá, Niquelândia, Anicuns, Santa Cruz, Catalão e diversas outras em Goiás e Tocantins.

Mas a história de Goiás não começou há 300 anos, com a chegada do colonizador mameluco. Os povos originários habitam a região de Goiás, há pelo menos 13 mil anos³, e possuem os seus próprios mitos de origem, olvidados na atualidade pelo processo de imposição cultural do colonizador europeu, à guisa de “civilizar” os povos originários. Esses mitos de origem,

3 Nova datação segundo recalibragem do Método Carbono 14, pelo *Smithsonian Institution*, atualizando Barbosa (2022, p. 253).

orais, tais como o da mandioca, do guaraná e do pequi, por exemplo, serão abordados no livro *Povos Originários*, dentro do *Projeto GOIÁS +300*.

Longe, porém, de uma mera “superposição” cultural – conceituação de Ellis Jr. (1934)⁴ – dos mamelucos bandeirantes sobre os povos originários, a cultura goiana é resultado de um processo de “mistura”, ora pacífica, ora violenta e implacável, sobre os povos deste território. Na colonização mameluca e ibérica de Goiás, porém, os saberes indígenas (do homem ceratense original) e de negros – não obstante o apresamento e destruição a que foram submetidos – se impuseram fortemente, seja no vocabulário, como na culinária e nos topônimos de rios e cidades. Houve uma resistência cultural, que incorporou a Goiás substanciais elementos indígenas e afros. Corroborar essa constatação o fato de que o nome de 70 dos 246 municípios de Goiás, existentes presentemente, possuem alguma associação com a língua Tupi, ou com os povos originários. Esse legado é uma prova de resiliência cultural e resistência histórica desses povos e etnias.

Não existe nos Estados de Goiás ou Tocantins um rio Anhanguera (esse substantivo, um neologismo de etimologia Tupi), mas há Tocantins, Araguaia, Paranaíba, Capivari, Aporé, Anicuns, Crixás-Mirim, Crixás-Açu, Javaé e Paranã, todos topônimos de origem Tupi. Se existe em Goiânia uma Avenida Anhanguera, há, em contrapartida, as avenidas Goiás, Tocantins, Paranaíba e Araguaia, na capital goiana. Se há Televisão Anhanguera, uma universidade e um bairro com o nome desse bandeirante, há também a Faculdade Goyazes, a cidade de Goiânia e seus neologismos, como Goianira, Goianópolis, Goianésia; e o Estado se chama Goiás, plural do índio Goiá, que deu origem ao também Estado do Tocantins.

O Projeto GOIÁS +300

O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) – instituição que em 7 de outubro de 2022 completou 90 anos –, a incipiente Sociedade Goiana de História da Agricultura (SGHA) e o Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (ICEBE) conceberam o *Projeto GOIÁS +300 – Reflexão e Ressignificação*, que deverá se

4 ELLIS JR. Alfredo. *Populações paulistas*. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Brasileira, vol. 27, série 5. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934. 264 p.

estender do ano de 2022 até 2026. O que pretende o *Projeto GOIÁS +300*? Primeiramente, não se trata de uma “comemoração festiva”, antes, constitui um chamamento à reflexão e à ressignificação da história deste Estado, desde seus primórdios até à atualidade. Não há que se comemorar o início da colonização mameluca, já que os conflitos advindos do processo colonizador fundamentou-se no apresamento, no exílio e na escravidão dos povos originários deste território. Mas há que se registrar o impacto e o legado desse encontro/choque de culturas, além dos mamelucos paulistas e europeus, que, juntos, originaram o povo goiano do presente, incluindo os remanescentes indígenas, quilombolas e afro-americanos. Esses impactos incluem ainda a expansão territorial dos domínios de Portugal, para Oeste da Linha de Tordesilhas, e as consequências econômicas, ambientais e culturais que trouxeram para a região. O papel do historiador é trazer à luz os fatos históricos e deles tirar conclusões científicas, de modo a produzir sua ressignificação e prevenir males já identificados.

O *Projeto GOIÁS +300* não tem o viés negativo de comemorar o genocídio sabido dos povos originários no território goiano, nem a substituição da cultura dessas etnias, mas tampouco se acomodará em patrocinar o negacionismo raso, ou o mero revanchismo histórico. Antes, pretende chamar ao debate historiadores, geógrafos, geólogos, agrônomos, veterinários, biólogos, antropólogos, educadores, literatos, jornalistas, engenheiros, arquitetos, advogados, médicos, artistas, escritores e profissionais de todas as áreas do conhecimento, além de instituições representantes das comunidades indígenas e afrodescendentes, das mulheres e das minorias. O projeto não é um jubileu laudatório aos bandeirantes; antes, é um chamado à correção histórica, que visa à evidenciação de valores dos povos colonizados, de etnias diversas que habitavam o território do índio Goiá naqueles dias, muitas delas ainda resilientes em Goiás e no Tocantins.

Para os coordenadores do *Projeto GOIÁS +300*, retirar ou erigir monumentos de bronze não restituirá a pureza perdida, nem apagará a história vivida. Nossos ancestrais indígenas, africanos e mamelucos devem ser reverenciados pelo que nos legaram, toda vez que nos assentamos para uma fausta refeição com frutos e ingredientes silvícolas; quando esclarecemos aos nossos filhos que o peixe à mesa é piramutaba ou piraíba; quando bebemos suco de caju ou de pitanga; quando sorvemos o creme de açaí ou de cupuaçu; quando brindamos nosso paladar com o doce ploque da jabuticaba e nostalgia de infância; quando raspamos com os dentes a polpa de

pequi, evitando morder o caroço, por motivos dolorosos que aprendemos desde tenra idade; quando chegamos em casa e tiramos os sapatos para o reconfortante descarregar de íons da peleja cotidiana, e nos conectamos à mãe-Terra; quando nos entregamos ao relaxante banho diário que aprendemos com nossas eneavós, cunhãs de diversas tribos, conforme ensina Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*. Pesquisadores indígenas e quilombolas, além de estudiosos das questões autóctones, foram chamados a colaborar com este projeto e a publicarem suas cosmovisões, seus protestos e suas formas de resistência e vitórias.

GOIÁS +300 pretende ressignificar nossas origens ao som do afro-samba e do berimbau de Baden Powell, do potente violão e na religiosidade benguela de Dorival Caymmi; na goianidade no *Manakereki* de Wanda e Adalto; no *Araguaia* de Rinaldo Barra; nos *Frutos da Terra* de Genésio Tocantins e Hamilton Carneiro; na *Saudade Brejeira* do maestro José Eduardo e Nasr Chaul; na *Vila Operária* de Antônio Siqueira e Renato Castelo; no *Rio Vermelho* de Manoel Amorim; nas *Noites Goianas* dos Joaquins – o Bonifácio e o Santana –; na *Cantiga Boa* de Itamar Correia... nas Cavalhadas, nas folias de Reis e do Divino (*Nós Fiéis*) com Gustavo Veiga e Carlos Brandão; no Fogaréu; em *Goiás – sempre no coração* com João Caetano e Nasr Chaul; nas Congadas catalanas; nas serestas com Marcelo Barra, e no *Fado de Vila Boa*, de Pádua e Chaul; no *Pantanalto*, com Luiz Augusto e Mustafé, “até o Rio Coxim”, ou até *O outro lado da lua*, com Fernando Perillo e o historiador Chaul. Em todos esses sons, o violão onipresente e a guitarra de Luiz Chaffin, o baixo de Bororó, de Marcelo Maia, a bateria de Sérgio Pato e Moka; as vozes marcantes de Maria Eugênia, de Débora Di Sá, de Larissa Moura, de Cláudia Vieira, e todas as *Flores de Goiá*. Ressignificar Goiás do Fogaréu, das Pastorinhas, das catiras, das folias de Reis e do Divino; das bandas Euterpe, Phoenix e no *Concerto dos sapos*. Ressignificar Goiás nos atabaques e nos zabumbas, no pandeiro e no chocalho. No pequi e no quibebe de mandioca, herança das mães América e África no mesmo prato.

Metodologia

Iniciado no dia 1º de fevereiro de 2022, o Projeto GOIÁS +300 visa a publicação, até 2026, de 18 livros de história sobre os seguintes temas: *História; Geografia; Memória e Patrimônio; Literatura; Agricultura familiar e*

Agronegócio; Música; Povos Originários indígenas, quilombolas e formadores; Artes Visuais; Artes Cênicas; Direito e Justiça; Alimentação, Saúde e Medicina; Artesanato e Arte Popular; Educação e Cultura; A mulher e o empoderamento feminino; Cinema e audiovisual; O bandeirismo e os primeiros arraiais; A literatura dos viajantes; e Direito, posse, luta e propriedade da terra.

Na primeira fase do projeto, já em execução, estão sendo elaborados seis livros, com os respectivos organizadores: *História de Goiás* (Eliézer Cardoso Oliveira, da UEG, e Thalles Murilo Vaz Costa, da Seduc-Goiás); *Memória e Patrimônio em Goiás* (Lenora de Castro Barbo, do Icebe, e João Guilherme da Trindade Curado, da Seduc-Goiás); *Geografia de Goiás* (Eguimar Felício Chaveiro, do IESA/UFG, e Ricardo Júnior de Assis Fernandes Gonçalves, da UEG); *Literatura em Goiás* (Bento Araújo Alves Jayme Fleury Curado do Icebe; e Goiandira Ortiz de Camargo, da UFG; *Agricultura Familiar e Agronegócio* (Sandro Dutra e Silva, da UEG e UniEvangélica, e Nilson Jaime, do IHGG e SGHA); *Música* (Aline Santana Lôbo, da Seduc-Goiás, e Marshal Gaioso Pinto, do Instituto Federal de Goiás – IFT), todos a serem publicados em 2022 e 2023. A cada nova fase, serão acrescentados três novos títulos à coleção. Cada livro comportará dezenas de autores, com artigos, em linguagem acessível, sem se descuidar do rigor técnico quanto às fontes. As fotografias das capas são uma gentileza do fotógrafo Rui Faquini. A curadoria da coleção é do presidente do IHGG, Jales Mendonça, e de Nilson Jaime, da SGHA e do Icebe.

A *Coleção GOIÁS +300* contará com cerca de 400 autores das seguintes instituições: Academia Anapolina de Letras (Anale); Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (Aflag); Academia Goiana de Letras (AGL); Academia Goianiense de Letras (AGnL); Academia de Letras e Artes de Anicuns (ALAA); Academia Palmeirense de Letras, Artes, Música e Ciência (Aplamc); Academia Pirenopolina de Letras e Artes (Aplam); Associação Cultural, Literária e Educacional Mãos e Olhares Diferentes (Aclemod); Associação Goiana de Artes Visuais (Agav); Associação Goiana de Imprensa (AGI); Academia de Letras do Extremo Sul Goiano (Alesg); Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de Goiás (Aeago); Comissão Goiana de Folclore; Escola de Artes Basileu França; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-GO); Eco Academia de Teresópolis; Gabinete Literário; Instituto Altair Sales (IAS); Instituto Bariani Ortencio (Icebo); Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (Icebe); Instituto de Estudos Socioambientais

(IESA-UFG); Instituto Federal de Goiás (IFT); Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Jataí; Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG); Instituto Sicoob Unicentro Br; Museu Pedro Ludovico; Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB-GO); Orquestra Sinfônica de Goiânia (Osgo); Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO); Secretaria de Estado de Cultura de Goiás (Secult); Secretaria de Estado de Educação (Seduc); Secretaria Municipal de Cultura de Goiânia; Sindicato dos Advogados do Estado de Goiás (Saeg); Sociedade Goiana de História da Agricultura (SGHA); União Brasileira de Escritores (UBE-GO); União Literária Anapolina (ULA); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Estadual de Goiás (UEG); Universidade Evangélica de Goiás (UniEvangélica) e Universidade Federal de Goiás (UFG).

Além dos livros, o *Projeto GOIÁS + 300* realizou um Concerto, sob os auspícios da Orquestra Sinfônica de Goiás (Osgo), e planeja exposições de arte e fotografia, além de 30 colóquios temáticos, on-line ou presenciais, envolvendo cerca de 90 pesquisadores.

Este livro, *GOIÁS + 300: História*, traz 20 artigos de autores representativos de diversas linhas de pensamento da historiografia goiana, e que atuam em várias universidades ou institutos de pesquisa. O livro é organizado pelo professor Eliézer Cardoso de Oliveira, graduado em História, mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e docente efetivo do curso de História e do curso de Mestrado em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado, da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus de Anápolis; e pelo professor Thalles Murilo Vaz Costa, graduado em História, mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e docente da Secretaria de Estado de Educação de Goiás (Seduc-GO).

GOIÁS + 300 é um chamado à reflexão e à ressignificação, em que a sociedade goiana é desafiada a ensimesmar-se de suas origens indígenas, afro, mameluco-bandeirante, ibérica e europeia, apropriando-se dos elementos étnicos e antropológicos herdados dos Povos Originários e africanos, sem olvidar da compensação devida pelo enorme passivo social que Goiás tem com as populações autóctones e quilombolas que vivem neste Estado.

*Theodoro Braga,
O Anhanguera, óleo sobre
tela, 200 × 123,5 cm.*

Fonte: Acervo do Museu da USP.



Introdução

A RESSIGNIFICAÇÃO HISTORIOGRÁFICA DOS 300 ANOS DA COLONIZAÇÃO GOIANA

Eliézer Cardoso de Oliveira¹

Thalles Murilo Vaz Costa²

No acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo há um quadro de dimensões imponentes, pintado por Theodoro Braga em 1930. Percebe-se que o autor gastou muito tempo (e tinta) para produzir uma obra com a dimensão de um jogador de basquete, usando cores quentes e retratando várias figuras humanas. O quadro chamado *O Anhanguera* tematiza uma cena de veracidade histórica duvidosa, mas muito difundida pela memória histórica tradicional. Em destaque no centro, o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, com barba de Zeus, usando botas de canos longos e um gibão dourado, fortemente armado, ameaça colocar fogo nos rios e córregos, caso os indígenas não revelassem o local das minas auríferas. O fogo está bem no centro do quadro, entre os bandeirantes e os indígenas visivelmente aterrorizados.

Ao observador do século XXI, parecerá estranho esse charlatanismo de feira-livre transfigurar-se em mitologia histórica, ao ponto de se tornar tema de pintura erudita. Mas o tema bandeirante estava moda em São

1 Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professor efetivo do curso de História e do Programa em Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado, da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

2 Historiador, mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e doutorando em História na Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor na Seduc-GO.

Paulo. Dois anos antes, em 1928, Cassiano Ricardo (2003) havia publicado o poema *Martin Cererê*, exaltando “os violadores do sertão”, expressão que ele usa para se referir aos bandeirantes paulistas, uma espécie de raça cósmica que surgiu a partir da miscigenação entre brancos, negros e indígenas. Em 1942, os estudantes de Direito da Faculdade do Largo de São Francisco, liderados por Ulisses Guimarães, fazem uma “vaquinha” para presentear a cidade de Goiânia, que iria ser inaugurada em julho daquele ano. O presente escolhido foi uma estátua de Bartolomeu Bueno da Silva, em posição imponente, segurando um arcabuz numa mão e uma boteia na outra. É quase certo que o artista tinha o quadro de Theodoro Braga em mente, quando fez a escultura. O Monumento do Bandeirante, como é conhecido, foi colocado no cruzamento das avenidas Anhanguera e Goiás, tornando-se um dos símbolos mais conhecidos da cidade de Goiânia.

Cada tempo tem o seu espírito, já dizia os historiadores alemães no século XIX. E nem os historiadores – os mestres do enigma da temporalidade humana – conseguem escapar dele. Podemos até saber um pouco mais sobre o passado do que os nossos concidadãos, mas estamos também sujeitos às injunções ideológicas de nossa época. O filósofo Hans-Gadamer (1998, p. 425), um desses alemães argutos, resumiu isso numa frase lapidar: “não é a história que pertence a nós, mas nós que a ela pertencemos”. Nós sempre teremos uma visão lacunar do processo histórico e, por isso, devemos ser compreensivos com os erros de nossos antepassados.

Mas não precisamos aceitar as premissas deles. No horizonte hermenêutico que nós nos situamos é possível enxergar algumas coisas do passado com mais clareza e separar mito e história. No atual estágio da reflexão histórica, graças as contribuições de Hayden White, Paul Ricoeur, Jörn Rüsen, sabemos que o passado pode ser contado em múltiplas versões narrativas. Podemos reinterpretar o passado e dar-lhe um novo significado que atenda as demandas de sentido do nosso tempo.

Podemos, inclusive, dar um novo significado a narrativa do quadro de Theodoro Braga. Sabemos que os indígenas que habitavam a região conheciam bem o fogo, principalmente os Caiapós, cujo nome significa “aqueles que têm fogo nas mãos”, hábeis em lançar setas incendiárias sobre os seus inimigos. Sabemos que o cerrado convive há séculos numa simbiose com o fogo. Sabemos que o ouro não tinha valor monetário para os indígenas e, portanto, não haveria nenhum motivo especial para escondê-lo. Com isso em mente, podemos inferir que os indígenas não estavam assustados

com o truque barato do bandeirante. A expressão de terror em seus rostos indica algo mais profundo. Talvez, por uma pajelança que nos é desconhecida, eles tenham visto um vislumbre do futuro. E eles não gostaram do que viram. Eles experimentaram a mesma sensação terrificante do anjo da história de Walter Benjamin (1994, p. 226):

Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés.

Rios e córregos assoreados por causa dos garimpos ou enegrecidos pelos dejetos humanos. Incêndios florestais de grandes dimensões por causa do intruso capim braquiária que abalou a adaptação do cerrado ao fogo. Animais mortos. Pessoas mortas. Um amontoado de ruínas de uma cidade que foi contaminada pelo Césio 137, esse sim, um produto de feitiçaria de ponta, capaz de produzir um fogo que arde sem se ver. Tudo isso pode ter sido sentido pelos indígenas goyazes naquele momento. Não, eles não estavam com medo do Anhanguera; estavam com pena dele e de seus descendentes.

Há algo obscuro na narrativa do quadro de Theodoro Braga. Ela não mostra, por exemplo, que o bandeirante ficou impressionado com os indígenas, ao ponto de reconhecê-los, provavelmente inconscientemente, como os donos legítimos daquelas terras. O lugar foi denominado de Terra dos Goyazes e os outros colonizadores que vieram depois mantiveram a toponímia. Poderíamos ter sido um Estado com nome de santo, com nome de minas aurífera, com nome de vegetação ou paisagem. Mas somos um Estado com nome de tribo indígena e toda vez que esse nome é pronunciado, o vencedor capitula-se diante do vencido.

Esse exercício desconstrutivo de narrativas ilustra a premissa que guiou este livro. Aproveitou-se o mote simbólico da efeméride comemorativa para uma reflexão sobre a história de Goiás. Diferentes autores e autoras, de diferentes lugares institucionais, de diferentes origens sociais, de diferentes concepções teóricas. “Diferentes, mas juntos” como queria o filósofo francês Paul Ricoeur ao propor que o diálogo é a única alternativa que temos para não desembocarmos mais uma vez na violência destrutiva.

O primeiro capítulo do livro, “A historiografia goiana como transgressão da experiência: da comemoração à conciliação”, escrito por Cristiano

Alencar Arrais, é uma reflexão sobre as complexas relações entre memória e história, a partir de uma análise crítica do Monumento do Anhanguera, da Estátua Equestre de Pedro Ludovico e o Monumento a Todos Nós, todos os três localizados em Goiânia.

Os dois capítulos seguintes são sobre os indígenas. No texto “Habitar, ocupar e povoar: os primeiros habitantes e povoadores de Goiás”, Poliene Bicalho desconstrói a ideia de “descobrimento em 1722”, ao mostrar que o Cerrado já era ocupado e habitado há, no mínimo, uns dez milênios antes da nossa época. Junto com a autora, podemos imaginar quantas histórias magníficas se produziram nesse cenário e que se perderam na memória. Marlene Castro Moura, no texto “Hábitos alimentares dos Tapuios do carretão: mudanças ou permanências”, mostra que apesar do impacto avassalador da globalização, os indígenas Tapuios ainda mantêm sua identidade, uma identidade forjada a ferro, fogo e sangue, para usar um jargão clássico da história. Eles agora usam fogão a gás e panela de pressão, mas ainda se veem ligados uns aos outros por uma tradição compartilhada. Essa tradição foi forte o suficiente para aglutinar as mulheres num trabalho coletivo de produção de farinha de mandioca, reproduzindo em tempos modernos uma prática milenar.

No capítulo 4, “O bandeirismo paulista e a colonização mameluca de Goiás”, Nilson Jaime enfatiza que Goiás teve sua colonização perpetrada por mamelucos paulistas – filhos, netos, bisnetos e trinotos de cunhãs indígenas – contrariamente ao imaginário popular que situa o português como o elemento central do processo colonizatório dessa região.

No capítulo 5, intitulado “O bandeirante como categoria simbólica na colonização de Goiás no século XX”, Sandro Dutra e Silva demonstra que os bandeirantes constituíam-se um tipo social único, só comparável aos caçadores de pele do oeste dos Estados Unidos. A partir do conteúdo desse texto, indaga-se como esses verdadeiros traficantes de escravos do século XVIII se transmutaram em heróis da identidade nacional na Marcha para o Oeste do Estado Novo.

No capítulo 6, “O Casarão de Fronteira: marco geopolítico português em terras espanholas”, Luciana Helena Silva recupera o significado simbólico de uma construção arquitetônica do Arraial da Barra, que foi a primeira sede de poder português, possibilitando a ocupação institucional das terras espanholas a oeste da linha de Tordesilhas pelos portugueses. Infelizmente, esse antigo casarão colonial foi demolido, mas ainda constitui um marco da memória coletiva dos habitantes do antigo arraial.

Fernando Lobo Lemes, no capítulo 7, denominado “A captura do território: instituições e política colonial em Goiás – da instabilidade dos arraiais à invenção de uma nova sociedade (1721-1818)” analisa a “encruzilhada de história” que possibilitou moldar o aparato institucional que garantiu a governabilidade e o domínio português sobre o território goiano. O texto demonstra o quanto foi decisiva a instalação da Vila Boa, uma vila situada entre os impérios espanhol e português, para a expansão territorial portuguesa.

No capítulo 8, “Discursos sobre a diáspora africana em Goiás”, Thais Alves Marinho faz uma importante análise historiográfica, com a intuição de recuperar o protagonismo dos africanos e descendentes na história de Goiás que, com raras exceções, pouco aparecem nos livros de história. O texto recupera muitos personagens, desde mulheres que exerceram liderança política e religiosa, até artistas e intelectuais que foram admirados (e muitas vezes insultados) em sua época.

No capítulo 9, Thalles Murilo Vaz Costa propõe o ensaio intitulado “Capítulos da política imperial”, o qual interpreta a relação entre a história das greis goianas e a montagem do Estado nacional brasileiro. Articulando informações sobre casamentos, formação e cargos públicos ocupados, vislumbra-se um *modus operandi* da elite goiana nos tempos monárquicos e sua participação ativa nos assuntos imperiais, questionando o discurso do isolamento e da decadência.

No capítulo 10, Maria do Espírito Santo Cardoso expõe o artigo “Os discursos autonomistas do norte de Goiás”. A autora revisita três momentos distintos da trajetória do antigo norte goiano, mais precisamente as décadas de 1820, 1950 e 1980. A análise da historiadora concentra-se nas apropriações e reapropriações políticas da perspectiva autonomista, a qual foi esboçada ainda no cenário da independência brasileira e reelaborada até sua consolidação no projeto da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988).

No capítulo 11, o historiador Robson Gomes Filho faz uma síntese sobre a Primeira República em Goiás. A abordagem não se limita ao estudo do coronelismo e contempla temas como os movimentos religiosos, o papel e perfil dos intelectuais, a participação de mulheres na cena política estadual, entre outros temas que garantem originalidade ao texto.

No capítulo 12, Itami Campos subscreve o título “Goiás: coronelismo e mandonismo”. Fruto de longos estudos sobre a República Velha,

o pesquisador entrega em pequeno espaço um manancial de informações sobre a articulação dos políticos da Cidade de Goiás com os do interior, revelando as teias que uniam coronéis e oligarcas em torno de um projeto político aristocrático e excludente.

No capítulo 13, “Na trilha das quitandeiras de Goiás no início do século XX”, a historiadora Sônia Maria de Magalhães analisa a contribuição das mulheres na sociedade tradicional brasileira. O estudo tem como fonte os cadernos de receitas das famílias mineiras e goianas, os quais eram guardados e repassados de geração em geração. Além das técnicas de produção de bolos e quitutes, esse material funcionava como uma espécie de código de ética entre as mulheres de certas greis, moldando condutas e perpetuando tradições. Mais que simples apêndices dos homens, tais mulheres eram verdadeiras chefes de família.

No capítulo 14, o escritor Abílio Wolney traz o estudo sobre a resistência goiana à coluna Prestes, intitulado “Batalhões do Norte Goiano e o combate à coluna Prestes”. O conteúdo revela como foram organizados os “batalhões patrióticos” na porção norte do estado e de que forma estes grupos paramilitares contribuíram para dispersar as hostes tenentistas de Goiás.

No capítulo 15, o historiador Jales Guedes Coelho Mendonça apresenta ao público o texto “Mudancismo condicionado: construir sem destruir”. A ênfase do trabalho recai sobre a Cidade de Goiás, a grande prejudicada em todo o percurso de transferência da sede política para Goiânia. Desfazendo a antiga oposição entre mudancistas e antimudancistas, o autor resgata os personagens e os discursos dos centristas, os quais concordavam com a mudança, mas desejavam reparações à antiga capital.

No subtítulo 16, o pesquisador José Fábio Silva se debruça sobre o interregno goiano situado entre 1937 e 1964, assinando o título “Dois golpes, duas consequências”. As datas destacadas são marcos simbólicos de forte significado político regional. Na primeira, consolida-se a figura do interventor Pedro Ludovico Teixeira ante a ditadura estadonovista que se implantava. Na segunda, após o domínio por três décadas consecutivas, a derrocada do ludoviquismo vem com a deposição de seu filho e herdeiro, o então governador Mauro Borges, em novembro daquele ano. Uma ditadura reforçou e a outra derrubou a hegemonia.

No capítulo 17, Fábio Santiago Santa Cruz traça à luz de pesquisas históricas e biográficas o perfil de parlamentares goianos (1821-1964). Seu ponto de partida são as Cortes Constituintes portuguesas, que contaram

com a presença de Joaquim Teotônio Segurado. Adentra na história das instituições, como a Assembleia Legislativa provincial, a Câmara dos Deputados e o Senado imperial, iluminando trajetórias como a de André Augusto de Pádua Fleury, Afonso de Taunay, Silveira da Mota. Na Primeira República, destacam-se as figuras de José Leopoldo de Bulhões e Antônio Ramos Caiado, baluartes do coronelismo goiano. Ao sintetizar o histórico das constituintes republicanas no estado, o autor ainda retrata Domingos Vellasco e Alfredo Nasser, dois expoentes goianos da política nacional ofuscados pelo predomínio da memória ludoviquista.

No capítulo 18, o historiador Éder Mendes de Paula subscreve o artigo “Uma história, dois sentidos: deposição de Mauro Borges, ditadura e psiquiatria”. Resultado de pesquisas acadêmicas, o texto desnuda os vínculos entre a institucionalização do saber médico-psiquiátrico e a perseguição ao comunismo, tomando como exemplo o caso dos estrangeiros radicados em Goiás, sobretudo Pawel Gutko. Mesmo considerado louco, os depoimentos deste polonês serviram como fundamento para a derrubada de Mauro Borges, acusado de praticar atividades subversivas.

No capítulo 19, o historiador Nasr Fayad Chaul publica o texto “Caminhos de Goiás: a encruzilhada entre a goianice e goianidade. Por meio destas duas últimas palavras, o escritor reflete sobre a identidade goiana ao longo do processo histórico de construção da região, iniciado no XVIII. A goianice era o termo que expressava certa época do passado oitocentista, quando Goiás era conhecido por burgo podre e decadente. No século XX, a goianidade emerge como conceito identitário oposto ao anterior, época em que Goiás acerta as contas com a modernidade e se desfaz de antigos estigmas.

Por fim, o livro se encerra com o ensaio “Goiás (1982-2022): de onde viemos, para onde vamos?”, do pesquisador Eliézer Cardoso de Oliveira. A análise de eventos como o significado do acidente com o césio 137 se mistura com a de acontecimentos como a morte da cantora Marília Mendonça, ícone do ambiente artístico e protagonista no espaço patriarcal da música sertaneja. Fazendo história do tempo presente, o autor adentra em pontos sensíveis da política contemporânea e advoga por um estado mais aberto, dinâmico, plural e democrático. Os organizadores agradecem aos coordenadores do Projeto GOIÁS +300 e a todos os autores e autoras que participam deste livro.

Referências

BENJAMIN, Walter. “Sobre o Conceito de História”. In. Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. . Vol. 1 São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-232.

GADAMER, Hans-Georg. Verdade e Método. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

RICARDO, Cassiano. Martin Cererê. São Paulo: José Olympio, 2003.

Capítulo 1

A HISTORIOGRAFIA GOIANA COMO TRANSGRESSÃO DA EXPERIÊNCIA

Da comemoração à conciliação

Cristiano Alencar Arrais¹

As efemérides, entre a memória e a história

As efemérides são matéria, por excelência, da reflexão sobre o tempo. Ao condicionar “o que é próprio de um dia” – *ephemeros* – a um exercício de rememoração coletiva, esse termo se propõe a ordenar as categorias experiência, atenção e projeção com base num artifício retórico que impõe uma simultaneidade ontológica entre “o que foi”, “o que somos” e “o que queremos ser”. Não se trata de associar o conceito de efeméride a uma concepção cíclica de tempo, mas aos projetos de memória que comportam o sentido atribuído a uma determinada experiência histórica, fixada como memorável. Assim, cunhado *no* presente e *para* o presente, o ato comemorativo inerente à efeméride implica, conforme lembrou Helenice Silva (2002, p. 431-432), num tipo de empenho político no intuito de reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, de realizar um procedimento de sacralização de valores e ideias de uma comunidade.

1 Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Associado de Teoria da História da Universidade Federal de Goiás (UFG). Bolsista Produtividade do CNPq.

Por outro lado, as efemérides ensejam a emergência de projetos identitários que contestam esse movimento de sacralização do passado, de exortação de memórias subalternizadas, e de proposição de narrativas distintas aos projetos memorialísticos oficiais e aos cultos identitários normativos. São ocasiões, por excelência, para a proposição de projetos historiográficos capazes de produzir um efeito de renovação no modo como a experiência coletiva é representada no presente. Elas oportunizam retomar a difícil relação estabelecida entre memória e história, interrogando sobre as possibilidades de superação de nossas tradicionais formas de representação do mundo.

A historiografia sobre a memória é profícua em ressaltar os limites e, em alguns casos, estabelecer uma oposição entre os dois termos (HAWBACHS, 1990, NORA, 1984). O memorialismo, por definição, caracteriza-se por uma pretensão de continuidade temporal, ambiciona a “veracidade” de suas reconstituições, mas, ao mesmo tempo, apresenta-se fragmentado, condicionado pelos laços afetivos, e socialmente permeável ao conceito de tradição. O caráter eminentemente seletivo do memorialismo produziu um abuso recorrente da memória, de tal sorte que, por décadas, os historiadores e historiadoras se impuseram a tarefa de se libertar da tutela das lembranças em seus processos reconstitutivos (FEBVRE, 1989; PROST, 2008). Mais recentemente, observou-se uma alteração nessa relação. Os historiadores foram desafiados a lidar, concomitantemente, com uma constante ontológica – o esquecimento e a perda geracional como condicionante fático que impõe um dever de memória aos vivos – e de outro, com o avanço de posturas hipercríticas, relativistas e revisionistas sobre um passado esvaizado de testemunho.

A esses dois desafios, a historiografia tem respondido com o afastamento cada vez maior das concepções antiquárias e monumentais da história – marcadas por ideias como reverência e miopia historiográfica ou, então, exemplaridade e fanatismo emocional (NIETZSCHE, 1987). Imersa nesse movimento de renovação historiográfica, Helenice Silva advertia que o ato comemorativo implica um processo de seleção da memória coletiva que, por definição, exclui ao mesmo tempo em que elege o que comemorar. Como eventos mormente associados às feridas coletivas, aos abusos e à instrumentalização da memória, as grandes datas comemorativas são caracterizadas tanto pelas glórias – a conquista do sertão – quanto pela humilhação – a violência contra as populações ancestrais:

A esse propósito, as comemorações nacionais oferecem exemplos pertinentes, uma vez que elas são objeto de interesses em jogo (políticos, ideológicos, éticos etc.). O uso perverso da seleção da memória coletiva encontra-se, portanto, nesse processo de “rememoração” social, cuja função é justamente a de impedir o próprio esquecimento. Apagam-se da lembrança as situações constrangedoras (por exemplo, nos “500 anos do Brasil”, os massacres indígenas, a escravidão negra, as violências na história), e privilegiam-se os mitos fundadores e as utopias nacionais (o “paraíso tropical” e o “país do futuro”). (SILVA, 2002, p. 432).

Mesmo historiadores experientes podem ser seduzidos pela força mobilizadora do processo de monumentalização do passado. Quanta surpresa não foi expressa por Pierre Nora quando, ao final do último volume de seu *Lieux de mémoire*, reconheceu a capitulação da história diante da memória: “O destino desse Les Lieux de Mémoire tem sido estranho. O livro pretendeu, em virtude da sua concepção, método e até o título, ser um tipo de história contra comemorativa, mas ele foi contaminado pela comemoração” (NORA, 1984, p. 609). Uma capitulação perigosa: seu viés eminentemente retórico dos lugares de memória obliterou os “não lugares” da história nacional, os temas incômodos, os apagamentos e os recalques coletivos (GONÇALVES, 2012).

De fato, nas efemérides encontramos um espaço privilegiado para a construção de apelos regressivos a uma idade de ouro, a um “antes do agora”, um tempo absoluto, impreciso e idealizado na forma de um paraíso perdido, de uma natureza imaculada e habitada por homens com contornos de virtudes que remetiam ao equilíbrio com a ordem natural. No primeiro número da revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, por exemplo, Colemar Natal, envolvido pelo entusiasmo da comemoração pela fundação do periódico do Instituto, declarava que:

A epopeia da descoberta de Goiaz é uma dessas que enobrecem a raça, aos filhos de Piratininga, na audácia das suas Bandeiras, no ardor de um Brasil grande e melhor, na confiança em fé daqueles que, suportando todas as augúrias e agonias, os olhos fitaram num futuro longínquo, futuro que dia a dia se vai descortinando banhado de luz. O sangue paulista dos bandeirantes, na luta com o deserto e os selvícolas, ainda corre, quente, com intensidade nas veias dos goianos, e, irmanados, têm a mesma cor vermelha

que fez vibrar os audazes e relembrar com orgulho os patriarcas de outr´ora na declaração de nossa independência. (REVISTA DO IHGG, 1940, p. 05).

Mais importante que a dimensão nostálgica do escrito de Colemar Natal ´e a proposição de que existiria um conjunto de valores atávicos e manifestos no presente, definidores da identidade regional. A servilidade sociocultural, que tem numa idade heroica bandeirante uma origem *que explica*, ´e acatada e comemorada pelo autor. Essa indicação, como sabemos, era recorrente não apenas dentro do IHGG, mas também num conjunto de referências culturais, expressas tanto na *Revista Oeste*, nos vitrais do Palácio das Esmeraldas e no brasão oficial do Estado. Também no Monumento aos Bandeirantes: “Aos GOYANOS, nobre estirpe dos BANDEIRANTES” ´e a frase que se encontra gravada nesse personagem idealizado, atualmente espremido num corredor de transporte coletivo em Goiânia.

Esse mito de origem se tornou uma armadilha política que condicionou a sociedade goiana a uma rede de hierarquias que ainda hoje submete nossa compreensão do passado e, por conseguinte, do presente. Por um lado, ele evoca um autoengano ´etnico que ignora que a sociedade goiana era especialmente formada por negros, indígenas e poucos brancos. Por outro lado, submete a autonomia e riqueza da experiência regional a uma matriz explicativa altamente conservadora, criando assim uma dependência de origem. Em outras palavras, insiste assim em retornar às pretensas heranças familiares nobiliárquicas – paulistas e portuguesas – que, vez por outra, incorporam alguma ancestral – sempre mulher –, “pega a laço”, em suas genealogias.

Esse tipo de abordagem, panegrica, laudatória e burlesca, implicava num condicionamento de pensamento, cuja orientação existencial estava voltada para a definição do si-mesmo como um prolongamento do “Outro”. Essa versão satelite da ancestralidade bandeirante tornou-se, inclusive, um arquétipo para uma elite intelectual que ainda forjava seu *habitus* de classe. Ao mesmo tempo, ´e preciso admitir, dificilmente prosperaria, no entendimento dos fundadores do IHGG, uma fórmula identitária alternativa, não-portuguesa-paulista-branca. A nobiliarquia era ainda um padrão retórico consistente e usual entre os membros fundadores do Instituto. Ademais, era facilitado pela adesão do IHGG  mitologia política construída em torno de Pedro Ludovico Teixeira, como expresso em trabalhos de Câmara (1979) e Asmar (1989), por exemplo.

Mas se as comemorações são momentos privilegiados para delimitar e reafirmar os valores que são julgados essenciais para a produção de coesão social – “o que somos?” –, elas também podem funcionar como impulsionadoras de nossas expectativas sobre o porvir – “o que queremos?”. Se comemorar significa rememorar juntos, onde nos localizamos, no espaço cultural delineado entre o Monumento ao Bandeirante, a Estátua Equestre de Pedro Ludovico Teixeira e o Monumento a Todos Nós?

Uma leitura da memória e história de Goiás a partir de três monumentos

A recente oposição à permanência do Monumento ao Bandeirante, no centro de Goiânia, é um indício significativo do processo de alteração da sensibilidade social e política coletiva em torno da memória coletiva da região. Ela faz parte de um movimento mais amplo, associado a demandas que reivindicam legitimidade e reconhecimento a uma experiência histórica que é geralmente olvidada pela memória histórica oficial. Trata-se de uma reivindicação contra o modo como essa memória coletiva foi forjada e materializada numa representação do passado cuja linguagem e estética não dialogam mais com o presente. Não se trata de uma questão de justificação histórica, como desejam aqueles que propõem a retirada do Monumento, ou de imputação de anacronismo da obra, em resposta à expectativa de autenticidade do passado a que os monumentos fazem referência. A ereção de monumentos – ou sua contestação – expressa o movimento contínuo e histórico de apropriação do passado por partes de distintos estratos da sociedade. E, nesse caso, trata-se de um indício de alteração no horizonte de expectativa dessa comunidade e, por conseguinte, de uma luta pelo reconhecimento de lugares sociais emergentes, que reivindicam visibilidade.

A ênfase dada à categoria expectativa não é aleatória. Na medida em que a escrita da história evoca algum tipo de enraizamento social que justifica os distintos compromissos assumidos, proponho que o passado seja compreendido como um campo de disputas e que os historiadores não têm e não desejam qualquer tipo de exclusividade nessa arena. O passado é sempre suscetível de uso político, conforme alertaram Hartog & Revel (2001). Narrativas de fundação, apologéticas, de legitimação, ou

de origem, enfim, compõem um espectro de modulações historiográficas que não podem ser traduzidas apenas sob a alcunha de manipulação ou falseamento do passado ou uma consequência da democratização do acesso à informação. A permeabilidade social do passado o torna um patrimônio compartilhado – e é assim que deve permanecer. Não nos esqueçamos: só deseja um passado cativo quem se promete uma verdade dogmatizada.

Por isso, importa defender a historiografia como o lugar de transgressão da experiência, a fim de fortalecer as expectativas que a comunidade projeta sobre seu futuro. Importa realizar um processo de conciliação com a experiência coletiva, transformando os *fantasmas* em *antepassados* (RUSEN, 2011). Daí porque contrapomos o oficialismo e o personalismo da Estátua Equestre de Pedro Ludovico e do Monumento ao Bandeirante ao Monumento a Todos Nós, de Siron Franco, instalado em 2015 na Praça Cívica, composto por grandes placas de aço inoxidável e moldes de personagens karajá, que espelham quem o observa, bem como o movimento da cidade.

O confronto entre esses três monumentos suscita questões que só podem ser respondidas com base no reconhecimento que partilhamos, no presente, expectativas com aqueles que vierem depois de nós: se a história é o lugar de transgressão da experiência, conseguimos nós, seres do presente, cumprir nossos compromissos com o futuro?

O Monumento a Todos Nós expressa uma nova linguagem, mas também uma nova expectativa de compromissos da sociedade goiana com o seu passado – e com o seu futuro. Ele propõe incorporar ao “Eu” coletivo, eventos e personagens inviabilizados pelas narrativas tradicionais. Mas vai além: diferentemente de uma estátua equestre ou de um herói erigido num pedestal, ele se permite ser apropriado pelos observadores, torná-los partícipes da história. Oportuniza, enfim, o processo de empatia e reconhecimento do “Si” no “Eu” coletivo.

Movimento semelhante legitima as intenções do Projeto GOIÁS + 300, segundo a opinião de uma de suas integrantes:

“A reflexão levará à ressignificação, em que os goianos se apropriem dos valores herdados de seus ancestrais indígenas, afro, mameluco-paulista e portugueses, além de outros povos que se juntaram àqueles para a formação do grande território multicultural que se chama Goiás” – observa uma das organizadoras do projeto GOIÁS + 300. (LÔBO, 2022).

Figura 1 – Monumento ao Bandeirante e a Estátua Equestre de Pedro Ludovico, ambos localizados em Goiânia-GO. Os dois monumentos comemoram um passado idealizado e reproduzem os esquemas explicativos da memória histórica regional, marcada pelo personalismo e por uma retórica laudatória e elitista



Fonte: Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/>

Figura 2 – Monumento a Todos Nós, localizado na Praça Cívica, em Goiânia. Ele constitui uma concepção de história que se apropria e é apropriada pelo “Eu” coletivo



Fonte: Disponível em: <https://www.aredacao.com.br/colunas/153999/como-um-espelho-monumento-reflete-passado-presente-e-futuro-de-goiania>

Esse movimento eminentemente historiográfico orienta o processo de reconstrução do passado com base em razões comunicativas, não em emoções minimalistas. Além disso, encontra sua força em noções como alteridade e polifonia cultural, mas também na responsabilidade com o passado e com o futuro. A alternativa contrária a essa estratégia de conciliação, sabemos bem, é o fortalecimento de identidades doentias, seja em suas versões mais sofisticadas – como no caso do material audiovisual produzido pelo site *Brasil Paralelo* – ou em suas versões mais brutais e perversas – como nas declarações neonazistas do ex-secretário nacional de Cultura Roberto Alvim, em 2020.

Essa orientação existencial direcionada ao futuro tem como base a ampliação da concepção de história entendida como conhecimento que extrapola a esfera acadêmica e avança sobre a dimensão pública. Ela questiona que tipo de história somos capazes de construir quando nos propomos a conciliar de modo propositivo nossas expectativas com a experiência historiográfica já realizada. Implica defender o significado presentista que envolve qualquer projeto de reconstrução da experiência coletiva. Por conseguinte, reivindica uma dimensão pragmática para os estudos históricos – a centralidade da discussão sobre o modo como as representações do passado são postas em uso, são cognitivamente incorporadas à cultura histórica e são mobilizadas em nossa comunicação com o mundo.

As desconstruções da memória pela historiografia goiana recente

Os contornos desse tipo de preocupação com o presente foram enunciados em ao menos dois artigos de Luis Palacín. Em *A ausência do índio na memória goiana* (1992) e *Os homens pardos à procura de cidadania* (1995), o autor se dedica a refletir sobre o processo de construção da memória histórica em Goiás com base na hipótese de que o quadro de anomia social encontrado no século XIX estava vinculado à ausência de continuidade da memória coletiva do século anterior. Fixada à terra pelo peso da servidão e da pobreza, a população de Goiás era composta majoritariamente por escravos, forros e pardos, todos reféns da estrutura econômica que se impunha aos indivíduos: “Náufragos da liberdade em terras de Goiás, não podiam sentir-se solidários com seu destino” – conclui o jesuíta historiador.

Esse condicionamento social explicaria, então, como a ausência é uma marca da memória histórica goiana no que se refere aos registros sobre os indígenas – objeto de violência e psicose coletiva – e os homens pardos – objeto de desconfiança dos pouco menos de sete mil “brancos”, numa população que contava com mais de cinquenta mil habitantes (OLIVEIRA, 2016). Essa ausência de memória explicaria também uma situação presente, que tornava tão difícil à cultura histórica incorporar de forma propositiva indígenas e negros à memória coletiva e à sociedade goiana.

A situação descrita por Palacín sofreu forte alteração nas últimas décadas. A imaginação historiográfica contemporânea reposicionou o papel de diversos agentes históricos ao longo das últimas décadas. Por exemplo, no século XVIII, num mundo econômico onde termos como “riqueza” e “prestígio” recobriam espectros sociais distintos, mineiros, roceiros, comerciantes, oficiais e escravizados compunham um mosaico de agentes e dinâmicas materiais que ajudam a questionar as versões mais simplificadoras dessa representação do passado, que reduzia a economia goiana à imagem da mineração. Igualmente reveladora é a percepção sobre a forma como o Estado se tornou, desde o início do século XX, o agente fomentador da economia goiana, por meio da dotação de infraestrutura no território, a concessão de crédito para grandes empreendimentos empresariais e a especialização produtiva que levou, ao mesmo tempo, à implementação de grandes projetos agroindustriais e à concentração fundiária (ARRAIS, OLIVEIRA & ARRAYS, 2014; ARRAYS, OLIVEIRA & LEMES, 2017).

No caso do indígena, também, os historiadores e historiadoras se afastaram do mito de origem, avançando para além dos marcos da sociedade colonial. Reencontraram no século XVIII uma trama de relações políticas e sociais que não pode ser restrita às interpretações que tornam o indígena uma mera vítima da sociedade colonial. Certamente, nessa história de violências, são constantes os relatos sobre conflitos, indicando que essas populações empreenderam uma luta constante, mas desigual, contra os colonizadores que persistiam em seus territórios. Nesse ambiente, diversas estratégias de luta são documentadas. O aprendizado de técnicas e costumes dos invasores (o uso de armas de fogo e a associação com escravizados), a identificação dos pontos frágeis das comunidades coloniais (o assalto aos caminhos e fazendas), a celebração de acordos (as reduções, a associação de grupos de indígenas a sertanistas para “defenestrar” regiões, a assimilação cultural), as experiências de ajustamento social (a presença

dos *língua* e dos *pedestres*). Também motins e rebeliões nos aldeamentos, bem como casos de suicídio e a opção pelo isolamento. Diversos trabalhos sobre as dezenas de povos indígenas que ocuparam e ocupam o atual território goiano foram realizados nos últimos anos, tanto em relação aos domínios dos séculos XVIII e XIX, quanto, mais recentemente, em relação aos massacres de indígenas, como ocorreu com os últimos grupos isolados dos *Áwa*, na década de 1970 (DIAS, 2017; ARAÚJO, 2019; SILVA, 2019; NASCIMENTO, 2019).

Por outro lado, personalidades e períodos mitificados pela historiografia do século XX foram desconstruídos. O exemplo mais evidente desse processo de desconstrução é o de Pedro Ludovico Teixeira. Não é incomum a observação de que a história política do século XX sempre esteve à sombra do patrono do IHGG. Desde que assumiu o comando do Estado de Goiás, em 1930, sua imagem foi construída pelos círculos políticos próximos ao governo do Estado da mesma maneira como Getúlio Vargas procedeu em relação à sua imagem pública. O culto à figura do líder regional ganhou a forma de um paradigma inquestionável ao ponto de estabelecer uma dependência entre o conceito de modernização e as ações desse líder político (MACHADO, 1990). Ao menos até a década de 2000, a historiografia sobre Goiás apresentava uma quase unanimidade sobre o tema, em que pese um conjunto probatório formado por memorialistas, periódicos e acervos particulares que indicava as contradições desse discurso laudatório (LIMA, 1947; ROSA, 1974, 1980; QUEIROZ, 1990).

Foram esses vestígios que conduziram uma leva de pesquisadores à reavaliação da revolução de 1930 e, no limite, de toda a política do século XX. É o caso do trabalho realizado por Lena Castello Branco (2009), que desenvolveu uma pesquisa robusta sobre a trajetória da família Caiado. Também, os trabalhos realizados por Jales Mendonça (2008, 2012) sobre o processo de mudança da capital e a movimentação política na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Já a tese de Rildo Souza (2015) se concentrou exatamente no processo de mitificação do ex-governador, sua consagração na memória coletiva (com nomes de ruas, monumentos, estátuas e museus). Todos esses trabalhos, além de recuperar um rico campo de experiência política do século XX, fizeram justiça ao próprio Pedro Ludovico, na medida em que o retiraram do campo do mito e o reestabeleceram em seu lugar de fato, no mundo dos homens e mulheres, na história (ARRAIS, 2012). O mesmo movimento foi realizado pela historiografia da cidade

de Goiânia. Superada a fase apologética (MONTEIRO, 1938; COSTA, 1942; SABINO JÚNIOR, 1980), a historiografia sobre o processo de construção da nova capital se desenvolveu no sentido de demonstrar as ambivalências que se escondem na caracterização de cidade moderna. É o caso do trabalho de Oliveira (1999), que se afasta de uma história de estilos e concepções urbanísticas para enfatizar temporalidades distintas no desenvolvimento da cidade, o processo de segregação espacial, bem como o conjunto de referências que compõem o mosaico de culturas que prosperam na capital do Estado de Goiás.

Na historiografia goiana, apenas o tema da decadência é comparável à mitificação política de Pedro Ludovico. Foi Palacín quem elaborou esse conceito a partir da defesa de que o “desenvolvimento atabalhado de Goiás e a fugacidade de seu momento de prosperidade não deram tempo a uma verdadeira cultura em nenhum dos campos” (PALACÍN, 1976, p. 195). A decadência, segundo essa perspectiva, poderia ser observada em três dimensões organicamente relacionadas (sociogeográfica, crise do trabalho e derrotismo moral), espalhando-se pelo século XIX.

Ora, embora esse termo encontre coerência nas fontes pesquisadas pelo jesuíta, é importante ressaltar que a escrita de Palacín é devedora da mitificação da revolução de 1930, essa “renovação radical” que teria promovido a superação da decadência. Trata-se, evidentemente, de um julgamento político ainda construído à sombra da memória de Pedro Ludovico e convertido num pressuposto historiográfico que também é encontrado no influente *Coronelismo em Goiás*, de Itami Campos, desdobrado no termo atraso como categoria explicativa da dinâmica política da Primeira República.

Essas duas chaves de leitura, ainda hoje fortemente estabelecidas nos estudos históricos, tornaram-se o objeto a partir do qual Nasr Chaul investiu sua atenção desde o final da década de 1990. Sua tese de doutorado, *Caminhos de Goiás, da construção da decadência aos limites da modernidade*, por um lado, inverteu o paradigma da decadência, ao realizar um refinado processo de desconstrução das fontes históricas utilizadas pelos seus defensores. Especialmente no que se refere aos viajantes estrangeiros e aos relatórios dos presidentes da Província, Chaul indicou como seus discursos construíram uma imagem de Goiás com base num julgamento de valor limitado e eurocêntrico. Quanto ao conceito de atraso, é refutado em razão de sua tese ser eminentemente dualista – a explicação com base em duas classes opostas, os pecuaristas, defensores da manutenção do atraso, e os agricultores, defensores

do desenvolvimento – e de uma tradição sociológica de viés desenvolvimentista, que enfatiza os elementos endógenos da cultura política local como entraves à evolução econômica da região. De fato, um exame detido sobre os pressupostos da sociologia histórica da década de 60 e 70 indica que termos como “dependência”, “periferia” e “atraso” estão fortemente associados a uma orientação teórica marcada por essa ideologia do progresso. O atraso – e sua face política, o coronelismo – tornou-se o único modo imaginável (e, portanto, o único modo possível de sua existência) de conceber a experiência sociopolítica da Primeira República em Goiás.

O trabalho de Nasr Chaul também foi importante por dar novo ânimo ao movimento de ampliação da acessibilidade à documentação histórica sobre Goiás. Nesse ponto, a ação de Paulo Bertran (1996) deve ser também ressaltada, especialmente com a Notícia Geral da Capitania de Goiás. Não se trata aqui apenas da publicação de um documento até então pouco acessível ao público, mas de um trabalho intenso de pesquisa em arquivos, em trabalhos de campo e de reconstrução da cultura colonial que gestou a produção desse conjunto de documentos. A digitalização do acervo do período colonial existente no Arquivo Histórico Estadual, a publicação de conjuntos fotográficos do período da construção de Goiânia, as reedições de escritos sobre a província de Goiás e a digitalização do acervo do IHGG são apenas algumas das iniciativas que fizeram ampliar as condições de democratização de acesso às fontes da história de Goiás. O trabalho de Yuri Godinho (2013) é, em meu ponto de vista, o melhor exemplo de quão frutífero para a compreensão do passado pode ser o processo de expansão das fontes. A reunião entre material iconográfico e uma abordagem livre das mitologias políticas propiciou compreender as contradições da construção de uma cidade-capital no sertão. Outro exemplo de expansão das possibilidades temáticas é o sensível trabalho executado por Leicy Silva (2013), sobre a história da Colônia Santa Marta e trabalho de Éder de Paula (2016) sobre o tema da loucura e do louco infrator.

É preciso destacar também a vasta produção dos Programas de Pós-Graduação em Goiás, como o Mestrado e Doutorado em História, da Universidade Federal de Goiás; o Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás; o Mestrado em História da Universidade Estadual de Goiás; o Mestrado em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado, também da Universidade Estadual de Goiás. Juntos, eles já produziram centenas de trabalhos sobre a história e cultura goiana, que apontam

para um processo de renovação temática que não se deixa resumir na oposição entre moderno e tradicional, urbano e agrário ou do conceito de progresso como critério metanarrativo que organiza a memória histórica de Goiás (ARRAIS, BENTO & NETO, 2022).

O exame do movimento realizado pela historiografia goiana evidencia um processo de evolução da escrita da história, da sua linguagem, mas também do repertório de problemas e de sua capacidade de refinar sua estrutura conceitual. No interior desse movimento, o próprio estatuto do termo região foi motivo de investimento crítico por parte de um dos mais importantes nomes da historiografia goiana das últimas décadas, Noé Freire Sandes. Trilhando o caminho já aberto por Chaul e Bertran, Noé construiu uma trajetória interpretativa original, sempre instigadora sobre a relação que o conceito de região constrói com a representação do passado. Noé Sandes foi sagaz ao contrapor à concepção de memória – e de escrita da história – proposta pela tradição oriunda do IHGG, um modelo explicativo para a história de Goiás que implicava numa relação ambígua com o passado, no século XIX. Tratava-se, assim, de fugir dos esquemas interpretativos simplificadores que tornaram a ideia de uma escrita da nação uma espécie de molde a partir do qual toda a experiência local estava submetida. Seus estudos vislumbraram a riqueza da experiência local, marcada por uma consciência histórica que solicitava a presença da nação para construir a região, mas também marcada pela negatização do período colonial e pela adoção de um critério moral para julgar o passado. Do mesmo modo, ressaltou a emergência de uma nova temporalidade em Goiás, expressa nos diversos escritos sobre a história de Goiás no século XX, mesmo que ainda em constante negociação com os tradicionais espaços memoriais e com as distintas clivagens políticas (SANDES & ARRAIS, 2013, 2014).

Importa ressaltar, a título de conclusão, que os indicadores de abertura à formulação de novos problemas ao passado aqui apresentados não se restringem apenas à promoção de uma nova visão sobre a experiência. Para além de uma proposta de ressignificação dos fundamentos culturais de uma comunidade, pensamos que uma historiografia que proponha realizar uma efetiva conciliação com o passado deveria se comprometer com os valores que defende, colocando-os a serviço da vida, a serviço do futuro. De forma pragmática, basta denunciar a violência a que foram submetidos os escravizados no período colonial, quando são fartas as denúncias de violências contra populações tradicionais (descendentes de quilombolas, ribeirinhos,

camponeses etc.), por parte de agentes privados ligados à especulação fundiária (CPT, 2021)? Basta ressaltar a valentia e riqueza da cultura karajá e ignorar o fato de que diversas comunidades estão sofrendo um processo de etnocídio, provocado por missionários e grileiros que invadem seus territórios sob o olhar complacente dos órgãos do governo federal, atualmente (INTERCEPT, 2022)? Basta às historiadoras e aos historiadores mostrar a importância das mulheres na vida pública goiana na Primeira República, ignorando a recorrência de casos de violência, de assédio moral e de cerceamento de fala de mulheres no debate público (JORNAL DAQUI, 2022)? Basta denunciar as contradições do discurso de modernidade, inerente ao processo de construção da cidade de Goiânia, ao mesmo tempo em que não se reconhece o aprofundamento do abismo social que vem ocorrendo na cidade, com um crescimento geométrico de famílias empobrecidas, alocadas em moradias precárias ou, pior, em condição de rua?

É possível a nós, historiadores e historiadoras, termos empatia pelo passado, mas não pelo presente? Ou, de modo a formular uma questão propositiva, seria possível conciliarmos-nos com o passado, transgredir a experiência (do passado, mas também do presente) e investir na ideia de que o mundo poderia e pode ser diferente?

Referências

ARAÚJO, Ordália Cristina Gonçalves. *Os Javaé e o protestantismo: salvação e resistência (1896-1937)*. Tese (Doutorado em História). Goiânia: UFG, 2019.

ARRAIS, Cristiano Alencar; BENTO, Luiz Carlos; NETO, Manoel Gustavo Souza. *Permanência e inovação teórico-metodológica na historiografia sobre Goiás: realismo, subjetivismo arbitrário e apropriação cognitiva*. In.: SALOMON, Marlon Jeison; LANGARO, Jiani; NAZARENO, Elias; SOARES, Ana Carolina; MAGALHÃES, Sônia; CAPEL, Heloísa; ARRAIS, Cristiano Alencar (Org.). *Cinquenta anos do Programa de Pós-Graduação em História da UFG*. Goiânia: Cegraf, 2022.

ARRAIS, Cristiano Alencar; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso; ARRAIS, Tadeu Alencar. *O século XX em Goiás – o advento da modernização* (Trilogia Goiana, vol. 1). Goiânia: Cãnone Editora, 2016.

ARRAIS, Cristiano Alencar; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso; LEMES, Fernando Lobo. *O século XVIII em Goiás – a construção da colônia*. (Trilogia Goiana, vol. 2). Goiânia: Cãnone Editora, 2019.

ARRAIS, Cristiano Alencar. *Mobilidade discursiva*. Goiânia: Editora UFG, 2012.

- BERTRAN, Paulo (Org.). *Notícia Geral da Capitania de Goiás* (2 volumes). Goiânia: Editora UFG/UCG, 1997.
- CÂMARA, Jaime. *Os tempos da mudança*. Goiânia: Editora O Popular, 1979.
- CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 1982.
- CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora UFG, 1997.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Massacres no campo*. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>.
- DIAS, Thiago Cancelier. *O língua e as línguas: aldeamentos e mestiçagens entre manejos de mundo indígenas em Goiás (1721-1832)*. Tese (Doutorado em História). Goiânia: UFG, 2017.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.
- FREITAS, Lena Castello Branco. *Poder e Paixão: a saga dos Caiado*. (2 volumes). Goiânia: Cãnone Editora, 2009.
- FUNES, Eurípedes Antônio. *Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária*. Goiânia: Editora UFG, 1986.
- GODINHO, Iuri Rincón. *A construção: cimento, ciúme e caos nos primeiros anos da construção de Goiânia*. Goiânia: Contato Comunicação, 2013.
- HARTOG, Françoise; RAVEL, Jacques (Org.). *Les usages politiques du passé*. Paris, Fr: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 2001.
- HAWBACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- JAIME, Nilson. O projeto 'Goiás +300' é uma oportunidade de ressignificação para a civilização goiana. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/columnas-e-blogs/periscopio/o-projeto-goias-300-e-uma-oportunidade-de-ressignificacao-para-a-civilizacao-goiana-378500/>
- JORNAL DAQUI. Em Goiás, 100 mulheres são vítimas de violência doméstica por dia. 17 maio 2022. Disponível em: <https://daqui.opopular.com.br/>.
- LÔBO, Thereza. *Apud*: JAIME, Nilson. 'Reflexão e ressignificação' é o lema do projeto 'Goiás +300', que promove série de dez colóquios virtuais e publicará livros sobre história de Goiás. Disponível em:
- MACHADO, Maria Cristina. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia: Editora UFG, 1990.
- MENDONÇA, Jales Guedes. *A Assembleia Constituinte goiana de 1935 e o mudancismo condicionado*. Goiânia: Editora UCG, 2008.
- MENDONÇA, Jales Guedes. *O outro lado da mudança da capital de Goiás*. 2012. Tese (Doutorado em História). Goiânia: UFG, 2012.

NASCIMENTO, Patrícia Emanuelle. *Protagonismo indígena na capitania de Goiás e suas estratégias e atuações frente às políticas indigenistas no século XVIII*. Tese (Doutorado em História). Goiânia: UFG, 2019.

NASSER, Consuelo. *Alfredo Nasser: o líder não morreu*. Goiânia: Editora Líder, 1995.

NIETZSCHE, Friedrich. *Nietzsche – Coleção Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

NORA, Pierre (Org.). *Realms of memory: the construction of the french past*. (vol. 3). New York, USA: Columbia University Press, 1984.

OLIVEIRA, Hamilton. *A população de Goiás na transição da mineração para a pecuária (1804)*. História revista, vol. 21, 2016.

PALACÍN, Luis. *A ausência do índio na memória goiana*. Ciências Humanas em Revista, vol. 3, n. 1/2, 1992.

PALACÍN, Luis. *Goiás: 1722-1822 – estrutura e conjuntura numa Capitania de Minas*. Goiânia: Oriente, 1976.

PALACÍN, Luis. *Os homens pardos em Goiás à procura de cidadania*. Ciências Humanas em Revista, vol. 2, n. 2, 1995.

PAULA, Eder Mendes. *Da (in)visibilidade à categorização: o louco infrator em Goiás (1930-2010)*. 2016. Tese (Doutorado em História), UFG, 2016.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

QUEIROZ, Luiz Alberto. *O velho cacique: depoimentos sobre Pedro Ludovico Teixeira*. Goiânia: Editora Líder, 1990.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Goiânia: Folha de Goiáz, 1940. Disponível em: <https://hemeroteca.ihgg.org>.

ROSA, Joaquim. *Por esse Goiás afora*. Goiânia: Editora Cultura Goiana, 1974.

RUSEN, Jorn. *Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação do passado em história*. In.: SALOMON, Marlon Jeison (Org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó, SC: Argos Editora, 2011.

SABINO JÚNIOR, Oscar. *Goiânia global*. Goiânia: Oriente, 1980.

SANDES, N. F.; ARRAIS, C. A. *A historiografia goiana entre dois tempos: Goiás e Goiânia*. OPSIS, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 399-414, 2014.

SANDES, Noé Freire; ARRAIS, Cristiano Alencar. *História e memória em Goiás no século XIX: uma consciência da mágoa e da esperança*. Varia hist., Belo Horizonte, v. 29, n. 51, p. 847-861, Dec. 2013.

SILVA, Helenice Rodrigues. *“Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.

SILVA, Leicy Francisca. *Eternos órfãos da saúde: medicina, política e construção da lepra em Goiás (1830-1962)*. 2013. Tese (Doutorado em História). Goiânia: UFG, 2013.

SILVA, Luciana Leite. *Aprendizagem histórica intercultural a partir dos contextos educacionais indígenas e não indígenas*. Tese (Doutorado em História). Goiânia: UFG, 2019.

SOUZA, Rildo Bento. *A história não perdoa os fracos: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira*. 2015. Tese (Doutorado em História). Goiânia: UFG, 2015.

THE INTERCEPT. Dossiê inédito mostra como Bolsonaro cumpriu a promessa da 'foiçada no pescoço da Funai'. 13 jun. 2022. Disponível em: <https://theintercept.com>.

Capítulo 2

HABITAR, OCUPAR E POVOAR

Os primeiros habitantes e povoadores de Goiás

Poliene Soares dos Santos Bicalho¹

Onde se vive, habita; onde se ocupa, coloniza! Falar da história dos primeiros habitantes e povoadores de Goiás é também uma oportunidade de se pensar sobre esta importante diferença de sentidos e significados etimológicos inerentes às ações de habitar, povoar e ocupar. A primeira remete à ideia de morar, de residir, de lar; a segunda indica a chegada de pessoas em um determinado lugar supostamente desabitado com o objetivo de povoá-lo, naquela recorrente e duvidosa prerrogativa do ‘descobrimento’ de ‘lugares vazios, ermos, distantes’ que precisam ser ocupados – terceira proposição, que deriva do ato de ocupar –, povoados por grupos de pessoas/colonizadores que chegam como pioneiros. Eis o princípio dos discursos coloniais que irão permear a história das primeiras ocupações do Brasil, incluindo aí o interior, o sertão-Cerrado deste grande território onde se localiza o nosso atual Estado de Goiás.

Quando a História e a Arqueologia se encontram, vestígios do passado remoto e obscuro começam a aflorar em meio ao desconhecido ou ainda inexplorado, do ponto de vista epistemológico. Paulo Bertran e Altair Sales Barbosa evidenciam, em suas importantes pesquisas e produções, o quanto esse encontro é fundamental para se conhecer, efetivamente, a

1 Doutora em História pela UnB. Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, da UEG/Anápolis.

história dos primeiros habitantes e povoadores de Goiás. Não, a História de Goiás não se inicia com a chegada do Anhanguera em 1722. Há cerca de 12 mil anos AP (Antes do Presente), de acordo com Altair Sales Barbosa *et al.*, se iniciava a aventura do *Homo Cerratensis* nesse grande território onde predomina o Domínio Morfoclimático e Fitogeográfico do Cerrado.

A contagem realizada por meio das Eras Geológicas localiza esses fatos naturais e históricos logo no final da glaciação pleistocênica e no início do Holoceno, momentos que marcam o final da Era do Gelo e as grandes transformações ambientais, climáticas, humanas e de animais em geral, especialmente com a extinção da megafauna, o que possibilitou a vida e o domínio dos *sapiens* em áreas abertas de Cerrado, que “já existia em toda a sua plenitude e servia de acolhida, como uma manjedoura, para toda a diversidade da fauna, desde os mamíferos até os pequenos insetos polinizadores. Foi nesse cenário que os primeiros seres humanos chegaram ao interior da América do Sul” (BARBOSA *et al.*, 2014, p. 15 e 29).

Os paleoíndigenas foram os primeiros a se estabelecerem nesse imenso território, os que chegaram ao centro Sul das Américas, ao Planalto Central, no qual o atual Estado de Goiás ocupa posição primordial, mas abrange além do Distrito Federal, Tocantins e Mato Grosso do Sul, e de se fazer presente também em Mato Grosso, Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Rondônia, Piauí e em algumas “áreas do Nordeste brasileiro e partes de São Paulo (BARBOSA *et al.*, 2014, p. 17). “A chegada dos Peregrinos do Alvorecer aos jardins das plantas tortas nos chapadões centrais do Brasil” (BARBOSA *et al.*, 2014, p. 15) marca o início da presença humana nestas paragens goianas e arredores, empurrados das regiões dos Andes ao oeste e das áreas florestadas mais ao norte, atual Amazônia, para os ambientes de savana brasileira, o Cerrado em sua plenitude. Afinal, os seus campos abertos são o “habitat propício para a fauna e para o homem. Ambientes densamente florestados são inóspitos ao homem e aos animais mamíferos” (BERTRAN, 2003, p. 9).

Isso há 11 mil anos AP, quando os primeiros habitantes do interior do Brasil chegaram às futuras terras goianas, no auge da Tradição Itaparica – período no qual a população estabelecida no imenso domínio Cerrado desenvolveu tecnologia e indústria próprias, através da pedra lascada, aproveitando-se de materiais rochosos e minerais típicos do lugar, e desenvolveu o chamado Artesanato Lítico. A linha do tempo geológico demonstrou – desde o início do Holoceno, em especial entre 6 e 4 mil anos

atrás – que as condições ficavam cada vez mais adequadas para a sobrevivência humana, pois, além da tropicalização do ambiente, o Cerrado oferecia abundantemente frutos, sementes, ovos, aves, peixes, abrigos naturais, minérios, água, muita água, e muito mais.

O lugar da abundância era aqui, e certamente essa situação propiciou aos primeiros grupos familiares, com formação entre 18 a 20 pessoas cada, a segurança que precisavam, depois de infinitas léguas de caminhadas até se depararem com o azul infinito deste céu – o que se pode comprovar admirando o céu de Brasília, esse pedacinho de chão com o qual Goiás presenteou o Brasil, sua nova capital desde 1961 – e os córregos “de águas límpidas [...], as brumas brancas de uma pequena cachoeira [...] de um rio de águas correntes” (BARBOSA, 2014, p. 30-31), além de muitos abrigos naturais encrustados nos paredões rochosos, dos quais ainda temos exemplares extraordinários, como as cavernas do Parque Estadual de Terra Ronca e o imponente complexo geológico da Chapada dos Veadeiros.

Os “paleo-índios e arcaicos no Brasil Central”, como definiu Paulo Bertran (2000, p. 8), ancorado em pesquisas de Altair Sales Barbosa, viveriam diferentes situações causadas por alterações climáticas e ambientais que tiveram lugar ao longo das diferentes fases arqueológicas identificadas em todo o Planalto Central.

... a fase Paranaíba – da grande tradição brasileira denominada Itaparica –, a mais antiga, datando de 10.500 a 9.000 anos AP, e que é caracterizada por grupos de caçadores que viveram durante um período mais frio e úmido do que o atual. Logo em seguida, a fase Serranópolis, que durou até os anos 1000 de nossa era, de clima mais quente, permitindo ao homem pré-histórico uma alimentação retirada da caça generalizada, da pesca e da coleta de moluscos e répteis; tornando-o mais sedentário e ligado a uma agricultura nascente. Finalmente a fase Jataí, do último milênio, na qual os grupos indígenas levariam uma vida bastante sedentária, produzindo utensílios variados e objetos de cerâmica, alimentando-se de produtos agrícolas e da coleta silvestre. (BERTRAN, 2000, p. 11)

O indígena, o arcaico *Homo cerratensis*, como bem definiu Bertran, não é um só, são vários. É fundamental que se reconheça a sociodiversidade de povos e culturas que constitui uma das matrizes formadoras do atual ‘povo goiano’, e que desde tempos remotíssimos habitam, vivem nesta

terra, um lugar com enorme biodiversidade da fauna, flora e de recursos naturais e ambientais. Os processos culturais dos povos indígenas, que têm a primazia do povoamento do interior do continente sul-americano, especialmente o território do atual Estado de Goiás, sofreram poucas alterações, perpetuando uma dieta alimentar baseada na caça, coleta e agricultura rudimentar até cerca de 3 mil anos AP, quando desenvolveram culturas agrícolas mais sólidas (BARBOSA *et al.*, 2014). E sem grandes alterações, permaneceram assim até a chegada do colonizador, no final do século XVI², esporadicamente e de modo ordenado – por meio das entradas e bandeiras – a partir de 1700, em 1722, com o marco da ‘descoberta’ do vil metal; e em 1726, com o início do processo sistemático de ocupação, povoamento e colonização pelo não indígena, europeus e mamelucos ávidos por ouro e mão de obra escrava (BERTRAN, 2000).

Em busca de ouro, diamantes e de mão de obra escrava, o bandeirante/o colonizador transpôs “as montanhas, eventraram-se os aluviões e, passada a febre, permaneceram plantadas as cidades coloniais, as roças e as fazendas de gado. Com o passar do tempo sem tempo dos sertões centrais, formulava-se o *Homo cerratensis* moderno” (BERTRAN, 2000, p. 21). Na narrativa intitulada *Cerrado Indômito*, Bertran nos instiga pelas sutilezas ao demonstrar a visceral interdependência entre homem e natureza, entre cultura e ambiente. Os lobos-guará, os veados e outros quadrúpedes do lugar, assim como os Jê do Cerrado – onde os indígenas do tronco linguístico Macro-Jê imperavam, e em certa medida ainda imperam –, adaptavam-se perfeitamente aos campos limpos, abertos, imensos, onde podiam correr livres e vorazmente, em busca de suas presas e de seus inimigos.

Caçá-los, apostando em corridas ou em “esperas” nos bebedouros d’água, era uma arte tanto para o bosquímano da savana africana, quanto para o mongol da estepe siberiana, quanto para o Jê do cerrado brasileiro. São – junto aos aborígenes da Austrália – os povos antigos das savanas do Planeta Géia, sociedades especiais na Eco-História da humanidade.

2 “Entre 1590 e 1597, descobriu-se algum ouro, lavrado próximo a São Paulo, no morro do Jaraguá e em Vuturuna. Essas explorações foram comandadas por Afonso Sardinha, Clemente Álvares e um certo Sebastião Marinho, considerado o descobridor do ouro de Goiás” (BERTRAN, 2000, p. 42).

Raros, em todas as savanas, são os vestígios arqueológicos. Nos descampados, os ventos, as chuvas torrenciais e o sol arrasam rapidamente com os vestígios humanos.

Explica-se com facilidade: um animal arisco como o veado campeiro só pode ser abatido por flechas de caniço. Ou com a borduna de madeira, dura e pesada, quando no bebedouro da mata. Daí terem-se denominado os Jê da região também por “caceteiros”, habilíssimos na quebradura de crânios do colonizador. Os Jê, como os outros savaneiros mongóis, bosquímanos e australianos – os povos das savanas – eram fundamentalmente caçadores, de cultura guerreira portanto. Quem sabe bem abater um animal sabe melhor ainda abater um homem. E não deixam vestígios. As armas são de madeira, perecíveis. (BERTRAN, 2000, p. 34).

Os Jê, embora predominantes no grande Domínio Cerrado, também dividiram e dividem esse espaço com alguns grupos pertencentes ao tronco Tupi. Os Goyá ou Goiazes e os Tapirapé são alguns deles, porém, particularmente, os primeiros merecem destaque por serem aqueles de cujo etnônimo adveio o nome da Capitania, Província e posterior Estado de Goiás. É exatamente isso, os goianos são indígenas até no adjetivo e no substantivo que carregam, embora pouco saibam sobre as suas origens e heranças etnoculturais. Na verdade, não há consenso sobre a origem Tupi dos Goyazes³, o certo é que o termo advém do Tupi, de modo que, a partir de relatos de Bertran, entre outros, “uma índia ‘Guayá’ ou da ‘nação Guoyá’, de Paraupava, isto é, da região do rio Araguaia” teria sido trazida do sertão pela “expedição de Domingos Rodrigues”. Sendo assim, “o famoso índio Goiá, uma quase ficção etnográfica que deu seu nome ao Estado de Goiás, ainda habitava, um século depois, a região do rio Vermelho, onde fundou-se a Cidade de Goiás” (BERTRAN, 2000, p. 46).

No requerimento da sua expedição à região dos goyazes, de 13 de janeiro de 1720, o Anhanguera II ou Filho já sabia que encontraria em Goiás (o sertão de então) os indígenas “Quirixá, Goiás, Bareri e Carajaúna”, e acabou de fato por encontrar, em 1722, “os Quirixá ou Crixá, dos onipresentes Caiapó e ainda dos índios Goiá, Carajaúna e Carajapitanguá,

3 “A raiz semântica guayá e goyá, explica Teodoro Sampaio, vem pelo tupi “gente da mesma raça”, “parecido”, “indivíduo semelhante”. Seria portanto um grupo Tupi-Guarani no universo Jê do Brasil Central?” (BERTRAN, 2000, p. 46).

todos esses do vale de Araguaia, aparentados dos atuais Carajá”, assinala Bertran (2000, p. 67), além de outros grupos do tronco linguístico Macro-Jê, que apenas no século XVIII foram nominados pelo colonizador, como os Xerente e os Xavante, que se autodenominam *Akwê* e *A'Uwe*.

A escravidão marca esta etapa da história goiana igualmente, afinal, os indígenas foram caçados e apressados logo no início da exploração aurífera e amplamente utilizados como trabalhadores escravos tanto na Capitania de Goiás quanto na Província de São Vicente (MONTEIRO, 1994), onde eram utilizados nas lavouras de trigo ou comercializados para substituir a escassez de mão de obra africana, principalmente após a crise da mineração. Bandeirantes e indígenas não raro se enfrentaram nesse processo de colonização que começou a se formalizar a partir da segunda bandeira do Anhanguera-Filho, em 1726, com a efetiva descoberta e exploração do ouro, a implantação dos primeiros arraiais⁴ às margens dos rios, cabendo a primazia ao Arraial de Santana em 1726, a “grande sesmaria da Câmara de Vila Boa, em 1739” (BERTRAN, 2000, p. 90).

Em reprodução do relato do “alferes José Peixoto da Silva Braga ao padre Diogo Soares”, produzido no século XVIII, com datação de 25 de agosto de 1734, Bertran evidencia que a expedição do capitão Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera Filho, saiu de São Paulo em 3 de julho de 1722 em companhia de “[...] brancos, quase todos eram filhos de Portugal, um da Bahia e cinco ou seis paulistas com os seus índios e negros e todos à sua custa” (2000, p. 75). Iniciou-se a partir de então uma longa saga pelo sertão-Cerrado, que, além de sinalizar os primeiros achados auríferos, também situa os primórdios da escravidão indígena e africana em Goiás. Os contatos dos indígenas do lugar com os bandeirantes paulistas foram

4 “No período de 1727 a 1732, surgiram vários povoados na região sul: Ferreiro, Anta (1733), Ouro Fino (22), Santa Rita do Pontal (1736), hoje Pontalina, Barra (1727), hoje Buenolândia, Água Quente (23), Santa Cruz (1729), hoje Santa Cruz de Goiás, Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte. (24). Na década de 1730 a 1740 surgiu grande número de povoações em consequência das novas minas descobertas na porção setentrional. São elas: Traíras (1735), atual Traíras; São José do Alto Tocantins (1735), atual Niquelândia; Cachoeira (1736); Crixás (1734); Natividade (1734); São Félix (1736); Pontal (1738); Arraiais (1740); Cavalcante (1740); Papuan (1741), atual Pilar; Santa Luzia (1746), atual Luziânia; Carmo (25); Cocal (1746). De modo geral, os arraiais do ouro goiano foram fundados entre 1730 e 1750, espalhando-se por distâncias consideráveis, às vezes a mais de cem léguas de Vila Boa, em direção norte e nordeste” (CHAIM, 1983, p. 24-25).

assentados sob extrema violência (KARASCH, In: CUNHA, 1992), cujas situações de guerra levaram ao desaparecimento de algumas muitas etnias – como os míticos Goyá e Kayapó do Sul –, e à resistência contínua, ainda atual, de muitas outras mais, como os guerreiros A'Uwe-Xavante e Avá-Canoeiro. Segundo Marivone Matos Chaim (1983, p. 19):

A figura desses bandeirantes predadores, cuja caça aos silvícolas levava no bojo simultaneamente a conquista do território e a esperança só mais tarde realizada do descobrimento das riquezas minerais, impressiona mais negativamente do que positivamente. Eram acusados de serem sobretudo destruidores e, em seu afã de caça ao índio visando lucros, dizimaram missões jesuíticas nos Sete Povos das Missões e no Paraguai, onde capturaram grandes contingentes de ameríndios já aculturados e aptos ao trabalho braçal. Em território goiano, já haviam dizimado grupos tribais pacíficos como os Goya e Crixá nos séculos anteriores ao XVIII. Seus ataques provocaram a hostilidade de outros grupos tribais na Capitania, grupos estes que no século XVIII constituíam sério entrave ao povoador.

A resistência indígena e dos negros africanos ao sistema colonial no Brasil (NOVAIS, 2007) – executado pela Coroa portuguesa, a Igreja Católica e os luso-brasileiros e/ou mamelucos bandeirantes, os naturais representantes políticos e econômicos nas terras brasileiras – foi, em geral, tratada como barbárie e selvageria. Não foi diferente nas *Minas dos Goyazes*, onde as hostilidades indígenas ao colonizador foram tomadas como impedimentos ao ‘povoamento’ satisfatório da região, especialmente após a crise da mineração, acentuada a partir do início do século XIX. Com a baixa produção das minas, a redução da importação de mão de obra africana e o cenário de crise que se anunciava, os volúveis e inconstantes indígenas (CASTRO, 2002) passaram a ser novamente os alvos certos, ainda que antes fosse preciso ‘civilizá-los’. Nesse ínterim, a política indigenista do período também se modificava, mediante as novas diretrizes impostas pelo Marquês de Pombal, que expulsou os Jesuítas do Brasil (1759) e criou o chamado Diretório dos Índios⁵, ao estabelecer os princípios de uma nova-velha política

5 “As mudanças promovidas pelo governo josefino no âmbito de uma nova política indigenista se fazem sentir, na segunda metade do século XVIII, por meio da publicação da lei e do alvará com força de lei, respectivamente, de 6 e 7 de junho de 1755 [...]. Ratificada

indigenista ambígua e falaciosa, que se definia como pacificadora, mas na prática trouxe efeitos tão funestos para os indígenas quanto as anteriores.

Pela nova concepção, os indígenas precisariam ser “pacificados” para exercer o trabalho forçado nas aldeias e para facilitar o povoamento de não indígenas nas vilas do ouro pós-mineração. Estabeleceram-se então os Aldeamentos Indígenas em Goiás, que se caracterizaram pela imposição sociocultural e econômica do colonizador sobre etnias diversas, aglomeradas em glebas de terras – geralmente retiradas compulsoriamente de seus territórios originários – onde seriam preparados para o trabalho sistemático e forçado nas plantações, na pecuária, nos serviços domésticos, entre outros. Sob a administração do Diretor de índios, nomeado pelo Capitão-Geral da Província de Goiás, deveriam ser cristianizados e ‘civilizados’, “a fim de torná-los úteis a si mesmos, aos habitantes da região e ao Estado” (CHAIM, 1983, p. 135).

Desse modo, de acordo com Chaim, foram criados, ao longo do século XVIII, os aldeamentos São Francisco Xavier do Duro (1751/1753), para aldear os Xacriabá e os Akraó nas proximidades do Ribeirão Formiga; São José do Duro (1755), próximo ao anterior e também para aldear os Akraó; São José de Mossâmedes (1755), que aglomerou etnias diversas e algumas rivais entre si, como os Akraó, Xavante, Kayapó e Karajá; Nova Beira (1755), que reduziu Karajá e Javaé, na região da Ilha do Bananal; Maria I, que, às margens do Rio Fortuna, aldeou os Kayapó; e Carretão de Pedro III (1788), que também reuniu etnias diferentes e algumas rivais entre si, como os Xavante, Karajá, Javaé, Kayapó, além de escravos fugidos e brancos pobres (MOURA, 2008). Desse último resultaram os atuais Tapuia do Carretão, localizados na região do antigo aldeamento, às margens do Rio Carretão, no atual Vale do São Patrício, nas proximidades de Rubiataba, Waldelândia e Ceres.

Os outros grupos indígenas sobreviventes no território goiano são os *Iny-Karajá* – que se subdividem em Karajá, Javaé e Xambioá –, que habitam o seu território próprio, embora reduzido pelas frentes de expansão na região do Rio Araguaia, em Aruanã-GO, e na Ilha do Bananal; e os

e estendida ao Estado do Brasil pelo alvará com força de lei de 8 de maio de 1758 e, ainda, pelo Diretório dos índios, confirmado pelo alvará de 17 de agosto do mesmo ano, essa política do governo de D. José I (1750-177) passou então a vigorar na América portuguesa como um todo” (SOUZA, 2021, p. 354).

Avá-canoeiro, que também habitam território próprio nas proximidades da Usina Hidroelétrica de Serra da Mesa, entre os municípios de Minaçu e Colinas. Esse grupo de Goiás é um exemplo concreto do quão violenta foi a história do contato entre indígenas e não indígenas desde o século XVI. Hoje eles correm risco de extinção, com apenas seis indivíduos, sobreviventes de uma história de resistência, massacres e genocídio.

Em geral, esses aldeamentos tiveram curto período de existência, pois as imposições do trabalho forçado, as divergências socioculturais e as recorrentes fugas – uma vez que os indígenas não aceitavam passivamente as determinações – levaram à conseqüente desarticulação desses pretéritos e análogos campos de concentração. O que teve vida mais longa foi o São José de Mossâmedes, localizado na atual cidade de Mossâmedes, que alcançou o século XIX e chegou a aldear cerca de 8.000 indígenas. Repetiu-se nas *Minas Goyazes* a mesma dinâmica e as conseqüências da colonização observadas em outras regiões do Brasil, “ocupação das terras indígenas, escravização dos grupos mais pacíficos e choques periódicos com os hostis” (CHAIM, 1983, p. 99 e 101).

Nenhum povo, em lugar e tempo algum do mundo, aceita pacificamente a desconstrução de sua ordem sociocultural e econômica e, principalmente, a imposição do trabalho forçado. Com os africanos escravizados e trazidos para cá não foi diferente. Desde meados do século XVIII e início do XIX, os africanos foram sistematicamente utilizados como mão de obra escrava em Goiás, para trabalhar na mineração, mesmo com as dificuldades impostas pela “distância entre Goiás e os portos litorâneos”, o que “tornava o tráfico para o sertão bastante oneroso” (LOIOLA, 2008, p. 27), além das fugas e outras formas de resistência, que eram facilitadas pela vastidão dos campos e florestas do Cerrado e a largueza da então Capitania de Goiás, estabelecida oficialmente em 8 de novembro de 1749, sob a administração de Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos.

De Salvador, na Bahia, veio a maioria dos africanos que fizeram a travessia do Atlântico rumo ao desconhecido, e o caminho do litoral ao interior das Minas dos Goyazes, por volta de 1734, era longo e árduo. Segundo Maria Lemke Loiola, “desde aquela época havia fazendas nas quais se podia parar durante o trajeto” (2008, p. 32). Tratava-se de fazendas de criação de gado e plantações agrícolas de subsistência, advindo daí a afirmação de Paulo Bertran de que, desde muito antes da efetiva colonização, “nas bordas de Goiás e Tocantins, a pecuária antecedia a mineração...” (2000,

p. 64); afinal, desde a bandeira de 1722, o Anhanguera já teria notado a presença de gado na região.

A mão de obra africana foi muito importante, assim como a indígena, para consolidação do projeto colonizatório em Goiás. Apenas no ano de 1760, “aproximadamente 10% dos escravos que saíam de Salvador partiram para Goiás” (LOIOLA, 2008, p. 36), e vieram majoritariamente da região da Costa da Mina, na África. Em menor número, outros grupos étnicos africanos também foram escravizados por estas paragens além dos Mina, como os Nagôs, Angolas, Congo etc. Isso evidencia a diversidade de povos e culturas africanas que ajudaram a compor a nossa nem um pouco homogênea identidade goiana. A preferência pelos *Mina*, à época, se devia ao fato, entre outros, de eles apresentarem importante conhecimento técnico sobre a exploração do ouro, o que já faziam na região de onde vieram. Assim, foram muito explorados na mineração, em serviços domésticos, entre outros.

E como os indígenas também se rebelaram de diferentes maneiras contra o sistema, sendo que a prática de fugas para os quilombos, muito comuns nas proximidades dos arraiais, era a mais recorrente. Os Kalunga do presente, situados na região de Cavalcante-GO, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, na região da Chapada dos Veadeiros, são alguns dos remanescentes desses quilombos coloniais, entre muitos outros. Os negros da terra e os negros de além-mar continuam vivos – por meio de seus modos de ser, existir e resistir – nas terras goianas e compõem, junto com portugueses, luso-brasileiros, espanhóis etc., o híbrido cultural característico de nossa gente.

À guisa de conclusão, a história de fundação e início da colonização propriamente dita se concretiza em 1726, quando o Anhanguera fincou “os alicerces de Goiás-Velho. Em seguida, erige a Barra, onde teve suas lavras principais servidas por um rego d’água, para a lavagem do ouro” (BERTRAN, 2000, p. 79). Os “caçadores de almas”, conforme anunciado pelos sábios chefes espirituais indígenas, estavam chegando (MUNDURUKU, 2018, p. 43). Essas (pre)visões são recorrentes em diferentes narrativas indígenas, do passado e do presente; em geral pela oralidade, como é o costume, mas também por meio da escrita, mediante uma Literatura Indígena cada vez mais proeminente.

Altair Sales Barbosa *et al.* (2014) e Daniel Munduruku (2018) se complementam, nesse sentido, ao relembrar algumas dessas histórias de origens mitológicas que alcançam todos os povos da humanidade. O primeiro retoma o mito indígena do piar da Juriti Pepena, ave invisível que

traz com o seu canto maus presságios, anunciando um tempo de desgraças e infelicidades; o segundo descreve que esse tempo traria consigo um monstro e por ele “tudo será revirado: as águas, a terra, os animais, as plantas, os lugares sagrados. Tudo” (MUNDURUKU, 2018, p. 8). Eram os caraíbas, os homens brancos, que de fato chegaram trazendo outros modos de vida, de trabalho e de religiosidade. Não predispostos ao encontro, mas ao desencontro de culturas, impuseram – ou tentaram impor – os próprios ritmos, visões e intenções, iniciando o processo de colonização no coração do Cerrado, o nosso Goiás.

Para os indígenas que aqui viviam há milênios, os presságios das aves e dos sábios chefes espirituais se cumpriram. Os caraíbas encantaram e enganaram com o famoso truque do fogo do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Pai, e a partir de então começou a história do povoamento não indígena do Cerrado e de Goiás (BARBOSA, *et al.*, 2014). Mineração aurífera de aluvião, pecuária e agricultura foram se estabelecendo com a utilização massiva da mão de obra indígena e de negros africanos escravizados, o que deu lugar à existência de histórias e fronteiras culturais de povos distintos, tal como simboliza o Monumento às Três Raças⁶.

Em suma, na vida prática, esse trânsito entre culturas e povos diferentes é mais diacrônico do que sincrônico, muito mais guerra do que paz, ao contrário do que quis representar a artista plástica Neusa Moraes, entre muitos outros – a começar por Carl Friedrich Philipp von Martius na primeira metade do século XIX –, ao idealizar a fusão harmônica entre o português, o indígena e o negro africano, grupos formadores de um ideal de goianidade/brasilidade. Os fatos históricos e as vivências cotidianas no território goiano evidenciam não uma, mas várias formas de ser e sentir-se goiano, o que se deve à longuíssima duração histórica de resignificação e resistência dessas mesmas matrizes étnicas, especialmente a indígena e a africana, desde os primeiros contatos com o europeu até o tempo presente.

6 “Descrição: Monumento às Três Raças: essa obra de rara beleza está localizada na Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, antiga Praça Cívica, no centro da cidade, entre os palácios das Esmeraldas e Campinas, respectivamente sede dos governos estadual e municipal. Divulgado como símbolo de Goiânia, é exibido como cenário nas fotografias dos turistas. O monumento foi criado em 1968 pela artista plástica Neusa Moraes. Trata-se de uma estrutura fundida com 300 quilos de bronze e possui sete metros. Simboliza a miscigenação de três raças – negro, branco e índio, que houve e há na formação das características genéticas e culturais do povo goiano. Fonte: IBGE.”

Referências

- BARBOSA, Altair Sales. *Sistema biogeográfico do Cerrado: alguns elementos para sua caracterização*. Goiânia: UCG/ITS, 1996.
- BARBOSA, Altair Sales et al. *O Piar da Juriti Pepena – Narrativa Ecológica da Ocupação Humana no Cerrado*. Editora PUC-Goiás, 2014.
- BARBOSA, Altair Sales. *Cerrado é laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização*. *IHU On-Line – Instituto Humanitas Unisinos*, n. 500, Ano XVII, 13 mar. 2017.
- BERTRAN, Paulo. *O Cerrado e os Goiasés*. In: *O Popular*, Goiânia, GO, 30 ago. 2003, Opinião, p. 9.
- BERTRAN, Paulo. *História da Terra e do Homem no Brasil Central*. Eco-história do Distrito Federal. Do indígena ao colonizador. Ed. Revisada e Atualizada. Brasília: Verano, 2000.
- CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811*. São Paulo: Nobel; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.
- IPATRIMÔNIO – Patrimônio Cultural Brasileiro. *Goiânia – Monumento às Três Raças*. Disponível em: www.ipatrimonio.org/goiania.
- KARASCH, Mary. *Catequese e cativoiro: Política indigenista em Goiás, 1780-1889*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 397-412.
- LOIOLA, Maria Lemke. *Trajetórias Atlânticas: percursos para a liberdade. Africanos descendentes na Capitania dos Goyazes*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2008.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOURA, Marlene Castro Ossami de. *Os Tapuios do Carretão: etnogênese de um grupo indígena do Estado de Goiás*. Goiânia: Editora da UCG, 2008.
- MUNDURUKU, Daniel. *O Karaíba. Uma História do pré-Brasil*. Ilustração: Maurício Negro. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2018.
- NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial (Séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Brasiliense; Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2007.
- SOUZA, Pedro Daniel dos Santos. *De aldeias a vilas de índios: a atuação do Conselho Ultramarino na Bahia e os agentes de letramento indígena*. *SÆCULUM*. Revista de História [v. 26, n. 44]. João Pessoa, p. 353-373, jan./jun. 2021.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia*. São Paulo: COSACNAIF, 2002.

Capítulo 3

HÁBITOS ALIMENTARES DOS TAPUIOS DO CARRETÃO

Mudanças ou permanências

Marlene Castro Ossami de Moura¹

Globalização e seus efeitos mundiais

Muitas são as definições dadas por diferentes autores para a globalização. Alguns a relacionam com a Expansão das Navegações Marítimas no século XVI e com o início do processo colonialista, que permitiram interligar os continentes por meio das trocas comerciais, da exploração de produtos das colônias, do crescimento das cidades, do processo de informações, das técnicas e das culturas, criando-se, assim, condições para o surgimento do capitalismo mercantil que se expandiu com a Revolução Industrial (IANNI, 1992).

Para outros autores, a globalização teve início com a Revolução Industrial, que possibilitou o desenvolvimento tecnológico das indústrias manufatureiras, expandindo-se até o século XX, com a criação das indústrias robotizadas, com o crescimento do papel da informática no processo produtivo e com a institucionalização da sociedade em redes.

1 Doutora em Antropologia pela *Universite Marc Bloch de Strasbourg* (2000). Atualmente é professora titular da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), atuando no Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) e no Programa de Pós-Graduação em História.

Assim, mais precisamente, fala-se da década de 1980, quando a tecnologia de informática se associou à de telecomunicações. Para Octávio Ianni (1992), todo esse movimento de expansão da tecnologia, da produção, do transporte, da informação e das comunicações são etapas de um mesmo processo, o do surgimento da globalização.

Apesar de não existir um consenso sobre uma definição de globalização, pode-se perceber que todas elas apontam para um vetor comum: o processo mundial de modernização acelerada, que intensifica, progressivamente, a interdependência e as relações. Segundo Giddens (2010, p. 52),

[...] a globalização é entendida pelo fato de se viver cada vez mais num “único mundo”, pois os indivíduos, os grupos e as nações tornam-se mais interdependentes. Ela é o resultado de uma conjunção de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais. O desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação intensificou a velocidade e o âmbito das interações entre os povos do mundo inteiro.

Os efeitos do processo de globalização influenciam o desaparecimento de muitas manifestações ou de produções de caráter local, como as variedades vegetais e animais, as tecnologias, os costumes e as instituições socioculturais. A partir do que foi exposto, é possível observar que o processo de globalização se expande gerando contradições, como reconhece Octávio Ianni (1992), quando afirma que, ao mesmo tempo em que propicia emancipação individual/coletiva, máquinas para produzir e libertar o homem do trabalho, maior geração de fontes de riqueza e maior produção, indicando maior desenvolvimento, constata-se também maior alienação material e espiritual, exclusão do ser humano do trabalho, fontes de privações e maior crescimento da miséria e da pobreza.

No entanto, alguns estudiosos do tema defendem que a globalização, por ser um processo dinâmico, possui grande diversidade de reações e de adaptações culturais nos níveis nacional, regional e local. Essas diversidades persistirão, não obstante às mudanças provocadas pela globalização, o que inviabiliza o processo de homogeneização das culturas.

Dessa forma, é visível a grande transformação mundial produzida pelo processo de globalização. Nesse sentido, é visível também o aceleração da industrialização que mobiliza o setor de produção, especialmente o da indústria alimentar, impactando os hábitos e as

práticas alimentares dos indivíduos e, igualmente, o consumo e os estilos de vida de cada um.

Existem, nesse processo de globalização da alimentação, aspectos que favorecem o aquecimento da economia e dos mercados. Eles são conduzidos pelas indústrias alimentares, que proporcionam o acesso generalizado aos bens alimentares produzidos em maior quantidade e a um custo relativamente baixo e o deslocamento de produtos variados e até desconhecidos a todos os recantos do planeta, proporcionado pela ampliação das redes de distribuição e de transportes (ARNAIZ, 2005).

A indústria e as tecnologias alimentares têm, igualmente, grande efeito na qualidade nutricional e gastronômica, e, em conjunto com as facilidades de transporte, com o trabalho mecanizado e com o sedentarismo, alteraram a qualidade de vida da população. Segundo Giddens (2010), há muitos riscos manufaturados (antrópicos) associados à comida e imputados à agricultura e às técnicas de produção alimentar modernas, como a utilização de pesticidas químicos e herbicidas, bem como o uso de hormônios e antibióticos em muitas espécies de animais, como no frango e no porco. Para o autor, essas técnicas agrícolas põem em risco a segurança alimentar e podem ter efeitos nefastos sobre os humanos, como é o caso de alimentos com alto teor de substâncias tóxicas, além daqueles com falta ou excesso de alguns nutrientes.

A partir dessa perspectiva, analisam-se os impactos da globalização e da indústria alimentar no modo de produção e nos hábitos alimentares da comunidade indígena Tapuia, que habita a Terra Indígena Carretão, situada no Estado de Goiás.

Os Tapuios são o produto de uma política de aldeamento indígena, cujos descendentes são provenientes de cinco grupos indígenas que foram transplantados para o aldeamento Carretão, construído pela Coroa portuguesa em 1788 e desativado no final do século XIX. São, portanto, o resultado concreto de um processo de “individualização” étnica, a partir destes cinco grupos indígenas, originalmente distintos, como os Xavante, os Xerente, os Kayapó, os Javaé e os Karajá, e, também, grupos de negros escravos que fugiam das fazendas de seus senhores. Hoje, eles são estimados em torno de 300 pessoas e habitam uma única reserva chamada Área Indígena Carretão, situada entre a Serra Dourada (ou do Tombador) e o Rio São Patrício (ou Carretão), nos municípios de Rubiataba e Nova América. A Área Indígena é composta de duas glebas não contínuas: a

Gleba 1, subdividida em Gleba 1-A, localizada no município de Nova América, e a Gleba 1-B, no município de Rubiataba, totalizando 1.666 hectares; a Gleba 2, localizada também no município de Nova América, tem uma área de 77 hectares. As duas glebas, juntas, perfazem um total de 1.743 hectares.

A produção alimentar dos Tapuios

No tempo que tinha o meu avô que mandava em tudo, a roça era *reúna* [...] Neste tempo foi tudo cultura. Então fazia a tal roça reúna, não tinha negócio de fazer rocinha pra aqui, pra acolá. Aqui no Carretão Grande, lá embaixo, era uma só roça. Chama roça reúna. Agora vem um *fiscal*, ajunta que é para dá tudo para o governo, que o governo favorecia, dava tudo, tinha o *zelador* para zelar deles, tinha diretor geral. Chamava diretor geral [...] quando era tempo da colheita, agora fazia uns montes de mantimentos, aqui e acolá [e dava], àqueles que tinham família. Agora [...] vinha o *diretor geral* levava o fiscal, aqueles que tinham família grande tirava aquele tanto, aí repartia para todos e agora que eles iam [embora] carregavam tudo [o restante da colheita], trabalham todos reunidos e o governo favorecia ele, trazia roupa, carregamento. Todo fim do mês vinha duas bestas carregadas de suprimento para eles. (Simão Borges *apud* LAZARIN, 1985, p. 48)

O depoimento acima é de Simão Borges, chefe dos Tapuios que manteve de 1930 até 1970, por meio de sua liderança, a preservação da unidade grupal da comunidade indígena, vindo a falecer em 1981.

Simão fala de uma época em que a comunidade passou a ter um atendimento esporádico do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), cuja sede era na então Cidade de Goiás. As “roças reúnas²”, mencionadas por Simão, são definidas como plantações comuns em que os produtos colhidos serviam para o abastecimento da aldeia, como um todo, bem como para serem comercializados junto aos viajantes e aos moradores da região, com o incentivo do SPI. Por isso, procurava-se organizar o trabalho de plantações em comum e fiscalizar a distribuição dos produtos entre os indígenas e aqueles destinados à comercialização. O que se pode deduzir é que, até

2 “Reúnas” = reunidas; forma sincopada do particípio do verbo reunir; expressão arcaica.

a década de 1940, os indígenas do Carretão mantinham a “roça reúna”, ou seja, a roça coletiva, onde os produtos eram distribuídos entre eles. Não havia problemas com a falta de terra, uma vez que esta era suficiente para cobrir as necessidades da comunidade indígena e, inclusive, manter relações amistosas com a população envolvente (MOURA, 2008).

Com o tempo, os Tapuios deixaram de fazer essas roças comunitárias e cada família passou a ter as suas próprias roças e com uma nova modalidade de trabalho. Para constituir as roças, as famílias se organizavam em forma de mutirão, tendo Simão Borges como um dos organizadores. Era a época, como lembram os Tapuios mais idosos, da “traição” ou “adjutório”: um tempo em que Simão dirigia a preparação dos trabalhos coletivos para ajudar nas roças familiares, envolvendo homens e mulheres. Essas faziam a comida para mais de 40 pessoas. Para esse trabalho coletivo, na preparação das roças individuais, juntavam-se também outras famílias não-Tapuias da região, numa convivência harmoniosa que só veio a romper-se com a chegada de colonos, na década de 1950 e 1960, provenientes, sobretudo, da Colônia Agrícola Nacional de Ceres (CANG) – instalada na região, na década de 1940, graças à abertura de estradas, conectando a região ao restante do Estado. Conforme o depoimento saudoso da Tapuia Mariinha, filha de Simão Borges,

[...] nos tempos dos velhos, isto aqui era tudo nosso [...] Eu podia morar aqui, ali, acolá [...] ninguém impedia. Tinha mato de fartura! Um plantava aqui, outro ali, onde queria; cada um fazia sua roça; às vezes fazia tudo junto, todo mundo ajudando. Agora, depois que entrou essa ‘epidemia’ [venda da terra], zangou tudo. O posseiro foi entrando igual berne no corpo da gente. (Mariinha *apud* MOURA, 2008, p. 202).

A traição era organizada quando alguém da comunidade estava necessitando de ajuda para o trabalho agrícola que se acumulava e não dispunha de meios para pagar ajudantes. Então, alguém tomava a iniciativa de ajudar essa pessoa e, sem avisar o beneficiário (daí o nome traição), reunia a comunidade e todos iam num dia combinado ajudar, voluntariamente, o companheiro necessitado. Assim a comunidade “dá a traição” na pessoa. Uma vez terminado o serviço, a pessoa “traída” se sentia obrigada a retribuir com festa de “comida e bebida” aos trabalhadores.

Desse modo, as famílias mantinham as roças individuais trabalhadas pelos seus integrantes, mas, quando havia necessidade, faziam uso do

trabalho comunitário, com a organização das trações, os adjutórios. As famílias utilizavam a terra para fazer sua roça de acordo com suas necessidades, plantando arroz, milho, feijão, mandioca, batata-doce, abóbora, entre outros. Era um tempo com relativa abundância de terra para a construção das roças, mantidas ainda no sistema de *coivara*, com a rotação da terra, o que era suficiente para suprir as necessidades da comunidade indígena. As matas eram ainda abundantes, possibilitando a prática da caça e da coleta. “Era um tempo sem ambição e de união”, em que os Tapuios viviam economicamente autônomos, não dependendo da assistência de órgãos governamentais ou eclesiásticos. Faziam suas roças com técnicas tradicionais, colhiam em abundância, repartiam com aqueles que mais necessitavam e até com os lavradores imigrantes que chegavam ao território indígena. Quando precisavam de produtos industrializados, como vestuário, sal, instrumentos agrícolas e outros, vendiam galinhas, porcos e produtos agrícolas em cidades como Crixás e na então Goiás Velho, onde, depois, compravam o que necessitavam.

Esse tipo de organização sofreu as primeiras alterações com a chegada de famílias de agricultores, que passaram a ter diferentes modalidades de trabalho junto aos Tapuios. Primeiro como arrendatárias nas terras dos Tapuios, que lhes ofereciam como pagamento uma porcentagem da produção. Em seguida, com o solo esgotado para a lavoura com técnicas primitivas, a terra era transformada em pasto, surgindo o aluguel da terra com contratos carentes de formalidade jurídica. Depois ocorria a venda da terra – concretização da grilagem propriamente dita. Quando, ao final do contrato de aluguel, os Tapuios não tinham condição de pagar as benfeitorias, eles eram coagidos a realugar ou a vender as terras, ora em troca de comida ora submetidos a um preço irrisório estipulado, arbitrariamente, pelo ocupante.

Com a concentração da terra em mãos dos fazendeiros e dos arrendatários e com o empobrecimento do solo, a organização social e econômica passou por uma série de alterações, cada vez mais intensas. O sistema de propriedade comunal da terra foi um dos primeiros a ser atingido. A terra que era comunitária, em que se podia “plantar onde queria”, ficou restrita a “lotes” familiares. A prática dos mutirões (tração) nas roças familiares não teve mais continuidade. As áreas de mata, provedoras da caça e do solo para o plantio das roças, foram derrubadas rapidamente e transformadas em pasto para o gado dos fazendeiros. As roças dos Tapuios, aos poucos, limitaram-se à monocultura do arroz, que, por sua vez, se tornou insuficiente

para prover o consumo anual das famílias. Essa situação desencadeou uma intensa mobilidade, especialmente dos jovens e dos chefes de família, em busca de trabalho nas fazendas da região. Ao final da década de 1970, a situação dos Tapuios e de suas terras era deprimente. Com quase todas as terras da área alugadas, quando não vendidas, os indígenas já não tinham mais espaço para suas plantações. Isso afetou profundamente a produção para a subsistência da comunidade, ocasionando a perda de sua autonomia e autossuficiência alimentar.

Nesse contexto, a situação dos Tapuios só vai ser revertida com o acionamento da Funai, que, em 1979, investigou a situação da terra indígena e constatou a realidade de invasões e de perseguições sofridas pelos indígenas. Após um longo processo judicial para a retirada dos posseiros, a terra foi finalmente demarcada, em 1984, em duas glebas: Terra Indígena (TI) Carretão 1 e 2, que perfazem um total de 1.743 hectares (MOURA, 2008).

A partir desse momento, os Tapuios tentaram reorganizar, enquanto grupo, seu trabalho num meio ambiente não só reduzido, como totalmente transformado, quer em relação à população das cercanias, que se multiplicou, quer em relação à própria natureza, que já não lhes era mais propícia para as atividades de caça e de pesca, antes fundamentais para a obtenção de proteína animal para a alimentação. De um modo geral, nenhuma família Tapuia, até o início da década de 1990, subsistia sem seu trabalho agrícola realizado nas roças, com o emprego do sistema tradicional de *coivara*. Todos tinham, por menor que fosse, um pedaço de terra para o plantio destinado à subsistência familiar, plantando, sobretudo, arroz e milho, com as sementes que guardavam, habitualmente, para a produção de novas roças. Esse aspecto do trabalho era a principal fonte de ingresso material na comunidade.

Ademais, com a ausência das roças comunitárias e das “*traições*”, os Tapuios passaram a utilizar o sistema de “*troca-dia*”, que é uma permuta de mão de obra cimentada na cooperação e na ajuda mútua, na qual as pessoas fazem com seus parentes ou vizinhos para ajudar nos trabalhos agrícolas ou em outros serviços. Segundo os Tapuios, quando uma pessoa está com muito serviço, ela solicita a ajuda de alguém, e a família se encarrega de oferecer a refeição naquele dia de trabalho. Essa ajuda será retribuída em outro dia pela mesma pessoa, que prestará um serviço equivalente.

A partir da década de 1990, já com a presença da Funai na TI Carretão, a comunidade Tapuia ganhou um trator e passou a receber,

todos os anos, adubo, sementes e insumos agrícolas. Nos primeiros anos de plantio, pôde-se constatar um aumento significativo da produção, o que contribuiu para a permanência dos Tapuios em suas terras, estancando a prática de arrendamento nas fazendas vizinhas. Mesmo com esse recurso, a mecanização da agricultura não foi suficiente para desencadear a produção de excedentes agrícolas para a comercialização, embora tenha elevado a produção e equilibrado o consumo médio anual da própria comunidade. Por outro lado, essa nova dinâmica mergulhou os Tapuios em uma relação de dependência total da Funai, com relação às sementes e aos insumos agrícolas, uma vez que os Tapuios deixaram de reservar sementes para a plantação do ano seguinte, como faziam anteriormente.

Atualmente, a produção continua sendo do tipo familiar, visando a sua subsistência. Os roçados são pequenos e contemplam uma baixa variedade de produtos, como o arroz, seguido pelo milho, para o consumo humano e de animais (porcos e galinhas). O feijão deixou de ser plantado devido à exaustão do solo, de modo que as famílias passaram a adquirir esse produto na cidade. Uma parte do roçado destina-se ainda para o plantio, sobretudo, de mandioca, de abóbora, de batata-doce e de cará, o que mostra que não houve a introdução de outros produtos. Em quase todas as casas tem uma pequena plantação de hortaliças e de alguns legumes, que abastece a família.

Com relação a outras atividades produtivas realizadas pelos Tapuios no interior da comunidade, destaca-se a criação de aves e de animais, que são destinados, especificamente, ao consumo familiar, como porco e galinha. Entretanto, esses animais são vendidos ou trocados na cidade quando os Tapuios necessitam de algum produto industrializado.

A partir do ano 2000, muitas mudanças ocorreram na TI Carretão. A primeira está relacionada ao sistema de trabalho assalariado de alguns membros da comunidade nas secretarias Municipal e Estadual de Educação e na Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Atualmente, além do Ensino Fundamental, existe também o Ensino Médio.

Outra fonte de renda desse povo é aquela proveniente das aposentadorias e das pensões, no valor de um salário mínimo. Algumas mulheres acumulam a aposentadoria com a pensão dos maridos falecidos. Algumas famílias são ainda beneficiadas por programas sociais do governo federal. Outra fonte de renda provém da venda de leite por algumas famílias que possuem uma pequena criação de gado de leite.

A farinha de mandioca, que até pouco tempo era produzida apenas para o consumo de poucas famílias, já que outras preferiam comprar na cidade, atualmente possui papel relevante tanto na alimentação quanto na economia do grupo. A partir de um projeto liderado pelas mulheres Tapias, foi construída uma casa de farinha, onde elas trabalham no processamento da farinha da mandioca, que é vendida, de modo incipiente, para o comércio e para a prefeitura da cidade de Rubiataba. Uma das grandes lideranças desse mandiocal foi a Tapuia Marly, falecida em 2008, cujo nome foi dado à casa de farinha da comunidade.

Com o programa *Luz para Todos*, criado em 2005 pelo governo federal, a luz elétrica se estendeu a todas as casas da aldeia. Com isso, iniciou-se a aquisição, em maior escala, de eletrodomésticos como televisão, chuveiro elétrico e bens de capital, como máquina de beneficiar arroz e de ralar mandioca, tanques para resfriar o leite vendido, entre outros. O volume de aquisição desses bens depende do poder aquisitivo de cada família. E quanto maior o poder aquisitivo, menor se torna a preocupação com a construção de roças, pois com o salário podem comprar os alimentos dentro ou fora da aldeia ou mesmo pagar alguém para o cultivo de suas roças.

Mudanças ou adaptações alimentares

Todas as transformações até aqui apresentadas promoveram mudanças na vida e nos hábitos alimentares da comunidade Tapuia. A primeira dessas mudanças se dá no âmbito do sistema agrícola, que repercute no modo tradicional de se fazer as roças, nas técnicas, nos instrumentos utilizados, nos produtos cultivados e nas áreas a serem cultivadas.

Dessa maneira, a substituição da propriedade comunal da terra no preparo das roças comunitárias pela “propriedade de lotes” foi a primeira modificação sentida no sistema tradicional do grupo. A prática dos mutirões (traição) na realização das roças familiares e de outros serviços, própria de um trabalho ancorado na cooperação e na ajuda mútua, deixou de existir. Isso levou a comunidade a um isolamento social, fazendo com que cada família ficasse presa à sua esfera doméstica, o que contribuiu para mudanças de comportamento numa direção individualista.

Outrossim, a relação dos Tapios com a natureza também se modificou, uma vez que as matas, provedoras da caça e do solo para o plantio

das roças, foram derrubadas, rapidamente, e transformadas em pasto para o gado dos fazendeiros.

Além disso, as roças foram reduzidas com a concentração da terra nas mãos dos fazendeiros. Assim, os Tapuios se viram obrigados a restringir suas roças à monocultura do arroz – principal produto da alimentação da comunidade –, mas esse produto era insuficiente para o consumo anual das famílias, o que abalou a produção para a subsistência da comunidade. Outra alteração na produção das roças foi a introdução, pela Funai, das roças mecanizadas em detrimento do sistema tradicional empregado pela prática da coivara e da autonomia dos Tapuios. Esses se tornaram dependentes das sementes e dos insumos agrícolas fornecidos pela Funai, deixando de seguir seu próprio ritmo para fazer suas plantações e alterando o calendário agrícola de acordo com o momento da entrega desses produtos. Isso gerou outro problema, pois eles deixaram de guardar sementes para a plantação das próximas roças, aumentando mais ainda a dependência do órgão governamental.

Desse modo, uma vez que os roçados não eram mais suficientes para a alimentação anual das famílias e a natureza não fornecia mais a caça e o peixe, os Tapuios passaram a depender dos produtos industrializados, comprados nas cidades vizinhas. Essa situação revela que o grupo perdeu sua autonomia alimentar, e eles agora são dependentes do feijão, do açúcar, do café, da carne de gado, do macarrão, da farinha de trigo, da bolacha/biscoito, do sal, dos doces, dos embutidos e dos refrigerantes, além de outros produtos industrializados.

Assim, mais uma alteração significativa no modo de vida dos Tapuios foi a introdução do sistema de trabalho assalariado e da renda proveniente das aposentadorias e das pensões. Com maior poder aquisitivo, os Tapuios passaram a ter, também, maior poder de compra, adquirindo não somente alimentos, mas roupas, móveis, eletrodomésticos, motos, celulares, entre outros.

Nesse sentido, uma pesquisa sobre os hábitos alimentares dos Tapuios, realizada em 2010, constatou que entre os itens que representavam os maiores gastos estava a alimentação, em primeiro lugar; na sequência, os gastos com vestuário e, em terceiro lugar, o consumo de energia elétrica. Isso significa que a maior parte da renda dos Tapuios é usada para cobrir gastos com a alimentação, confirmando a grande dependência dos produtos do mercado regional e a não autossuficiência em relação à subsistência. Se por um lado os Tapuios aumentaram seu poder de compra, por outro, eles acabaram sendo tragados pelo sistema de endividamento no comércio,

onde boa parte de sua renda ficou comprometida com a compra parcelada dos produtos industrializados.

Sendo assim, todas essas alterações ocorridas na vida dos Tapuios, decorrentes dos efeitos da globalização e do modo de vida urbano de pequenas cidades, influenciaram, concomitantemente, os hábitos alimentares da comunidade indígena. Mesmo produzindo parte de alguns produtos básicos da alimentação, como o arroz, os Tapuios ainda precisavam adquirir produtos disponíveis por meio de relações econômicas monetarizadas. O acesso à banha de porco produzida em seus domicílios não impedia a preferência de alguns pelo óleo de soja comprado na cidade, por exemplo. Até o arroz era comprado na cidade por algumas famílias que não produziam roça, por achar que o trabalho era muito dispendioso e não compensava sua produção, ficando mais barato comprar na cidade.

Além disso, se o ato de comer está relacionado com vários fatores socioeconômico-religiosos, no caso dos Tapuios foram determinantes os fatores econômicos. Esse está relacionado às necessidades biológicas, mas também ao poder aquisitivo e aos gostos, na medida em que podem escolher, de acordo com seus rendimentos, produtos comestíveis que estão fora da alimentação básica. As escolhas, ou gostos, por alimentos provenientes da indústria alimentar foram, em parte, motivadas pela publicidade veiculada na televisão, que a comunidade passou a adquirir com a instalação de luz elétrica, na aldeia, em 2005.

Segundo Pierre Bourdieu (1983), o gosto não é somente originado da vontade própria do indivíduo (livre-arbítrio), mas é também determinado pelas condições de estilos de vida que vão moldar as preferências do indivíduo. O consumo, orientado pelos novos “gostos” dos Tapuios, passa a ser determinado pelas influências da produção e da comercialização moderna de alimentos, dado que eles estão expostos aos meios de comunicação e ao modo de vida urbano de pequenas cidades. Hoje, com um poder aquisitivo mais elevado, em decorrência do trabalho assalariado, os Tapuios passam a ter um maior poder de compra, o que vai lhes permitir ostentar um estilo de vida diferente do tempo dos antigos, gerando mudanças importantes em seus hábitos alimentares. Porém, o maior poder aquisitivo não significa, necessariamente, o poder de compra de produtos de qualidade, com valores nutricionais necessários a uma qualidade de vida adequada.

A introdução de alimentos industrializados, de baixo custo, ricos em gordura e açúcar, na alimentação dos Tapuios tem causado doenças como

obesidade e diabetes, que, somadas à vida sedentária, vêm se alastrando nos domicílios familiares. Isso tem a ver com os efeitos das indústrias e das tecnologias alimentares, que, por meio do processo de globalização, afetam a qualidade nutricional e gastronômica, alterando a qualidade de vida da comunidade Tapuia.

Em síntese, na pesquisa sobre os hábitos alimentares dos Tapuios, realizada em 2010, foi detectado o alto percentual de sobrepeso e de obesidade, em maior proporção nas mulheres, que ultrapassava as taxas nacionais. Esse percentual elevado é um sinal de alerta em relação ao problema da obesidade e de outras doenças crônicas que se associam à obesidade (MOURA, 2011). O que se pode observar é que a introdução desses alimentos industrializados está mudando não só a rotina alimentar da comunidade, como também (está) alterando o seu estado nutricional e promovendo estilos de vida inadequados.

Conclusão

Portanto, constata-se que os hábitos alimentares da comunidade Tapuia sofreram algumas mudanças, que passaram pelas alterações no modo tradicional de produzir as roças, nas técnicas, nos instrumentos utilizados, nos produtos cultivados e nas áreas a serem cultivadas.

Nessa lógica, uma das primeiras mudanças tem a ver com a transição de práticas baseadas, anteriormente, em trocas de reciprocidade, onde os mutirões e as traições representavam o dom que aproximava as pessoas, criava e fortalecia os laços de solidariedade, produzindo alianças (MAUSS, 1974), para práticas baseadas no trabalho assalariado e na incorporação de atividades econômicas monetarizadas. Com a entrada de dinheiro em espécie, fruto dos ordenados, das aposentadorias, das pensões, da venda de leite de gado e da venda de animais, tem-se uma maior circulação de moeda para as trocas dentro e fora da aldeia.

Outra mudança tem a ver com as terras reduzidas, obrigando-os a encolher também suas roças, passando à condição de monocultores, com plantio insuficiente para o consumo anual. Contudo, a ajuda entre os membros da comunidade foi de fundamental importância na redução das dificuldades. Em relação à permanência da produção alimentar, observa-se que, em meio às mudanças, a utilização da cooperação entre os membros

da comunidade para ajudar pessoas necessitadas subsistiu-se por meio da prática do “troca-dia”. Nesse sentido, a utilização dessa prática de cooperação intercambiável no trabalho não significa somente uma forma de prestação de serviço, de modo a suprir as necessidades de uma família, mas tem a ver com a manutenção e com a extensão dos laços de solidariedade da comunidade, por meio da retribuição do serviço prestado, estabelecendo uma relação de reciprocidade entre os seus membros.

Com a diminuição da autonomia alimentar, como já mencionado, os Tapuios passaram a introduzir alimentos industrializados, mudando a rotina alimentar da comunidade e o seu estado nutricional, promovendo, assim, estilos de vida inadequados, como é o caso do surgimento de diabetes e de obesidade.

Se a agricultura não é mais a principal fornecedora de alimentos para algumas famílias Tapuias, isso não quer dizer que os produtos básicos da alimentação, anteriormente consumidos, tenham sido substituídos. O prato básico continua sendo composto de arroz, de feijão, de abóbora e de batata-doce, acompanhados de uma carne e, às vezes, de legumes e hortaliças. Isso nos permite afirmar que não houve alterações profundas nos hábitos alimentares dos Tapuios, e as mudanças estão mais no nível das adaptações à modernidade (WOORTMANN, 2007).

Essas adaptações podem ser visualizadas no modo de preparar e de escolher os alimentos, facilitado, em parte, pelo acesso às inovações tecnológicas como o fogão a gás, à conservação de alimentos em geladeiras, ao uso de panelas de pressão, de liquidificadores e à aquisição de produtos congelados e/ou prontos para o consumo (pão, bolachas, refrigerantes, enlatados e embutidos).

Em meio às pressões e às reorientações impostas pelo processo de globalização, os Tapuios têm buscado apropriar-se novamente de alimentos antes produzidos apenas para o consumo de algumas famílias, para estender sua disponibilidade a toda comunidade e também à comercialização. Trata-se do caso da mandioca, pois, a partir da organização das mulheres, foi construída uma casa para o processamento da farinha. O trabalho das mulheres no processamento da mandioca em farinha está sendo fundamental em relação à sua organização política, o que vem se tornando símbolo de identificação da mulher Tapuia. Essa participação das mulheres, articuladas em torno da casa de farinha, tem o reconhecimento da comunidade e possibilitou a elas a conquista de um lugar de representação nas decisões da comunidade.

Portanto, acompanhando o pensamento de Poulain (2001, p. 21), quando afirma que, “apesar da globalização, particularidades nacionais e regionais não desaparecem tão rapidamente, elas permanecem fortes. Mesmo que se consumam alimentos que tenham a mesma origem, isso não faz dos hábitos alimentares homogêneos”.

Logo, apesar do aceleramento do processo de globalização, impactando os hábitos e as práticas alimentares dos indivíduos, bem como o consumo e os estilos de vida de cada um, as reações e as adaptações alimentares, tanto nos níveis nacional, regional, assim como local, persistirão inviabilizando o processo de homogeneização dos hábitos alimentares.

Referências

- ARNAIZ, Mabel Garcia. Mudanças econômicas e socioculturais e o sistema alimentar. Em direção a uma nova ordem alimentar? In: CANESQUI, Ana Maria et al. *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2005. p. 147-164.
- BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato. (org.). Pierre Bourdieu: *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- IANNI, Octávio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- LAZARIN, Rita Heloisa de Almeida. *O Aldeamento Carretão: duas histórias*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Brasília, UnB, 1985.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. Vol. 2.
- MOURA, Marlene Castro Ossami de. *Os Tapuios do Carretão: etnogênese de um grupo indígena do Estado de Goiás*. Goiânia: Editora da UCG, 2008.
- MOURA, Marlene Castro Ossami de. (Coord.) *Relatório do projeto cultura e hábitos alimentares dos Tapuios do Carretão*. Goiânia: PUC Goiás/UFG/ FAPEG, 2011.
- POULAIN, Jean-Pierre. *Sociologies de l'alimentation: les mangeurs et l'espace social alimentaire*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.
- WOORTMANN, Ellen. Padrões tradicionais e modernização: comida e trabalho entre os camponeses teuto-brasileiros. In: MENASCHE, Renata (Org.). *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

Capítulo 4

O BANDEIRISMO PAULISTA E A COLONIZAÇÃO MAMELUCA DE GOIÁS

Nilson Jaime¹

O papel dos bandeirantes na colonização de Goiás – território que abrange hoje este Estado, também Tocantins, o atual Distrito Federal e áreas anexadas dessa região por Mato Grosso, Minas Gerais e Maranhão – é um dos mais controversos temas da historiografia goiana e brasileira. De acordo com Davidoff (1982), o papel dos bandeirantes e do bandeirismo tem aspectos positivos e negativos, prevalecendo uma abordagem mais condescendente ou mais crítica, conforme a época. Na primeira metade do século XX e, mais acentuadamente, nas duas décadas que antecederam os 400 anos de São Paulo, comemorado em 1954, a ênfase foi na exaltação do bandeirante, do homem “paulista”, do sertanista e sua epopeia na expansão territorial do Brasil.

Historiadores como Afonso d’Escragnolle Taunay (1876-1958), da Academia Brasileira de Letras, autor de *Carta geral das bandeiras paulistas* (1922) e *História geral das bandeiras paulistas* (1924 a 1950) em 11 volumes; *Relatos sertanistas* (1953) e *Relatos Monçoeiros* (1953), além de dezenas de outras obras afins; e Alfredo Ellis Jr. (1896-1974), do Instituto Histórico e

1 Engenheiro agrônomo, mestre e doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), presidente da Sociedade Goiana de História da Agricultura (SGHA) e coordenador do Projeto GOIÁS +300 – *Reflexão e Ressignificação*. E-mail: nilsong-jaime@gmail.com

Geográfico do Brasil (IHGB), com *Bandeirismo paulista e o recuo do meridiano* (1924), *Raça de gigantes* (1926), *Populações paulistas* (1934) e *Meio século de bandeirismo* (1946), elevaram o bandeirismo e a “paulistânia” ao nível máximo, exaltando as supostas virtudes e a intrepidez desses sertanistas de São Paulo. Atualmente prevalece uma abordagem crítica ao bandeirismo, pelo grande impacto que esse movimento teve sobre os povos originários do Brasil, levando-os ao extermínio, em muitos casos.

Em contraposição ao apresamento de indígenas proporcionado pelas bandeiras (TAUNAY, 1981a) e monções (TAUNAY, 1981b), e ao genocídio de etnias autóctones em dois séculos de expansão para o Sul, Norte e Oeste do Brasil, sucessivamente, costuma-se argumentar, a favor do bandeirismo, que Portugal avançou a ocupação sobre as possessões espanholas para além da Linha de Tordesilhas (CIDADE, 1954), aumentando substancialmente a área que formaria o atual território brasileiro (MAGALHÃES, 1935).

Os principais autores que escreveram sobre a colonização de Goiás, como o Cônego Luís Antônio da Silva e Sousa (1764-1835), Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839) (ver ARRAIS *et al.*, 2021), Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) e, mais recentemente, o padre Luís Palacin (1927-1998) e Paulo Bertran (1948-2005), o fizeram com o olhar sobre o “homem branco” – no imaginário popular, a figura do português – que impôs sua cultura sobre os indígenas que habitavam a região. Pouco se evidencia que os colonizadores eram mamelucos paulistas, em sua maioria, filhos, netos e bisnetos de indígenas, portanto adaptados às agruras do sertão. A origem étnica desses bandeirantes fez diferença, pois facilitou a empatia, a integração, e a absorção de elementos culturais dos povos colonizados, não obstante sua desculturação e, em muitos casos, eliminação. Bertran (2011, p. 111 e 113), embora ciente das diferenças dos “paulistas” com os reinóis, insiste em caracterizar a bandeira de André Fernandes – filho de João Ramalho com Bartira, neto de Tibiriçá –, que singrou os sertões de 1613 a 1615, como uma pequena expedição composta por “30 brancos”. Essa falta de diferenciação faz com que as pessoas imaginem que os “mamelucos paulistas”, como o Anhanguera-Filho, e os “amboabas”, que não se toleravam, de acordo com os relatos do alferes José Peixoto da Silva Braga (ARTIAGA, 1947; BERTRAN, 2011), sejam entendidos como “homens brancos”, dotados dos mesmos valores e dos mesmos interesses.

Os colonos de São Vicente e São Paulo

Vasta é a literatura que trata da colonização do litoral de São Vicente, da fundação da Vila de Santo André da Borda do Campo por João Ramalho (TAUNAY, 1968) e, por fim, da criação da Vila de São Paulo de Piratininga (1554), que foi, em última instância, o ponto de apoio para a empreitada das bandeiras (por terra) e monções (através dos rios), rumo ao Oeste do então território espanhol.

De acordo com Zequini (2004), a Vila de Santo André da Borda do Campo foi instalada na área onde estava localizado o aldeamento estabelecido por João Ramalho, ou seja, na borda do campo que lhe nominou, cujo “peabiru” ligava o litoral vicentino às terras planas de Piratininga, caminho obrigatório para o sertão. Theodoro & Ruiz (2004) apontam a importância estratégica da Vila de São Paulo para a conquista das terras a oeste da Linha de Tordesilhas, até então, território do império espanhol.

Não há como estudar o bandeirismo sem mencionar os colonos pioneiros, que, consorciando-se em relação estável com as cunhãs indígenas do Planalto de Piratininga, proporcionariam as gerações futuras de mamelucos-bandeirantes que avançariam por todo o continente americano, buscando o apresamento de indígenas e ouro. Ellis Jr. (1934) faz um estudo sobre o processo de colonização brasileira, concluindo que, neste País ocorreu a “mistura”, caso em que as culturas do colonizador e dos povos originários se fundiram, diferentemente do que ocorre na “superposição” (a gente invasora domina por completo) e na “infraposição” (a cultura da gente invadida é que prevalece), segundo teoria defendida pelo autor.

Washington Luís (1980), em seu livro *Na capitania de São Vicente*, publicado originalmente em 1956, cita os patriarcas das vilas de São Vicente, de Santo André da Borda do Campo e de São Paulo de Piratininga, a partir de dados obtidos, principalmente, da obra do historiador paulista Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777): João Ramalho, Antônio Rodrigues, Lopo Dias, Domingos Luís Grou, Pedro Afonso, Braz Gonçalves, Pedro Dias, Salvador Pires, Pedro Leme, Afonso Sardinha, Braz Cubas, João de Prado, Diogo Braga, e as famílias Bueno, Camargo e Fernandes seriam os patriarcas da nação paulista.

As descendências desses mamelucos podem ser obtidas a partir de Paes Leme (1980), complementado por Silva Leme (1903). Esses dois autores descreveram as linhagens, por exemplo, do português João Ramalho

(1493-1582), consorte da índia Bartira (M'Bicy, batizada como Isabel Dias pelos Jesuítas), filha do Cacique Tibiriçá, morubixaba dos Guaianás que habitavam o Planalto de Piratininga, local onde se assentaria a Vila de São Paulo – a partir de 1554 –, hoje maior cidade do Brasil.

Almeida Prado (1939) e Ellis Jr. (1976), nas obras intituladas, respectivamente, *Primeiros povoadores do Brasil (1500-1530)* e *Os primeiros troncos paulistas*, fazem um histórico da gênese e evolução da “mestiçagem” no Planalto de Piratininga, onde os descendentes daqueles troncos produziram as vergõntes mamelucas que fundariam diversas vilas na então Capitania de São Vicente (1534-1709), como Santana de Parnaíba, Mogi das Cruzes, Itu, Sorocaba, Jundiaí, Taubaté e Guaratinguetá. Segundo Franco (1953), de Santana de Parnaíba saiu o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva (o pai, na década de 1680, e o filho, em 1722), para o “descobrimento” e a “colonização” de Goiás, respectivamente.

Os mamelucos paulistas são originários da união de descendentes dos varões citados anteriormente com jovens indígenas da região do Planalto. Ellis Jr. (1976) anota que João Ramalho teve oito filhos com Bartira, filha do Cacique Tibiriçá. Pedro Dias, 13 rebentos com Terebé, igualmente filha de Tibiriçá. Domingos Luís Grou, sete filhos, 32 netos e 80 bisnetos com uma filha do cacique de Carapicuíba. Braz Gonçalves, quatro filhos, dez netos e pelo menos 48 bisnetos com uma filha do cacique de Virapueiros. Pedro Afonso, quatro filhos, nove netos e pelo menos dez bisnetos com uma índia Tapuia. Braz Esteves, 14 filhos com uma índia. Braz Esteves Leme, o moço, mameluco, 20 filhos com uma índia. Salvador Pires, sete filhos, 39 netos e pelo menos 184 bisnetos com Mécia-Ussu, mameluca, neta de índios. Ellis Jr. (1976) cita em várias páginas (44 a 53), o nome de descendentes de Bartolomeu Bueno da Ribeira, Jusepe de Camargo e dezenas de outros que constituíram descendência mameluca a partir do consórcio com jovens indígenas.

A tradição de imigração de habitantes de Parnaíba (hoje, Santana de Parnaíba) para a região de Goiás se manteve viva ao longo de todo o século XVIII, de acordo com Fleury Curado (1956) e Jayme (1973), já que diversas famílias que se radicaram em Meia-Ponte (hoje, Pirenópolis) vieram da ribeirinha cidade às margens do Tietê. Para confirmar essa tradição, Jaime (2018, p. 90) aponta, por exemplo, que o padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury (patriarca das famílias goianas Sócrates, Cícero, Confúcio, Jayme e Sêneca, e de mais de 50 outras linhagens parciais de nomes como Sá,

Mendonça, Lopes, Nascimento, Perillo e Caiado; presidente da Província de Goiás, e um dos patronos da imprensa goiana) e seus irmãos, genearcas das numerosas famílias “goianas” Fleury e Curado, descendem de Mécia Bueno da Fonseca (JAIME, 2016, p. 170).

Mécia, trineta do primeiro Anhanguera (com Isabel Cardoso), é natural de Parnaíba, tendo migrado para Goiás no século XVIII, após casar-se com o paulista José Cardoso de Camargo, filho de João Lopes Camargo (FRANCO, 1953, p. 94) – um dos fundadores, em 1698, do Arraial de Padre Faria, hoje Ouro Preto – hexaneto de João Ramalho com Bartira. Um átimo, pelo menos, do sangue dos mamelucos paulistas corre nas veias de centenas de milhares de goianos, seja pelo bandeirismo, ou pela sucessão de imigrações, de São Paulo e Minas Gerais para Goiás, que se seguiu ao período bandeirista.

O rol de famílias radicadas em Goiás que descendem dos mamelucos paulistas se estende às linhagens Bueno, Camargo, Ortiz, Pires, Vaz, Cerqueira, Cardoso, Alvarenga, Faria, Chaves, Abreu, Fogaça, Silva, Xavier de Barros, Ribeiro de Campos, Ribeiro Barbosa, Prado, Furtado, Leite, Andrade, Araújo, Fonseca, Almeida, Siqueira, Carvoeiro, Batista, Martins, Bicudo da Rocha e tantas outras das 140 famílias estudadas por Jayme (1973), algumas anteriormente ligadas aos paulistas por Fleury Curado (1956).

As citações dessas famílias oriundas de São Paulo, longe de pretender insinuar alguma nobiliarquia, ou ligação heráldica com a nobreza ibérica, têm, ao contrário, o objetivo de desmitificar pretensos valores nobiliárquicos, e evidenciar que muitos dos sobrenomes tradicionais de Goiás são de linhagem indígena, descendentes dos já citados Tibiriçá, Piquerooby e Caiuby, conforme Fleury Curado (1976) e Jaime (2016; 2018). Se há nobreza, ela não está alicerçada em valores heráldicos, mas na tenacidade, na intrepidez, no espírito empreendedor e na resiliência, próprios dos indígenas do Planalto de Piratininga e seus descendentes mamelucos.

Jayme (1973), no capítulo 112, volume 5, de *Famílias Pirenopolinas*, lista 25 linhagens familiares de origem africana, sem se aprofundar na ancestralidade, mas um valioso repositório para estudos posteriores. Contudo, os elementos indígenas da formação das famílias goianas foram ignorados pelo genealogista pirenopolino. Percebe-se, por sua obra, que há uma tendência de as pessoas ignorar sua ancestralidade indígena, exceto os remotos “tive uma tatatravó índia”, ou “pega no laço”.

Voltando ao Planalto de Piratininga seiscentista, com uma visão mais crítica que Pedro Taques Paes Leme, Monteiro (2004) aponta que, para os índios, a mestiçagem levava ao esquecimento das origens, não significando sua inclusão plena na ordem social colonial e nem cumpria o desejo de “ser branco”, antes, compor a “ninguendade”, como sugeriu Darcy Ribeiro (1922-1997). Para o antropólogo mineiro:

A instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o cunhadismo, velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade. Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo. (RIBEIRO, 1995).

À medida que a sociedade se desenvolvia e aumentava a miscigenação, os indígenas eram incorporados à sociedade colonial, não na qualidade de membros, mas para serem desgastados até a morte, servindo como bestas de carga a quem deles se apropriava, segundo Ribeiro (1995). O antropólogo explica que “assim foi ao longo dos séculos, uma vez que cada frente de expansão que se abria sobre uma área nova, deparando lá com tribos arredias, fazia delas imediatamente um manancial de trabalhadores cativos e de mulheres capturadas para o trabalho agrícola, para a gestão de crianças e para o cativo doméstico” (RIBEIRO, 1995).

Em 1933 – época da efervescência da exaltação bandeirista –, Gilberto Freyre (2013) expôs os nervos do esquecimento social de nossas origens indígenas, ao publicar o clássico *Casa Grande & Senzala*, evidenciando a força da herança cultural indígena na sociedade brasileira:

À mulher gentia temos que considerá-la não só a base física da família brasileira, aquela em que se apoiou, robustecendo-se e multiplicando-se, a energia de reduzido número de povoadores europeus, mas valioso elemento de cultura, pelo menos material, na formação brasileira.

[...]

Da cunhã é que nos veio o melhor da cultura indígena. O asseio pessoal. A higiene do corpo. O milho. O caju. O mingau. O brasileiro de hoje, amante do banho e sempre de pente e espelhinho no bolso, o cabelo brilhante de loção ou de óleo de coco, reflete a influência de tão remotas avós. (FREYRE, 2013).

Quanto ao negro, Ellis Jr. (1976) afirma que, nos séculos XVI, XVII e até na primeira metade do século XVIII, essa etnia era ausente, quase desconhecida, só existindo em casos esporádicos na Capitania de São Vicente. O mesmo Ellis Jr. (1940), na separata *O Negro no Bandeirismo* – um trabalho em que utiliza termos, conceitos e explicações que hoje se mostram inapropriados, mal escondendo o racismo sistêmico em vigor à época –, afirma que o negro era um ativo econômico que se fixou nos primeiros séculos no Nordeste brasileiro, região de exploração do pau-brasil e da cana-de-açúcar. Daí, conclui Ellis Júnior, que São Vicente só posteriormente, à medida que viu evoluir sua economia, teria agregados elementos negros à sua miscigenação étnica.

Rumo ao Oeste

Goes Filho (2015) discorre sobre a dificuldade de se conceituar apropriadamente as “entradas” e as “bandeiras”, os dois principais mecanismos de organização para as incursões pelo sertão, lembrando que nos livros de História do Brasil era comum se classificar entradas como as expedições organizadas pelo Governo e bandeiras, as incursões particulares. Foi esse o conceito utilizado por Washington Luís (1980) – o ex-presidente Washington Luís Pereira de Souza (1869-1957) que, antes de se tornar prefeito da cidade de São Paulo, governador daquele Estado e, finalmente, presidente do Brasil – para desenvolver suas pesquisas a partir de 1913, sobre a Capitania de São Vicente e a formação do bandeirismo, publicando sua obra síntese sobre o tema em 1956.

Goes Filho (2015) entende que essa diferenciação entre “entrada” e “bandeira” não é mais aplicável, pois, sabe-se hoje, havia um misto de participação do poder público com o privado nessas expedições. Lembra esse autor que Capistrano de Abreu não se preocupa em classificar o movimento, chamando todas as incursões de “bandeiras”: amazonenses, maranhenses, pernambucanas, baianas e paulistas, critério seguido também pelo historiador paulista Afonso d’Escagnolle Taunay em todas as obras de sua autoria citadas neste texto.

Por fim, acentua Goes Filho que:

Os historiadores contemporâneos brasileiros, por motivos didáticos, esforçam-se por encontrar um critério prático para identificar os diversos aspectos do movimento, havendo tendência em usar o vocábulo “entrada” para designar: a) na costa leste, as campanhas geralmente oficiais de conhecimento da terra e pesquisa de metais preciosos, especialmente as do século XVI, que tiveram como origem as várias povoações litorâneas, Porto Seguro, Salvador e Olinda em especial; b) na costa norte, as expedições fluviais do século XVII, que, depois da fundação de Belém, foram desbravando as margens dos grandes rios da Amazônia. A palavra “bandeira” ficaria, pois, reservada para o mais duradouro e o mais importante conjunto de ações de devassamento do sertão: o que teve por cenário a Capitania de São Vicente (Capitania de São Paulo a partir de 1681), que, em certa época, chegou a abranger o Sul e o Centro-Oeste do Brasil; e, por foco irradiador, o povoado de São Paulo de Piratininga. (GOES FILHO, 2015, p. 116).

Zequini (2004) escreveu que os mamelucos faziam a ponte entre as culturas dos índios e brancos e que para os europeus eles eram os “línguas da terra” (intérpretes) e guias para as entradas na mata, devido aos profundos conhecimentos que tinham do sertão: da geografia, dos moradores indígenas e dos recursos naturais que proporcionavam a alimentação.

Monteiro (2022) destaca que o padre jesuíta Manoel da Nóbrega, em sua missão de catequizar e converter os “negros da terra” (índios), embora desgostoso pelos modos gentílicos de João Ramalho, considerava imperiosa a aliança com esse patriarca para a pacificação da Capitania. Na carta a Luís Gonçalves da Câmara, datada de 31/08/1555, segundo Monteiro (2022), Nóbrega reconheceu a fundamental presença de André Ramalho, filho do patriarca João Ramalho, “para dar mais autoridade ao nosso ministério, porque [João Ramalho] é muito conhecido e venerado entre os gentios, e tem filhas casadas com os principais dos homens desta Capitania, e todos estes filhos e filhas são de uma índia, filha dos maiores e mais principais desta terra”.

Várias são as razões apontadas pelos historiadores para as expedições rumo ao Oeste, principalmente Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso: a procura de ouro; o apresamento de índios para escravização; a ocupação do território espanhol a Oeste da Linha de Tordesilhas, possessões hispânicas, por direito desde 7 de junho de 1494.

Silva (2004) conceitua os paulistas em movimento, como bandeiras, monções e tropas, responsáveis pela chamada “Paulistânia”, a região expandida a partir de São Paulo, hoje contida em parte dos territórios de Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Distrito Federal. Silva (2004) identifica quatro tipos de expedições realizadas pelos bandeirantes paulistas entre 1550 e 1722: a) contra reduções jesuíticas espanholas; b) de apresamento de outros grupos indígenas; c) expedições mercenárias paulistas no Nordeste; e d) a grande expedição de Raposo Tavares.

Embora a “descoberta” de Goiás seja imputada a Bartolomeu Bueno da Silva, o “Anhanguera”-Pai, em 1682, e ao seu filho de mesmo nome e alcunha, cuja bandeira fundou os primeiros arraiais na década de 1720, Americano do Brasil (1961) cita diversas outras expedições que antecederam aos dois bandeirantes paulistas: i) a de Sebastião Marinho, em 1592; ii) a do capitão-mor Domingos Rodrigues, de 1596, continuador da expedição de João Pereira de Sousa Botafogo; iii) a do capitão-mor Belchior Dias Carneiro, que combateu os índios Caiapós; iv) a bandeira do capitão-mor Antônio Pedroso de Alvarenga, que atingiu os sertões de Paraupava (entre os rios Araguaia e Tocantins), permanecendo na região entre 1615 e 1618, quando retornou a São Paulo; v) a bandeira do capitão-mor Francisco Lopes Buenavides, em 1665; vi) a bandeira de Lourenço Castanho, que tangenciou Goiás em 1668; vii) a bandeira de Luiz Castanho de Almeida, que visita terras ao norte do Rio Paranaíba, em 1671, quando foi morto por índios reativos; viii) nesse ano, a bandeira de Antônio Soares Paes, que encontra a remanescente bandeira anterior; ix) a de Sebastião Paes de Barros, que entra em Goiás no ano de 1674, chegando ao Rio Tocantins; x) diversas outras expedições vindas do Norte, como a do jesuíta Frei Cristovam de Lisboa, em 1625. Teixeira (2011) aprofunda na descrição dessas e de outras bandeiras e tropas que singraram Goiás dos séculos XVI a XVIII.

A expedição do Primeiro Anhanguera

Embora outras expedições tenham penetrado o interior da região dos Goyazes, é comum se considerar que o descobridor de Goiás seja Bartolomeu Bueno da Silva, “nascido na vila de Parnaíba, filho de Francisco Bueno e de Felipa Vaz, sobrinho de Amador Bueno, *O aclamado rei dos paulistas*”

(AZEVEDO MARQUES, 1980). O historiador Alencastre (1979), que foi o 16º presidente dessa província, entre 22/04/1861 e 26/06/1862 (FERREIRA, 1980), anota:

Os historiadores, irrecusáveis documento e a própria tradição, que inalterável tem atravessado os tempos, são acordes em atestar que as glórias do descobrimento de Goiás pertencem todas a Bartolomeu Bueno da Silva, primeiro deste nome, que em 1682, à frente de uma numerosa bandeira, atravessou o Sul de Goiás e foi ter ao Araguaia, onde encontrou com Antonio Pires de Campos, que, acabando de descobrir Cuiabá, tinha entrado com uma expedição até aquém do Rio das Mortes na conquista dos índios Araés e no descobrimento do ouro. (ALENCASTRE, 1979, p. 28).

Azevedo Marques (1980, p. 106) informa que “Bartolomeu Bueno da Silva, nessa exploração, levava em sua companhia um filho do mesmo nome, de idade de 12 anos, que voltou com seu pai a Parnaíba, tendo este apreendido e conquistado tantos índios que com eles se poderia fazer uma vila”. Para aquele autor, Bartolomeu Bueno da Silva, pai, renunciou “por essa ocasião à exploração de minas do precioso metal, mas tendo obtido a certeza de sua abundância pelo estratagema de lançar fogo a um vaso de aguardente em presença de índios que, aterrados, prometeram mostrar os lugares em que existia; e pelo que, daí em diante, o denominaram *Anhanguera*, que significa ‘Diabo Velho’” (AZEVEDO MARQUES, 1980, p. 106). Ferreira (1960, p. 129) expõe suas dúvidas sobre o mito do “fogo na aguardente”, lembrando que tal ocorrera com o bandeirante Francisco Pires Ribeiro, conforme indicação de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, décadas antes. Contudo, um evento não invalida o outro. Um truque bem-sucedido poderia ser repetido inúmeras vezes, o que não ocorreria se o embuste não fosse eficaz.

De acordo com Azevedo Marques (1980, v. 1, p. 106), “Bartolomeu Bueno tinha um olho furado, ou estragado, provindo desse defeito o nome que os índios lhe puseram; mas atribuí o fato da aguardente em chamas a outro paulista, também conquistador de índios, chamado ‘Bento’ Pires Ribeiro”. Veja que os personagens de Azevedo Marques (1980) e de Ferreira (1960) possuem prenomes distintos.

Faleceu Bartolomeu Bueno da Silva, o pai, no final do século XVII, deixando nove filhos (AZEVEDO MARQUES, 1980), dentre eles seu

primogênito homônimo, que seguiria seus passos de bandeirante, e a caçula Maria Pires Bueno, que, casando-se com Antônio Ferraz de Araújo, gerou progênie que migraria para Meia-Ponte (hoje Pirenópolis), onde deixaria dezenas de milhares de descendentes (FLEURY CURADO, 1956; JAIME, 2016; JAIME, 2018).

Taunay (1975) lembra que o Primeiro Anhanguera notabilizou-se pelas enormes jornadas realizadas em terras hoje mato-grossenses e goianas. Por volta de 1682, “estava entre os gentios Goiás, em cujo território descobriu indícios de ouro. Nessa jornada levava um filho de doze anos, seu homônimo, que seria o Segundo Anhanguera, o glorioso descobridor dos jazigos auríferos goianos em 1725” (TAUNAY, p. 99).

A expedição do Segundo Anhanguera

De acordo com Franco (1953), Bartolomeu Bueno da Silva, homônimo de seu pai, por isso apelidado “Anhanguera”, filho, ou “Segundo Anhanguera”, desde a adolescência andava com seu genitor pelos sertões, sendo um dos deslumbrados da Serra dos Martírios. Essa ficção, surgida no último quartel do século XVII em São Paulo, dava conta de que “na serra ou pedernais de cristais, que do meio dela se emparedam até o alto, tinha por obra da natureza umas semelhanças da coroa, lança e cravos da paixão de Jesus Cristo”. Essa serra teria sido avistada por Antônio Pires de Campos e Bartolomeu Bueno da Silva, o pai, acompanhados ambos – em excursões distintas, que se encontraram na região do Rio Araés – de seus filhos adolescentes, e homônimos. Segundo Franco (1953), essa lenda seria determinante para o descobrimento das minas de Cuiabá (1718) e de Goiás (1725). Ferreira (1960), procurando desvendar o *Mistério do ouro dos martírios*, descreve dezenas de excursões saídas de São Paulo, Cuiabá e Goiás, no século XVIII, em busca do suposto ouro dos martírios. Dentre elas, a bandeira do Segundo Anhanguera.

Azevedo Marques (1980), transliterando Alencastre (1979), relata que a excursão do Anhanguera-Filho, partiu de São Paulo no dia 30 de junho de 1722, levando as *Instruções*, emitidas pelo governador Rodrigo Cesar de Menezes, em 14 de fevereiro de 1721, sobre as recompensas que adviriam das descobertas feitas pelo capitão da bandeira Bartolomeu Bueno da Silva e por seu substituto, capitão João Leite da Silva Ortiz. O alferes

José Peixoto da Silva Braga, presente à bandeira do Anhanguera-Filho, relata a data da partida como dia 3 de julho de 1722 (ARTIAGA, 1947, p. 16).

As catorze *Instruções* de Menezes são uma licença para espoliar, prender e até matar, indicando claramente que buscavam ouro e riquezas, mesmo que à custa do apresamento ou morte dos indígenas:

Todas as nações de índios que o dito Bartolomeu Bueno da Silva achar por aqueles sertões deve mandar praticar pelos línguas que leva, para que se metam de paz e abracem a nossa fé [...] ...e possam por meio de toda a brandura, que com eles se deve usar, alcançar deles as notícias necessárias dos haveres que há nas tuas terras e, se acaso suceder que alguma nação dos ditos índios não queira aceitar a paz que se lhes oferece, e impedir com armas que a tropa faça suas marchas, pondo-se em peleja, em tal caso lhe fará guerra, matando-os e cativando-os, e dos que ficarem cativos deve tirar os quintos para Sua Majestade, mandando-os para esta cidade para serem vendidos pela Fazenda Real. (AZEVEDO MARQUES, 1980, p. 108).

No caso da ocupação de terras a oeste da Linha de Tordesilhas, que só seria revogada pelo Tratado de Madri (1750), as *Instruções* de Menezes são um tributo à dissimulação, uma espécie de “lavar de mãos” da Coroa Portuguesa para o avanço das bandeiras sobre terras espanholas na América do Sul:

Não fará o dito Bartolomeu Bueno da Silva descobrimento algum em terras que pertençam à coroa de Castela, nem consentirá que pessoa alguma entre nos domínios da dita coroa, e tudo o que o fizer o contrário incorrerá na pena de pagar dois mil cruzados para a Fazenda Real, e irá degradado por toda a vida para a Ilha de S. Tomé, e o dito Bartolomeu Bueno responderá por qualquer pessoa que incorra n’esta culpa. (AZEVEDO MARQUES, 1980, p. 109).

No “desentendimento” do governador Menezes, a região de Goiás (e também Mato Grosso), estaria, pois, em terras portuguesas, embora reconhecidamente situadas a oeste da Linha de Tordesilhas. Para ele – subentende-se –, não penetrar em terras de Castela, significaria apenas que a expedição não poderia chegar à Cordilheira dos Andes.

Os caminhos trilhados pelo Segundo Anhanguera até os sertões de Goiás eram já conhecidos de outros bandeirantes que o antecederam.

Nessa trilha, ao longo do denominado “Caminho dos Goyazes”, repleto de antigos “pontos de pouso”, surgiram diversas vilas que tornar-se-iam cidades, nos séculos seguintes. De acordo com Franco (1953, p. 368), até 1728 havia 30 pousos nesse caminho. É possível visitar ainda hoje, no centro de Jaguariúna, SP, a Vila Bueno Pousada. Trata-se de um casarão colonial que pertencera a um nobre senhor de escravos, local onde funcionara um “ponto de pouso” no período bandeirista. Na parte de cima da edificação, as acomodações dos hóspedes, outrora da família do potentado. Embaixo, a senzala, com grades e grillhões, onde hoje funciona um bar. A grande árvore de “pau d’alho” (*Gallesia integrifolia*), no jardim, confere um aroma característico de alho durante a noite. Na sala, centenas de pratos de porcelana personalizados com os nomes dos convivas, tributo do barão aos viajantes, como lembrança de sua hospedagem.

A rota dos bandeirantes – “Caminho dos Goyazes” – foi retratada em livro Garcia (2004), discriminando todas as cidades que surgiram ao longo desta rota. Garcia (2004), relata uma excursão feita em 2004, por uma equipe da EPTV, de Campinas, para comemorar os 25 anos de fundação da emissora, contando com “oito homens, cinco cavalos, dois carros, cinco celulares, dois aparelhos de GPS, dois laptops, 100 ferraduras, 20 sacos de ração, algum dinheiro, cartões de crédito, talões de cheques, seis tubos de pomadas para assaduras, antibióticos de largo espectro, antitêrnicos e nenhuma arma”.

Refazendo “uma rota estimada em 90% similar ao trajeto feito pelo Segundo Anhanguera” – que em 1722 saíra de São Paulo com 39 cavalos, três religiosos bentos, 152 armas (a maioria mamelucos) e 20 índios (ARTIAGA, 1947, p. 16) –, a excursão saiu do Pátio do Colégio, marco zero da fundação de São Paulo (onde se localizava a aldeia de Tibiriçá), passando pelos municípios de Franco da Rocha, Jundiaí, Vinhedo, Valinhos, Campinas, Jaguariúna, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu, Aguaí, Casa Branca, Tambaú, Cajuru, Altinópolis, Batatais, Franca, Ribeirão Corrente, Ituverava e Miguelópolis, todas em São Paulo; Uberaba, Tapuirama, Indianópolis e Cascalho Rico, em Minas Gerais; Catalão, Veríssimo, Ipameri, Urutaí, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Gameleira, Abadiânia, Corumbá de Goiás, Pirenópolis, Jaraguá, Itaguaru, Itaberá e Cidade de Goiás, em território goiano. (GARCIA, 2004, p. 2). O desvio de rota do Anhanguera – “mudou de rumo e seguiu o nordeste quarta de norte” (ARTIAGA, 1947, p. 16-23) – não foi seguido pela expedição da EPTV.

A colonização de Goiás

Após vagar por três anos pelos sertões goianos, a expedição do Anhanguera, Filho, descobriu ouro nas cabeceiras do Rio Vermelho, região da atual Cidade de Goiás, retornando triunfante a São Paulo em 21 de outubro de 1725. (PALACIN & MORAES, 1989, p. 10).

Voltando a Goiás, em 1726, com o título de superintendente das minas, Bartolomeu Bueno da Silva, auxiliado pelo guarda-mor João Leite da Silva Ortiz, fundou os arraiais de Sant'Ana, Barra, Ferreiro, Anta, Ouro Fino e Santa Rita, dentre outros. (PALACIN & MORAES, 1989, p. 10; FRANCO, 1953, p. 369).

No rastro das descobertas de ouro pelo Segundo Anhanguera, foram fundadas as povoações de Meia-Ponte, Santa Cruz, Crixás, Natividade (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 284), Corumbá, Santa Luzia (Luziânia), Jaraguá, Traíras, Água Quente, São José (Niquelândia), Santa Rita, Muquém, Arraias, São Félix, Cavalcante, Porto Real (Porto Nacional), Pilões, Pilar e Couros (Formosa), dentre outras. (PALACIN & MORAES, 1989, p. 11).

Bartolomeu Bueno da Silva, teve cassadas as concessões de sesmarias que recebera como recompensa pelo descobrimento das minas de Goiás, assim como as passagens de rios por três vidas (100 anos), por determinação do governador Caldeira Pimentel, ato aprovado pelo Rei, em 1733. Faleceu o Segundo Anhanguera, na vila de Sant'Anna, em situação de pobreza, deixando descendência em Goiás, no dia 18 de setembro de 1740 (FRANCO, 1953, p. 370).

A ação bandeirante de colonização, seguida da imigração de paulistas e mineiros, principalmente, impactou no apresamento e aldeamento de indígenas, levando à dizimação de muitos povos, e à diminuição de população das etnias remanescentes (CHAIM, 1974; MOURA, 2006; DONISETE & GRUPIONI, 2000).

Tema por demais complexo para o exíguo espaço deste artigo, a colonização de Goiás será objeto de um dos livros da *Coleção GOIÁS +300: Reflexão e Ressignificação*, que integra o projeto de mesmo nome, do qual este autor é um dos coordenadores e editor-geral. Todavia, neste livro, nos capítulos 2, 5, 6, 7 e 8, essa temática foi abordada.

Apresento alguns temas, à guisa de sugestão para a discussão, reflexão e ressignificação, a serem abordados nos livros *Colonização de Goiás, Povos Originários e Herança Africana e Resistência*, desta coleção:

1) O impacto e o legado da escravidão: algumas das consequências imediatas da descoberta de ouro na região das minas de Goiás, foram o aumento da população e a introdução de pessoas em situação de escravidão, chegando a 12 mil negros, já em 1736, número estimado em cerca de 60% da população (PALACIN & MORAES, 1989, p. 30). Qual a situação econômica e social dos afrodescendentes em Goiás, naqueles dias e hoje?

2) A desculturação, dizimação e resistência dos povos originários: de acordo com Chaim (1974), a pacificação, catequese e integração dos indígenas significaram torná-los úteis aos interesses do colonizador europeu, sendo sumariamente eliminados ou escravizados, quando não se submetiam a esses interesses. Qual o legado dos povos originários para a cultura e os saberes dos habitantes do território goiano?

3) Preservação dos territórios e culturas indígenas: Moura (2006, p. 15) dá conta de que, após a divisão do Estado de Goiás, em 1989, a maior parte da população indígena ficou no novo Estado do Tocantins, e apenas três povos em Goiás, com população bastante reduzida. É notável que, em 300 anos de colonização mameluca, Goiás promoveu o quase extermínio dos povos originários desse território. Qual o nível de resiliência desses povos? Que ações são necessárias pela sociedade e autoridades para a preservação dos povos indígenas?

4) Herança indígena: de acordo com Théry & Melo-Théry (2018, p. 140-143), Goiás possui hoje menos de 1% de população indígena e uma forte predominância de pardos, resultante da miscigenação étnica entre brancos, mamelucos, europeus e indígenas. É notório que os ancestrais indígenas são quase que excluídos das histórias e ramos ancestrais familiares. Como resgatar essa história e evidenciar e ressignificar os elementos culturais indígenas presentes em nossa sociedade?

Referências

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás*. São Paulo, Ed. Ipiranga, 1979. 392 p.

ALMEIDA PRADO, João Fernando de. *Primeiros Povoadores do Brasil (1500-1530)*. 2 Ed. Biblioteca pedagógica Brasileira, Brasileira. Série 5ª, Vol. 37. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. 309 p.

AMERICANO DO BRASIL, Antônio. *Súmula de história de Goiás*. 2. ed. Goiânia: Edigraf, 1961. 122 p.

ARRAIS, Cristiano Alencar; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso; OLIVEIRA, Maria de Fátima (Organizadores). *Raimundo José da Cunha Matos: Escritos sobre a Província de Goiás – Corografia histórica – Itinerário – Carta Corográfica*. Goiânia: Caminhos, 2021. 215 p.

ARTIAGA Zoroastro. *Contribuição para a História de Goiás*. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1947. p. 16-23.

AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásio de. *Província de São Paulo – apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos*. Tomo 1. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1980, 379 p.

BARBOSA, Altair Sales. *Andarilhos da clareza – os primeiros habitantes do Cerrado*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2002. 414 p.

BERTRAN, Paulo. *História da Terra e do Homem do Planalto Central – Eco-história do Distrito Federal, do indígena ao colonizador*. Brasília: Editora UnB, 2011. 615 p.

CHAIM, Marivoni Matos. *Os aldeamentos indígenas na capitania de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1974. 240 p. (Tese).

CIDADE, Hernâni. *O bandeirismo paulista na expansão territorial do Brasil*. Coleção História de Portugal, v. 1. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1953. 130 p.

DAVIDOFF, Carlos. *Bandeirantismo: verso e reverso*. Coleção Tudo é História, v. 47. São Paulo: Brasiliense, 1982. 98 p.

DONISETE, Luís; GRUPIONI, Benzi. (Organizadores). *Índios do Brasil*. 4. ed. (2000), 2. reimp. (2011). São Paulo: Global, 2000. 279 p.

ELLIS JR. Alfredo. *Populações paulistas*. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Brasileira, vol. 27, série 5. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934. 264 p.

ELLIS JR. Alfredo. O negro no bandeirismo. Separata dos *Anais do 3º Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia*. Porto Alegre: Oficina Gráfica do Globo, 1940. 20 p.

ELLIS JR. Alfredo. *Meio século de bandeirismo*. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Brasileira, vol. 259, série 5. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948. 201 p.

ELLIS JR. Alfredo. *Os primeiros troncos paulistas*. Coleção Brasileira, v. 59. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976. 248 p.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil: Séculos XVI, XVII e XVIII*. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1953.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Edição Comemorativa 80 anos. São Paulo: Global, 2013. 726 p.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *O mistério do ouro dos martírios - desvendando o grande segredo das bandeiras paulistas*. São Paulo: Gráfica e Editora Biblos, 1960. 450 p.

- FLEURY CURADO, Agnelo Arlington. *Fleury e Curados*. Goiânia: Ed. do Autor, 1956. 191 p.
- GARCIA, João. *O caminho do ouro – uma nova bandeira pela trilha do Anhanguera*. Campinas/SP: Empresa Regional de Comércio Eletônico, 2004. 208 p.: il.
- GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. Ed. rev. e atualizada. Brasília: FUNAG, 2015. 409 p. Il.
- JAIME, Nilson. *Família Jaime/Jayme: Genealogia e História*. Goiânia: Kelps, 2016. 1.148 p.: il.
- JAIME, Nilson. *Frederico Jayme Filho: 50 anos de vida pública*. Goiânia: Antígona, 2018. 623 p.: il.
- JAYME, Jarbas. *Famílias Pirenopolinas (Ensaio Genealógico)*. Goiânia: Ed. Rio Bonito, 1973. Vol. I, II, III, IV V.
- MAGALHÃES, Bernardo de. *Expansão geographica do Brasil colonial*. 2. Ed. argumentada. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Brasileira, vol. 45, série 5. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. 406 p.
- MONTEIRO, John Manuel. Dos campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo. p. 21-67. In: PORTA, Paula (Org.). *História da cidade de São Paulo: a cidade colonial 1554 -1822*. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 672 p.: il.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra – índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 369 p.
- MOURA, Marlene Castro Ossami. *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*. Goiânia: Editora da UCG; Kelps, Editora Vieira, 2006. 377 p.
- PALACIN, Luís. *Sociedade colonial (1549-1599)*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1981. 335 p.
- PALACIN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. *História de Goiás*. 5. ed. Goiânia: UCG, 1989, 125 p.
- PAES LEME, Pedro Taques de Almeida. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. 3 vol. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo. 1980, 852 p.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 470 p.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goyaz*. Tomo primeiro. Biblioteca pedagógica Brasileira, Brasileira. série 5, vol. 68. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. 341 p.

SETÚBAL, Maria Alice (Coord.). *A formação do Estado de São Paulo, seus habitantes e os usos da terra*. Coleção Terra Paulista: histórias, arte, costumes. São Paulo: Cenpec, Imprensa Oficial, 2004. 208 p.

SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. *Genealogia Paulistana*. v. 1. São Paulo: Duprat & Comp., 1903. 549 p.

SILVA, Valdez, A. Paulistas em movimento: bandeiras, moções e tropas. pp. 55-110. In: SETÚBAL, Maria Alice (Coord.). *A formação do Estado de São Paulo, seus habitantes e os usos da terra*. Coleção Terra Paulista: histórias, arte, costumes. São Paulo: Cenpec, Imprensa Oficial, 2004. 208 p.

TAUNAY, Afonso de Escragnoille. *João Ramalho e Santo André da Borda do Campo*. 2. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1968. 326 p.

TAUNAY, Afonso de Escragnoille. *História das bandeiras paulistas*. v. 1., 3. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975. 337 p.

TAUNAY, Afonso de Escragnoille. *Relatos monçoeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP. Série Reconquista do Brasil, v. 33. 1981a. 292 p.

TAUNAY, Afonso de Escragnoille. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP. Série Reconquista do Brasil, v. 34. 1981b. 229 p.

TEIXEIRA, Amália Hermano. *História de Goiás*. Goiânia: Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, 2011. 585 p. (Organizado por Eleuzenira Maria de Menezes e Janete Romano Fontanezi).

THEODORO, Janice; RUIZ, Rafael. São Paulo, de Vila a Cidade: a fundação, o poder público e a vida política. p. 69-113. In: PORTA, Paula (Org.). *História da cidade de São Paulo: a cidade colonial 1554 -1822*. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 672 p.: il.

THÉRY, Hervé; MELO-THÉRY, Neli Aparecida de. *Atlas do Brasil – disparidades e dinâmicas do território*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2018. 392 p.: il.

WASHINGTON LUÍS. *Na Capitania de São Vicente*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo. 1980, 357 p.

ZEQUINI, Anicleide. A Fundação de São Paulo e os primeiros paulistas: indígenas, europeus e mamelucos. p. 29-53. In: SETÚBAL, Maria Alice (Coord.). *A formação do Estado de São Paulo, seus habitantes e os usos da terra*. Coleção Terra Paulista: histórias, arte, costumes. São Paulo: Cenpec, Imprensa Oficial, 2004. 208 p.

Capítulo 5

O BANDEIRANTE COMO CATEGORIA SIMBÓLICA NA COLONIZAÇÃO DE GOIÁS NO SÉCULO XX

Sandro Dutra e Silva¹

*Santuário da Serra Dourada
Natureza dormindo no cio
Anhanguera, malícia e magia
Bota fogo nas águas do rio
Vermelho, de ouro assustado
Foge o índio na sua canoa
Anhanguera bateia o tempo
Levanta, arraial Vila Boa!*

(Joaquim Jayme / José Mendonça Teles)

Uma personagem icônica e que tem sido muito utilizada na representação da conquista do interior brasileiro é o bandeirante. Figura controversa, ora exaltada como símbolo da representação da brasilidade. Ora criticada pelos abusos e violência aplicados sobre as comunidades indígenas na conquista territorial. E um debate sobre o papel dos bandeirantes nessa obra em que refletimos sobre os 300 anos do povoamento

1 Doutor em História Social pela Universidade de Brasília (UnB). Pós-Doutor pela Universidade de Brasília e pela University of California, Los Angeles. Professor Titular na Universidade Evangélica de Goiás, e professor efetivo na Universidade Estadual de Goiás (UEG). É bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

luso-brasileiro em Goiás se faz importante. Os bandeirantes estão presentes em várias narrativas e em diferentes momentos históricos em Goiás. E nossa intenção, de forma alguma, é esgotar o tema, ou propor uma outra interpretação. Nosso objetivo é refletir sobre os usos históricos do bandeirante, como categoria analítica, como tipologia fundante dos processos de colonização promovidos, sobretudo, pelo Estado Novo (1937-1945) e que se vinculam aos processos de implantação das colônias agrícolas nacionais, e mais especificamente com a colonização das matas de São Patrício, no período da criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás. O caminho escolhido foi o debate com a história ambiental, sobretudo no que se refere aos pressupostos da relação entre cultura e natureza em Goiás a partir da categoria “bandeirante”.

Na historiografia brasileira, encontramos uma narrativa convincente acerca das limitações impostas pela natureza, pela geografia e pelas paisagens aos deslocamentos e assentamentos humanos no território nacional. Esse tema tem sido discutido, apaixonadamente, por alguns intérpretes do sertão brasileiro, mas talvez não mais vibrantemente do que por Vianna Moog em sua obra clássica sobre os bandeirantes e os pioneiros (MOOG, 1981). Em muitos estudos, a geografia tem sido descrita como o mais significativo agente limitador na história do desenvolvimento econômico no Brasil – pelo menos em termos territoriais, esse processo se assemelha à história da colonização e expansão da “fronteira civilizadora” nos Estados Unidos da América (HOLANDA, 1986; HOLANDA, 1994; ELLIS JUNIOR, 1934; FREYRE, 1961; RICARDO, 1959).

A matriz historiográfica produzida nos Estados Unidos no final do século XIX nos auxilia nesse exercício interpretativo. Isso porque, diferente da matriz historiográfica europeia, centrada nas relações urbanas e nos processos de industrialização, a narrativa histórica norte-americana procurava entender o papel da fronteira e da natureza (*frontier/wilderness*) na expansão demográfica para o Oeste. Nesse sentido, a ocupação do Oeste brasileiro apresenta narrativas análogas – quando pensamos no papel histórico da fronteira não como marco delimitador, mas como território a ser conquistado – para o sentido interpretativo dos processos de ocupação territorial e demográfica do Oeste dos Estados Unidos (TURNER, 2010; WEBB, 2003; CRONON, 1996). Um outro conceito muito utilizado pela matriz historiográfica norte-americana é *wilderness* (NASH, 1982), cuja tradução mais apropriada para a língua portuguesa seria a de “sertão”. Sertão

foi uma das categorias mais utilizadas pelos cientistas sociais e historiadores brasileiros para se referir ao interior e aos desafios da natureza (CUNHA, 2000). Segundo os historiadores Drummond e Franco (2008), sertão é, definitivamente, a melhor definição para o termo inglês *wilderness*. A teoria social brasileira procurou associar o “sertão” na descrição de terras remotas e não povoadas, ou terras esparsamente povoadas por luso-brasileiros ou mesmo brasileiros. Já o termo fronteira, diferente do inglês *frontier*, estava muito mais associado a delimitações territoriais, que no inglês a palavra utilizada era *border* (HENNESSY, 1978; McCREERY, 2006).

O sertão costumava ser associado a lugares inabitáveis ou vazios com um ambiente natural hostil. Tanto no conceito norte-americano de fronteira quanto no conceito brasileiro de sertão, a relação entre natureza e sociedade estava adjunta à noção clássica apresentada pelo historiador Frederick Jackson Turner de que o ambiente (sertão/*wilderness*) moldava o colonizador (TURNER, 2010, p. 4). No entanto, na tese de Turner, o contato dos europeus com a natureza selvagem era um traço fundamental da identidade norte-americana à medida em que essa sociedade se distanciava da cultura europeia, aproximando-se cada vez mais do interior (West). O conceito brasileiro de sertão, ao contrário, enfatizava o aspecto negativo da dominação da natureza sobre o homem. O sertão representava uma visão dualista, uma ruptura entre os “civilizados” do litoral e os incivilizados e isolados que viviam no sertão. Nessa perspectiva, o sertão era um lugar dominado pela natureza (*wilderness*), que transformava seus habitantes em seres rudimentares ou atrasados (LIMA, 1999; OLIVEIRA, 2000; DUTRA E SILVA *et al.*, 2015). Mas as narrativas bandeirantes procuraram dar uma nova conotação para o sertão, aproximando-se da visão turneriana da fronteira. Isso porque a geografia hostil, ao invés de impedir o avanço bandeirante, ajudava a fortalecer o empreendimento da conquista, moldando o colonizador luso-brasileiro.

O bandeirante e a colonização do Oeste no Século XX

As políticas brasileiras de migração e colonização adotadas entre o final da década de 1930 e meados da década de 1950 passaram a utilizar o termo Oeste, em vez de sertão, para designar suas áreas-alvo. Ao mesmo tempo, estudiosos brasileiros passaram a utilizar a fronteira como

categoria interpretativa de suas investigações sobre o sertão (HOLANDA, 1986; HOLANDA, 1990; HOLANDA, 1994; MONBEIG, 1984. MOOG, 1981; OLIVEIRA, 2000). A mais abrangente das políticas de expansão demográfica e econômica para a fronteira foi A Marcha para o Oeste, veiculada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Seguindo uma tradição paulista de celebração do mito bandeirante que acontecia desde o início do século XX, no período varguista ocorreu uma significativa produção intelectual e cultural sobre esse tema (ESTERCI, 1972; LENHARO, 1986; RICARDO, 1959; DUTRA E SILVA, 2017). No campo intelectual, podemos considerar que os programas de expansão demográfica e conquista territorial do Oeste tiveram amplo apoio de personalidades que exerciam um protagonismo no campo cultural brasileiro. E no campo da divulgação dessas ideias, destacamos a revista *Cultura Política – Revista de Estudos Brasileiros*, publicada entre 1941 e 1945², na qual um grupo de intelectuais brasileiros construiu narrativas que fortaleciam as imagens da fronteira e seus personagens, por meio de artigos de opinião, ensaios e outras formas de manifestação, que apoiavam as políticas federais de ocupação e fortaleciam a imagem do desbravador do Oeste (OLIVEIRA, VELLOSO e GOMES, 1982; LENHARO, 1986).

Com isso, o termo sertão, outrora utilizado pelos comentaristas sociais brasileiros, perdeu força e foi seguido pelo uso ideológico do termo Oeste. Os atores sociais que se engajaram nesse fluxo migratório do século XX encontraram uma nova referência simbólica na reinvenção do bandeirante como categoria histórica. O discurso social a favor dos desbravadores do Brasil Central e do movimento para o oeste na primeira metade do século XX foi retratado com essa imagem arcana dos bandeirantes originais. Isso foi feito para reforçar novas formas de propaganda política em favor dos programas governamentais de colonização. O bandeirante – desbravador/fronteiriço – foi escolhido como personagem-símbolo do novo movimento em direção à conquista do que outrora era sertão e agora passava a ser descrito como Oeste.

Em nossa abordagem, nos interessa compreender a construção dessa imagem, pautada na identidade ou tipologia bandeirante. Esses personagens

2 O acervo completo desta revista está disponível no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC – Fundação Getúlio Vargas), Rio de Janeiro.

não têm paralelo adequado na conquista europeia de outras partes do continente americano. Eles são bem diferentes dos conquistadores espanhóis, que buscaram derrubar os mais altos escalões dos impérios pré-colombianos e assumir permanentemente suas terras e controlar os povos pagantes de tributos. Eles também não têm uma contrapartida no contexto da história da fronteira dos Estados Unidos da América, ou mesmo no Canadá. O personagem mais próximo na história da expansão norte-americana para o Oeste é o explorador das terras ocidentais em busca de recursos naturais de valor comercial importante, como os *fur trappers*, ou os caçadores de pele (CRONON, 1991). Como os bandeirantes, os caçadores de pele penetravam em áreas remotas e escassamente povoadas e depois saíam delas com a mesma rapidez, trazendo peles para serem vendidas em um entreposto comercial ou comunidade na borda da fronteira. Esses desbravadores não encontraram comunidades europeias ou neoeuropeias ao longo de suas trilhas exploratórias. Eles se esforçaram para construir redes de contato com vários povos indígenas, com os quais trocaram mercadorias durante suas incursões. Eles também adquiriram peles coletadas pelos próprios indígenas ou contrataram ajudantes indígenas para coletar peles por conta própria.

Ao contrário dos bandeirantes, os caçadores de pele viajavam em pequenos grupos e não arrebanhavam os indígenas para serem vendidos como escravos. Os bandeirantes, por sua vez, podem ser corretamente descritos como traficantes de escravos. Eles formaram expedições armadas compostas por dezenas ou mesmo centenas de portugueses, luso-brasileiros e indígenas amigáveis. Essas expedições podiam durar muitos anos e buscavam capturar povos nativos para serem vendidos a proprietários de escravos que viviam principalmente ao longo da costa. Procuravam também localizar fontes de riqueza mineral, nomeadamente ouro, prata e pedras preciosas.

Embora os bandeirantes cruzassem o território brasileiro e abrissem caminhos importantes, assim como os caçadores de pele, eles não eram construtores de comunidades ou colonizadores. Sua prática de comércio de escravos, na verdade, contribuiu para despovoar muitas áreas. Quando encontraram ouro e pedras preciosas, comunidades mineradoras surgiram ao longo de suas trilhas, mas a maioria era temporária. Alguns desses acampamentos de mineração tornaram-se cidades permanentes, mas muitos deles se tornaram insignificantes à medida que o ouro e as pedras preciosas se tornaram escassos.

Durante os séculos XVI e XVII, os bandeirantes estiveram profundamente envolvidos em guerras com os indígenas, capturando-os e vendendo-os para trabalhar como escravos em diversas atividades da economia colonial. A historiografia brasileira construiu sua imagem de forma ambígua. Por um lado, foram elogiados como pioneiros que desbravaram territórios enormes e remotos. Inclusive, eram louvados por terem conquistado terras sob domínio espanhol, que acabaram sendo transferidas para a Coroa portuguesa e passaram a integrar o território brasileiro. Por outro lado, os bandeirantes estavam associados à conquista do território indígena, escravizando os locais e atacando missões jesuíticas (ABREU, 1997)

De acordo com o historiador Capistrano de Abreu (1853-1927), uma das principais referências nos estudos do Brasil Colonial (1500-1822), as expedições bandeirantes (Bandeiras) caracterizavam-se pela sua composição social, formada por grupos desconexos de homens que marchavam pelo sertão com a missão de capturar e escravizar “gentios indígenas”. Bandeirante era na verdade o nome dado ao líder de cada bandeira, mas englobava também seus seguidores. Segundo Abreu (1997), a bandeira era um empreendimento destinado à captura e escravização de indígenas gentios (ABREU, 1997). O nome dessas expedições veio da prática indígena de hastear uma bandeira como gesto de guerra. Essas expedições eram constituídas de capital privado e mais de uma bandeira poderia estar perambulando simultaneamente pelo sertão, sem relação entre si. O líder era geralmente um homem português ou luso-brasileiro, e também um católico convicto. Ele não era necessariamente um homem rico, mas tinha boa reputação entre seus pares. A maioria das bandeiras partiu da capitania de São Paulo e cada expedição reunia uma variedade de pessoas: proprietários de terras e seus parentes, aventureiros, milicianos, mamelucos, nativos amigáveis, capelães, cozinheiros, carpinteiros e ferreiros (ABREU, 1997). E as bandeiras eram principalmente expedições de pedestres, em que as mulas eram utilizadas principalmente para o transporte de carga (HOLANDA, 1994).

Cada bandeira tinha uma hierarquia específica, muito parecida com a de uma milícia. No topo estavam os principais bandeirantes. Os líderes e os membros regulares eram em sua maioria mamelucos, filhos de casamentos entre europeus e nativos. Os capelães eram participantes regulares e espiritualmente importantes, pois os participantes católicos mais convictos não queriam passar meses ou mesmo um período mais longo no sertão sem ter a chance de poder confessar os seus pecados. Segundo Capistrano

de Abreu, alguns camaradas simplesmente desistiam das expedições por não haver um padre associado à bandeira, justificando ser esse importante motivo para a não participação na empreitada desbravadora (ABREU, 1998).

Uma “segunda classe” de bandeirantes estava envolvida na logística básica. Os escravos (africanos e indígenas) eram responsáveis pelo transporte de bagagens e equipamentos. Os indígenas carijós eram participantes comuns, pois muitos deles haviam sido adquiridos pelos bandeirantes em suas incursões contra as missões jesuíticas no sul do Brasil, Paraguai e Argentina. Os nativos carijós, devidamente treinados, compunham o grosso das forças combatentes das bandeiras, aplicando suas habilidades bélicas contra outros grupos indígenas (ABREU, 1998).

Capistrano de Abreu (1998) observou que há poucas fontes e documentos que descrevem as bandeiras. Sendo expedições organizadas de forma privada, criadas por diferentes grupos de colonos, isso era apontado como uma das razões pela existência de poucos registros documentais. A narrativa básica sobre a maioria das bandeiras é monótona, ou melhor, sem muitas variações. Homens europeus e seus aliados nativos empunhavam armas de fogo, atacavam aldeias nativas e incendiavam aldeias. Esses nativos se defendiam com arcos e flechas. O grande número de mortos entre os nativos atacados fez com que os remanescentes perdessem a esperança e a coragem. Os cativos eram acorrentados e levados para a aldeia mais próxima, onde eram vendidos como escravos.

Capistrano de Abreu questionou se os bandeirantes eram dignos da glória histórica que lhes foi conferida pelos escritores do século XX, que os registram como os grandes heróis, conquistadores, exploradores e colonizadores do território brasileiro. O que mais incomodava o historiador era a violência associada à sua exploração e conquista. O historiador ficou estarrecido com os constantes ataques aos gentios indígenas e com a forma como os bandeirantes também assaltavam as missões jesuíticas, nas quais grupos indígenas convertidos haviam se instalado em comunidades controladas pelos missionários, transformando-se em agricultores pacíficos. As missões, além de realmente “reduzir” grupos silvícolas dispostos à nova vida comunitária, também acolhiam outros grupos indígenas que fugiam da fúria bandeirante. Os gentios buscaram proteção de aldeias (reduções), controladas por jesuítas e colonos europeus (ABREU, 1998).

Essas reduções corresponderam a reassentamentos indígenas sob supervisão clerical. Agruparam tribos ou aldeias que antes viviam dispersas

em pequenos grupos no vasto interior. Os jesuítas deram aos nativos uma educação católica e ensinaram-lhes diferentes habilidades, da agricultura e letras básicas à arte. Por essas razões, as reduções passaram a ser um alvo preferido dos bandeirantes. Seu primeiro traço atraente foi a reunião de grande número de nativos em áreas únicas. Ataques bem-sucedidos levaram à captura de grande número de escravos, em oposição às poucas dezenas de cativos cedidos por ataques feitos a aldeias pequenas e dispersas. A segunda característica atrativa era o processo de aculturação iniciado pelos jesuítas, que principiaram os nativos em traços culturais europeus, como agricultura em escala comercial, já que muitos produziam excedentes que passavam a ser comercializados. Também, os jesuítas introduziram a língua portuguesa ou espanhola aos gentios, e, ao mesmo tempo, a conversão ao cristianismo tornava os nativos mais receptivos à sua nova condição em escravos. Capistrano de Abreu resume a atratividade das reduções a empreitadas bandeirantes na seguinte afirmação: “Não se imagina presa mais tentadora para caçadores de escravos” (ABREU, 1998, p. 111).

Capistrano de Abreu (1998) cita uma carta anônima enviada ao rei português no século XVII, afirmando que ele poderia fazer bom uso dos bandeirantes, concedendo-lhes honras e favores. Segundo o autor da carta, tais homenagens os encorajariam a enfrentar os perigos do sertão. Além disso, Capistrano de Abreu relatou que essa carta destacava os bandeirantes como os únicos colonos capazes de viajar pelo sertão hostil e indômito. Eles conquistaram terras e sobreviveram com o que o deserto oferecia – feras, cobras, lagartos, frutas silvestres e raízes de diferentes plantas. O documento afirmava que ninguém podia negar que o sertão brasileiro estava sendo conquistado pela bravura dos bandeirantes, que o arrebataram do gentio selvagem.

Sua Majestade podia se valer dos homens de São Paulo, fazendo-lhes honras e mercês, que as honras e os interesses facilitam os homens a todo o perigo, porque são homens capazes para penetrar todos os sertões, por onde andam continuamente sem mais sustento que caças do mato, bichos, cobras, lagartos, frutas bravas e raízes de vários paus, e não lhes é molesto andarem pelos sertões anos e anos, pelo hábito que têm feito daquela vida. É suposto que estes paulistas, por alguns casos sucedidos e uns para com outros, sejam tidos por insolentes, ninguém lhes pode negar que o sertão todo que temos povoado neste Brasil eles o conquistaram do gentio

bravo que tinha destruído e assolado as vilas de Cairu, Boipeba, Camamu, Jaguaribe, Maragogipe e Peruaçu no tempo do governador Afonso Furtado de Mendonça, o que não puderam fazer os mais governadores antecedentes por mais diligências que fizeram para isso. (ABREU, 1998, p. 117).

Esse elogio é típico da imagem heroica dos bandeirantes construída pelos historiadores brasileiros da primeira metade do século XX, que buscavam associar a identidade nacional ao escopo desbravador bandeirante. Essas narrativas procuravam afirmar o papel dos bandeirantes na conquista do território, no controle dos indígenas e na tomada de grandes extensões de terras espanholas para a Coroa portuguesa.

O Estado Novo e a ressignificação do Bandeirante

A primeira metade do século XX assistiu ao renascimento do bandeirante como símbolo e mito da expansão para o Oeste do Brasil. No final da década de 1930, o governo brasileiro iniciou uma nova política de colonização em direção ao interior brasileiro, também descrito em muitos documentos como *hinterland*, o que assumidamente fazia associação com o modelo histórico norte-americano (DUTRA E SILVA, 2017). Durante o Estado Novo (1937 a 1945), o governo do presidente Getúlio Vargas adotou uma postura abertamente nacionalista, antidemocrática e autoritária. O regime considerava que as questões de expansão e ocupação demográfica e territorial deveriam ser norteadas pelos ideais nacionais da época, no qual o programa *Marcha para o Oeste* foi uma parte importante dessas políticas. A *Marcha* passou a representar os ideais do regime e a orientar os discursos sobre a conquista e colonização do território. Nesse contexto, a categoria “bandeirante” passou a ser utilizada como símbolo e mito desse discurso, como veremos mais adiante (ESTERCI, 1972; LENHARO, 1986; RICARDO, 1959). O governo optou por omitir a imagem associada à escravidão indígena e utilizar as alegorias heroicas do desbravador. Os discursos de Vargas criaram uma forte identidade nacionalista para a *Marcha* e seus atores, que foram construídos como os novos *frontiersmen*, engajados na conquista do Oeste brasileiro.

As repercussões da política de *Marcha* foram além dos símbolos, do debate e do discurso. Elas deram origem a assentamentos tangíveis,

estradas, cidades, fazendas e estiveram associadas à onda migratória em direção ao interior brasileiro, com destaque para o Brasil Central, sobretudo Goiás. Também se vinculou intencionalmente a um esforço para criar uma nacionalidade brasileira aprimorada (a brasilidade). E os conceitos e palavras-chave ganharam legitimidade, associando a imagem dos bandeirantes históricos aos desbravadores e pioneiros contemporâneos. Assim, os pioneiros, desbravadores, conquistadores, fazendeiros da vanguarda, soldados sem farda e heróis do sertão eram denominações que passaram a ganhar vulto no contexto da Marcha histórica. Os indivíduos e os atores institucionais foram incumbidos da missão de apropriação territorial, seguida da construção da nacionalidade e da nação. Essas expressões entusiastas e enraizadas no solo do nacionalismo (brasilidade) garantiram que a Marcha fosse reproduzida e com efeitos práticos em Goiás (DUTRA E SILVA, 2017).

Nos últimos anos, importantes estudos sobre as políticas de colonização de meados do século XX no Brasil Central têm enfatizado o papel fundamental do Estado Novo, não apenas no estabelecimento de infraestruturas, mas também na construção simbólica do deslocamento e ocupação da fronteira (DAYRELL, 1972; NEIVA, 1984; PESSOA, 1999; DUTRA E SILVA, 2017). Isso é especialmente verdadeiro para os estudos que enfocam a criação das Colônias Agrícolas Nacionais e, em especial, para a colônia goiana, que foi a primeira a ser implementada nas matas de São Patrício, na região do Rio das Almas. A ideologia do Estado Novo tinha um conjunto de componentes doutrinários (elitista, autoritário, hierárquico e nacionalista) herdados da política nacional tradicional, bem como de ideologias europeias emergentes (fascismo, nazismo etc.). Esses componentes são destacados no nacionalismo como a influência mais forte na orientação política desse período, que vinculava os interesses da sociedade aos objetivos nacionais (LENHARO, 1986).

Na ideologia nacionalista do Estado Novo, o governo aparece como a instituição responsável pela sustentação da ordem social e pela gestão dos conflitos entre componentes distintos. Os defensores desses princípios pensavam que a nação possuía valores morais coletivos e que esses valores eram cumpridos pelo Estado, visto como um ator que conduzia um processo de mudança excepcionalmente controlado, à medida que o Brasil passava de uma ordem rural oligárquica para uma sociedade urbana industrializada (OLIVEIRA, VELLOSO e GOMES, 1982).

Como aponta Lenharo (1986), a ideologia do Estado Novo ajudou a construir a realidade rural do Brasil e esta costuma ser a característica mais desconhecida desse regime político. Muitas análises têm se concentrado na integração das políticas trabalhistas sociais e urbano-industriais, enfatizando sua preocupação com as questões urbanas. Lenharo (1986) inova ao apelar a um exame e compreensão integrados das relações entre as políticas rural e urbana do Estado Novo. Na verdade, ambos os tipos de políticas faziam parte de um mesmo programa ideológico. Isso é atestado pelo fato de que não há evidências de atrito entre a colonização do interior ocidental e as políticas sociais e trabalhistas dirigidas aos grupos urbanos. Ambos representavam uma articulação das forças do Estado na solução de questões sociais, como era explicitamente reconhecido naquele período. Por um lado, a migração para o vasto interior foi considerada uma solução para os problemas do campo, amenizando as tensões sociais nos lugares assentados e promovendo o povoamento ordenado de novas áreas por meio da colonização supervisionada. Por outro lado, o Estado Novo procurou regular o abastecimento alimentar aos centros urbanos, incentivando a produção agrícola em áreas recém-colonizadas.

Os programas sociais criados pelo Estado Novo agruparam-se em torno de novas leis, regulamentos e agências sobre diversos assuntos, como regras trabalhistas (salários mínimos, jornadas semanais e diárias, férias remuneradas e contratos de trabalho), justiça do trabalho, sindicalização, aposentadorias e pensões. Essas inovações foram desenvolvidas e potencializadas por uma ideologia política nacionalista e autoritária e serviram de matéria de propaganda do Estado Novo (OLIVEIRA, VELLOSO e GOMES, 1982).

Nesse período, mais do que em qualquer outro, é importante considerar o poder do discurso nacionalista como instrumento para vincular programas oficiais a objetivos de interesse coletivo. Dois aspectos fundamentais ajudam-nos a compreender o Estado Novo. Primeiro, a flexibilização da política ideológica expressa em seu discurso, que conseguiu absorver temas ligados às demandas e reivindicações da maioria da população. Em segundo lugar, os temas incorporados e transformados na agenda política foram materializados em regulamentos legais, que consolidaram o propósito ideológico e a posição de poder do Estado Novo, sancionando as suas intenções e comprovando o seu projeto político. Assim, o Estado Novo assumiu uma postura ideológica autoritária semelhante aos regimes autoritários europeus contemporâneos. Ao adotar o nacionalismo, essa

ideologia buscava amenizar a aparência de autoritarismo e, ao mesmo tempo, sugeria a participação coletiva na construção de uma nova ordem social (LENHARO, 1986)

As políticas de colonização não eram uma iniciativa “rural” do Estado Novo, mas também estavam ligadas a um projeto nacional mais amplo. O viés nacionalista, de fato, baseava-se no principal instrumento ideológico do programa de colonização: A Marcha para o Oeste. O discurso da Marcha trouxe à tona elementos míticos, cujas construções imaginárias eram indícios rastreáveis do conservadorismo romântico presente nas experiências autoritárias europeias contemporâneas. Além disso, o uso de imagens, como instrumentos discursivos de propaganda, atendeu aos objetivos políticos e foi muito claro. Os próprios impulsionadores do regime não conseguiram esconder esse fato (LENHARO, 1986).

O discurso da Marcha cultivou a imagem de uma nação em movimento. O movimento para o oeste dos brasileiros representou a conquista do território nacional como uma fronteira ampliada e integrada. O conteúdo desse discurso estimulou o sentido de pertencimento a uma nação como um corpo em movimento, do qual todos participaram. O Estado Novo havia fechado muitos canais de participação coletiva e o discurso da Marcha buscava reunir o povo em torno de uma agenda nacional. Além disso, a expansão e ocupação das fronteiras eram vistas como tarefa dos trabalhadores, pois operavam como uma ideia de conquista do espaço físico, de modo que todos se sentiam simbolicamente como coproprietários do território nacional (LENHARO, 1986). Em 31 de dezembro de 1937, Vargas fez seu discurso de passagem de ano, que incluía seu plano de conquista do sertão:

Mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas aventureiras. E lá teremos de ir buscar: – dos vales férteis e vastos, o

produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial. (VARGAS, 1937, p. 124).

A conquista do sertão evidenciou o desejo do governo de expandir a fronteira demográfica brasileira, concentrada desde o século XVI ao longo da costa atlântica. No entanto, a nova marcha não seria em direção ao sertão, mas para uma geografia ficcional escolhida como “o oeste”. O Oeste, nesse momento, surge como uma nova categoria simbólica, repleta de significados que reforçavam a disposição dos bandeirantes de se engajar na conquista territorial da fronteira. A Marcha tinha um caráter ambíguo, principalmente em relação à natureza. Seu discurso reforçava a ideia de que o colonizador era dominado pelo sertão. O colonizador e o pioneiro aprenderam com o sertão a se adaptar ao ambiente hostil. Mas, ao mesmo tempo, a natureza é indômita, hostil e necessitava ser conquistada. A fronteira indômita era também a terra da abundância. Conhecer e dominar eram atributos inerentes ao bandeirante no seu ofício conquistador (DUTRA E SILVA, 2017).

Em 1939, com o início da Segunda Guerra Mundial, o governo passou a adotar uma política de nacionalização do deslocamento migratório. Ainda no mesmo ano, em discurso proferido pelo presidente no dia 18 de novembro, por ocasião da conclusão da Conferência Nacional de Economia e Administração, exortou os governadores dos Estados a trabalharem em conjunto com o governo federal nas questões de migração e colonização, identificando as terras públicas disponíveis.

Em 1940, o presidente Vargas estabeleceu a “Cruzada da Brasilidade”. Visitou regiões do sertão e proferiu discursos em defesa da soberania e segurança do território nacional. Em sua visita a Goiânia, a nova capital de Goiás, no Brasil Central, em 8 de agosto, falou sobre a defesa do território como traço nacionalista, relacionando questões demográficas e colonização como signos de “brasilidade”, destacando a imagem dos bandeirantes como heróis e conquistadores do sertão:

Deste modo, o programa de “Rumo ao Oeste” é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com integração dos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os

vácuos demográficos de nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas se coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro de nossas fronteiras. (VARGAS, 1940, p. 42).

Vargas reforçou a ideia de promover a migração para o Oeste a fim de suprimir os vazios demográficos e ampliar as fronteiras econômicas para se adequarem às fronteiras políticas do território brasileiro. Seu discurso foi repleto de elementos míticos do Oeste como uma “terra prometida”. A expansão territorial na geografia nacional aceitava significados expansionistas, pois afirmava a existência de uma forma brasileira de imperialismo. Mesmo assim, em uma visão de mundo onde muitas nações estavam em conflito por território, o regime justificou o uso de uma imagem expansionista brasileira e sua relação com a marcha para a fronteira oeste, “para crescer dentro de nossas próprias fronteiras”.

Em 14 de fevereiro de 1941, o governo federal publicou o Decreto nº 3.059, que previa a criação de Colônias Nacionais Agrícolas e definia as condições técnicas para a criação de assentamentos em grandes áreas do campo priorizando a fixação de cidadãos brasileiros (DUTRA E SILVA, 2017). E os novos bandeirantes, pioneiros da Marcha, caminhavam heroicamente na devastação das matas de São Patrício, conquistando mais um rincão para a glória da nação.

Referências

- ABREU, João Capistrano de. 1997. *Chapters of Brazil's Colonial History 1500-1800*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1997.
- ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- CRONON, William. *Nature's Metropolis: Chicago and the Great West*. New York: W.W.Norton & Company, 1991.
- CRONON, William. *Uncommon Ground: rethinking the human place in nature*. New York/London: W.W.Norton & Company, 1996.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora/Publifolha, 2000.

DAYRELL, Eliane Garcindo. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Letras), UFG/GO, Goiânia, 1974.

DUTRA E SILVA, Sandro. *No Oeste a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DUTRA E SILVA, Sandro; TAVARES, Giovana Galvão; SÁ, Dominichi Miranda de; FRANCO, José Luiz de Andrade. A construção simbólica do Oeste brasileiro (1930-1940). In: DUTRA E SILVA, Sandro; SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero de. *Vastos Sertões: História e Natureza na ciência e na literatura*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

ELLIS JUNIOR, A. *O bandeirismo paulista*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1934.

ESTERCI, Neide. O mito da democracia no país das bandeiras: análise simbólica dos discursos sobre colonização e migração no Estado Novo. Dissertação (Mestrado em Antropologia), UFRJ/RJ, Rio de Janeiro, 1972.

FRANCO, José Luiz de Andrade e DRUMMOND, José Augusto. *Wilderness and the Brazilian Mind (I): Nation and Nature in Brazil from 1920s to the 1940s*, Environmental History, Oxford University Press, v. 13 (October 2008), p. 724-750, 2008.

FREYRE, Gilberto. *O luso e o trópico*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.

HENNESSY, Alistair. *The Frontier in Latin American History*. London: Edward Arnold, 1978.

HOLANDA, Sergio Buarque. *O extremo oeste*. São Paulo: Brasiliense: Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

HOLANDA, Sergio Buarque. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HOLANDA, Sergio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.

LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

MCCREERY, David. *Frontier Goiás, 1822-1889*. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 2006.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Editora Hucitec; Editora Polis, 1984.

MOOG, Viana. *Bandeirantes e pioneiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

NASH, Roderick Frazier. *Wilderness and the American Mind*. New Haven/Londres: Yale University Press, 1982.

NEIVA, Ivany Câmara. O outro lado da colônia: contradições e formas de resistência popular na Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Dissertação (Mestrado em Sociologia), UnB, Brasília, Brasília, 1984.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982.

PESSOA, Jadir de Moraes. *A igreja da denúncia e o silêncio do fiel*. Campinas: Alínea, 1999.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959.

TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American history*. Mineola, New York: Dover Publications, Inc, 2010;

VARGAS, Getúlio. *No limiar do ano de 1938*. Saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país, à meia-noite de 31 de dezembro de 1937. Presidência da República, Casa Civil, Secretaria de Administração, Diretoria de Gestão de Pessoas, Coordenação Geral de Documentos e Informação. Biblioteca da Presidência da República, 1937.

VARGAS, Getúlio. *Cruzada rumo ao Oeste*. Improviso, Goiânia, a 8 de agosto de 1940, na inauguração de Associação Cívica “Cruzada Rumo ao Oeste”. Presidência da República, Casa Civil, Secretaria de Administração, Diretoria de Gestão de Pessoas, Coordenação – Geral de Documentação e Informação, Coordenação de Biblioteca. Biblioteca da Presidência da República, 1940.

WEBB, Walter Prescott. *The great frontier*. Reno, Las Vegas: University of Nevada Press, 2003.

Capítulo 6

O CASARÃO DE FRONTEIRA

Marco geopolítico português em terras espanholas

Luciana Helena Alves da Silva¹

O Casarão de Fronteira foi um marco histórico-geográfico de demarcação de fronteira por parte do governo português em terras espanholas. Para isso, Bartolomeu, a pedido do Rei D. João V, entrou por terra na fronteira do Tratado de Madri e demarcou com o Casarão, para que se fizesse valer o direito do *Uti Possidetis*, ou seja, quem já está tem o direito de permanecer. Assim, o governo português poderia alargar suas posses pelas terras sertanejas goianas da Capitania e estendia o desenho do Brasil “invadindo” a demarcação de terras espanholas. O Casarão do Capitão-Mor, no Arraial minerador da Barra, ganhou proporções continentais, ultramarinas, e se mescla à história da formação do Brasil ao período de negociações entre Portugal e Espanha (Figura 1).

O Rei D. João V autorizou essa expedição, em 1722. Em 3 de julho de 1722, eles partiram de Santana de Parnaíba, na Capitania de São Paulo, rumo ao interior do Continente, com o propósito também de se fixar no sertão e de investigar os recursos do território. Para organizar essa expedição, a Coroa portuguesa emitiu um documento chamado Regimento, que atribuía à Bandeira a finalidade de descobrir minas de ouro, prata e outros haveres, formalizando a expedição.

1 Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Goiás, regional de Goiás.

A construção do Casarão de Fronteira de Anhanguera se faz com base na necessidade demarcatória, já que os arraiais auríferos não demandavam sua materialidade em nada mais do que choças e casebres improvisados, isso porque, ao acabarem os recursos das minas, os extrativistas se debandaram dali para outro lugar. Assim sendo, o Casarão de Fronteira tal como foi originalmente construído é um marco, um referencial da Colônia Portuguesa no Brasil, tão relevante e necessário, uma peça única, feita propositalmente como referencial político e geográfico.

Bartolomeu Bueno da Silva (filho) foi o responsável por descobrir ouro e por iniciar a colonização deste território na casa onírica ainda por materializar-se. Ele não é o primeiro a passar pelo sertão goiano, mas é o que o ocupa e responde pela fixação do colonizador nesse território minerador. Por isso, a importância do Casarão de Fronteira como um marco sertanejo de território, geográfico, político, patrimonial, cultural e arquitetônico nacional.

Bartolomeu blefa e diz que, assim que a expedição partisse, ele revelaria o mapa das minas dos Goyazes: o que não aconteceu. Então ele foi caindo em descrédito junto aos demais expedidores. O fato é que Bartolomeu não tinha mapa algum, somente possuía uma lembrança da expedição que havia feito com o pai décadas antes. Como resultado, vários dos seus seguidores acabaram desertando e deixando a Bandeira.

Após três anos vagando, eles chegaram às cabeceiras do Rio Vermelho e Bartolomeu teria reconhecido o local em que ele havia estado com o pai décadas antes. Então retornaram a São Paulo para dar notícias ao governador de que tinham achado ouro na dita terra, que ficou conhecida como as Minas dos Goyazes. Assim, iniciava-se a ocupação do colonizador nesse território que viria a ser Goiás, com a formação do Complexo dos Arraiais na base da Serra Dourada (BERTRAN, 1996).

Após fundar o Arraial de Santana em 1726, vários outros arraiais foram surgindo no seu entorno, formando o Complexo dos Arraiais: Santana, Ouro Fino, Barra e Ferreiro. Isto é, onde se encontrava ouro fundava-se um arraial, mas em algumas localidades a quantidade de ouro era pequena e logo se esgotava; então, destruía-se tudo e partia-se para outras regiões. O processo de povoamento das regiões mineradoras foi caracterizado por grande irregularidade e instabilidade (BERTRAN, 1996), pois o objetivo não era fixar-se definitivamente, mas apenas alojar-se temporariamente, tanto é que eles não traziam suas famílias e esposas. Contudo, não foi assim com todos; alguns

se fixaram, sobretudo os comerciantes que abasteciam a região, e, mesmo com o declínio da mineração, milhares permaneceram sem ter condições financeiras de dali partir. Portanto, estudar a identidade arquitetônica do Arraial da Barra, onde tudo começou, é de suma importância para a preservação da memória material dos primeiros tempos da colonização de Goiás.

Os elementos pré-componentes do complexo dos arraiais e o repertório da paisagem sertaneja das terras da Santa

Diante do pensamento de Yi-Fu Tuan (2013), o lugar vai além da localização, lugar é construído, significado, recomposto e criado pelas pessoas que nele vivem. É nesse sentido que podemos perceber o significado simbólico do Casarão de Fronteira, com todos os seus elementos, inclusive o sagrado, representado pela Santa.

O território em que se localiza a Cidade de Goiás em dias atuais possui um conjunto de Arraiais e estradas reais, que Cunha Mattos, em *A Chorographia Histórica de Goiaz* (1874), tal como o *Itinerário* (1836), narra sobre as informações históricas, geográficas e administrativas da província. Nela se descreve os arraiais, as aldeias, os moradores, os indígenas, os rios, as habitações, as montanhas, a produção vegetal, animal e mineral.

Essas estradas poderiam assim compor um caminho-sertão, no qual o turista é atraído pelas manifestações culturais e pela beleza que o Cerrado oferece com sua fauna e flora exuberantes, além de ver, em seus percursos, produtos da agricultura familiar, troca de prosa, recortado de viola, escolas rurais. Enfim, os caminhos de pedras sertanejas permitem a imersão entre natureza e cultura com sabores sertanejos consumidos no século XVIII.

Diante desse contexto, ao contemplar a natureza, o turista responderia a significados de valores culturais, no tempo, no espaço, através de sua visão estrangeira de paisagem e lugar.

Para Raffestin (1993), o território é marcado pelo poder, uma produção a partir do espaço em que pessoas e grupos estão inseridos em relações sociais marcadas pela luta e pelo entrelaço. Desse modo, com a chegada de Bartolomeu e seu grupo, foi reescrita uma nova história em cima dos indícios territoriais indígenas, mudando assim nomes de morros, rios, para uma linguagem que não se adéqua aos que pertenciam àquele lugar, nomes católicos, referenciando algo que um dia acontecera ali.

O Casarão de Fronteira é um exemplo de novo marco territorial sobreposto aos marcos conhecidos pelos indígenas. Ele possui elementos arquitetônicos procedentes do sul de Portugal, os mesmos que foram utilizados para a construção do Casarão de Origem, Santana de Parnaíba, em São Paulo. Ambos foram construídos por escravos, com troncos brutos e negros, empilhando pedras e levantando paredes de pau a pique.

A casa sertaneja do Arraial da Barra foi um elemento arquitetônico em que Bartolomeu Bueno trouxe consigo características do Casarão de Origem. Entretanto, o Casarão “de lá” simbolizava o poder real que permitia às bandeiras partirem em busca de pedras preciosas, já o Casarão “daqui” simbolizava o castigo, a morte e a presença da Coroa portuguesa no território.

Paisagens eram construídas diante aos Casarões de Origem e Fronteira, que permitiam, a partir da visão do pátio livre e do largo central, monitorar partidas e chegadas de tropas e escravos. Ambos os casarões eram lugares em que se ordenava, fiscalizava e comandava. Para Nestor Canclini (1994, p. 99), a experiência vivida é um fator determinante de tradições imateriais a serem destacadas e preservadas,

Não compreendendo apenas os monumentos históricos, o desenho urbano ou outros bens físicos; mas a experiência vivida também sintetiza linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, comportamentos e modos de usar os bens e os espaços físicos.

Assim, entendemos que o habitar é uma base de formação de três paisagens: paisagem histórica, paisagem da memória e a paisagem urbana, do Arraial da Barra.

O casarão de origem em Santana de Parnaíba/SP e os elementos simbólicos primários do Habitar

Nesta análise sobre os Casarões de Origem e de Fronteira, procuramos abarcar os problemas de organização dos cômodos, o esquema construtivo, a expressão plástica e seus significados, comparando o método utilizado, que, por sua vez, fazia relação com a casa urbana bandeirista paulista do século XVII.

As maneiras como as casas estão dispostas, suas formas, suas cores, sua localização, constituem fortes marcas da paisagem. “A habitação humana reflete o meio natural”, escreveu Monbeig em 1944; ele se reportava a tipos característicos de casas que têm uma ligação estreita à ideia que fazemos das regiões onde se encontravam.

Para a comparação entre os elementos do Casarão de Fronteira, podemos ressaltar:

1. Fundação: processo de assentar elementos verticais com o pau a pique, e consistia no fincamento de toras, queimando a base para evitar apodrecimento.

2. Elementos verticais (taipa de mão): compostos de elementos de vedação em terra e madeira com esteios descarregando seus esforços de forma concentrada, associados às paredes de vedação de um emaranhado de varas, ripas, cipós ou bambus, no qual se constrói um estrado vertical engastado na estrutura, que recebe uma mistura de barro, água e fibras vegetais amassada nos dois lados da parede.

3. Estruturas autônomas: compostas por peças de alvenaria (barro), madeira e esteios; horizontalmente dispunha-se de uma peça superior, o frechal, e uma inferior, o baldrame, onde o último era cuidadosamente afastado do solo devido à umidade.

4. Cobertura: telhas capa-e-bica ou capa-e-canal dispostas sobre o madeiramento em duas águas. Para o descarregamento do peso do telhado, sua sustentação é executada em madeira.

5. Revestimento: tem como revestimento das paredes basicamente um emboço de barro retirado de uma argila branca.

6. Piso: assim como a cobertura e o revestimento, também o piso se qualifica na medida da mão de obra rústica e uso de materiais em estado bruto, como a terra batida ou a pedra.

7. Forro: conhecido como telha vã, as telhas da cobertura ficam aparentes e ajudam a ventilar a casa.

8. Enquadramentos e Esquadrias: as peças de guarnição, ombreiras (madeira), vergas (madeira), peitoris (madeira) eram de encaixe macho e fêmea; e sobre as ombreiras assentavam-se as esquadrias de madeira, quase sempre duplas.

9. Ferragens: ausência total, substituídas por encaixes de madeira ou pedaços de couro.

Entendemos que a fisionomia de uma sociedade também se expressa na arquitetura, com isso, o uso dos recursos internos da terra a ser dominada e colonizada, tanto dos elementos naturais como da força de trabalho e de conhecimentos locais, constrói a configuração do lugar ao longo dos séculos a partir da cultura material: a casa sertaneja goiana.

Em síntese, a casa bandeirista contribui como preexistência da casa sertaneja goiana pelos seus aspectos importantes quanto ao programa de necessidades, partido arquitetônico e sistema construtivo. Quanto ao programa de necessidades, manteve-se praticamente inalterado por cerca de dois séculos; poucas diferenças entre as casas rurais e as urbanas; importância do resguardo da família – segregação da mulher; união da experiência indígena com a tradição portuguesa.

Quanto ao partido arquitetônico (forma) (Figura 6), a casa sertaneja deriva da casa bandeirista quanto aos seguintes fatores condicionantes: influência indígena no agenciamento das dependências de serviço (espalhadas em torno da casa principal); a hospitalidade (obrigação social); necessidade de quarto de hóspedes com acesso independente; presença das capelas integradas e/ou independentes do corpo da casa; faixa de recepção: corredor situado junto à fachada. As cozinhas (geralmente havia mais de uma) situavam-se em volumes anexos. Não existiam fogões com chaminés semelhantes às casas portuguesas – a taipa não permitia tal construção.

Sobre a técnica construtiva, a casa bandeirista paulista mantinha alvenarias autoportantes de taipa de pilão e alvenarias autoportantes de taipa de mão (paredes externas). As alvenarias de taipa de mão ou pau a pique, na subdivisão interna e oitões – apoiados nas taipas de pilão – telhados de duas águas (casas urbanas). Cobertura com estrutura de madeira, coberta com telhas tipo capa e bica em telhado de quatro águas. O dimensionamento das peças não era exagerado, porém não havia preocupação com a economia.

O uso da madeira estava condicionado às dificuldades de transporte. Segundo Lemos (1999, p. 62), o uso racional da madeira só vai se dar com a chegada dos imigrantes estrangeiros, já no ciclo do café. Casa sem desníveis internos, terra batida – terreno plano; Presença do corredor – influência da arquitetura tradicional portuguesa ou da loggia (galeria) à moda de Palladio. A sala central tem sempre a largura do corredor e espaços reentrantes (não avançam para além do corpo da edificação).

Entre as evidências dos dois casarões, há uma planta-tipo, que é repetida com riqueza de variantes. Essas evidências representam um partido arquitetônico que se inscreve no século XVIII, em uma sociedade assentada numa economia mineradora, ou seja, num gênero de vida. Monbeig (1944) considera que, se por um lado a casa reflete o meio, o homem não sofre passivamente a ação dos fatores “físicos ambientais”.

A casa de sopapo ou barroto “daqui” do arraial da Barra ainda seria muito difundida e utilizada no Brasil sertanejo. Paredes construídas em taipa, com barro, areia e estrume de gado, para dar firmeza ao reboco, como na casa do João-de-Barro, que utiliza estrume de gado, atribuindo-se a esse material a qualidade da liga para evitar a rachadura.

A casa bandeirista “de lá” tinha esse aspecto em Santana de Parnaíba/SP: na fachada abrem-se uma ou duas janelas e uma porta, de tábuas de madeira, notando-se pouca abertura para o exterior. Com o tempo, essas casas dispõem de varandas ou alpendres e a sua divisão interna era feita com paredes do mesmo material externo da casa.

A demolição do Casarão de Fronteira

A casa sertaneja, como objeto de cultura e conhecimento dos modos de viver bandeirante, vive agora somente dentro dos habitantes da Barra, por meio de suas memórias sobre o Casarão. A memória coletiva preservou a sua localização, a sua função, a sua materialidade em pedra, barro, madeira, as suas dimensões.

Mesmo com a consumação física da casa no ano de 2009, as lembranças dos habitantes da Barra que obtiveram o privilégio de experimentar a vivência dentro do Casarão de Bartolomeu ainda afloram e recompõem suas reminiscências. Há uma polêmica em ter sido demolido ou não o Casarão que causa um burburinho entre os habitantes do lugar.

Hoje, no local onde se encontrava o Casarão foi construído um resfriador de leite e uma roça de mandioca. Os habitantes da Barra, por sua vez, querem o Casarão de Fronteira de volta. Esse fato traz uma memória triste, mas que se mantém em elo com os habitantes de hoje, seus descendentes.

Como herança, a cultura é feita tanto de coisas materiais quanto de discursos. Ela tem uma dupla dimensão objetiva: a de coisas e a das palavras, a memória sobre quem a cultura repõe não é somente interior; ela tem uma

dimensão exterior, com isso, esse Casarão está nas memórias dos habitantes da Barra, sendo que até 2009 era possível contemplar as suas ruínas.

Esse Casarão do Arraial da Barra traz à tona muitas memórias de pertencimento em relação ao lugar e às suas tradições: o enredo da escravidão dos indígenas e negros, a sala do pelourinho na entrada da casa, os relatos de pessoas, seus descendentes e o Casarão Cartório, onde muitos moradores dali se casaram. O Casarão de Fronteira se manifesta muito mais do que apenas como um patrimônio histórico ou uma oralidade presente. Neste momento, o objeto de estudo vai além do passado da casa, pois se interessa em como a sua demolição implica em eliminar aspectos culturais simbólicos importantes para os habitantes até os dias de hoje, cujas famílias remontam cinco gerações pertencentes ao lugar.

O Casarão de Fronteira tinha conexão precedente com o Casarão de Origem, em Santana de Parnaíba, em São Paulo. A Casa da Parnaíba existe só pela metade, pois parte dela foi derrubada e, no século XVIII, sobre seus alicerces de taipa, foi construído um sobrado. Seu amplo telhado, arrematado por cachorros, e as conversadeiras, ladeando as janelas, indicam que se trata de casa bandeirista.

Pela vivência dos habitantes da Barra, constatamos que ainda hoje separam a planta baixa de suas casas em cômodos. Além de se distinguirem no seu aspecto externo, as várias formas de casas se diferenciam também pelas suas estruturas internas, pela planta de seus cômodos. Com a demolição do Casarão de Fronteira, perdem-se as suas referências sertanejas, o fora, o todo, o alto e o baixo, à esquerda e à direita, o aqui e o ali, o agora e o depois, a vítima e o vilão.

Pelos relatos dos habitantes da Barra se nota uma comoção quando se referem ao Casarão do Bartolomeu, demonstram a ausência do reconhecimento que não honrou a preservação do Casarão de Fronteira. Essa casa vivenciou momentos incríveis, com certeza ouviu os choros dos ancestrais dos habitantes do Arraial da Barra, viu amores e acolheu muitas culpas e falhas, viu partidas e conquistas. Sua ausência material no Arraial hoje causa essa tristeza em seus habitantes, tristeza essa que está deixando morrer a casa no único lugar onde tem que se manter viva: dentro de seus habitantes, em suas memórias!

A casa sertaneja goiana como símbolo e seus legados

O Casarão de Fronteira ou a primeira casa sertaneja goiana simboliza culturalmente mais do que um patrimônio histórico ou uma oralidade presente; quando foi construída, o Brasil era uma diversidade de espaços de capitâneas, porque uma parte do Brasil era Portugal e uma parte de Portugal era o Brasil, totalmente dual. Ela registra, assim, um período que ainda não foi reconhecido como a casa sede de poder da colônia portuguesa em território espanhol. A sua arquitetura sertaneja corresponde ao desenho da morfologia do aglomerado correspondente a seu tempo e ao Capitão-Mor Bartolomeu Bueno da Silva.

Posteriormente, a construção do Palácio Conde dos Arcos, em Vila Boa (1749-1755), representa uma arquitetura popular vernácula, de formato alongado, com o nome de “Casa Chata”, localizado numa urbanidade barroca. Exerceu a função de sede administrativa da Capitania, Província e Estado.

Com a mudança da capital do Estado de Goiás para Goiânia no ano de 1937, criou-se outra casa-sede para servir de Palácio ao novo governo de Pedro Ludovico Teixeira, denominado de Palácio das Esmeraldas. O Palácio de arquitetura *art nouveau* foi exaltado pelos versos da Revista Teatral “Goiânia”:

“Minha cor verde relembra, / tal qual em nossa bandeira, a opulência dessa flora / tão nossa, / tão brasileira”. (GONÇALVES, 1937)

Finalmente, foi implantada a última casa-sede de governo em território goiano, o Palácio da Alvorada, construído em 1957 como residência oficial do presidente da República em Brasília. Foi idealizado por Oscar Niemeyer, com seu característico estilo modernista e cheio de curvas.

Desse modo, o Casarão de Fronteira se destaca nesta cronologia de casas-sedes de governo, localizadas em territórios e de alguma forma vinculadas à formação administrativa que surgiu a partir da mineração bandeirante, tendo seu respectivo desenho urbanístico determinante: desde a criação do arraial minerador por carta régia em Buenolândia, à vila barroca capital da Província, hoje município de Goiás, seguida pelo urbanismo francês e arquitetura de Attilio Corrêa Lima planejando a nova capital Goiânia, até chegar à atual casa-sede de governo com o urbanismo e

arquitetura modernistas de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, capital do Brasil, residência do presidente da República, Juscelino Kubitschek, em Brasília.

Impactante e revolucionária, a casa sertaneja goiana inova com a tecnologia do barro, a construção indígena de madeira e palha, o que resulta numa junção de identidades, pois deixa de ter apenas traços portugueses ou indígenas e se torna a casa de identidade goiana e brasileira. Ela também representa um símbolo goiano, tanto quanto a bandeira do Estado, o hino e os símbolos que estavam em curso para a formação da Capitania.

O Casarão de Fronteira representa uma disputa dos que não compreendem o passado que impacta rigorosamente e que não entendem Goiás e sua identidade de hoje. As grandes transformações do presente embasadas no fomento da inauguração do futuro têm sua referência no passado.

O humano, a simplificação e o sertão goiano

Essas manifestações culturais são testemunhos de uma grandeza cultural desta vida rural do interior de Goiás. O registro desta cultura se dá por meio de músicas e da arquitetura sertaneja, onde é possível observar a sensibilidade dos artistas que registraram as práticas cotidianas de sua comunidade.

Nessa perspectiva, o Casarão de Fronteira provia o sertão de uma cultura visual contemporânea, onde era explorada a geometria a fim de transformar a paisagem até então rústica em abstrata.

O Casarão, descolado de sedimentos alinhados no chão ou com trempes com formato de ferradura e o telhado em ângulo que instiga o olhar do observador, é desenhado em uma nova linha de horizonte, que do ponto de vista plástico acentua claramente quando a arquitetura e a paisagem se interligam e dão este tom sertanejo. A partir do contato com essa cultura sertaneja, descobrimos uma riqueza de acervos de músicas, casas e artefatos, que se diferem totalmente dos acervos da cultura urbana. Levanta-se a questão de quantos acervos sertanejos não se deve ter perdido pelo Brasil e quantos não se assemelham ao Arraial da Barra.

oOo

O presente estudo é o resultado original contido na tese “Habitar e Memória em Terras da Santa: Ancestralidade no Arraial da Barra, na Cidade

de Goiás/GO” (2022), em colaboração com a UFG e o laboratório Laboter/IESA, com as gentes do Arraial da Barra e com minha orientadora, Maria Geralda de Almeida (in memoriam). Este texto foi produzido pela equipe do projeto de extensão – PJ559-2021 – Casa de Tradições e Paisagens do Cerrado, UFG Câmpus Goiás, curso de Arquitetura e Urbanismo em conjunto com as orientandas Mariana J Rodrigues, Thalia C. Silva, Shayre B. Silva, Adria R. Lima, Amanda R. Sousa.

Referências

BERTRAN, Paulo. *Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1738*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás; Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996.

CANCLINI, Nestor García. *O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, Iphan, n. 23, p. 95-115, 1994.

GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 1996.

LE MOS, Carlos. *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Edusp, 1999.

MATTOS, José Raymundo da Cunha. *Chorographia histórica da Província de Goyas*. In. Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnographico do Brasil. Rio de Janeiro: R. I. Garnier Tomo XXXVII (1), p. 213-398, 1874.

MATTOS, José Raymundo da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goyaz, seguido de huma descripção chorographica de Goyaz, e dos roteiros desta província às de Mato Grosso e São Paulo*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Vilaleneuve E. C., Tomos I e II, 1836.

MONBEIG, Pierre. *O estudo geográfico das cidades*. Boletim Geográfico, IBGE, ano 1, n. 7, p. 7-29, out. de 1944.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

TUAN, Yi – Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Londrina: Eduel, 2013.

Capítulo 7

A CAPTURA DO TERRITÓRIO

Instituições e política colonial em Goiás – da instabilidade dos arraiais à invenção de uma nova sociedade (1721-1818)

Fernando Lobo Lemes¹

Em Goiás, a luta pelo território – ocupado antes da chegada dos europeus – intensificou nos campos de batalha os comportamentos peculiares aos valores culturais dos indivíduos, exacerbando as divergências e os conflitos de interesses na defesa quase sempre inglória da própria vida. O tráfico de indivíduos capturados no continente africano e as guerras de extermínio contra os povos originários dão a medida da violência.

Mas a sociedade que aí se configura também elabora suas idiossincrasias e não deve ser compreendida a partir da simples transposição de elementos europeus e africanos, somados aos rudimentos seculares dos grupos sociais americanos. Condicionados pelas incertezas e pela maleabilidade do terreno, foi necessário apreender as especificidades do paradigma da colonização, nova moldura gestada que transformaria para sempre as formas de vida e existência social. Nada seria como antes.

Os repertórios religiosos, políticos e econômicos trazidos para essa encruzilhada da história sofreram mutações. Adaptados, foram amalgamados, misturados, miscigenados. O resultado, ao fim de dez décadas, é Goiás.

1 Doutor em História pela Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris 3 (École Doctorale 122), associada ao Centre de Recherche et de Documentation sur les Amériques (CREDA), unidade de pesquisa ligada ao CNRS e ao Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL). É professor no Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Por isso, a leitura institucional da imposição paulatina dos interesses europeus no campo dos embates políticos é apenas uma leitura possível dessa história, um viés, uma ínfima parte do todo no complexo mundo das disputas coloniais. Posto isso, convém ressaltar que o texto que segue é uma tentativa de descrever o compasso das estratégias projetadas pela monarquia na implementação de instituições portuguesas em Goiás.

O domínio dos potentados – motins pelo ouro e pela terra

A Guerra dos Emboabas (1707-1709), epicentro das disputas que intensificam a presença de portugueses nas zonas de exploração de ouro no Brasil, é um divisor de águas na autonomia secular dos bandeirantes paulistas e gênese das condições históricas para a expedição de Bartolomeu Bueno da Silva e João Leite da Silva Ortiz em direção a Goiás. Após a guerra, governaram com mão de ferro a Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui. Em 1720, expulsos da Vila pelo governo colonial, o clã de Bueno da Silva retorna a São Paulo.

Dois anos depois, Bueno da Silva e Silva Ortiz negociam com o governador de São Paulo, Rodrigo César de Meneses (1721-1727), as cláusulas de um contrato que balizaria a expedição às terras dos Goyazes (REQUERIMENTO, DOCUMENTO 3). Em 14 parágrafos, o documento garantia aos descobridores os cargos de superintendente-geral e guarda-mor, a concessão de títulos militares e a cobrança das passagens dos rios de São Paulo a Goiás.

Três anos após o início da exploração efetiva em Goiás, em 1730, Bueno da Silva e Silva Ortiz informam ao monarca o cumprimento do contrato e remetem a certidão de um depósito de 7.782 oitavas de ouro na Casa da Moeda de São Paulo (LEMES, 2013a).

No exercício do cargo de superintendente-geral em Goiás, Bueno da Silva nomeia Antônio de Oliveira da Costa e Manuel Rodrigues Tomar, respectivamente, superintendente e guarda-mor das jazidas de Meia Ponte. Não obstante, em 1732, disputas pela divisão das lavras detonaram conflitos que punham em xeque os interesses mercantis do clã de Bueno da Silva. A eclosão de um motim contra Oliveira da Costa resultou na escolha de Manuel Rodrigues Tomar para o posto de superintendente das minas em Meia Ponte (CAMPOS, 2005). Arvorando-se em descobridor das jazidas no

arraial, Rodrigues Tomar bate de frente com o superintendente-geral, que, por sua vez, manda investigar as causas da confusão e afiança que o descobridor daquelas minas teria sido Amaro Leite e não Rodrigues Tomar (DOCUMENTOS INTERESSANTES, 1897). Em seguida, envia para o posto de guarda-mor Manuel Dias da Silva, que, por sua vez, é rejeitado pela população quando chega a Meia Ponte. Na sequência, segundo Campos (2005), Manuel Rodrigues Tomar, líder da insurreição, é enviado preso para São Paulo e, após promessa de não retornar às minas de Goiás, é posto em liberdade.

Pouco tempo depois, entre os meses de janeiro e junho de 1733, o governador de São Paulo, Antônio Luís de Távora (1732-1737), despacha cobradores ao arraial de Sant'Anna, base política de Bueno da Silva. Instigados pelo vigário Pedro Ferreira Brandão, aliados do superintendente-geral se insurgem contra os enviados do governador.

Em São Paulo, Luís de Távora revida. Em 28 de outubro de 1733, uma provisão do governo da capitania ordena o fechamento dos caminhos de acesso às minas de ouro e proíbe a comunicação fluvial com as capitanias do Norte do Brasil. Além disso, determina a divisão das zonas mineradoras em dois distritos (Sant'Anna e Meia Ponte), destitui Bueno da Silva de seu posto e nomeia o ouvidor-geral de São Paulo, Gregório Dias da Silva, novo superintendente-geral.

De mudança para Goiás, em 26 de setembro de 1734, Dias da Silva informa ao rei de Portugal a existência de um “levantamento” nas minas de Crixás incitado “pelo descobridor e guarda-mor”, que, segundo ele, apossara-se de “datas de terras” em benefício de seus parentes e amigos (CARTA, DOCUMENTO 9). Contrapondo-se aos descobridores, três dias mais tarde, em nova carta ao rei, denuncia os superintendentes do Maranhão e de Meia Ponte, asseverando que fazem despesas “ao seu arbítrio”, em prejuízo para as finanças da Coroa (CARTA, DOCUMENTO 10).

No ano seguinte, o novo superintendente-geral surpreende os moradores com um pacote de hostilidades. Concentra em suas mãos o poder de distribuir terras para mineração e a arrecadação de tributos, submete os descobridores das lavras à sua autoridade pessoal (sob pena de degredo e confisco do ouro), compromete a reputação de Bueno da Silva denunciando a prática de supostas “injustiças” e, de olho no contrabando, passa a supervisionar os caminhos que levam a Goiás (LEMES, 2013a). Somado a isso, implementa nova política tributária: o sistema de capitação.

Depois das Minas Gerais, em 1735, a novidade tributária chega a Goiás. Sob as orientações de São Paulo, o superintendente-geral convoca uma Junta em Meia Ponte, com o objetivo de anunciar a mudança no sistema fiscal (AHU, DOCUMENTO 31). Mas um detalhe esteve na base de nova rebelião em Goiás: a suposição de uma elevada produtividade levou à imposição de uma sobretaxa para as jazidas de Crixás e de São José do Tocantins. Essa medida, segundo o próprio superintendente-geral, produziu vigorosa “oposição dos moradores” (CARTA, DOCUMENTO 29).

A primeira reação contrária, reprimida por Dias da Silva, veio do Arraial de Sant’Anna, onde o vigário Alexandre Marques do Valle insufla a população, aconselhando que não “aceitassem a Capitação”. Mas no Tocantins, os moradores alegam baixa na produtividade e solicitam a adoção de valores semelhantes aos das Minas Gerais. Assim, em janeiro de 1736, insultos contra o superintendente-geral, destruição de editais, apreensão de correspondências e a mobilização de bandos armados indicam à Coroa a dimensão da revolta. Em resposta, João V envia o governador de São Paulo com instruções para instalar a primeira vila em Goiás (CONSULTA, DOCUMENTO 549). Ao mesmo tempo, a chegada de auxílio militar permitiu que a rebelião fosse controlada pelo superintendente-geral.

Visando apurar responsabilidades, em junho de 1736, Gregório Dias da Silva dá início a uma investigação e indicia, prende e pune o único culpado que encontrou: Manuel Pereira Botelho de Sampaio (CARTA, DOCUMENTO 31). Ao final, a insurreição teria sido produtiva e as demandas dos mineradores de Crixás e do Tocantins atendidas por São Paulo.

Não obstante, os planos do superintendente-geral, em afrontar aos interesses dos moradores, nutriam um clima de confronto no Norte da capitania. A tal ponto que uma hipotética viagem de Gregório Dias da Silva ao Tocantins mobilizou uma multidão de 500 homens armados anunciando a proibição de sua entrada naquelas minas, que, segundo eles, pertenciam ao governo do Maranhão. Assim, a rebelião em Crixás e Tocantins indica, também, outra dimensão de problemas: a indefinição das fronteiras na América portuguesa.

Como se vê, os conflitos reportados incluem o interesse pelos postos de comando, disputas pelo controle da terra e desentendimentos sobre a jurisdição dos governadores. São apenas pontas de icebergs projetados pela rebelião do Tocantins que remetem ao caráter violento do ambiente colonial (LEMES, 2013a).

“Em obediência a este governo”: os julgados e a gestão colonial

Cercados pela rebeldia dos potentados, os interesses de Lisboa patinam no centro de um conjunto limitado e movediço de instituições, reduzidas, à altura, a uma superintendência-geral e a um frágil aparato militar. Contudo, a partir de 1737, a presença do enviado do monarca, Antônio Luís de Távora, altera o desenho da gestão colonial em Goiás.

Em Meia Ponte, o governador de São Paulo convoca uma Junta de “ministros” no dia 4 de fevereiro de 1737 e revela as linhas mestras de seus planos (CONSULTA, DOCUMENTO 50): resolver as pendengas relativas à capitação – passo inicial para conquistar a simpatia dos moradores de Carlos Marinho, atraídos pelo governo da Capitania do Grão-Pará e Maranhão; criar comissárias nos arraiais, descentralizando as atribuições das intendências de Sant’Anna e de Tocantins (PALACIN, 2001); realizar as inscrições dos escravos – referência para a estimativa do valor da capitação; e, finalmente, ao invés de fundar a vila, convocar eleições de juizes ordinários, responsáveis pela gestão da justiça em primeira instância e pelo governo dos arraiais.

Após a Junta, o intendente Sebastião Mendes de Carvalho se dirige a Meia Ponte e a Crixás e o governador ao Tocantins, visando aparelhar as matrículas dos escravos nas minas de Carlos Marinho (CONSULTA, DOCUMENTO 50). Alguns meses depois, em 19 de novembro de 1737, o mesmo Mendes de Carvalho confirma o sucesso das medidas empreendidas pelo Conde de Sarzedas: segundo ele, as minas de Carlos Marinho – arraial “conquistado” – estavam submetidas “em obediência a este governo” (CONSULTA, DOCUMENTO 53).

Apesar disso, no regresso ao Arraial de Sant’Anna, Antônio Luís de Távora expira no Arraial de Traíras, em um revés para os planos de Lisboa. Contudo, deixa ao novo superintendente-geral, Agostinho Pacheco Teles, a missão de dar continuidade às ações planejadas para Goiás. Não obstante, impedido de criar uma vila (alçada exclusiva dos governadores), dá continuidade às instruções da Junta de Meia Ponte e inicia a criação dos Julgados (LEMES, 2012). Tempos depois, em carta de 17 de maio de 1738, Pacheco Teles informa ao rei de Portugal que havia coordenado as eleições nos arraiais e que, portanto, estava atendida a necessidade de “administração de justiça” nas minas de Goiás (AHU, DOCUMENTO 60).

Artifício provisório de gestão colonial e desde então organismo basilar de governo, o sistema de Julgados aparelha estrategicamente a prática política em Goiás durante todo o século XVIII, visando, sobretudo, a manutenção da ordem nos arraiais e o controle das finanças da Coroa (CONSULTA, DOCUMENTO 60). Segundo Lemes (2012), passo essencial na composição de uma ordem institucional mais sólida, os Julgados acumulam prerrogativas jurídica, político-administrativa e financeira sobre um contíguo de arraiais adjacentes, submetidos às decisões de juízes ordinários eleitos pela população. Em momento de incerteza e forte instabilidade política, a criação dos Julgados em Goiás concede uma pausa para as decisões do rei de Portugal, um lapso de tempo necessário para redefinir as estratégias visando o avanço controlado dos projetos de Lisboa.

Vila Boa de Goiás – nascimento de um novo tempo

Luiz de Assis Mascarenhas, governador de São Paulo (1739-1748), chega a Goiás no dia 5 de julho de 1739. Sua missão: criar a primeira vila na região. Para isso, nomeia os oficiais municipais para o Senado da Câmara. Contemplando os interesses dos diferentes grupos políticos, promove a distribuição equitativa dos cargos com o intuito de atrair os mais poderosos para o projeto da Coroa. Conforme a tradição do Império português, coordena a ereção do Pelourinho (ALENCASTRE, 1979), define os lugares da igreja, da Casa de Câmara e Cadeia e das principais instituições públicas e redesenha o traçado das ruas a partir do ponto mais importante do poder político da vila: o Senado da Câmara.

A soma dos atos encenados revela a intenção de Lisboa em promover uma ruptura com o tempo dos arraiais: superar a instabilidade e a ausência dos mecanismos de controle, reposicionando a preeminência dos interesses de Portugal (LEMES, 2014). Além disso, Vila Boa de Goiás, a nova vila, sobrepõe-se ao espaço geopolítico de Sant'Anna, arraial associado aos descobridores das jazidas de metais e pedras preciosas. Segundo Vidal (2007), ainda que a população seja a mesma, o quadro espacial será transformado para ostentar um núcleo urbano que acolhe os poderes disciplinadores da monarquia, delineando o nascimento de um novo tempo, de uma nova sociedade.

Desde logo, Vila Boa de Goiás e o Senado da Câmara convertem-se em centro de negociações políticas e instrumentos de interlocução direta com a Coroa (BICALHO, 2013) que redimensiona o pacto de soberania, tornando-se elemento de conexão direta entre o rei e seus vassallos. Em função de sua disposição geográfica, Vila Boa exerce, desde cedo, papel relevante na fronteira oeste da América entre os impérios português e espanhol.

Nesse aspecto, vale a pena observar de perto as estratégias de Lisboa. A fundação da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727) e, em seguida, a criação de Vila Boa de Goiás indicam a intenção dos portugueses em avançar sobre a fronteira ocidental, violando as cláusulas do Tratado de Tordesilhas, ao tempo em que a Espanha prosseguia do mesmo modo do lado oriental.

Vê-se, então, que os negócios ou o belicismo entre os dois impérios permitiam que Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e Vila Boa de Goiás fossem plantadas além da linha de Tordesilhas que demarcava o limite entre os dois reinos até o Tratado de Madri, selado em 1750. Mais exatamente, comparadas às coordenadas de Tordesilhas (48° 35' 25" Oeste, no Ocidente, e 13° 24' 35" Leste, no Oriente), a posição de Vila Boa de Goiás (15° 56' 04" de latitude Sul e 50° 08' 25" de longitude Oeste) encontrava-se adiantada em território espanhol exatamente 1° 33' 00" (um grau e trinta e três minutos) (LEMES, 2013B). Se os técnicos em Portugal mediam a longitude de Vila Boa com erro aproximado de apenas 1° (um grau), resta claro que a Coroa investia na fronteira mirando a posse do território que, teoricamente, cabia à Espanha. Nada obstante, João V investe no aparelhamento de Vila Boa. Mais que uma vila, seu objetivo é construir uma cidade capital.

Capitania de Goiás – um governo entre dois impérios

A ideia de intensificar a presença institucional portuguesa nas minas de Goiás por meio da criação de uma capitania desvinculada da de São Paulo foi discutida desde a década de 1730. Todavia, o desligamento da capitania originária não foi imediato. Antes disso, como se viu, ante o inesperado dos acontecimentos, João V optou pela instalação de Julgados, seguida da criação de Vila Boa. Desse modo, em 1748, a Coroa anuncia a criação da Capitania de Goiás e, ao mesmo tempo, da de Mato Grosso (DECRETO, DOCUMENTO 374).

Em 26 de julho de 1748, Marcos de Noronha é indicado para o posto de governador e a Coroa publica edital em Lisboa para a vaga de secretário de governo da Capitania de Goiás. Em janeiro de 1749, o monarca exige a viagem imediata de Marcos de Noronha para que assuma o governo de Goiás. Pouco tempo depois, em Vila Boa, é investido pelo Senado da Câmara dos poderes de governador da Capitania (LEMES, 2013b).

A criação de duas capitanias ao mesmo tempo não é aleatória. Como indica Nauk Maria de Jesus (2008), Mato Grosso e Goiás, situados entre as bacias platina e amazônica, conectando o norte e o sul da América portuguesa, são referências entre os impérios português e hispânico e fronteira geográfica entre os Estados do Brasil e do Grão-Pará.

Irmãs gêmeas, a relação entre as duas capitanias atravessa toda a segunda metade do século XVIII. Contudo, esses laços de parentesco exigiam mais das finanças de Goiás, que assumiu o lugar da irmã provedora. De pronto, Goiás concede fôlego às minas de Cuiabá, tornando-se desvio alternativo aos contratempos inevitáveis da rota fluvial – àquela altura, única ligação com São Paulo –, substituída pela via terrestre entre Vila Boa e a Vila Real do Cuiabá. A partir de 1740, como anuncia Assis Mascarenhas, os impostos em ouro recolhidos em Cuiabá chegariam à Casa de Fundição de São Paulo pelo caminho de Goiás (LEMES, 2013b) (LEMES, 2013b). Por outro lado, desde 1751, transferências anuais tornaram o ouro de Goiás indispensável para a conservação da integridade da fronteira contra as pretensões da Coroa hispânica. Ponto de intercessão entre dois impérios, a geografia política desta cidade de fronteira multiplica sua importância nos processos de colonização.

Vila Boa Capital – território e geopolítica a oeste do império

Após a criação efetiva da capitania em 1749, Vila Boa torna-se residência dos agentes da Coroa, sede dos órgãos do governo colonial e prelazia submetida ao bispado de Mariana, referência na disciplina da Igreja. Outros fatores confirmam sua posição de Vila Capital: influência sobre importante espaço geográfico; permanentes práticas econômicas e de convivência social; centro de representação e exercício do poder e cidade-referência para a organização do território (ARAÚJO, 2003; SANTOS *apud*

BICALHO, 2013). Assim, na geopolítica regional e nos limites da Capitania de Goiás, Vila Boa é capital-fronteira.

Maria Fernanda Bicalho (2013), em estudo que versa sobre o Rio de Janeiro e o conceito de capitalidade para vilas e cidades coloniais, concorda que Vila Boa seria uma das cidades pensadas, já no século XVIII, “como capitais administrativas regionais, com o claro intuito de adentrar o sertão, estender a fronteira e estruturar o território à sua volta”. Segundo a autora, “é o caso de Vila Boa de Goiás, Vila Bela de Santíssima Trindade, em Mato Grosso, e de Rio Grande de São Pedro, no Sul”. Nesse caso, as cidades litorâneas e “as vilas tardiamente fundadas nos territórios fronteiriços”, a exemplo de Vila Boa, “foram profundamente marcadas por uma lógica de percepção geoestratégica do espaço”.

Portanto, a instalação dos repertórios institucionais como a fundação de Sant’Anna, a formação dos Julgados, a criação de Vila Boa, a instituição da capitania e sua relevância geopolítica para o Império português, enfim, todos esses acontecimentos são como partes interligadas que remetem à identificação de Vila Boa como capital da Capitania de Goiás.

“Equilíbrio das tensões” – soberania e fragilidade dos poderes coloniais

É comum encontrar opiniões favoráveis à ideia de um movimento por parte da Coroa tendendo à centralização política e administrativa, tanto no reino quanto na América portuguesa, na segunda metade do século XVIII.

De fato, em Goiás, pode-se notar a preeminência dos projetos de Lisboa em função de uma rede governativa implementada com o objetivo de impor os interesses da Coroa nos procedimentos de exploração e domínio coloniais. Entretanto, disputas de poder inerentes às hierarquias institucionais do Estado português envolvendo oficiais régios e grupos políticos enraizados em terreno colonial não sofreram solução de continuidade.

Nesse sentido, como lembram Lemes & Bonome (2017), a partir da ampliação dos mecanismos de influência criados pela Coroa, o novelo dos disputados interesses em Goiás aparece associado às demandas pertinentes às instâncias hierarquizadas de poder e aos diferentes conflitos que sugam para o seu centro personagens diversas, como juízes, procuradores

e vereadores, governadores e ministros representantes do rei de Portugal. Nesse caso, giram em segundo plano os efeitos decorrentes das medidas administrativas centralizadoras impostas por Lisboa nos ambientes de conquista e exploração coloniais.

Exemplo disso é a autonomia das autoridades vinculadas ao Senado da Câmara de Vila Boa. Desde sua criação, querelas contra ouvidores e governadores resultaram na consolidação de sua autoridade garantida por meio de negociações e acordos com representantes da Coroa. Por outro lado, se governadores exerciam o poder enquanto força, conservando, inclusive, o poderio militar na capitania, sua autoridade era quase sempre fruto de acordos e sanções derivados dos embates contra outros núcleos de poder (BICALHO, 2013).

Assim, se se pode referir a algum artifício ou efeito de centralização na gestão da Capitania de Goiás, talvez a tese de que os poderes locais tendiam a se transformar em forças ativas no movimento de consolidação dos Estados modernos, sendo mais útil integrá-los que excluí-los, seja mais adequada. Nesse caso, como lembram Lemes & Bonome (2017), os “notáveis” de localidades como Vila Boa de Goiás são capazes de opor resistências e usar os aparatos governativos coloniais em benefício de seus próprios projetos.

Aliás, o desempenho de seus papéis era um pressuposto essencial para um controle mais efetivo dos territórios conquistados por Lisboa. Nesse aspecto, nos termos de Bicalho (2013, p. 5), uma integração bem-sucedida não se faria tão somente “por intermédio da conquista e absorção do menor e mais fraco”, mas, sobretudo, pela combinação entre os interesses da nobreza da terra e aqueles da monarquia portuguesa “numa estrutura política mais ampla”, o que indica, no limite, ainda de acordo com Lemes & Bonome (2017), um fracionamento das forças políticas como fator indispensável para o equilíbrio nas relações de força em Goiás.

Russel-Wood (1998) demonstrou que se no império o centro de onde emanam as decisões é Lisboa, na América há um ambiente descentralizado, com larga indefinição dos limites de atuação das autoridades. Em Goiás, essa condição fomenta rivalidades perpetradas pelo soberano ao jogar um grupo contra o outro, reproduzindo, conforme Norbert Elias (2001, p. 18), “o ‘equilíbrio das tensões’ necessário à forma pessoal do monopólio de dominação”. Nesse ambiente, o campo político da capitania é marcado por uma teia complexa de relacionamentos onde impera, na expressão de Luis Palacín (1983, p. 58), uma verdadeira liturgia da

“intriga”, multiplicada pelo conhecido desprezo dos governadores pelos habitantes das zonas de colonização.

A vitalidade dos fluxos – o advento de um novo século

O declínio da produção de metais e pedras preciosas na segunda metade do século XVIII não embarçou a vitalidade das relações políticas em Goiás. Muito embora a consecução de empreendimentos visando à intensificação do comércio, da agricultura e da pecuária não tenha alcançado o resultado esperado, o projeto político de Lisboa sobrevive ao esgotamento do modelo econômico centrado na produção mineradora (LEMES, 2015).

Vale notar que desde a década de 1790 é perceptível a reação de Lisboa – e, a partir de 1808, do Rio de Janeiro – em busca de alternativas econômicas e perspectivas institucionais por meio, por exemplo, de estímulos ao processo de urbanização, do incremento da navegação fluvial e dos rearranjos na estrutura de governo da capitania.

Concorrendo com a vitalidade dos fluxos demográficos com o advento de novos caminhos – a exemplo da estrada ligando o norte de Goiás ao Rio de Janeiro; o nascimento de novos arraiais – tais como São Pedro de Alcântara (1808), Anicuns (1816) e Catalão (1820); a intensificação dos serviços de comunicação, por meio da criação dos Correios; e a tentativa de conexão com o norte do Brasil, via Pará com saída para o oceano Atlântico –, a estrutura institucional e jurídica é alargada durante as duas primeiras décadas do século XIX, animando o campo político-institucional em Goiás.

Nesse sentido, a constituição da figura do juiz de fora em 1809; a criação, no mesmo ano, da comarca de São João das Duas Barras e o advento de uma ouvidoria, responsável pela justiça em segunda instância; a ereção da Vila de São João das Duas Barras (1810), sede da nova comarca, e a consequente instalação do Senado da Câmara; o estabelecimento da Vila de São João da Palma, nova sede da comarca a partir de 1815; e, em 1818, a ascensão de Vila Boa de Goiás ao estatuto de cidade redesenham o organograma da gestão colonial em Goiás.

Finalmente, neste mundo de fronteira, as fecundas interações e o conjunto das práticas sociais em um novo território fertilizam uma terra de misturas, cruzamentos e penosas conciliações. Nesse espinhoso cenário, conforme Lemes (2015), Goiás constitui-se historicamente como espaço

intermediário que testemunha a invenção de uma nova sociedade, gestada pela composição, recomposição, alianças e, ao mesmo tempo, multiplicação de formas criativas enquanto alternativas que também emergem dos processos de adaptação dos repertórios culturais e institucionais europeus.

Referências

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás* (1863). Goiânia: Governo de Goiás, 1979.

ARAÚJO, Renata Malcher de. *A Razão na selva: Pombal e a reforma urbana da Amazônia*. Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas, Instituto Camões, Lisboa, n. 15-16, p. 151-165, 2003.

BICALHO, M. F. *O Rio de Janeiro no século XVIII: a transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa*. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2013.

CAMPOS, Maria Verônica. *Goiás na década de 1730: pioneiros, elites locais, motins e fronteira* (p. 341-359). In: BICALHO, Maria Fernanda Batista; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de Governar*. Ideias e práticas políticas no Império português – séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

CARTA do superintendente-geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva, ao rei João V. Goiás, 6 jan. 1735. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. [Documento 9].

CARTA do superintendente-geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva, ao rei D. João V. Goiás, 9 jan. 1735. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. [Documento 10].

CARTA do superintendente e intendente-geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva, ao rei D. João V. Goiás, de 20 mar. 1736. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. [Documento 29].

CARTA do superintendente-geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva, ao rei João V. Goiás, 19 mar. 1737. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. [Documento 31].

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre a carta do intendente e provedor das Minas de Goiás, Sebastião Mendes de Carvalho. Lisboa, 31 maio 1738. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. [Documento 50].

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre a carta do intendente e provedor da Fazenda Real de Goiás, Sebastião Mendes de Carvalho. Lisboa, 6 set. 1738. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. [Documento 53].

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre a carta do superintendente-geral das Minas de Goiás, [Agostinho Pacheco Teles], acerca da criação dos cargos de juízes e demais ofícios e o estabelecimento da vila que se tem mandado erigir. Lisboa, 7 jul. 1739. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. [Documento 60].

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei José I, sobre o requerimento do ex-governador e capitão-general de São Paulo, Luís de Mascarenhas. Lisboa, 15 nov. 1752. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. [Documento 549].

DECRETO do rei D. João V nomeando o [conde dos Arcos], D. Marcos de Noronha, governador e capitão-general de Goiás. Lisboa, 26 jul. 1748. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. [Documento 374].

DOCUMENTOS INTERESSANTES para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), *Casa Eclética*, v. 24, p. 161-163, 1897.

ELIAS, N. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LEMES, F. L. *Espera, morte e incerteza: a instalação dos Julgados nas minas de Goiás – leituras sobre a criação de Vila Boa*. *História Revista*, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 189-213, 2012.

LEMES, F. L. *Areia nas engrenagens do governo colonial: conflitos e motins nas minas de Goiás – História e historiografia (1727-1739)*. *Locus: Revista de História*, v. 19, n. 1, p. 209-234, 2013a.

LEMES, F. L. *Goiás na arquitetura geopolítica da América portuguesa*. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 35, p. 185-209, 2013b.

LEMES, F. L. *Projeto político de Lisboa: a criação de Vila Boa e o senado da câmara de Goiás (1739-1744)*. *Politeia – História e Sociedade*, v. 13, n. 1, p. 89-114, 2014.

LEMES, F. L. *Na fronteira do Império: cidade capital e poder soberano em Goiás colonial (1730-1750)* (p. 113-138). In: LEMES, F. L. (Org.). *Territórios da História*. Rio de Janeiro: Luminária Academia, 2015.

LEMES, F. L.; BONOME, J. R. *Frágeis poderes: governadores e oficiais municipais em Goiás na segunda metade do século XVIII*. *História Revista*, Goiânia, v. 21, n. 1, p. 6-24, 2016.

JESUS, Nauk Maria de. *A câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá: um breve panorama (1727-1800)*. *Fronteiras*, Dourados, v. 10, n. 17, p. 163-175, 2008.

PALACÍN, Luis. *O século do ouro em Goiás 1722-1822: Estrutura e conjuntura numa Capitania de minas*. Goiânia: PUC/Goiás, 2001.

PALACÍN, Luis. *Subversão e corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás*. Goiânia: UFG, 1983.

REQUERIMENTO do regente e descobridor das Minas de Goiás, Bartolomeu Bueno da Silva, ao rei João V. Goiás, 23 fev. 1732. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. [Documento 3].

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Prefácio (p. 11-19). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Batista; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 490p.

SANTOS, Catarina Madeira. *Goa é a Chave de toda a Índia. Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*. Lisboa: CNCDP, 1999.

VIDAL, L. Sous le masque du colonial – Naissances et “décadence” d’une Vila dans le Brésil moderne: Vila Boa de Goiás au XVIIIe siècle. *Annales HSS*, Paris, n. 3, p. 577-606, 2007.

Capítulo 8

DISCURSOS SOBRE A DIÁSPORA AFRICANA EM GOIÁS

Thais Alves Marinho¹

As primeiras imagens, discursos e símbolos usados para narrar a História de Goiás se vinculam ao regime de representações (HALL, 1996) eurocentrado patriarcal colonial, marcado pela patologização da diversidade de práticas, saberes e fazeres. Salientavam “a riqueza enganadora, a relação entre aventureiros e o crime, a inclemência do clima e a ociosidade” dos habitantes “boçais” (MARTINS, 2017, p. 29), que passaram a ser marcas registradas do Estado. Os estranhamentos de viajantes como o Barão de Eschwege (1816), Saint-Hilaire (1819) e Johan Emmanuel Pohl (1818), narrados em seus cadernos de viagens, somados às análises dos historiadores autodidatas Luiz Antônio da Silva e Souza (1812), Cunha Mattos (1824) e José Martins Alencastre (1864) em relação ao território goiano e seus habitantes, são elucidativos das relações de poder travadas desde a colonização, que promoviam a subalternização de mulheres, africanos em diáspora e dos indígenas e seus descendentes, por meio de processos de racialização hierarquizantes discutir e questionar essa subalternização réplica é a principal proposta deste texto.

1 Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e Pós-Doutora em Ciências Sociais pela Unisinos. Líder do Grupo de Pesquisa Memória Social e Subjetividade (CNPQ/PUC Goiás). Atualmente, coordena o Programa de Pós-Graduação em História e é professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião/PUC Goiás.

No caso de Goiás, a colonização tardia, que ocorre apenas a partir da Bandeira de 1722, no auge da primeira Marcha para o Oeste, no bojo da corrida mineratória, enfrentou o temor em relação à “decadência do ouro”. Tal trauma eternizou a atividade econômica aurífera como marco da historiografia de Goiás e do povoamento do território. As dificuldades para a implementação da atividade aurífera, associadas às noções de “indolência, preguiça e atraso”, das primeiras narrativas, somaram-se a uma forma própria de se processar o racismo na Capitania. Assim, práticas de manipular a aparência física negra no cotidiano se tornaram estratégias recorrentes para enfrentar a incompatibilidade entre ser negro e ter prestígio social. A liberdade dos cativos, associada à diminuição da quantidade de escravizados envolvidos nessa atividade, teria contribuído para o esfacelamento da mão de obra escravizada segundo historiadores do século XX, como Palacín (1994).

No ambiente rural, longe dos centros urbanos, a emergência de alguns quilombos no século XVIII é mencionada em cartas oficiais portuguesas, apenas para salientar a destruição ou o caos causado pelos “calhambolas”, como fizeram os governadores João Manoel de Mello, em 1760, e José de Almeida de Vasconcellos Soveral e Carvalho (conhecido como Barão de Mossâmedes), em 1772 (MARINHO, 2008 e 2019).

Essas ações explicam a lacuna de informações sobre as trajetórias de africanos em diáspora e seus descendentes no território goiano. Apenas a partir da década de 1980, a historiografia goiana passa a explorar esses fenômenos sociais como objetos de estudo. Busco nestas breves páginas apresentar uma revisão da literatura, focando os distintos discursos sobre os afrodiáspóricos, mesclando com os resultados de algumas pesquisas que tenho desenvolvido nos últimos anos em Goiás, visando ensejar novas pesquisas sobre a temática.

Quilombos, escravos e escravizados

O primeiro trabalho a dar foco para os caminhos percorridos pelos afrodiáspóricos em Goiás foi o de Gilka Salles: *Economia e escravidão na capitania de Goiás* (1980, 1983). No entanto, o estudo recai ainda numa perspectiva da História Econômica, problematizando o negro em função de sua participação na economia escravista, seja como escravizado, seja

como “escravizado fugido”. Os bandeirantes, seguindo a tradição paulista, da qual Salles é herdeira, figuram como “os principais sujeitos históricos da grande aventura de colonização e descobrimento das terras goianas” (SALLES, [1980, 1983], 1992). Apesar de demarcar o caráter de resistência dos cativos, frente às diversas opressões do inexorável caráter violento da escravização, reproduz o discurso dos primeiros historiadores (autodidatas), que subalterniza indígenas e afrodescendentes. Além disso, foi criticada por Nasr Chaul (1997) em relação à tese do refluxo demográfico após a “decadência do ouro”, ao ignorar o crescimento da população no campo, sobrevivendo da pecuária e da agricultura.

O trabalho de Martiniano da Silva (1998) põe foco na resistência negra, na esteira de Clóvis Moura e Abdias do Nascimento, dando início a uma perspectiva romantizada sobre os quilombolas goianos, com inspiração nas demandas do Movimento Negro Unificado, do qual o autor fazia parte. Em sua narrativa, os quilombolas buscariam construir uma identidade negra e, principalmente, contestar o sistema escravista. Apesar de abandonar a desumanização e coisificação dos africanos em diáspora e seus descendentes, reconhecendo suas agências negociadoras dentro do processo escravista, põe foco ainda no sistema econômico, ao abordar os quilombos como formas de contestação ao sistema, sem problematizar a tese da extrema violência da escravidão, rebatida por João José Reis (2005).

Contestador, na esteira de Salles, da tese sobre a maior liberdade que os cativos adquiriram com a decadência da atividade mineradora e ascensão da atividade pastoril, Silva (1974) apresenta, no livro *Sombras dos Quilombos*, evidências da não amenidade da escravidão em Goiás. Silva indica que a formação de quilombos no Brasil Central reflete uma estratégia americana, que se desenvolve a partir das contradições estruturais do sistema escravista, que possibilitava a “negação desse sistema por parte dos oprimidos”, constituindo uma contínua luta quilombola nas Américas.

A grande limitação dos estudos de Martiniano Silva é a ausência de fontes primárias, já que se vale de resultados obtidos por outros pesquisadores e informantes. Assim, afirma que a origem dos principais cativos era sudanesa e bantu, sem apresentar um esforço maior de identificação étnica dos mesmos. Em outros momentos indica indícios da continuidade de tradições africanas em cultos religiosos quilombolas, como no caso do quilombo de Furnas da Boa Sorte, ou em adereços residenciais, na comunidade Kalunga, sem, no entanto, apresentar evidências empíricas.

Embora apresente a tese, com base em evidências arqueológicas, sobre o povoamento indígena ser anterior ao europeu, reforça a tese de que o aprisionamento indígena foi fundamental para o povoamento do Estado, bem como a produção aurífera.

Mary Karasch, em *Os quilombos do Ouro na Capitania de Goiás* (1996), ultrapassa as dificuldades de acesso às fontes primárias encontradas por Silva e, munida de um grande arsenal de documentação, reconstrói a história dos quilombos, confirmando a tese de Palacín e Martiniano Silva sobre a existência de “quilombos às sombras” dos arraiais goianos. Nessa perspectiva, a autora inova ao demonstrar o papel importante dos africanos e seus descendentes na formação econômica e social da capitania. Muitos deles, no contexto dos quilombos ou não, deram continuidade à atividade mineradora, após o esvaziamento das minas, sendo responsáveis pelas descobertas de veios de ouro, além de atuarem na diversificação da produção agrícola.

A perspectiva cultural da participação de africanos em diáspora e seus descendentes em terras goianas começa a ser narrada a partir do trabalho de Cristina de Cássia Moraes (2002), ao analisar uma denúncia de 1783 sobre uma bolsa de mandinga feita contra a escravizada Margarida Crioula, indicando a presença, entre pessoas já nascidas em território brasileiro, de práticas ligadas a rituais Dhomeano de *vodu* e acesso à cultura Sudanesa e Iorubá. Em 2008, Maria Loiola Lemke, dentro da perspectiva da micro-história, atribui “a presença dos africanos minas, a importância da atribuição colonial, a condição social e as experiências do fazer-se livre sob a perspectiva de estratégias políticas como um conjunto passível de ser interpretado com base em inter-relações”. Assim, ao analisar os assentos de batismo do Arquivo Geral da Diocese de Goiás do período entre 1764 e 1792, constata que “78% dos declarados pretos (africanos) nos batismos correspondem aos Minas. Angolas, Nagôs e Congos totalizam 3%. Os pretos cuja nação não foi especificada somam 19%” (LOIOLA, 2009, p. 46). A autora reconstruiu as rotas de africanos escravizados para a região de Goiás no século XVIII, a partir das designações dadas aos escravizados na procura de definir a procedência deles.

Logo, em resposta às indagações de Loiola (2009), Soares (2009) afirma que as atribuições dadas aos africanos referem-se aos portos de embarque, mais do que aos grupos étnicos de pertença propriamente, tornando as análises ainda mais complexas. Outra inovação dessas autoras é

em relação à categoria escravizado, buscando desnaturalizar a condição de escravo, problematizando as intensas dinâmicas entre as categorias subalternizantes, como pretos (africanos), crioulos, pardos, mulatos, mestiços, cabras (nascidos no Brasil) e negros (desordeiros, quilombolas e vadios), como estratégias de manutenção da condição de escravizado. Os pretos eram em sua maioria escravizados, enquanto os crioulos obtinham com maior facilidade alforrias. Ademais, tanto Loiola quanto Moraes (2012) e Karasch (2012) se voltam para análises das manifestações culturais de matriz africana a partir das Irmandades.

Esses estudos passam a ampliar a compreensão sobre a agência negociadora da negritude, além da força contestadora bastante salientada na historiografia goiana por meio dos quilombos. Desse modo, as pesquisas reforçam a noção de que no contexto dos arraiais, especialmente nas Irmandades, os afrodiaspóricos negociavam alforrias, por meio de suas crenças, como no caso de Adão e Justina, alforriados na pia batismal, à custa de longos anos de labor, pagamentos em ouro, ou serviços prestados pela mãe, o amor a Deus e demonstrações sistemáticas de atitudes servis (LOIOLA, 2009).

Irmandades em Goiás: afrocatolicismo e feminismos de terreiros

As religiões de matriz africana foram classificadas numa hierarquia evolutiva pré-animista, ou fetichista. Nesses discursos eurocentrados, o argumento é de que careciam de uma ordenação racional e simbólica, para serem consideradas como uma religião (PIRES, 2011). Logo, vemos uma ambiguidade em relação ao “curandeirismo”, ora sendo tolerado ora sendo estigmatizado e perseguido. Um exemplo é o caso de Isabel (ROL DOS CULPADOS, 1783-1805, fls 17), escravizada da nação de Angola, que foi presa na Prelazia de Goiás em 1804 por ter cometido o sacrilégio de tirar um pedaço da hóstia que havia comungado, sem conhecimento ou autorização prévia do Reverendo Vigário (PRECIOSO, 2019).

De qualquer maneira, a grande participação da população africana e afrodescendente nas Irmandades pode expressar tanto a flexibilidade e relacionalidade (princípio de agregação) em relação às filosofias africanas, como tem advogado Rita Segato (2012) e Luis Parés (2016), quanto

o contato anterior com o catolicismo e o islamismo no contexto africano pré-colonização do Novo Mundo, como defende Mary Karasch (2012). Na África, devido aos processos de expansão territorial, como as Cruzadas e as guerras de unificação dos seguidores do Alcorão, predominava um pluralismo religioso, em que os tradicionais cultos aos ancestrais (orixás, inquices e voduns) eram associados a emblemas do islamismo e catolicismo. O princípio da agregação da matriz africana, conforme analisado por Parés (2016), possibilita alto grau de tolerância religiosa, flexibilidade e abertura entre os cultos jejes, iorubas, e demais povos abrigados sob a categoria “Mina” e mesmo Angola, mas também com o catolicismo e o islamismo.

Assim, no contexto colonizador, conforme esclarece Mary Karasch (2010 e 2012), para os angolanos escravizados, as Irmandades do Rosário (“Rainha da Angola”) e de São Benedito representavam um elo com sua terra natal, sendo que muitos acreditavam que os santos católicos eram africanos e usavam os rosários como talismãs contra o mal (KIDDY, 2005). As Irmandades contribuíram para a inserção de negros e negras à lógica civilizatória cristã, mas também se mostraram um espaço em que eles podiam sentir-se próximos de “casa”. As relações nas Irmandades se estabeleciam a partir de critérios de cor: pretos/crioulos (africanos/brasileiros), pardos e brancos, subdivididas pela condição social: forros, livres, escravos (LOIOLA, 2009).

Essa particularidade indica que em Goiás não houve conflitos intensos entre nações como ocorreu, por exemplo, na Bahia (REIS, 1997) ou subdivisões a partir da nação como no Rio de Janeiro (SOARES, 2000). Logo, casamentos entre pessoas de etnias distintas, como Mina e Angola, eram frequentes na Capitania de Goiás (LOIOLA, 2009).

Dentre as práticas aceitas no âmbito das Irmandades de Goiás, que outrora eram consideradas profanas pela Igreja, estão as festas após as procissões e os enterros (MORAES, 2012). Assim, as Irmandades, no caso de Goiás, tornaram-se um espaço de negociação das diferenças, já que a imposição civilizatória por vezes se mostrava fraturada e fragmentada. É nessa perspectiva que podemos compreender o sentimento religioso e a busca do sagrado como aspectos que uniam os diferentes grupos que migraram para o sertão de Goiás no século XVIII (MORAES, 2012). Esse sentimento teria sido responsável pela irmanação e possibilitou que as pessoas se organizassem em sociedade, fixando-se em locais que lhes eram completamente adversos.

O povoamento de Goiás, a partir do estudo de Moraes (2012), começa a ser perspectivado em função das ações religiosas e das solidariedades desencadeadas por afrodescendentes nas Irmandades. Assim, entendemos que, diante dos conflitos internos entre padroado e Roma e da decadência do ouro na região, negros/as, pardos/as, forros/as, escravizados/as, libertos/as ocuparam o espaço, fundando distintas Irmandades. Apesar disso, a autora não lança foco sobre as relações étnico-raciais, nem sobre as especificidades étnicas ancestrais que esses sujeitos poderiam preservar em suas ações cotidianas ou no âmbito das Irmandades.

Karasch (2012) e Moraes (2012) destacam que nas Irmandades de Goiás a participação feminina era ativa. Ao contrário das *Cofradias* da América espanhola e das Irmandades do Brasil que aceitavam apenas membros brancos, as Irmandades que aceitavam pretos e/ou crioulos, forros ou livres eram as únicas que contavam com mulheres nas mesas diretivas, como rainhas, juízes, princesas, entre outras possibilidades, ao lado dos reis, juízes e tesoureiros, conforme identificado nos livros de mesa das mais de 34 Irmandades existentes em Goiás entre 1736 e 1808 (MORAES, 2012).

A partir desses estudos, Rosinalda Simoni e Thais Marinho (2021), valendo-se de uma análise decolonial, observam que a especificidade das Irmandades de Pretos, destacadas por Moraes (2012) e Karasch (2012), poderia indicar: 1) que as relações entre os gêneros, nos grupos subalternizados, não corresponderiam exatamente à lógica binária, essencialista e subalternizadora eurocentrada, fundada sob a lógica patriarcal, sugerindo que o gênero em cosmopercepções de matriz africana e ameríndias são duais e complementares, na esteira de Rita Segato (2014); 2) que noções de gênero das culturas ancestrais ameríndias e africanas, como a Iorubá, que predominou entre os arrivistas de Goiás, poderiam orientar a noção de gênero e a atuação de mulheres no contexto diaspórico, além dos mandatos de masculinidade ocidentais (matripotência e senioridade); 3) que a colonialidade de gênero, ao negar gênero às mulheres não-brancas, negando-lhes inclusive o “lar”, o matrimônio e a possibilidade de construção familiar e cuidado com sua prole, em muitos casos, possibilitou a elas ocupar espaços negados/proibidos às mulheres brancas (no labor, na vida religiosa, na política, em movimentos sociais e educacionais); 5) que as mulheres afrodiáspóricas passaram a empreender ações coletivas, formando famílias para além da consanguinidade, com mobilização de recursos visando à ajuda mútua, tanto em assuntos relacionados às alforrias quanto em relação às opressões

de gênero e classe (feminismo do dia a dia); 6) que essa atuação foi exercida notadamente nos “terreiros”, uma espécie de entre-lugar, entre o público e o privado, agenciada especialmente pela religiosidade/espiritualidade; 7) que a participação dessas mulheres promoveu uma virada tanto no patriarcado formulado no Brasil (feminismos de terreiros) (MARINHO, 2022) quanto no catolicismo, possibilitando falarmos em afrocatolicismos.

O estudo de Marinho e Simoni (2021) inova ao dialogar com a cosmopercepção Iorubá, a partir de análises decoloniais, como as de Rita Segato (2014), Maria Lugones (2007 e 2014) e Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2016), visando compreender a atuação das mulheres nas Irmandades de Goiás. Princípios como matripotência e senioridade (OYĚWÙMÍ, 2016) seriam categorias importantes para compreendermos como se processam as relações entre os gêneros dentro dos grupos de subalternizados no Brasil. Se para Rita Segato (2012), a maleabilidade, a flexibilidade e o antiessencialismo do sistema de gênero Iorubá, diante do ambiente desfavorável de desumanização de suas vidas, em que as famílias eram separadas, da baixa proporção entre homens e mulheres, da ausência de legitimação dos casamentos entre escravizados/as, contribuíram para a manutenção das associações familiares negras constituídas durante a colonização, como o advento do Candomblé, na Bahia, Marinho e Simoni (2021) entendem que seria também essas características peculiares do sistema de gênero Iorubá que teriam possibilitado que as mulheres negras atuassem com proeminência nas mesas diretivas das Irmandades em Goiás.

Em Goiás, o catolicismo, por meio das Irmandades, mostrou-se como um “nicho” capaz de materializar elementos da herança ancestral africana, especialmente por meio da atuação das mulheres negras, nas Irmandades e na condução e organização dos festejos, procissões, enterros, quermesses, folias e reinados. Essas ações foram sendo esquecidas, ocultadas e invisibilizadas pela historiografia, sob o signo de categorias como sincretismo ou catolicismo popular, mas, segundo as autoras, trata-se de um caso de hibridização, conformando um tipo de afrocatolicismo.

As extintas Irmandades de Goiás dos séculos XVIII e XIX, o atual grupo do Congo vilaboense, os tradicionais festejos de Nossa Senhora do Livramento (Vão do Moleque) e de Nossa Senhora da Abadia (Vão de Almas) entre os quilombolas Kalunga do nordeste de Goiás e os festejos de Congadas de Goiânia do século XX, para citar alguns exemplos estudados por nós, são elucidativas desse afrocatolicismo.

Negros na história de Goiás

Aos poucos, a atuação de africanos e seus descendentes passou a ser notada pela historiografia do século XXI. Atualmente sabemos que, diante da ausência de médicos na capitania, os escravizados atuavam como enfermeiros para o tratamento de alguns males (MOSSÂMEDES, 23 jul. 1774). Inclusive Dom Eduardo Duarte Silva, bispo de Goyaz entre 1891-1893, afirmou ter sido curado de uma mordida de marimbondo com uma simpatia (SILVA, 2007, p. 220). Esses são apenas alguns dos indícios da contribuição africana para o campo da medicina em Goiás e da tolerância, mediante situações de dificuldades e suplícios, por parte das forças oficiais em relação ao “curandeirismo”.

Casos como o do escravizado Vitorino, de alcunha “Cafelix”, do Arraial do Pilar, cujo escravizador era o padre Antônio Rodrigues Posso, que usou seus conhecimentos sobre metalurgia para fabricar ouro falso, em 1752 (DOCUMENTOS AVULSOS, 1757), reforçaram a ideia de que, mais do que mão de obra escravizada, os africanos usaram seus conhecimentos em mineração e metalurgia no ambiente do século XVIII (PRECIOSO, 2019).

Outro minerólogo de formação foi José do Patrocínio Marques Tocantins (1844-1889), um afrodescendente com inúmeros talentos (LARINDO, 2015). Atuando, desde 1880, como jornalista, redator e chefe de redação para o *Jornal da Província*. Ao longo da vida, foi professor de música e músico, foi candidato a vereador, participou da Associação dos Pretos, ligada à Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, e foi também tipógrafo e industrial. Além de tudo isso, militou na causa abolicionista, assim como outros afrodescendentes, como Basílio Martins Braga Serradourada (1804-1874), José Antônio de Jesus (1865-1920), Benedito D’Abadia (BRITO, 2016).

No estudo de Tiago Sant’Anna (2005), é ressaltado que, durante o século XIX, foi possível observar que o aumento das alforrias resultou de um esforço cotidiano desenvolvido pelos escravizados(as). Eles usavam como estratégia as fugas, resistência, suicídio, negociação, morosidade no desempenho de funções, compra de alforria por meio da política do bom relacionamento e da obediência. A dissertação de Murilo Borges Silva (2011) narra distintas ações feitas por escravizados como Pedro e Bernardo em Jataí para obterem a liberdade. Esse importante estudo permite vislumbrar as dinâmicas e tensões em busca de liberdade nas décadas finais da escravidão em Jataí.

Livres, forros e escravizados de ganho, pretos ou crioulos, diversificavam e pluralizavam as vilas. Assim, o século XIX em Goiás não tinha como referência apenas as figuras do senhor escravizador branco e do escravizado negro (e marginalmente também a do indígena). Havia também relações multidimensionais sustentadas por uma grande pluralidade de figuras e tipos sociais: homens, mulheres, velhos, moços, negros, brancos, mulatos, escravizados, escravizados de ganho, escravizadores(as), livres, libertos, ingênuos, europeus, indígenas, africanos, crioulos, brasileiros, imigrantes, portugueses, fazendeiros, agregados, assalariados...

Diante do contexto modernizador da “República dos Coronéis”, em que o discurso da decadência fora substituído pelo do atraso, a goianice pela goianidade (CHAUL, 2011), as disputas entre oligarquias locais (bulhonistas, xavieristas e caiadistas) promovem a construção da narrativa da modernização e do “novo tempo”, relegando ao passado as contradições sociais do período escravista. Assim, as categorias escravidão, negritude ou a afrodescendência não foram evocadas por vários grupos de afrodescendentes antes do processo de redemocratização, quando foram valorizadas como elementos identitários de uma “goianidade” pela universidade e pelo movimento negro.

Esse é o caso dos Kalunga, narrado por Thais Marinho (2008, 2011, 2017a, 2017b e 2019). A autora questiona a tese do isolamento presente no pioneiro trabalho *O Povo da Terra*, de Mari Baiocchi (1999), ao identificar intensas trocas com as demais populações vizinhas ao quilombo. O trabalho mostra também que tanto a Lei de Terras de 1850, que coibia a posse territorial por afrodescendentes, quanto a passagem dos revoltosos entre 1920 e 1930 são ainda lembradas por alguns anciãos da comunidade, que temiam o retorno à escravidão e a perda do território que haviam conquistado, já tão ameaçado pela atuação de grileiros.

Marinho (2008, 2019) também analisa os efeitos dos discursos sobre atraso e decadência e da romantização em torno das comunidades quilombolas, vistas apenas como reduto de escravos fugidos, baderneiros e vadios. Observa que na atualidade surge uma necessidade de uma identidade étnica de resistência, ligada à escravidão e/ou africanidade, inaugurada pelo reconhecimento quilombola pela Constituição em 1988. A dinâmica passou a ser compreendida a partir da “etnicização” e performatividade, que orientaram a aproximação dos Kalunga aos elementos de matriz africana, com a própria escravidão, que antes eram ocultadas, mesmo que

ainda fossem preservadas nas práticas de “cura” e benzeções, na dança da Sussa, nas rezas em ladainha, no batuque das bruacas.

Em pleno desenvolvimento do mito da democracia racial, passou despercebida pela historiografia a goianidade. Mulheres como Maria Poteira, Mãe Raílda, Leodegária de Jesus e mesmo seu pai, José Antônio de Jesus, são pouco mencionados. O afrodescendente José Antônio, apesar de órfão, criado em seminários, atuou como abolicionista, professor, jornalista e deputado estadual. Leodegária de Jesus, sua filha, foi poetisa, professora e jornalista, sendo a primeira mulher do Estado de Goiás a publicar um livro de poesias, em 1906, aos 17 anos, e se tornou uma das fundadoras do Semanário Rosa, junto com Cora Coralina e Maria Peclat. Apesar disso, sofreu discriminações e perseguições, sendo impedida, quando moça, de ingressar no Lyceu por causa de perseguições a seu pai, catalisadas pelo sexismo, classismo e racismo do período. A historiografia goiana ainda não registrou a atuação social dessa poetisa, sendo que os estudos existentes são da literatura (FLEURY, 1973; FRANÇA, 2000; DENÓFRIO, 2001 e 2009) e da linguística (REZENDE, 2018).

A professora Tânia Ferreira Rezende, no livro *A semiótica dos corpos na literatura goiana*, numa tentativa de decolonizar as críticas sobrecarregadas de desconfiança e desprezo em relação à suas poesias, reconhece a poeta e jornalista negra Leodegária de Jesus como feminista decolonial. Para ela:

desobediência de Leodegária de Jesus, é também epistêmica, porque sua estética eclética, que tanto desagradou aos críticos da época, reflete uma ética de resiliência étnica silenciosa, porque silenciada. O que a professora Darcy Denófrio, e também seus antecessores, deixaram de considerar foi o lugar do corpo e o corpo no espaço de Leodegária de Jesus na composição dessa narrativa. (REZENDE, 2020, p. 150).

Mesmo adotando posturas abolicionistas, muitos desses sujeitos goianos, a despeito das inúmeras provas de discriminação, preferiram mobilizar outras identidades por parecerem ser mais compensadoras, demonstrando que a negritude, enquanto componente étnico, não se constrói com base em um essencialismo, e sim em processos históricos, interconectados localmente e globalmente, de etnicizações (MARINHO, 2008, 2017ab, 2019).

Religiões afrobrasileiras e de matriz africana em Goiás, congada e movimentos negros

O Candomblé expandiu-se do Nordeste para o restante do Brasil, chegando por meio dos imigrantes ao Rio de Janeiro a partir de 1890, a São Paulo, a partir de 1950, e a Goiás, a partir de 1960 (ULHOA, 2011; TORRES, 2009).

Segundo Emília Mota (2018), o pioneiro responsável pela entrada do Candomblé em Goiás, “numa tradição aproximada à nação de Angola”, foi o pernambucano Pai João de Abuque. Depois se associou à nação Ketu, pelas mãos do babalorixá Júlio Duarte, de Oxum, passando a ser da nação nagô-vodum, e o terreiro passou a se chamar Ilê Iba Ibomin. A partir daí surgem no imaginário goiano as noções de parentesco de Nação e de Axé. Mota (2018) indica que após a chegada de Pai Djair, e após a morte de Pai João, passa a predominar a nação Ketu, do Ilê Axé Oxumarê, do Rio de Janeiro e depois de Salvador, já que o próprio pai Djair se filiou, mais tarde, ao Ilê Axé Oxumarê da capital baiana. Há ainda influências do Ilê Axé Oxumarê de São Paulo, com Pai Ricardo, e do Pai Carlos Scarandiu, do Ilê Axé do Gantois, de Salvador (VIEIRA SILVA, 2011). Desse modo, o “processo de mistura” é o que predomina, visto como estratégia de contramestiçagem (GOLDMAN, 2015), pois seria uma mistura que não dissolve, não dilui, não anula ou desfaz as singularidades. Os modos de fazer e os modos de conceber o mundo são frutos de distintas ramificações que tornam infrutífero o estabelecimento de fronteiras rígidas; são filosofias relacionais.

Antes desse período, havia por aqui apenas Umbanda e Omolocô, identificadas entre alguns adeptos goianos como religiões brasileiras, que cultuam entidades brasileiras (Preto Velho, Caboclo, Erês) e apenas batem palmas, sem atabaques e batuques, por isso não seriam consideradas de matriz africana como o Candomblé. A chegada da Umbanda, segundo Leo Carrer Nogueira (2009), ocorreu inicialmente no ambiente doméstico e só em 1953 formou-se uma sede, o Centro Eclético Espiritualista Tenda do Caminho. Apesar da forte orientação kardecista, a casa fazia trabalhos, inclusive, rituais de cura, dentro das linhas da Umbanda, sob a atuação de Maria Antonieta Alessandri. Depois surgiram o Centro São Sebastião, com Dona Geraldina, a casa de Pedrinho da Serrinha e a casa de Mãe Joaquina de Oxum, todas fundadas em 1960, e, por fim, o Centro Espírita Anjo Ismael, com Luís Salles, em 1967.

As congadas na Cidade de Goiás acontecem desde a primeira metade do século XVIII (MACEDO, 2015) e em Catalão desde 1879, no mês de outubro, no contexto das celebrações a nossa Senhora do Rosário (MANOEL, 2018). A celebração requer meses de preparação para arrecadação de dinheiro com jantares, noites dançantes, feiras da amizade, além dos terços do Congo e da Copa Congada (competição de futsal), da confecção das vestimentas, ensaios dos ternos de Congada (cerca de 20 em Catalão). A celebração relembra a devoção católica, mas também a memória da escravidão, da travessia atlântica e de uma distante África (RATTS E RODRIGUES, 2008). Além de estar presente em várias outras cidades goianas, como Pires do Rio e Goiânia, a Congada de Catalão é a que possui maior destaque, sendo uma referência no turismo cultural em Goiás.

Inclusive, a atuação em grupos de Congada em Goiânia está intrinsecamente relacionada ao surgimento do movimento negro feminista. É o caso, por exemplo, de Maria de Lourdes Souza (1943-2006), que foi a primeira bandeirinha da Congada Cor de Rosa, da Vila Santa Helena (1947), e fundadora e participante da Congada 13 de Maio (1971). Era uma mulher negra católica e umbandista, sendo reverenciada até os dias atuais por sua atuação junto ao movimento negro de Goiânia e reconhecida como mantenedora da história e memória da congada no Estado. Sua atuação na congada projetou as mulheres negras em espaços antes ocupados apenas por homens. Outra praticante do afrocatolicismo goiano é Maria José Alves Dias (1937-2008), autodidata, poetisa, uma das fundadoras da Pastoral Afro em Goiânia, articuladora do Movimento de Mulheres Negras, ativista dos Direitos Humanos e uma das fundadoras da Congada Cor de Rosa, a congada da Vila João Vaz (1972). Essas duas mulheres negras atuaram ativamente no universo goiano afrocatólico, e através dele ocuparam como militantes espaços políticos e sociais entre as décadas de 1950 e os anos 2000, abrindo espaço para outras mulheres negras naquele período.

Segundo Simoni (2019ab), a participação dessas mulheres contradiz a percepção da congada como um universo, fundamentalmente, masculino. Ao realizarmos um giro decolonial, superando a colonialidade de gênero, percebemos a crucialidade do papel feminino nesta manifestação, que perpassa todas as funções que compõem essa vasta manifestação religiosa. Assim, além da participação como rainhas e bandeirinhas nas Congadas, as mulheres usam os terreiros de preparação para as celebrações

para realizar conversas ao “pé de fogão”, sobre direitos, igualdade social e de gênero, além de cuidar umas das outras no combate e superação à violência doméstica. Nesse contexto é que começa a articulação do grupo de mulheres negras Malunga.

Considerações finais

Munidos de uma cosmopercepção antropocêntrica, estruturada em torno de uma racionalidade essencialista binarista, inicialmente, fundada em noções substancialistas e gradativamente transmutada para um funcionalismo utilitarista, a historiografia goiana, inicialmente, projetava como ideal um mundo civilizado, de inspiração cristã, cujo foco recaí sobre a produção de riquezas econômicas. À medida que a historiografia goiana amadurece, alargando seus domínios, aderindo a uma perspectiva mais cultural, a partir da micro-história e da História Oral, decolonializa-se, buscando perceber para além do arcabouço eurocentrado as participações dos afrodiáspóricos na História de Goiás, com ênfase nas intersecções entre raça, classe e gênero. Mas ainda há um longo caminho a percorrer, visando ampliar a historiografia para além da História Única. Personagens como Mãe Railda, Maria de Lourdes Teodoro, Maria Olvídia de Aquino Bispo, Maria Poteira, Dona Procópio, Sônia Cleide, Marta Cesário, entre tantos outros e outras que compuseram e compõem a História de Goiás, carecem ainda de estudos.

Referências

BAIOCCHI, Mari. *Kalunga: Povo da Terra*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

BRITTO, Clóvis Carvalho. *Dos 'bataques' dos pretos aos grillhões do silêncio: Benedito D'Abadia e a festa do Divino Espírito Santo dos Meninos em Goiás (Século XIX)*. In: PRADO, Paulo Brito do; ROSA, Rafael. *Os sentidos da devoção: O império do Divino na cidade de Goiás. (Séculos XIX e XX)*. Goiânia. Espaço Acadêmico. 2016.

CHAUL, Nasr Fayad. A identidade cultural do Goiano. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 63, n. 3, p. 42-43, jul. 2011.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

DENÓFRIO, Darcy França. *Lavra dos Goiases III – Leodegária de Jesus*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2001.

DENÓFRIO, Darcy França. Leodegária de Jesus. In: MUZART, Z. L. *Escritoras brasileiras do século XIX – V. III*. Florianópolis – SC: Editora Mulheres, 2009, pp. 657-675.

DOCUMENTOS AVULSOS da Capitania de Goiás. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), cx. 7, doc. 544. 1752.

FLEURY, Roserita. Leodegária de Jesus, estudos. (1973).

GOLDMAN, Marcio. 'Quinhentos anos de contato': Por uma Teoria Etnográfica da (contra) mestiçagem. Conferência para Progressão a Professor titular. PPGAS-M-N-UFRJ, Mimeo. 2015.

HALL, Stuart. *The West and the rest: discourse and power*. In: HALL, Stuart et al. (Org.). *Modernity: introduction to the modern societies*. Oxford: Blackwell, 1996. p. 185-227.

KARASCH, Mary. 'O quilombo do ouro na capitania de Goiás'. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, pp. 240-262.

KARASCH, Mary. *Rainhas, Juízas: as negras nas Irmandades dos Pretos no Brasil Central (1772-1860)*. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio. *Mulheres Negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo, Selo Negro, 2012.

KARASCH, Mary. *Construindo comunidades: as irmandades dos pretos e pardos no Brasil Colonial e em Goiás*. In: The 12th Annual Gilder Lehrman Center International Conference at Yale University. New Haven, Connecticut, 2010.

KIDDY, Elizabeth W. *Blacks of the Rosário: memory and history in Minas Gerais, Brazil*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2005.

LARINDO, Aparecida Macedo. José do Patrocínio Marques Tocantins (1844-1889): *Trajetória de um Afrodescendente na Província de Goiás no Século XIX*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – PUC/GO, Goiânia – GO, 2017.

LOIOLA, Maria Lemke. *Trajetórias para a liberdade: escravos e libertos na capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF – Expressões Acadêmicas, 2009.

LUGONES, María. *Colonialidad y Género*. Tabula Rasa, Bogotá, n. 9, p. 73-102, Dec. 2008.

LUGONES, María. *Rumo a um feminismo descolonial*. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, Dec. 2014.

MACEDO, Eliene Nunes. *A Dança dos Congos da Cidade de Goiás: performances de um grupo afro-brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Performances Culturais). UFG, Goiânia, 2015.

MANOEL, Daniane Moreira. *Congadas: leituras e possibilidades educativas a partir das narrativas de professores congadeiros de Catalão-GO*. Dissertação (Mestrado em Educação), UFG, Catalão, 2018.

MARINHO, Thais; SIMONI, Rosinalda Corrêa da Silva. *Decolonialidade e Mulheres Negras em Goiás do afrocatolicismo aos feminismos de terreiros*. v. 24 n. 1: Numen, Juiz de Fora, 2021.

MARINHO, Thais Alves. *Histórias entrelaçadas: “feminismos de terreiros” e patriarcado no Brasil*. In: LONGO, Clerismar; RIBEIRO, Maria do Espírito Santo; BARROSO, Eloísa; KLEIMAN, Olinda (Org.). *Corpos, gêneros e sexualidades: entre experiências e narrativas*. 1. ed. SALVADOR: DEVIRES, 2022, p. 67-94.

MARINHO, Thais Alves. *Identidade e Territorialidade entre os Kalunga do Vão do Moleque*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2008.

MARINHO, Thais Alves. *Kalunga: os donos da terra*. Brazilian Publishing, Curitiba, 2019.

MARINHO, Thais Alves. *Territorialidade e Cultura entre os Kalunga: para além do culturalismo*. *Cad. CRH*, Salvador, v. 30, n. 80, p. 353-370, maio 2017.

MARINHO, Thais Alves; SIMONI, Rosinalda C. da Silva. *O Matriarcado negro nos “terreiros”: Da cosmovisão do feminino ao feminismo de terreiro*. No prelo, Revista Faculdades EST. 2020.

MARTINS, Fátima de Macedo. *Saint-Hilaire em Goiás: Viagem, Ciências e Missão Civilizatória*. Doutorado em Arquitetura. Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

MORAES, Cristina de C. P. *Devotos de Nuestra Señora del Rosario de los Hombres Negros y seguidores del Vudú: Los rituales sudaneses en la Región de los Guayases al final del siglo XVIII*. In: ZAVALA, Maria T. Cortés, et al. (coords.). *Región, Frontera y Prácticas Culturales en la Historia de América Latina y el Caribe*. Michoacan, México: Universidad Michoacan de San Nicolas de Hidalgo; Goiânia: UFG/CECAB, 2002, p. 71-92.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. *Do corpo místico de Cristo: irmandades e confrarias na Capital de Goiás (1736-1808)*. Goiânia, FUNAPE, 2012.

MOSSÂMEDES, Barão. *Ofício ao Conselho Ultramarino*. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Avulsos da Capitania de Goiás, cx. 27, doc. 1780. 23 jul. 1774.

MOTA, Emília G.. *Candomblé em Goiás – movimentos de chegar, reconhecer e se relacionar*. ANAIS – 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 dez. 2018, Brasília.

NOGUEIRA, Léo Carrer. *Umbanda em Goiânia: das origens ao movimento federativo (1948-2003)*. Dissertação (Mestrado em História). UFG, 2009.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. *Matrilinearity: Ìyá in philosophical concepts and socio-political institutions. What Gender is Motherhood?* Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2016.

PALACÍN, Luis. *O Século do Ouro em Goiás*. Goiânia-GO: UCG, 1994.

PARÉS, Luis Nicolau. *O rei, o pai e a morte: a religião vodum na antiga Costa dos Escravos na África Ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

PIRES, Rogério Brittes W.. Pequena história da ideia de fetiche religioso: de sua emergência a meados do século XX. *Religião e sociedade*. Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 61-95, jun. 2011a.

PRECIOSO, Daniel. *Isabel Angola e Margarida Crioula: duas escravas mandingueiras na Capitania de Goiás (1783-1804)*. SÆCULUM Revista de História [v. 24, n. 41]. João Pessoa, p. 99-110, jul./dez. 2019.

RODRIGUES, A. P. C.; RATTS, A. *Corporeidade negra e espaço público em Goiás: A Congada de Catalão (GO)*. Espaço em Revista, Goiânia, v. 10, n. 1, 2011.

REIS, João José. *Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão*. Tempo (UFF), vol. 2, n. 3, 1997, p. 7-33.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

REZENDE, Tânia Ferreira. *A semiótica dos corpos na literatura goiana: o corpo negro de Leodegária de Jesus*. Revistas Plurais. v. 8, n. 1, 2018.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. *Economia e escravidão na capitania de Goiás*. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1992.

SANT'ANNA, Thiago Fernando e Silva. *Mulheres Goianas em ação: práticas abolicionistas, práticas políticas (1870-1888)*, Dissertação (Mestrado em História). UnB. Brasília, 2005.

SEGATO, Rita Laura, *Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial*. e-cadernos CES [Online], 18 | 2012.

SILVA, Eduardo Duarte. *Passagens: autobiografia de Dom Eduardo Duarte Silva, bispo de Goyaz*. Goiânia: Ed. UCG, 2007.

SILVA, Martiniano José da. *Sombra dos quilombos*. Goiânia: Ed. Barão de Itararé/Ed. Cultura Goiana, 1974.

SILVA, Martiniano José da. *Quilombos do Brasil Central (1719-1888): Introdução ao Estudo da Escravidão*. Dissertação (Mestrado em História), UFG. Goiânia, 1998.

SILVA, Murilo Borges. *Pelos caminhos da Abolição: Os últimos anos da escravidão e as experiências de liberdade em Jataí*. 2011. 153 f. Dissertação (Mestrado em História). PUC/GO, Goiânia, 2011.

SILVA, Sandra Inácio da. *A congada em Pires do Rio e Catalão: uma manifestação cultural*. 2016. Dissertação (Mestrado em História). PUC/GO, Goiânia, 2016.

SIMONI, Rosinalda Corrêa da Silva. *Virgem do Rosário e são Benedito: Irmãos Irmandades Negras na Capitania dos Goyazes*. Revista Caminhos, Editora da PUC Goiás, Goiânia, v. 17, jan/jun, 2019a. p. 278-295.

SIMONI, Rosinalda Corrêa da Silva; MESSIAS, Noeci Carvalho. *Fé e festividades nas irmandades negras no interior do Brasil: (RE) afirmação identitária afrodiáspórica*. Revista Mosaico de história. Editora da PUC Goiás, Goiânia 2019b. p. 251-254

SIMONI, Rosinalda Corrêa da Silva. *Congada da Vila João Vaz em Goiânia (GO): Memória e Tradição*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). PUC/GO, Goiânia, 2017.

SOARES, Mariza C. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

TORRES, Marcos Antônio Cunha. *O Silenciar dos Atabaques: trajetória do candomblé de ketu em Goiânia*. 2009. Dissertação (Mestrado História). PUC/GO. Goiânia, 2009.

ULHOA, Clarissa Adjuto. *Essa terra aqui é de Oxum, Xangô e Oxóssi: um estudo sobre o candomblé na cidade de Goiânia*. Dissertação (Mestrado em História). UFG, Goiânia, 2011.

VIEIRA SILVA, Mary Anne Dinâmicas espaciais do sagrado de matriz africana na Região Metropolitana de Goiânia/GO. Revista Geográfica de América Central, vol. 2, jul./dez. 2011.

ROL DOS CULPADOS. *Prelazia de Goiás, 1783-1805*, Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), Seção de manuscritos, Livro 10, fls. 17.

Capítulo 9

CAPÍTULOS DA POLÍTICA IMPERIAL

*Famílias, administração e representação
na Província de Goiás (1822-1889)*

Thalles Murilo Vaz Costa¹

O ensaio revisita parte da experiência provincial goiana, mais precisamente o que pode ser chamado de “construção política do território” (LIMA, 2010, p. 2), isto é, as formas de negociação e articulação entre distintos espaços de poder responsáveis por construir o Império do Brasil como estado-nação e a Província de Goiás como parte.

Interessa-se pelo intercâmbio entre a história das famílias goianas e a político-administrativa. Relacionando a constituição das greis (origem, matrimônio, formação educacional, atividades econômicas) com informações sobre o desempenho de cargos públicos (indicação ou eleição; vitalício ou temporário; local, provincial ou central), vislumbra-se formas de participação das elites provinciais na construção do Brasil, indo contra a interpretação de que elas apenas assistiram passivamente, como pretendem alguns (MATTOS, 2017).

A inspiração metodológica sobre o papel da família patriarcal na construção do Estado vem do livro *Instituições Políticas Brasileiras*, de Francisco José de Oliveira Viana (2019), sobretudo da terceira parte, intitulada *Culturologia do Estado* (capítulos VII a XII).

1 Historiador, mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor na Seduc-GO.

Em síntese, o jurista fluminense faz interessante interpretação sobre o caráter do Direito Público nacional, demonstrando como os costumes concretos da população influenciam as ideias/práticas políticas e jurídicas. Tal estudo assemelha-se aos trabalhos recentes de história da cultura política (REMOND, 1994), explicando a máquina estatal e o sistema representativo nacional do século XIX com amparo no legado da família patriarcal. Portanto, estudam-se política e administração conjuntamente.

A ênfase da narrativa recairá, por conseguinte, sobre a trajetória de certos goianos bem-nascidos, privilegiados numa sociedade desigual e escravocrata. Consoante o método prosopográfico de Laurence Stone (2011), pressupõe ser o estudo destas pessoas e greis revelador da teia de interesses e relações que viabilizou não só a governabilidade conseguida no Brasil por volta da segunda metade do século XIX, no contexto do denominado regresso conservador, como também o próprio Estado, originado dos pactos celebrados entre as elites provinciais (DOLHNIKOFF, 2005). As informações biográficas foram retiradas de Lobo (1974), Moreyra (2015), Moraes (1974), Brasil (1889), Brasil (1980 e 1982) e Godoy (1975).

Conflitos na independência e centralização no Primeiro Reinado

O cenário da independência em Goiás trouxe à tona as contradições gestadas durante o sistema colonial (LIMA, 2010). O Movimento Vintista estourava em Portugal reclamando por reformas estruturais no Império Ultramarino, bem-vistas, a princípio, em ambos os lados do Atlântico, particularmente pelo seu conteúdo inspirado no iluminismo conservador pós-napoleônico. Com o retorno de João VI à Europa e a permanência do príncipe-regente na América, formaram-se dois centros de poder, um no Rio de Janeiro e outro em Lisboa, os quais logo se chocaram em projetos distintos ante o malogro da ideia de monarquia dual.

Antes disso, no Brasil, as estratégias portuguesas de expansão e integração territorial do século XVIII – denominadas por Maria Odila (2005) de “interiorização da metrópole” – criaram circunscrições políticas e jurídicas flexíveis, cujos termos comarca, vila, capitania/província procuram sem sucesso estabilizar.

Goiás, desde os tempos da subordinação a São Paulo (1722-1749), apresentava-se como tecido irregular, costurado nas fronteiras (Pará, Maranhão, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso) e retalhado de norte a sul. Isso teve importância sobre acontecimentos vindouros.

Pelo Alvará de 18 de março de 1809, atendendo a reclamação antiga, essas secções construídas ao passar do tempo foram parcialmente reconhecidas pelo governo joanino, ratificadas pela criação da Comarca do Norte, formada por cissiparidade com a do Sul. Uma série de iniciativas foi tomada pelo governo, criando vilas, estabelecendo rotas de comunicação e comércio, incentivos fiscais. Fortalecia-se o Norte.

Integrada ao Pará pela navegação dos rios Araguaia e Tocantins – aberta em fins do século XVIII e início do XIX, ou seja, depois do colapso da mineração – e ao sertão nordestino pelo comércio de gado, a porção setentrional recebeu as denominações de comarca de São João das Duas Barras e também de Palma, por serem as vilas de São João das Duas Barras e de São João da Palma sedes, a primeira apenas ficta. Natividade, Cavalcante e São Pedro de Alcântara eram outras localidades importantes.

Assim, com o estourar das Cortes Constituintes, era lógico que a capitania se fraturaria em projetos políticos distintos, semelhantes ao ocorrido na vizinha Mato Grosso (LIMA, 2010), cindida na segunda década do XIX em Cuiabá (Sul) e Vila Bela (Norte).

Avolumam-se as movimentações. Na capital de Goiás, o padre mestiço Luiz Bartolomeu Marques e o coronel Felipe Antônio Cardoso tramaram a deposição do último capitão-general em 21 de agosto de 1821 e a eleição de uma junta de governo provisório composta por elementos locais. No Norte, instalou-se em 14 e 15 de setembro de 1821, sob a chefia do ouvidor Joaquim Teotônio Segurado, um governo independente do Sul, consagrando a pretensão separatista que buscava se legitimar perante a constituinte portuguesa, da qual o citado magistrado participou diretamente.

O separatismo esbarrou-se tanto no malogro da proposta de monarquia dual quanto na multiplicidade de lideranças após a saída do ouvidor para Portugal. Nem a figura de Felipe Antônio Cardoso, defensor da criação da nova capitania ao norte, mas vinculado ao projeto de Estado representado pelo Rio de Janeiro, conseguiu manter coeso o esforço pelo reconhecimento de Palma.

A Junta de Governo Provisório instalada na capital goiana em 8 de abril de 1822, formada por Álvaro José Xavier, José Rodrigues Jardim, Joaquim

Alves de Oliveira, Inácio Soares Bulhões, Raimundo Nonato Jacinto, padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, manteve-se pragmática no início, jurando “adesão e respeito a el-rei constitucional, o senhor D. João VI, e ao seu augusto filho constitucional, o príncipe regente do Brasil” (ALENCASTRE, 1979, p. 378). “Vivava-se” todos os centros de poder, na expressão de Noé Freire Sandes.

Porém, com o avançar dos acontecimentos, a Junta inclinava-se cada vez mais ao Rio de Janeiro. Aqueles homens formaram, por conta própria, uma expedição chefiada pelo padre supra para reunificar a Comarca do Norte. Agregando centenas de milicianos armados e um punhado de dragões, marcharam pelos sertões do Tocantins entre novembro de 1822 e dezembro de 1823, quando retornaram à Cidade de Goiás após o cumprimento da missão político-militar reintegradora.

A chegada do Governador das Armas em 15 de junho de 1823, antes mesmo da nomeação do primeiro presidente provincial pela corte de Dom Pedro I, indica a ordem de prioridades no do Estado, com as armas do Império chegando à província antes mesmo de qualquer afago político. O marechal Raimundo José da Cunha Mattos criticou abertamente a ousadia do padre Fleury, sobretudo pela extensão de suas atividades ao Pará e Maranhão, supostamente inclinados a Portugal. Depois de ficar um tempo na capital, instalou-se inicialmente em Cavalcante, de onde acreditava ser possível conter qualquer movimento de restauração na Bahia, no Pará ou mesmo no Norte de Goiás.

Somente em 23 de novembro de 1824, o magistrado Caetano Maria Lopes da Gama seria nomeado presidente provincial, tomando posse em 14 de setembro de 1825. Ele e Cunha Mattos tiveram embates entre si e com a administração local, traduzidos nos documentos como “conflitos de jurisdição”. Assim, estruturava-se com dificuldades o Executivo Provincial, composto ainda por órgãos administrativos e fiscais.

O centralismo do Primeiro Reinado também se demonstrou nas primeiras eleições para a Assembleia Geral Legislativa e o Senado. Os deputados gerais sufragados foram o citado Cunha Mattos e o juiz de fora João Francisco de Borja Pereira (nenhum deles nascido na terra e concorrendo nas listas com pessoas locais). A tática do governo central era escolher, via manipulação eleitoral, representantes políticos com famílias desvinculadas da província, mas com algum conhecimento sobre os assuntos financeiros, geográficos, políticos e administrativos da mesma, adquiridos por experiência prática na administração local. Preferiam-se os portugueses.

Para completar o quadro de intervenção, o senador escolhido em lista tríplice para a câmara vitalícia foi Francisco Maria Veloso Cordilho, em desfavor do tenente-coronel Joaquim Xavier Curado, “candidato dos goianos” (BRASIL, 1982, p. 107).

A manutenção de mecanismos centralizadores numa ordem pretensamente representativa e constitucional desagradou a muitos dos antigos líderes da Independência, habituados ao sistema da Câmara de Vila Boa, colapsado pelas consequências da reforma legal de 1828 e da constitucional de 1834.

Caetano Maria Lopes da Gama (1825-1827) e Miguel Lino de Moraes (1827-1831), os dois primeiros chefes do Executivo goiano, sofreram a oposição de órgãos provinciais eletivos, como o Conselho Administrativo (1825) e o Conselho Geral (1829), legislativo manco da época. A Câmara Municipal da Cidade de Goiás tinha prestígio e também era foco de questionamento.

Em 14 de agosto de 1831, o padre Luiz Bartolomeu Marques e o coronel Felipe Antônio Cardoso chefiaram um movimento com participação das massas pobres e de cor dos arredores da capital, denominados genericamente de “tropa e povo”. Essa massa armada depôs o segundo presidente provincial, consoante à tentativa esboçada uma década antes contra o capitão-general Manoel Inácio de Sampaio (ASSIS, 2007). O próprio Conselho Geral da província e a Câmara Municipal da capital cooperaram para perpetrar o ato de derrubada dele e de outras autoridades identificadas como “portuguesas”, no afã antilusitano de meados da década de 1830.

A situação piorou. Em 26 de junho de 1831, o então Ouvidor do Norte, Jerônimo José da Silva Castro, foi assassinato. Depois, em 14 de outubro de 1831, Joaquim Teotônio Segurado seguiu o mesmo destino. Essas mortes colocavam o coronel Cardoso como a principal figura do Norte, posto que se estendeu para seu filho, Felipe Antônio Cardoso de Santa Cruz, deputado geral duas vezes (10^a e 11^a legislatura).

Representantes diretos da ordem colonial, os lusitanos/brancos, ocupantes de cargos relevantes, grandes fazendeiros ou comerciantes, foram alvos do impulso nativista, fomentado pela abdicação de Dom Pedro I em 7 de abril de 1831, interpretada por muitos como a verdadeira independência brasileira.

Portanto, a experiência política do Primeiro Reinado concentrou-se no círculo palaciano de Dom Pedro I e afastou a elite de Goiás do exercício dos cargos mais importantes da província. A Regência (1831-1840) mudou tal panorama.

Regência e Segundo Reinado: famílias construindo a estabilidade

A reação regencial não se fez esperar. A deposição dos brasileiros adotivos fora condenada pela autoridade central, a qual nomeou o coronel José Rodrigues Jardim ao Executivo Provincial em 31 de dezembro de 1831. O Rio de Janeiro desaprovava o governo chefiado por Felipe Antônio Cardoso e Luiz Bartolomeu Marques, tanto pela forma “revolucionária” como chegaram ao poder quanto pelo fato de ancorar-se na mobilização política da “plebe”, como chamavam mestiços, brancos pobres e libertos. A participação destes demonstra que tais líderes não eram apenas caudilhos (MOREYRA, 2015, p. 125) e atentavam-se para as demandas envolvendo questões de direito e cor.

Escravos são relatados no *A Matutina Meiapontense* (1831-1834) agindo nas movimentações imediatas ao desabrochar da Regência (COSTA, 2013). Em Cuiabá e arredores, estourou a revolta chamada Rusgas (1834), terminando no assassinato de dezenas de portugueses. O medo da multiplicação de sublevações populares aglutinou elites espalhadas no território nacional em torno de um arranjo institucional capaz de conter a massa de pobres e escravos, além de unificar as diversas regiões tão específicas (DOHLNIKOFF, 2005). Tal foi o papel da Lei de Interpretação e da Reforma Processual.

A Regência inaugurou em Goiás uma experiência de governo provincial em que os elementos locais passaram a exercer diretamente o poder nos principais postos da administração e representação, adentrando no Executivo, Judiciário e Legislativo, cenário bastante diferente do Primeiro Reinado. Mesmo durante o Segundo Reinado, época de suposta crise do protagonismo das elites provinciais, a vice-presidência exercia com frequência a cabeça da administração e postos centrais da máquina pública (como a Chefatura de Polícia, nascida em 1841, e o Tribunal da Relação, em 1874) eram também ocupados por locais.

Numa mesma sequência, José Rodrigues Jardim (1831-1837), Luiz Gonzaga de Camargo Fleury (1837-1839) e José de Assis Mascarenhas (1839-1845) foram chefes do governo provincial. José de Assis Mascarenhas foi ouvidor (1831-1834) e juiz de Direito da comarca da capital após a reforma de 1834. O único senador goiano no Império foi José Rodrigues Jardim, entre 1837 e 1842. Tantos outros ocuparam a deputação geral (titulares ou substitutos), como João Gomes Machado Corumbá, Felipe Antônio

Cardoso, José de Assis Mascarenhas, Antônio dos Santos Ferreira Azevedo e Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, sem mencionar os do Segundo Reinado.

As reformas constitucionais e institucionais processadas entre 1831 e 1834, quase todas de caráter descentralizador, intensificaram o trânsito das elites provinciais ao Rio de Janeiro e abriram espaço para uma experiência de inspiração federativa. Nessa reordenação da aparelhagem do Estado, as relações familiares constituem causa aglutinadora (por vezes, desagregadora) dos interesses espalhados no território brasileiro (VIANA, 2019).

É possível ver no matrimônio entre José Rodrigues Jardim e Ângela Ludovico de Almeida, dois ilustres locais, a formação de um tipo de domínio oligárquico (MOREYRA, 2015, p. 125). Uma grande parentela esparramada por várias localidades da província (e de preferência, também fora) e um bacharel em Direito com talento para a política eram os requisitos básicos deste *modus operandi*, que se replicava sobre a prole dos nobres da terra.

A formação em letras jurídicas no Segundo Reinado – em Pernambuco, mas principalmente em São Paulo – foi buscada por outros troncos familiares (como Bulhões, Gomes de Siqueira e Abreu), que, armados de diplomas, carabinas, fortunas privadas e grande base de parentes e apadrinhados, disputaram o poder provincial entre si, organizando-se em partidos políticos.

Antes do matrimônio, Ângela teve um filho com o nobre português Francisco de Assis Mascarenhas, que foi governador da capitania de Goiás entre 1804 e 1808. Esse era o já citado José de Assis Mascarenhas, nascido no ano de 1805 em Vila Boa e formado em Direito na Universidade de Coimbra em 1827. Também por influência do pai – que no Primeiro Reinado foi presidente do Desembargo do Paço, senador por São Paulo e conselheiro de Estado –, conseguiu o cargo de secretário do Supremo Tribunal de Justiça, em 1827.

A abdicação de Dom Pedro I lançou o então palaciano Francisco de Assis Mascarenhas no plano secundário da política nacional. A crise do prestígio do pai e patrono deve ter influenciado na decisão de José de Assis Mascarenhas de aceitar o cargo de Ouvidor da Comarca do Sul de Goiás, nomeado em 9 de setembro de 1831. Então no Rio de Janeiro, com 26 anos, ele já tinha consciência dos movimentos de deposição e assassinato dos lusitanos e da intenção da Regência de nomear o padraсто, José Rodrigues Jardim, para a presidência provincial, fato consumado em 31 de dezembro do mesmo ano. Não obstante, o padre Manuel Rodrigues Jardim, irmão daquele, assumia a vaga de deputado na Assembleia Geral

Legislativa, substituindo Cunha Mattos. Num piscar de olhos, a família Rodrigues Jardim se instalava no Executivo e Judiciário Provincial, colocando ainda um membro na câmara temporária. A criação da loja maçônica Asilo da Razão na Cidade de Goiás (1835) deve ter a participação dos citados.

Treinado inicialmente na magistratura – um trampolim para a política no período monárquico (KOERNER, 1998) –, José de Assis Mascarenhas exerceu os cargos de juiz de Direito, presidente de província e deputado geral, às vezes cumulativamente. Em boa parte desse período, seu padrao lhe ancorava como vice-presidente provincial (portanto, um dos deputados da Assembleia Legislativa goiana) e senador. Eram peças do tabuleiro político vinculado ao regresso conservador. Vale anotar que ambos participaram diretamente dos assuntos goianos na reforma constitucional de 1834 e na legal de 1841, vistas pela historiografia como as mais relevantes na montagem do Estado monárquico.

As correspondências entre o então presidente José de Assis Mascarenhas com o Ministério do Império entre 1839 e 1845 demonstram como as teias de relações se multiplicavam da capital goiana para o interior. As concessões/confirmações de títulos de nobreza, de patentes da guarda nacional ou a simples menção como “cidadão distinto”, presentes neste material, demonstram o caminho percorrido para integrar, via cooptação na máquina estatal, as famílias das vilas e freguesias mais distantes aos núcleos centrais da província, localizados no entorno da capital e de Meia Ponte. O tom intimista das palavras de Mascarenhas deve ser notado:

Estando tão próximo no dia afortunado feliz consorcio de sua Magestade O Imperador peço a licença a V. E. para novamente lembrar a V. E. os nomes d'alguns goianos que tantos serviços tem prestado sem nunca terem recebido recompensa alguma. Lembro só aqueles que ultimamente tanto se distinguirão contra a rebelião de Minas e cujos documentos já tive a honra de por na respeitável presença de V. E. – o Ten. Coronel Manoel José da Costa Meireles – Ten. Coronel José Gomes Curado – o capitão Francisco da Cunha Roriz – o capitão Lazaro de Melo Alves – o Pe. Pedro Nolasco de Melo. Todos estes fiserão grandes serviços e dispenderão quantias, e nunca forão remunerados: contentão-se com hum hábito da Razão. Não falo no major Pacifico Antônio Xavier de Barros que foi o comandante geral da força que marchou em socorro dos habitantes de Paracatu porque V. E.

tem em seu poder os seus documentos e julgar em sua sabedoria, e justiça; nem no coronel Joaquim Roriz de Moraes que he o comandante da Legião da Cidade. O tenente Joaquim Marcelino de Camargo foi proposto capitão pelo vice-presidente: no posto de alferes esteve 16 ou 17 anos, sempre preterido, he tenente há 3 anos mais ou menos; ninguém tem prestado melhores serviços; outros Cidadãos existem dignos de remunerações, mas acanho-me em fazer mais extensa a tinta de minha Provincia, que felizmente tem hoje V. E. por seu protetor. V. E. tem muita generosidade para me perdoar tanta impertinência. Não pode maior nem mais sincero o respeito e a consideração com que me de V. excelência. Ilm. Exm. sr José Antônio da Silva Maria. O mais obediente súbdito e fiel respeitador, D. José de Assis Mascarenhas. 30 de agosto de 1843, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Nessa missiva, aproveitando-se da data comemorativa, ele trazia os pedidos de reconhecimento oficial do valor dos próceres locais e seus aparentados que atuaram nas disputas interfamiliares na fronteira de Goiás e Minas Gerais, quando Paracatu (MG) buscava avançar sobre o território próximo à atual Formosa (GO), em razão das revoltas liberais de 1842. Premiava-se com títulos e patentes tais cidadãos, trabalhadores na construção do edifício estatal.

Outros poderosos locais – não diplomados, mas abastados de bens e com grande parentela –, como Inácio Soares Bulhões, Ildefonso Ludovico de Almeida e Antônio de Pádua Fleury, tiveram atuação marcante na Assembleia Legislativa de Goiás. Além do Legislativo Provincial, esse último ocupou a vice-presidência por várias vezes e chegou até a câmara geral na 9ª legislatura (1853-1856), sendo o genitor de André Augusto de Pádua Fleury.

A Câmara Legislativa Provincial foi criada pelo ato adicional (1834). Seu presidente era o vice do Executivo, escolhido pelo Imperador numa lista com seis nomes de deputados. O histórico da vice-presidência é interessante sob o ponto de vista político, sintetizado aqui no caso do desembargador João Bonifácio Gomes de Siqueira. Formado em Direito no largo do São Francisco em 1840, exerceu a magistratura e a chefatura de polícia na capital. Sua influência estendeu-se até o início da República. Na monarquia, exerceu a presidência provincial por cinco vezes, entre 1857 e 1871, incluindo no cenário da Guerra do Paraguai.

A frequência dos vices na chefia do Executivo representava o federalismo possível, especificamente no Segundo Reinado, e ao mesmo tempo

revelava bastidores do espaço privilegiado de atuação dos políticos goianos sem diploma superior.

Voltando à dupla Mascarenhas e Jardim, em 1842, quando dom Pedro II dissolveu a câmara liberal, o bacharel ocupava a deputação goiana, sendo eleito novamente no pleito seguinte, que formou uma maioria conservadora no parlamento, indício de flexibilidade. No mesmo ano, o falecimento de José Rodrigues Jardim representou um enfraquecimento da base de sustentação de Mascarenhas, com a vaga no Senado ocupada por José Antônio da Silva Maia (1843-1853). Em 1843, seu pai biológico também morreu.

Até os anos da conciliação, sua representatividade era considerável na província. Semelhante ao padrao, conseguiu eleger para a 6^a (1845-1847) e 8^a deputação (1850-1852) seu meio-irmão de origem indígena e aliado político, o magistrado Manuel de Assis Mascarenhas. Outro meio-irmão, o juiz de Direito e chefe de polícia de Goiás José Rodrigues Jardim (filho), fora suplente na câmara geral na 10^a legislatura.

Em 1853, José de Assis aparece nas correspondências entre o presidente provincial Francisco Mariani e os políticos Honório Hermeto Carneiro Leão e João Maurício Wanderley como um dos que pleiteavam a vaga de Goiás no Senado, aberta pela morte do terceiro ocupante. Na ocasião, o marquês de Paraná lutou pela exclusão da candidatura de Mascarenhas alegando que ele e o meio-irmão indígena “fizeram decidida oposição ao Ministério” (GODOY, 1975, p. 198). José Ignácio Silveira da Mota restou escolhido pelo Imperador na lista tríplice, frustrando o desejo de Mascarenhas de sentar-se na câmara alta, onde o pai e o padrao se sentaram.

Após ser preterido na vaga ao Senado, registra-se seu ostracismo da política da província, voltando suas atenções para a magistratura e vida privada. Casado com uma descendente da aristocracia carioca, desde 1843 era desembargador e em 1848 foi nomeado ministro do Conselho Supremo Militar. Em 1866, tornou-se ministro do Superior Tribunal de Justiça, ápice do Judiciário monárquico. Faleceu em 1868 como Conselheiro Imperial.

É possível que sua saída do plano principal da representação goiana na corte liga-se ao distanciamento da província, fato que marcou época na política local monárquica. Um dado aparentemente sem importância ilustra a assertiva. Além de Mascarenhas, André Augusto de Pádua Fleury e Leopoldo de Bulhões, caciques locais transformados em políticos atuantes no Rio de Janeiro, morreram fora de Goiás. Antes de falecerem, não conseguiam mais representar a distância os correligionários goianos. Tal

fato vincula-se ao modelo de recrutamento imperial das elites provinciais, emprestando-lhes o *status* de palacianas e retirando-as do círculo natalício.

Antônio de Pádua Fleury, irmão do padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, era casado com Mariana Alvim Poupino, fruto da elite de Cuiabá. Desse matrimônio saíram, dentre outros, o desembargador João Augusto de Pádua Fleury e o conselheiro imperial André Augusto de Pádua Fleury, nascidos em Cuiabá. Esses casamentos interprovinciais permitiram-lhes trânsito facilitado pelas duas províncias do interior.

O último citado foi o grande articulador da política goiana após a morte de José de Assis Mascarenhas, em 1868, sendo seu parente. Fez seus estudos secundários no Colégio Dom Pedro II e formou-se em Direito na Faculdade de São Paulo, em 1853 (LOBO, 1974). Suplente na 10ª legislatura (1857-1860), foi eleito deputado geral por Goiás nas seguintes legislaturas: 11ª (1861-1864), 12ª (1864-1866), 13ª (1867-1869), 18ª (1882-1884) e 19ª (1885). No Executivo, foi presidente das províncias de Espírito Santo (1863-1864), Paraná (1865-1866) e Ceará (1881). Além disso, foi ministro da Agricultura (1882) e diretor da prestigiada Faculdade do Largo de São Francisco (1883-1890). Esses e outros dados permitem vê-lo como uma das mais expressivas figuras políticas goianas do Segundo Reinado, cotado ao Senado em caso da morte de Silveira da Motta, como ventilava-se na imprensa.

André Augusto – aliado de nomes como o médico Teodoro Rodrigues de Moraes Jardim e o engenheiro Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim – chefou uma ala do Partido Liberal em Goiás, denominada de histórica. Assim como várias outras agremiações partidárias do Brasil – a exemplo dos Holanda Cavalcanti em Pernambuco, chefes do Partido Conservador regional –, os históricos goianos são resultado de uma série de casamentos entre elites, no caso o tronco Pádua Fleury com a família Rodrigues Jardim. A esse partido se contrapôs os seus parentes colaterais, liderados pelo magistrado Antônio Félix de Bulhões, o “Castro Alves” goiano, um dos fundadores da oligarquia Bulhões (MORAES, 1974).

Descendente do ramo gerado por Inácio Soares de Bulhões e Antônia Emília Rodrigues Jardim (filha do senador José Rodrigues Jardim), a família Bulhões foi responsável por encarniçada oposição a André Augusto (liberal histórico) e Antero Cícero de Assis – consolidador do Partido Conservador em Goiás, secundado nessa missão pelo desembargador do Tribunal da Relação de Goiás, Júlio de Vasconcelos, e os próceres Antônio Pereira de Abreu, Felicíssimo do Espírito Santo e o cônego Inácio Xavier.

Os filhos do casal – o engenheiro Antônio Augusto de Bulhões Jardim e os bacharéis Inácio Soares de Bulhões Jardim, Antônio Félix de Bulhões Jardim, José Leopoldo de Bulhões Jardim – receberam formação superior. Seguiram caminho semelhante ao de José de Assis e André Augusto, diplomando-se e aproximando-se de outras famílias, como a Caiado. Tal era o *modus operandi* da elite goiana imperial.

O patriarca – de incontestável riqueza – adquiriu uma tipografia e com ela seus filhos redigiram os periódicos *A província de Goiás* (1869), a *Tribuna Livre* (1878), *Libertador* (1885) e *Goyaz* (1885). Todos os temas de interesse do século XIX – terras, abolição, imigração, federalismo, república – foram neles debatidos.

Em 1879, a família Bulhões conseguiu reconhecer no Rio de Janeiro a vitória de Augusto de Bulhões como deputado geral. Em 1887, a morte de Félix de Bulhões colocou José Leopoldo de Bulhões Jardim no controle da oligarquia numa época em que suas raízes locais superavam as relações interprovinciais. Com a República, decaiu a influência de André Augusto – que morreu monarquista (MORAES, 1974) – e consolida-se a de Leopoldo de Bulhões.

O prestígio deste durou até a década de 1910 e sua morte, em 1928, representa a crise de certo *modus operandi* da elite goiana, forjado na monarquia. Depois de Bulhões, os maiores líderes goianos em cenário nacional (notadamente Antônio Ramos Caiado e Pedro Ludovico Teixeira) fizeram percurso um pouco diferente, nascendo, vivendo e morrendo em solo goiano. Evitava-se o controle a distância.

Referências

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da província de Goiás*. Goiânia: SUDECO, 1979.

ARQUIVO NACIONAL (RJ). Correspondências entre a presidência da província de Goiás com o Ministério do Império, 1842.

ASSIS, Wilson Rocha. *Os moderados e as representações de Goiás no A Matutina Meiapontense* (1831-1834). Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da UFG, 2008.

BRASIL (1889). *Organizações e programmas ministeriaes desde 1822 a 1889*: notas explicativas sobre moções de confiança, com alguns dos mais importantes Decretos e Leis, resumo historico sobre a discussão do Acto Addicional, Lei de Interpretação,

Código Criminal, do Processo e Commercial, lei de terras, etc., etc., com varios esclarecimentos e quadros estatisticos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, 469 p.

BRASIL, Americano. *Súmula de história de Goiás*. Goiânia: Unigraf, 1982.

BRASIL, Americano. *Pela história de Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1980.

COSTA, Thalles Murilo Vaz. *Opinião pública e linguagem política no A Matutina Meiapontense (1831-1834)*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da UFG, 2013.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: editora Alameda, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

KOERNER, Andrei. *Judiciário e cidadania na construção da República brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC 1987.

MORAES, Maria Augusta Santana. *História de uma oligarquia: os Bulhões*. Goiânia: Oriente, 1974.

MOREYRA, Sérgio Paulo. *Vida sertaneja, aspirações metropolitanas*. Alunos da Universidade de Coimbra nascidos em Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 2015.

LIMA, André Nicácio. *Caminhos da integração, fronteiras da política: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso*. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Programa de Pós-Graduação em História Social, 2010.

LOBO, José. *Goianos ilustres*. Goiânia: Oriente, 1974.

RÉMOND, René. Por que a história política? Rio de Janeiro, Revista Estudos Históricos, v. 7, n. 13, 1994, p. 7-19.

STONE, Lawrence. *Prosopografia*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

VIANA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Senado Federal, 2019.

Capítulo 10

OS DISCURSOS AUTONOMISTAS DO NORTE DE GOIÁS

Estado do Tocantins

Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro¹

O dia 5 de outubro de 1988 revela não apenas a promulgação de uma nova Constituição brasileira para parcela significativa dos habitantes além do 13º Paralelo do Estado de Goiás, região conhecida como o Norte Goiano. Revela também, na configuração geográfica nacional, a identidade jurídica e política do 24º Estado da República Federativa do Brasil: o Estado do Tocantins. Esse fato revela, ainda, na história regional, o desfecho da trajetória do movimento separatista do Norte Goiano, que remonta ao século XIX e se estende, embora de forma descontínua e isolada, ao longo do século XX (CAVALCANTE, 1999, p. 17).

O discurso autonomista do Norte de Goiás inicia-se, historicamente, em 1821, no bojo dos movimentos de independência nacional sob a influência dos ideais liberais. Esse momento político é a gênese da construção do sentimento separatista do Norte de Goiás. Momento que gesta também o personagem histórico Teotônio Segurado, que chegou a exercer a Ouvidoria da Capitania e da Comarca do Norte de Goiás, nas duas primeiras décadas do século XIX. Suas qualidades de homem de coragem

1 Pós-doutora em Literatura Comparada pela Université Sorbonne Nouvelle Paris 3 e em História pela Universidade Federal Fluminense RJ. Doutorado em História pela Universidade de São Paulo/USP. É professora Titular na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, atuando na Graduação e no Mestrado em História.

e de ação evidenciam-se na denúncia de discriminação, exploração e des-governo daquela região, segundo as fontes que abordam o 1821.

Dentre essas fontes destacam-se as considerações de Regina Lacerda (1970, p. 31), que reconhece que Teotônio assumiu a condição de líder do Povo do Norte, no movimento separatista “mais expressivo no cenário político da Província, por força da sua situação econômica, grande fazendeiro, e por ser líder dotado de certa inteligência e bom nível cultural para a época e o lugar”. No registro do livro *Memórias Goianas I* (1982, p. 78) consta que “foi Dr. Joaquim Teotônio Segurado português de nascimento, mas goiano de coração”. *Americano do Brasil* (1980, p. 76) ressaltou que, “dos grandes benefícios que Segurado prestou à Capitania, a navegação do Tocantins foi a principal” e “a sabedoria de suas medidas a bem da administração e do progresso econômico granjeou-lhe a solidariedade dos habitantes do norte, entre os quais tornou-se popularíssimo”.

As qualificações positivas sobre Segurado são também enumeradas por Alencastre (1979, p. 284) nos *Anais da Província de Goyaz*, de 1863, quando registra as reformas administrativas da Capitania de Goiás, como a criação da Comarca do Norte, em 1809 – em sua opinião, a nova comarca seria “provida nesse inteligente, laborioso e benemérito magistrado”, o que contribuiria para uma boa jurisdição no Norte Goiano. As adjetivações elogiosas prosseguem nas narrativas do viajante Johann Emanuel Pohl (1951, p. 104), quando, em suas viagens pelo interior da Capitania de Goiás, registra que

o ouvidor compreendeu que a navegação do rio Maranhão e a ligação com o Pará trariam vantagens consideráveis. E fez tudo o que pôde para vencer os empecilhos que se impunham a esse projeto. Sacrificou-se, trabalhou incansavelmente, navegou pessoalmente o rio várias vezes...

Uma das revelações dos acontecimentos do ano de 1821 é a manifestação do sentimento de oposição entre o Norte e o Centro-sul de Goiás, legitimando a construção formal da gênese do discurso autonomista nortista por Teotônio Segurado, por meio de cartas e proclamações dirigidas ao governador da capitania Manuel Inácio Sampaio.

A partir da Proclamação Autonomista de 1821, o Norte de Goiás define-se historicamente em oposição econômica ao Centro-sul da Província, denunciando a exploração fiscal e a carência de infraestrutura viária para o escoamento da produção agrícola.

As denúncias de abandono econômico e a situação de desvantagem do Norte de Goiás podem ser pontuadas na documentação escrita (Atas, Proclamações, falas políticas registradas em discursos manuscritos e entrevistas) e jornais dos séculos XIX e XX, que revelam que o descaso administrativo do poder político centralizado no Centro-sul de Goiás foi o fator preponderante na reivindicação de autonomia jurídico-política do Norte de Goiás ao longo dos séculos XIX e XX.

Vale destacar na íntegra a Proclamação de Teotônio Segurado de 15 de setembro de 1821, por duas razões: pelo que revela em seu conteúdo, como, também, pela criação do Governo Provisório do Tocantins, com sede em Cavalcante, em 14 de setembro de 1821. A Proclamação diz o seguinte:

Habitantes da comarca de Palma! É tempo de sacudir o jugo de um governo despótico; todas as províncias do Brasil nos têm dado este exemplo; os nossos irmãos de Goiás fizeram um esforço infrutífero, ou por ser rebatido por força superior. Eles continuam na escravidão, e até um dos principais habitantes desta comarca ficou em ferros. Palmenses! Sejamos livres, e tenhamos segurança pessoal, unamo-nos e principiemos a gozar as vantagens que nos promete a Constituição! Abulam-se os tributos que nos vexam, ou por sermos os únicos que os pagamos, ou por não serem conformes às antigas leis adaptáveis a esta pobre comarca. Saídas de gado, décima, banco, papel selado, entrada de sal, ferro, aço e ferramentas ficam abolidas: todos os homens livres têm direito aos maiores empregos; a virtude e a ciência eis o empenho para os cargos públicos. Todas as cabeças de julgado darão um deputado para o Governo Provisório; os arraiais de São João, São Domingos, Chapada e Carmo ficam gozando da mesma prerrogativa. Esses Deputados devem ser eleitos, e dirigirem-se imediatamente a Cavalcante, onde reside interinamente o Governo Provisório. Depois de reunidos todos os deputados, se decidirá qual deve ser a capital, e nela residirá o Governo. Os soldados que quiserem sentar praça de infantaria vencerão cinco oitavas por mês, e na cavalaria seis e meia. Palmenses, ânimo e união! O governo cuidará da vossa felicidade. Viva a nossa santa religião, viva o senhor D. João VI, viva o Príncipe Regente e toda a Casa de Bragança; viva a Constituição que se fez nas Côrtes reunidas de Lisboa. Cavalcante, 15 de setembro de 1821. Presidente Joaquim Teotônio Segurado, Manoel Antônio de Moura Teles, Zeferino de Azevedo, José Victor de Faria Pereira, Francisco Joaquim Coelho de Mattos, Luiz Lemes e Joaquim Rodrigues Pereira (Teotônio Segurado *Apud* LACERDA, 1970, p. 80).

Esta Proclamação, dentre outras de Teotônio Segurado, é a que melhor expressa o sentimento separatista daquelas lideranças políticas que acreditaram na possibilidade, ainda que provisória, da autonomia econômica, jurídico-política do Norte de Goiás naquele momento.

A reunificação da Província, em 1823, não silenciou aqueles e aquelas que assumiram o discurso autonomista do Norte de Goiás como o projeto de gerações ao longo dos séculos XIX e XX. O discurso se arrefece, mas o sentimento de oposição Norte/Centro-sul permanece em algumas vozes isoladas, divulgadas em jornais nortistas, principalmente o jornal *Folha do Norte*, sediado em Porto Nacional e vigente no final do século XIX. Observando essa fonte, percebe-se o quanto são frequentes as denúncias de abandono econômico, social e político e, conseqüentemente, a consciência crescente de que as enormes dificuldades vivenciadas só poderiam ser superadas com a ruptura administrativa com o Centro-sul de Goiás.

O sentimento de oposição ao Centro-sul de Goiás perpassou épocas e foi apropriado por gerações de políticos que reivindicaram o projeto pró-Estado do Tocantins nas décadas de 50 e 80 do século XX. Por isso, quem conhecer o Palácio do Araguaia, primeira construção pública do Governo do Tocantins, expressão concreta do autogoverno do Norte Goiano, vai se deparar com a Proclamação de 1821 transcrita em marco de concreto, em posição de destaque, logo à frente do palácio. Está ali sacralizada num monumento simbólico, como uma ponte que intersecciona as temporalidades históricas, interligando os anos 20 do século XIX e a década de 80 do século XX. No sentido da memória política, a Proclamação pode ser vista como testamento deixado pela geração de 1821 que só foi cumprido pela geração de 1988.

O cotejo da documentação, ao longo do século XX, sobre a região Norte de Goiás, revela que o discurso autonomista sobreviveu, muito centralizado em Porto Nacional, o que é compreensível se sabemos que, do ponto de vista econômico, essa cidade ocupava posição de destaque e influência sobre a região Norte, pois mantinha vínculos comerciais com Belém, através do Rio Tocantins. Politicamente, foi também a única, dentre as localidades nortistas, com representação política constante na assembleia federal, durante a chamada “República Velha”.

O discurso autonomista alcança força de operacionalização em dois momentos distintos da segunda metade do século XX: o primeiro entre os anos de 1956 e 1961 e o segundo entre 1985 e 1988.

Em 1956 ocorreu um movimento separatista, deflagrado na cidade de Porto Nacional. Examinando os periódicos da época, percebe-se que os fundamentos do discurso assentam-se nas questões de natureza econômica, político-administrativa e cultural. O efeito operacionalizador desses argumentos discursivos nos leva à percepção de que esse foi o primeiro movimento naquela região a estruturar-se politicamente e a definir estratégias de mobilização e pressão junto à representação dos governos estadual e federal, de forma constante e coesa, até o ano de 1961.

Em 13 de maio de 1956 foi lançado em Porto Nacional o Movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins, como uma expressão do “brado de alerta emancipacionista”. Esse acontecimento político foi oficialmente registrado pela Câmara Municipal na Carta de Porto Nacional, que exortava:

Propugnemos, pois, pela criação do Estado do Tocantins, suscitando o pronunciamento de suas populações, através de um plebiscito, a fim de submetê-lo à apreciação da Assembleia Legislativa e do Congresso de conformidade com o dispositivo no Artigo, da Constituição Federal. (RESOLUÇÃO, 13 de out. 1956).

A “Proclamação Autonomista” do Norte Goiano faz-se representar, inicialmente, pelo Judiciário de Porto Nacional, na pessoa do Juiz de Direito daquela Comarca, Dr. Feliciano Machado Braga, que, a partir daí, assume a liderança do movimento, com o apoio dos poderes Legislativo e Executivo local (CAVALCANTE, 1999, p. 103).

Logo a seguir, no dia 20 de maio de 1956, foi organizado “um comício monstro, seguido de passeata e inaugurada no aeroporto da cidade uma placa com o dístico: ‘Viva o Estado do Tocantins!’”. Assim, “viveu Porto Nacional um dia festivo e feliz com esse magnífico brado de redenção, pela proclamação da autonomia do Estado do Tocantins” (RESOLUÇÃO, 13 out. 1956).

Como símbolo do movimento, criou-se, em julho de 1956, a Bandeira do Estado do Tocantins. E como instrumento de mobilização, propaganda e informação, foi lançado o jornal *O Estado do Tocantins*.

Em discurso proferido por um dos redatores do jornal *O Estado do Tocantins*, ficam bem explícitos os argumentos separatistas:

Por que queremos o Estado do Tocantins? Porque é uma reivindicação antiga, com respaldo na Constituição de 1946, em seu artigo 2º, para obter

mais escolas, escoar nossos produtos e trazer mercadorias por preços mais baixos. Desenvolver a indústria e o comércio dessa grande região. Porque não temos escolas suficientes, nem hospitais, nem estradas, enfim, não temos nada! Não temos assistência de forma alguma! Porque nossas reservas florestais estão sendo retalhadas sem nenhum proveito para nós. Porque pertencemos à baixa Amazônia e queremos ser mais uma sentinela dessa grande reserva nacional. (O ESTADO DO TOCANTINS, 1956).

O discurso autonomista, como força de operacionalização, aparece no Projeto de Resolução da Câmara Municipal de Porto Nacional em agosto de 1956, quando foi criada a Comissão de Estruturação Jurídica (Cejet), sob a presidência do Juiz de Direito da Comarca de Porto Nacional, Dr. Feliciano Machado Braga, com a finalidade de dar sustentação jurídica a todos os atos necessários à criação do novo Estado.

A celebração do “Manifesto do Movimento Emancipacionista de Porto Nacional” foi registrada pelo jornal *O Estado do Tocantins*, a cada 20 de maio, até o ano de 1961.

As inferências indicam que a comemoração naquele ano de 1961 foi bastante singular e até mesmo o jornal porta-voz do ideal autonomista não registrou com ênfase “O 20 de maio”, como sempre fizera nos anos anteriores. Registra-se, apenas, uma pequena nota, que diz textualmente:

Este ano, circunstâncias superiores, alheias à nossa vontade, impediram-nos de comemorar com brilhantismo tão magna data. Não foi possível ao nosso grande líder, Dr. Feliciano Machado Braga, assoberbado de trabalho numa das comarcas de Goiás, para a qual foi promovido, comparecer na ocasião, como esperávamos. Não houve, entretanto, como pode parecer, arrefecimento na campanha encetada. S. Excia. continua a vibrar com a ideia lançada e dentro em pouco tempo teremos a felicidade de ver o novo órgão da imprensa que ali se projeta com a denominação de ‘Correio Tocantinense’ e que será valoroso paladino do Estado do Tocantins. (O POPULAR, 18/05/1967).

Bastou a ausência daquele que era considerado a liderança da causa autonomista do Norte de Goiás para que a comemoração do 20 de maio perdesse o entusiasmo que marcara os anos precedentes.

O fato demonstrava que as manifestações, a partir daquele ano, tenderiam a se aquietar. A partir daí, algumas vozes isoladas ergueram-se

solitárias, sejam os deputados representantes nortistas no Legislativo estadual, sejam as lideranças estudantis das localidades do Norte de Goiás.

Os estudantes, por meio da Casa do Estudante do Norte Goiano (Cenog), posicionaram-se no início dos anos 60, no sentido de “estruturar uma campanha pró-criação do Estado do Tocantins”. Esses “preconizavam a divisão acima do Paralelo 13 na carta geográfica do Brasil, com vistas à instalação de mais uma unidade federativa do Brasil”. Com esse fim, boletins com o dístico “Vamos Criar o Estado do Tocantins – Dividir Para Progredir” foram distribuídos na capital de Goiás e em várias cidades do Norte do Estado (CAVALCANTE, 1999, p. 117).

A partir de 1965, a tendência é o arrefecimento da campanha autonomista, pressionada, principalmente, pelo regime autoritário, instalado pelo golpe militar de 1964, que resultou na limitação das liberdades políticas no País. A orientação política dos militares era em prol do fortalecimento do Executivo federal em detrimento do federalismo.

A retomada do discurso autonomista no início dos anos 80 tem a seu favor dois fortes motivos: o primeiro refere-se à criação do Estado de Mato Grosso do Sul, nos anos 70, e o segundo, ao momento de redemocratização nacional emergente com a realização de eleições diretas para os governos estaduais, em 1982. Além desses, foram também muito relevantes para a popularização do ideal separatista a Campanha das Diretas Já, em 1984, e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987.

Mais uma vez, um discurso em defesa dos interesses do Norte Goiano é elaborado e sustentado, inicialmente, por lideranças políticas e intelectuais radicadas em Goiânia e Brasília, “comprometidas com o desenvolvimento daquela região”. Para tanto, fundaram, em 1981, em Brasília, uma Comissão de Estudos dos Problemas do Norte de Goiás, a CONORTE (CONORTE, 1982).

Em 1982, realizou-se um Congresso na capital federal, no qual se elaborou a “Carta do Tocantins”, que destacou a efeméride 13 de maio de 1982 com duplo significado para aqueles congressistas: o 94º ano de Abolição da Escravatura e o 26º do lançamento do Movimento Emancipacionista de Porto Nacional. Recuperou-se, assim, em 1982, a memória política da “Carta de Porto Nacional”, redigida em 13 de maio de 1956 (CONORTE, 1982).

A operacionalização do discurso autonomista evidencia-se no encaminhamento do Projeto de Lei Complementar número 1, de 1983, de autoria do deputado federal Siqueira Campos. Esse Projeto de Lei foi aprovado em 20 de março de 1985 pelo Congresso Nacional, mas foi vetado pelo

presidente da República José Sarney. Quatro meses após o veto executivo, foi rerepresentado pelo senador goiano Benedito Ferreira, sendo aprovado por parte da Câmara e do Senado Federal e, mais uma vez, foi vetado pelo presidente da República.

Diante das críticas aos vetos do presidente da República em diversos veículos da imprensa nacional, foi criada, em 1986, a Comissão Especial de Redivisão Territorial do País, com a finalidade de levantar dados socioeconômicos sobre as regiões que reivindicavam autonomia político-administrativa, em especial o Estado do Tocantins.

As expectativas de criação do Estado do Tocantins eram animadoras em 1986, quando políticos e técnicos do governo federal reconheceram, publicamente, antes dos resultados finais dos estudos da Comissão, que a proposta de criação do Tocantins era a que apresentava “potencialmente mais chances de se tornar Estado, face a receptividade da população e o amadurecimento da questão nos debates” (JORNAL DO BRASIL, 03 fev. 1986).

O senador Henrique Santillo, candidato a governador de Goiás, em 1986, em campanha nas cidades do Norte Goiano, reafirmou o seu compromisso político com a criação do Estado do Tocantins. No seu entender, “o desmembramento do Estado, antes de ser uma reivindicação histórica, é uma exigência da população para o próprio desenvolvimento de Goiás” (O POPULAR, 13 mar. 1986).

A eleição de Henrique Santillo para governador de Goiás, em 1986, com votação majoritária na região Norte do Estado, indicava que a sua aprovação popular estava intimamente associada à posição claramente assumida pelo candidato junto a quase todos os diretórios dos 60 municípios do Norte de Goiás. Ao manter o compromisso, na condição de governo, rompeu com as práticas denunciadas em periódicos do Norte Goiano, em distintos momentos de sua história, de que a região só era lembrada por ocasião das eleições, em que os candidatos apareciam com “as malas cheias de promessas”; passado o pleito eleitoral, o Norte voltava a ser o que era antes: esquecido e abandonado: “Pobre Norte, é sempre assim”, relatava a *Folha do Norte*, de 1892, em Porto Nacional. Rompeu também com a prática dos demais governadores de Goiás que o antecederam, considerando que, em nenhum momento em que “esta causa autonomista foi reivindicada, os governadores sempre se posicionaram contrários à divisão do Estado de Goiás” (CAVALCANTE, 2003, p. 134).

Com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte em 1987, vários deputados constituintes manifestavam-se sobre a viabilidade do Estado do Tocantins, alimentando, nas lideranças regionais, as expectativas otimistas quanto aos desdobramentos dos trabalhos da Subcomissão dos Estados. Para o presidente dessa Subcomissão, o senador Chagas Rodrigues, representante do Piauí:

O Tocantins teve um tratamento especial por parte do relator Siqueira Campos, o qual dispensou inclusive o pronunciamento popular, através de um plebiscito, diante do posicionamento favorável por parte da Assembleia Legislativa e do governador Henrique Santillo. Do ponto de vista econômico, trata-se de uma região que produz mais do que alguns estados nordestinos. (O POPULAR, 14 maio 1987).

No discurso das lideranças regionais, a tendência, ainda que sutil, manifestada publicamente pelo Comitê Pró-Criação do Estado do Tocantins de creditar “à participação do governador Henrique Santillo, do presidente da Assembleia Legislativa, Frederico Jayme, importante ajuda para demover Richa”, então relator da Comissão de Organização do Estado na Assembleia Nacional Constituinte, demonstra que quanto mais solidificavam as possibilidades do projeto de criação do Tocantins, tanto mais acirravam as disputas entre as lideranças partidárias pela paternidade do projeto (O POPULAR, 11 jun. 1987).

Enquanto eram tecidas as alianças partidárias para garantir espaço político, durante o encaminhamento do projeto à Assembleia Constituinte, a imprensa em Goiás e o Comitê pró-Tocantins trabalhavam no sentido de mobilizar a opinião pública, por meio de pesquisas de opinião da coleta de assinatura, para a emenda popular a ser apresentada à Assembleia Constituinte (CAVALCANTE, 2003, p. 148).

A emenda popular, com mais de 80 mil assinaturas, foi entregue ao presidente da Constituinte em agosto de 1987. O ato de entrega dessa emenda, levado a cabo pela bancada nortense, composta pelos deputados federais Siqueira Campos e José Freire e estaduais Brito Miranda, Totó Cavalcante, Hagahús Araújo, João Cruz, Edmundo Galdino, João Ribeiro e Assis Brandão, demonstra, com esse gesto, que todos os políticos da região, de diferentes partidos, apoiavam a criação do Estado do Tocantins (O POPULAR, 6 ago. 1987).

O destaque à emenda que cria o Estado do Tocantins foi sugerido à Comissão de Sistematização, pelo deputado Siqueira Campos, em setembro de 1987 e votada por essa Comissão em novembro do mesmo ano, com “o resultado final de 82 votos pelo Tocantins, cinco contra e cinco abstenções” (O POPULAR, 17 nov. 1987).

O período entre a apresentação da emenda, em setembro, até a sua aprovação, em novembro, é bastante significativo, pois as fontes revelam que esse momento foi definitivo para garantir a viabilidade do Estado do Tocantins, tanto que o seu reconhecimento na Promulgação da Constituição apenas formalizava o pacto do consenso das lideranças políticas de Goiás e Tocantins então envolvidas no processo. Foi, com certeza, um marco divisor no encaminhamento das discussões acerca da instalação do novo Estado, pois, a partir de novembro, o centro das discussões seria a composição do governo do Tocantins e a definição da capital do novo Estado (CAVALCANTE, 2003, p. 151).

A vitória parecia se aproximar. A cada etapa de encerramento dos trabalhos na Assembleia Constituinte, novas adesões manifestavam-se no plenário.

Com a aprovação do Projeto da Nova Constituição, em 27 de julho de 1988, o Estado do Tocantins já era quase realidade, já que o Artigo 15 das Disposições Transitórias afirmava que: “É criado o estado do Tocantins pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no 46º dia após a eleição prevista no §3º, não antes de 1º de janeiro de 1988” (CAVALCANTE, 1999, p. 147).

Finalmente, é legitimada a criação do novo Estado, com a promulgação da Carta Constitucional, em 5 de outubro de 1988. Após meio século das vozes isoladas dos discursos autonomistas nas primeiras décadas da República, o elemento novo em destaque, na retomada do discurso, foi a prática do consenso político que selou e legitimou, entre tantas outras, uma reivindicação que, há poucas décadas, era insustentável politicamente (CAVALCANTE, 2003, p. 208).

Com a posse do governador eleito Siqueira Campos, no dia 1º de janeiro de 1989, os grupos políticos do então norte goiano finalmente assumiram o controle do território. Iniciava agora o desafio de construir Palmas, a nova capital, e propiciar o desenvolvimento econômico e social para o novo Estado.

Referências

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás*. Ipiranga, 1979.

CONORTE, *Ata do I Congresso*, 1982.

BEZERRA, Adão Bonfim. *Tocantins, um estado para a Nova República*. Goiânia. *O Popular*, 1986.

BRASIL, Americano do. *Pela História de Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1980.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *Tocantins: o movimento separatista do Norte de Goiás. 1821-1988*. São Paulo: Anita Garibaldi. Goiânia: Ed. UCG, 1999.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *O discurso autonomista do Tocantins*. São Paulo: EDUSP. Goiânia: Ed. UCG, 2003.

JORNAL O ESTADO DO TOCANTINS, Porto Nacional. Anos pesquisados: 1956 a 1961.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro. Ano pesquisado: 1986.

JORNAL O POPULAR, Goiânia. Anos pesquisados: 1986 e 1987.

LACERDA, Regina. *A independência em Goiás*. Oriente, 1970.

POHL, J. E. *Viagem ao Interior do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora do MEC, 1951.

MEMÓRIAS GOIANAS I, Coleção. Goiânia: Editora da UCG, 1982.

RESOLUÇÃO da Câmara de Porto Nacional, 13 out.1956.

Capítulo 11

HISTÓRIA DE GOIÁS NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

Robson R. Gomes Filho¹

Para o Estado de Goiás, uma das mais importantes mudanças sofridas com o advento da República ocorreu com relação ao “paradigma da decadência”. Quando analisamos a ideia de “decadência”, singularmente presente na imagem do goiano ao longo do século XIX, mas objeto recente de questionamentos historiográficos (CHAUL, 2001), percebemos uma importante mudança nesse paradigma entre o fim do século XIX e o início do XX. Tal mudança, em termos conceituais, se deu na passagem do paradigma da “decadência” para o do “atraso”. O significado disso está para além do seu aspecto meramente linguístico.

Enquanto perpetuou a ideia de um Goiás decadente, ao longo de todo o século XIX, como uma forma de nostalgia de um passado idealizado, no qual o progresso, a urbanidade e a civilidade supostamente haviam impedido em Goiás durante o auge da mineração, especialmente na segunda metade do século XVIII, teve-se um olhar que se versou para o passado. Isto é, o conceito de decadência, aplicado à autoimagem do goiano (e, principalmente, daqueles que passaram por Goiás durante o século XIX)

1 Doutor em História em regime de dupla-titulação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pela Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt (Alemanha). É professor efetivo do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

resulta num olhar que prioriza o passado em relação ao presente. Todavia, o início do século XX trouxe para Goiás outro conceito que mudou radicalmente o olhar goiano sobre sua posição no tempo. O desejo de modernização do sertão, de atualização temporal de Goiás em relação ao litoral brasileiro e ao modelo europeu, trouxe na ideia de “atraso” uma mudança de olhar do passado para o futuro. Nos termos cunhados por Reinhart Koselleck, trata-se de uma mudança de foco do “campo de experiências” para o “horizonte de expectativas” (KOSELLECK, 2012).

Isso significa que, para além das mudanças políticas, culturais, sociais e religiosas que a passagem do século XIX para o XX (e, com ele, da instauração da primeira fase da República brasileira) trouxe para Goiás, houve no sertão goiano um impacto que não pode ser mensurado somente pelas transformações estruturais do Estado. Em termos dos paradigmas acima referidos, os esforços da construção da estrada de ferro, da modernização econômica pela produção para exportação, da modernização urbana e tecnológica empreendida por Francisco Ayres da Silva no Norte Goiano, e pelos missionários redentoristas no Sul, dentre outras, levaram Goiás a repensar sua forma de se autoconceber no tempo, não mais como um “Estado decadente”, que olha para o passado como uma glória perdida, mas como um “Estado atrasado”, que vê nas expectativas de futuro a aceleração temporal necessária para alcançar os verdadeiros trilhos do progresso. O início da modernização de Goiás na Primeira República, portanto, impactou muito mais profundamente o Estado do que estamos acostumados a conceber.

Nesta direção, o presente capítulo tem por propósito apresentar um panorama geral de Goiás durante a chamada Primeira República (1889-1930), de modo a compreendermos a importância que as transformações políticas, sociais, culturais, econômicas e religiosas trouxeram para a história do Estado. Para além daquilo que estamos acostumados a ouvir desse período, isto é, a suposta inércia e isolamento que Goiás teria vivido até a Marcha para o Oeste na década de 1930, nossa proposta é demonstrar, por um lado, a dinamicidade histórica de Goiás durante este recorte político-temporal, e, por outro, o modo como o germe da modernidade em Goiás durante a Primeira República impactou na superação da sua mentalidade de “decadência”; algo crucial para o modo como o Estado se portaria nas décadas que sucedem nosso recorte.

Aspectos políticos: a república e o coronelismo goiano, dos Bulhões aos Caiado

Parafrazeando Aristides Lobo, destacada no livro *Os bestializados*, de José Murilo de Carvalho, Maria Augusta de Sant'anna Moraes, ao analisar a Proclamação da República em Goiás, afirma que o povo goiano, “completamente alheio a este movimento revolucionário, assistiu bestializado à transformação do regime e aderiu sem protestos à República” (MORAES, 1974, p. 114). De fato, quando analisamos a historiografia sobre o assunto, percebemos uma significativa ausência de protestos, pelo menos em nível coletivo, contra o novo regime político implantado. Isso não significa, porém, que, de um modo ou de outro, a população goiana não tenha sentido os impactos dessa mudança.

Sobre isso, um interessante exemplo nos serve bem para analisarmos a reação popular ao fim da monarquia em Goiás. Em 1900, mais de uma década, portanto, da Proclamação da República, uma liderança política local de Barro Preto (atual Trindade) conhecida por Coronel Anacleto desafiou a autoridade do bispo Dom Eduardo Duarte Silva, quando este tentou interditar a festa do Divino Pai Eterno em decorrência de conflitos entre os interesses leigos e eclesiásticos. Na ocasião, Anacleto, segundo relata Dom Eduardo em sua autobiografia, autoproclamou-se bispo, expulsou a Congregação Redentorista do Santuário e retornou a festa à sua data de origem, que tinha sido alterada pelo prelado. A justificativa usada pelo coronel para se autoatribuir tal legitimidade está justamente no regime republicano, conforme Dom Eduardo relata sobre o diálogo entre eles durante o enfrentamento:

Quem é o senhor que me fala com tanta autoridade? Perguntei. Sou o Coronel Anacleto, católico, apostólico, mas não Romano. [...] Pois então o que pretendem se não Católicos Romanos, quando eu o sou, os Padres o são, o povo o é, e este Santuário é de Católicos Romanos? Qual nada, contestou o Anacleto, estamos em República e quem governa é o povo, e o povo há de fazer como e quando quiser; eu é que hei de administrar as rendas da Romaria, e não estes frades estrangeiros. (SILVA, 2007, p. 162).

Esse diálogo, do qual, segundo o bispo, quase decorreu uma tragédia, demonstra bastante bem o modo como a alteração do regime político

no Brasil não passou ao largo do povo goiano. Ainda que a concepção de Anacleto sobre a República fosse destoante da implantada no País, o fato de ele se contrapor à Igreja Católica, valendo-se do liberalismo anticlerical, demonstra como a Primeira República foi, de fato, uma época de transformações que não podem ser resumidas às estruturas políticas, econômicas e sociais de Goiás.

Anacleto pertencia a uma estrutura político-social do período a que a historiografia se acostumou a chamar de “coronelismo²”. Ainda que o modelo coronelístico em Goiás não tenha nascido com o advento da República, o fato é que essa forma de organização política desencadeou uma maneira diferente de se relacionar com o poder, trazendo para o cenário regional a disputa entre diferentes oligarquias, que, atreladas às disputas entre conservadorismo e liberalismo de nível global, fizeram de Goiás mais um campo de disputa pela hegemonia política de grupos que outrora apenas sombreavam o poder.

É o caso dos Bulhões. Liberais e, por isso, abolicionistas, anticlericais e maçons, os Bulhões estiveram presentes na vida política de Goiás desde meados do século XIX, mas tiveram sua ascensão de fato, como principal grupo oligárquico na política estadual, a partir de 18 de julho de 1892, quando os interventores de Deodoro da Fonseca caíram a partir da ascensão de Floriano Peixoto em nível nacional. Seu domínio foi interrompido apenas pelo período em que José Xavier de Almeida, amparando-se no “capitalista” Hermenegildo Lopes de Moraes, dono da maior fortuna de Goiás (OLIVEIRA, 2006), traiu seus padrinhos políticos entre 1902 e 1909 (VAZ, 1997, p. 156). No pleito desse ano, Xavier de Almeida obteve importantes vitórias decorrentes de bons resultados políticos e econômicos de seu governo, mas, devido a sua autoindicação para o Senado Federal, formou-se contra ele uma coligação de nomes que incluíam Gonzaga Jaime, Antônio Ramos Caiado, Braz Abrantes, Sebastião Fleury Curado e José Leopoldo de Bulhões, resultando no golpe de Estado liderado por José Leopoldo em 1º de maio de 1909. O retorno dos Bulhões ao poder, todavia, durou somente até 1912, quando,

2 A produção historiográfica goiana sobre o coronelismo teve uma grande contribuição intelectual feminina, destacando-se: Maria Augusta Sant’Anna de Moraes, Dalísia Doles, Lena Castello Branco, Maria Luiza Rosa, Ana Lúcia da Silva, Maria Cristina Machado. Além delas, temos os nomes de Barsanufu Gomides Borges, Nars Fayad Chaul, Itami Campos, Eron Menezes de Amorim, dentre outros.

por força da política salvacionista do militar e presidente da República Hermes da Fonseca, o então presidente do Estado, Olegário Pinto, foi obrigado a entregar o poder ao coronel reformado Eugênio Rodrigues Jardim. Em linhas gerais, Hermes da Fonseca retaliou Leopoldo de Bulhões – que permanecera ainda como senador até 1918 – por este não o ter apoiado no pleito de 1910 entre ele e Rui Barbosa para a presidência da República. (GOMES, 2019, p. 106).

Por fim, divergências entre Urbano de Gouvêa e Antônio Ramos Caiado levaram a uma cisão no Partido Democrata, debilitando de vez o poder político de Leopoldo de Bulhões, que nunca mais se reestabeleceu.

A hegemonia política mantida pela oligarquia dos Bulhões foi definitivamente substituída pelos Caiado, família que passa a exercer fortemente o poder em Goiás, a partir de 1912. Segundo Miriam Bianca:

Nesse período figuravam os quatro irmãos – Antônio Ramos Caiado, Arnulfo Ramos Caiado, Leão di Ramos Caiado e Brasil di Ramos Caiado –, filhos de Torquato Ramos Caiado e netos do tenente-coronel e senador da República Antônio José Caiado. A esse tronco familiar estavam unidos, pelo casamento, quatro irmãos da família Alves de Castro – João Alves de Castro, Abílio Alves de Castro, Joviano Alves de Castro e Agenor Alves de Castro – que ocuparam cargos ao longo de todo o período, além de Eugênio Jardim, também casado na família Caiado e já protagonista do cenário político. (BIANCA, 2003, p. 16).

O poder dos Caiado prevaleceu em Goiás até a getulista “Revolução de 1930”, vencedora graças à força militar do mineiro Quintino Vargas, que possibilitou a posse de Pedro Ludovico ao Palácio Conde dos Arcos, na Cidade de Goiás.

Em resumo, a história política de Goiás na Primeira República tem como maior expressão, como em boa parte do restante do país, os conflitos oligárquicos permitidos pelo novo regime estabelecido. Para além disso, é preciso ter clareza da dinâmica política aqui empregada. Não se tratava simplesmente do exercício do poder por meio da violência, ainda que essa tenha sido uma marca do período, como demonstra o conflito entre os Caiado e os Wolney (OLIVEIRA, 2016). O tabuleiro político de Goiás foi marcado, entre 1889 e 1930, pelas relações de confiança e traição, cujos

resultados alteraram a balança de poder, sem contudo modificar o formato oligárquico sob o qual estavam submetidas todas as peças desse xadrez.

A participação política de Goiás na Primeira República, especialmente por meio de atuações expressivas de políticos como José Leopoldo de Bulhões, Americano do Brasil, Francisco Ayres da Silva, dentre outros, demonstra o quanto a tese de que Goiás estava marginalizado e isolado politicamente carece de revisão. Ainda que as principais decisões políticas do País não passassem pelas mãos goianas e que economicamente Goiás estivesse afastado dos grandes centros produtores e industriais do País, é preciso notarmos que o engajamento político de alguns vultos de Goiás na Primeira República, especialmente sob o discurso de superação do “atraso” (e não mais da “decadência”), tem ainda muito a nos dizer sobre a maneira como o Estado participou da vida política nacional.

Aspectos socioeconômicos: a modernização de Goiás e suas consequências

Um dos consensos historiográficos sobre Goiás na Primeira República é que sua economia não representava um peso expressivo na produção e/ou exportação nacionais. Mais do que isso, o Estado parecia estar afastado dos grandes centros do País por não possuir grande produção para exportação, e, principalmente, por não possuir meios para escoar essa produção até os principais portos do País.

As razões desse “atraso” econômico não são consensuais na historiografia goiana. Autores como Itami Campos (1987) e Barsanufu Borges (1990) defenderam que a elite socioeconômica de Goiás teria apostado na manutenção do isolamento e atraso como ferramenta de poder. Para Borges, por exemplo,

os coronéis, contrários a qualquer tipo de mudança de caráter progressista, não queriam a estrada de ferro, pois ela representaria uma força nova de transformação que poderia ameaçar o *status quo*, ou seja, o poder constituído dos coronéis. A manutenção do atraso era também uma forma de manter a dominação. (BORGES, 1990, p. 55).

Já no início do século atual, autores como Nars Fayad Chaul (2001) passaram a revisar esses argumentos. Eliézer Cardoso de Oliveira endossa os questionamentos de Chaul afirmando que:

Essa ideia da clarividência das elites dominantes em manter a dominação pelo atraso parece ser bastante questionável. O presidente do Estado, em 1900, um representante dessas elites, mostrou bastante interesse na chegada da estrada de ferro: “Compenetrado da necessidade de trazer, ao menos, às raias do Estado, uma linha férrea, tenho empenhado todos os meus esforços nestes sentidos.” (OLIVEIRA, 2006, p. 129, nota 203).

A nós, entretanto, os argumentos de que a “elite” goiana desejaria a manutenção do atraso durante a Primeira República parecem igualmente insustentáveis, pelo menos, por duas razões: por um lado, a restrição de “elite goiana” aqui apenas a partir do aspecto político parece-nos bastante limitado. Ainda que Campos (1987) e Borges (1990) possam ter encontrado um ou outro elemento para sustentar que parte da classe política goiana não se esforçara pelo progresso e modernização do Estado, não é difícil encontrarmos nesta mesma classe política aqueles que investiram justamente no oposto, como foi o caso do Major Henrique Silva, Antônio Americano do Brasil, Francisco Ayres da Silva (NUNES, 2016), dentre outros. No meio eclesiástico, o missionário redentorista (congregação de grande influência política, social e religiosa em Goiás) João Batista Kiermeier investiu expressivos esforços na modernização de Campinas, quando foi superior do convento ali instalado (com transporte, telégrafos, eletricidade, saneamento, dentre outros), chegando a intentar trazer para a região um avião, ainda na década de 1920, para ajudar nas missões religiosas (GOMES FILHO, 2018b). Além dele, até mesmo Dom Emanuel Gomes de Oliveira, bispo de Goiás entre 1923 e 1955, investiu todo seu capital político na modernização de Bonfim (atual Silvânia), tanto na urbanização quanto no saneamento, chegando a influenciar na passagem da estrada de ferro pela região (GOMES, 2019). Enfim, dentre muitos outros exemplos possíveis, não nos parece haver razão para inserir na “elite goiana” somente figuras que pouco ou nada fizeram pela modernização de Goiás.

Por outro lado, a modernização do Estado de Goiás, especialmente por meio do transporte e comunicações, representou um avanço econômico sobre o qual não parece ter havido contestações ou resistências, pelo menos por meio da imprensa ou documentos oficiais. Antes, diversos meios

de comunicação expressavam esta ansiedade e esperança pela transformação do cenário socioeconômico goiano rumo àquilo que se considerava o modelo no litoral, se não no aspecto moral, pelo menos no aspecto técnico, como expressou os editores do jornal *Santuário da Trindade*, em 1º de julho de 1924: “Que falta pois a Goyaz? A estrada de ferro e a estrada de rodagem. Com ella tudo virá por si: virá o braço do colono, virão as machinas, virá o capital, virão as grandes empresas e iniciativas, virá a coragem, a recompensa do trabalho” (FERREIRA, 1 jun. 1924).

No que tange especificamente aos meios de transporte, segundo Eliézer Cardoso de Oliveira (2006, p. 164-165):

De fato, a chegada da ferrovia ao território goiano em 1914 e o aumento da demanda por produtos agropecuários causado pela Grande Guerra provocaram uma importante dinamização da economia, notadamente do Sudoeste do Estado. Isso fez com que, pela primeira vez nos últimos 150 anos, as receitas fiscais do Estado fossem expressamente positivas. Além disso, “os grandes saltos orçamentários do período 1910-20 permitiam que se fossem rasgando estradas de rodagem, em busca do terminal da ferrovia”. (BERTRAN, 1978: 102). O automóvel e o trem-de-ferro, juntos, foram responsáveis pela “reintegração de Goiás à economia nacional”. (Idem, 103).

Até mesmo a arrecadação da Igreja Católica aumentou impulsionada pela modernização dos transportes pela ferrovia, sendo que muitos padres enviaram para o bispo valores muito superiores ao mínimo de 200\$000, alguns chegando, no ano de 1926, ao valor de 1:000\$000 (VAZ, 1997, p. 228).

Esta simbolização da estrada de ferro como precursora da modernidade goiana se deu porque ela rompeu de vez a imagem de um “Goiás isolado” dos trilhos do progresso que irradiava desde o Centro-sul do Brasil. Todavia, além do significativo crescimento econômico do Estado, advindo da escoação da produção agrícola e pecuária, as estradas de ferro e rodovias traçadas em Goiás trouxeram consigo uma expressiva leva de imigrantes, advindos especialmente do Centro-sul do País em busca de terras baratas para se fixarem. Os imigrantes diminuía o déficit populacional de Goiás e propiciavam aos goianos a sensação de que seu Estado, antes em isolamento e atraso, era visto como lugar de esperança de futuro, mesmo para aqueles que teriam vindo de lugares progressistas.

Por outro lado, a estrada de ferro e o rompimento desse suposto “isolamento” de Goiás dos grandes centros urbanos e socioeconômicos do País trouxeram consigo outras consequências nem sempre tão promissoras e agradáveis. Segundo Eliézer Cardoso de Oliveira (2006, p. 141):

As epidemias de varíola e a gripe espanhola demonstraram o paradoxo do progresso. Durante todo o século XIX, a elite política vivia obcecada com o medo da varíola, enquanto o restante da população desdenhava da vacinação. Mas foi, justamente, no início do século XX, quando melhoraram as vias de comunicação de Goiás com os outros Estados e aumentou a população, que se intensificaram as epidemias de varíola. Quanto à gripe espanhola, é possível que ela atingisse Goiás de qualquer forma, mas o fato de atingir com mais intensidade a cidade de Ipameri – a cidade dinâmica da estrada de ferro – é demonstrativo dos riscos trazidos com o progresso.

Além das doenças, Oliveira ainda ressalta outras tragédias que foram frutos diretos do que ele chamou de “paradoxo do progresso”, como o caso da “Chacina dos Turmeiros”, um conflito entre os trabalhadores da estrada de ferro e a polícia de Catalão, em fevereiro de 1916, que teve repercussão nacional.

Nesse sentido, é importante termos em mente a relevância singular do processo de modernização em Goiás durante a Primeira República como um dos mais importantes pontos de inflexão da história goiana, uma vez que, do ponto de vista socioeconômico, o rompimento do suposto “isolamento” de Goiás dos grandes centros urbanos do País levou o Estado não somente a se enriquecer economicamente, mas a crescer demograficamente com as levas migratórias, o que foi fundamental para a constituição do “Goiás moderno”. Já do ponto de vista da “mentalidade”, o processo de modernização em Goiás, em todos os seus níveis, contribuiu para a superação do paradigma da decadência, já bastante discutido na historiografia goiana pelo paradigma do atraso (CHAUL, 2001).

Assim, na década de 1920 em diante, a elite goiana se portaria de modo diferente, não apenas diante do País, mas igualmente de si mesma, almejando mais um horizonte de expectativas de progresso do que um espaço de experiências de decadência. Por outro lado, é necessário reforçarmos que a modernização de Goiás na Primeira República, diferentemente do período ludoviquista, não foi de fato um projeto de Estado, mas de atores

isolados (políticos, religiosos etc.) que, a partir de experiências pessoais no litoral e no exterior, traziam para Goiás uma perspectiva de futuro em tudo diferente de seu presente e passado.

Santa Dica e a encruzilhada do “Goiás moderno”

Um dos mais importantes e profundos dilemas da modernidade tem a ver com sua relação com o passado. Reinhart Koselleck (2012, p. 314) definiu a modernidade como um período histórico em que passado e futuro (ou “espaço de experiências” e “horizonte de expectativas”) se tornam cada vez mais radicalmente distantes e distintos. Isso significa que, se partirmos da concepção de Koselleck, a modernidade representa necessariamente um rompimento com o passado e suas tradições em prol de um futuro cada vez mais radicalmente distinto daquilo que a sociedade e seus indivíduos já experimentaram até então. A consequência disso é o “mal-estar” em relação às tradições, costumes e toda a herança que se carrega do campo de experiências em relação às incertezas do que o futuro trará.

Nesse aspecto, a religião é sem dúvidas um dos campos mais afetados pela modernidade. Sem adentrarmos no rico campo de discussões sobre essa relação entre religião e o mundo moderno, é importante ressaltarmos quão ambígua foi a relação das denominações religiosas presentes em Goiás durante a Primeira República com o processo de modernização. Em linhas gerais, é possível dizermos que o catolicismo no Brasil, por um lado,

foi marcado pela permanência da aversão aos valores modernos (tidos como laxismo e perversão dos valores tradicionais cristãos), mas, por outro, pela adequação do discurso católico em favor das transformações técnicas e culturais da modernidade, apropriando-se de termos como “progresso”, “moderno” e “modernização” (bem como de ideais modernos, como o nacionalismo) numa espécie de contrafação católica da modernidade triunfante, o que permitiu à Igreja Católica não apenas aliar-se definitivamente com o Estado republicano, mas também garantir sua hegemonia política e religiosa no País. (Gomes Filho, 2018, p. 200).

Em Goiás, ao passo que a Igreja Católica, especialmente por meio da congregação redentorista, tornou-se uma das principais promotoras do progresso e da modernização, ela foi um dos principais bastiões conservadores contra os valores modernos. Para tanto, a estratégia traçada pelo clero para essa “contrafação” da modernidade foi travestir-se de ideais modernos para, por meio deles, garantir sua hegemonia e sua legitimidade religiosa. Tais ideais podem ser resumidos principalmente no nacionalismo, no progresso e na ciência (GOMES FILHO, 2018).

Para o que propomos apresentar brevemente neste tópico, interessa-nos sobretudo o argumento científico. Em meio à contestação do catolicismo, em nível global, como uma religião antimoderna e, portanto, obsoleta e fazendo parte do passado superado pela modernidade (GOMES FILHO, 2019), a Igreja Católica, no século XX, investiu particularmente no discurso nacionalista e científico contra seus principais adversários, respectivamente o protestantismo e o espiritismo. Na rebarba dessa investida católica, a religiosidade popular, naquilo que representasse uma “crendice não institucional”, acabou por ser igualmente atacada no afã de se projetar o catolicismo como uma religião “racional” (GOMES FILHO, 2014; GRAUS, 2019).

Nesse contexto, coincidiu, na década de 1920, essa estratégia da Igreja Católica com o surgimento do mais importante movimento de caráter messiânico da história de Goiás. Tal movimento começou em 1923, quando uma jovem de nome Benedita Cypriano Gomes, conhecida por “Santa Dica”, deu início a um ajuntamento de casas e pessoas na fazenda Monzodó, na região de Pirenópolis, atraídas pelos supostos poderes mediúnicos da jovem, que dizia conversar com os anjos e, posteriormente, desenvolveu um conjunto de ritos, crenças e doutrinas com aspectos messiânicos e milenaristas (VASCONCELOS, 1991; GOMES FILHO, 2017).

Em linhas bastante gerais, cabe destacar que Santa Dica enfrentou a tentativa de controle político, social, sexual e religioso de sua época, criando uma espécie de “nova religião” com base no catolicismo popular e no espiritismo, por meio da qual afirmava que era capaz de conferenciar com anjos. Dica proclamou profecias, batizou, casou e crismou centenas de pessoas e congregou cerca de 500 habitantes na sua comunidade, localizada onde hoje é o distrito de Lagolândia. O desfecho trágico do seu movimento foi a condenação da Igreja, por meio dos redentoristas e seu jornal *Santuário da Trindade*, a perseguição de coronéis locais por causa da sua defesa da posse coletiva da terra e a invasão de seu reduto, em outubro de

1925, e pela força pública estadual: uma chacina que ficou conhecida como “Dia do Fogo”. Foragida, dias depois da invasão do seu reduto, Benedita se entregou, sendo presa e condenada criminalmente sob acusação de “prática de espiritismo, magia e seus sortilégios”.

Aqui precisamente reside um aspecto importante da rica história de Santa Dica sobre o qual vale a pena refletir. Quando analisamos tanto o processo-crime contra Dica quanto as matérias dos meios de comunicação que cobriram o caso, percebemos um discurso comum: combatia-se não somente uma agitação político-social, ou mesmo uma adversária da hegemonia católica. Antes, o que estava principalmente em jogo (pelo menos em nível de discurso) era a imagem de “atraso” imputada a Goiás, pelo fato de o povo supostamente crer em elementos que não faziam mais parte do mundo moderno. Acreditar no curandeirismo em vez da medicina, na magia em vez da ciência, e, paradoxalmente, na superstição em vez da “verdadeira religião” colocava o Estado de Goiás, nas palavras, à época, dos editores do jornal *Santuário da Trindade*, “no rol das tribos selvéticas que acreditam em feitiçarias e bruxas e nós teremos que engulir a pílula porque os próprios goyanos deram a mão à palmatória” (FERREIRA, 5 set. 1925).

Em todo caso, ao final do inquérito aberto em 1925, Dica foi condenada, mas, no ano seguinte, foi absolvida em segunda instância. Dica ficou famosa em todo o País, chegando a ser recebida pela Federação Espírita do Brasil, no Rio de Janeiro, e pintada por Tarsila do Amaral, durante uma breve passagem por São Paulo em 1926. Após 1930, tornou-se uma figura influente por um curto período em Pirenópolis e chegou a comandar uma tropa de soldados, a pedido de Pedro Ludovico Teixeira, para combater os paulistas na Revolução Constitucionalista de 1932. Morreu em Goiânia, em 1970, sendo o período final da sua vida pouco conhecido pela historiografia.

Aspectos intelectuais de Goiás na primeira república

A historiografia goiana, enquanto uma produção profissional e sistematicamente ligada à produção acadêmica, não esteve presente em Goiás até meados da década de 1960 (SILVA, 2015). Todavia, houve muitos esforços para produzir narrativas históricas sobre Goiás empreendidos ao longo dos séculos. Da narrativa do Alferes José Peixoto da Silva Braga sobre a bandeira do Anhanguera à literatura e poesia de Hugo de Carvalho

Ramos, diversas tentativas de narração da cultura, história e tradições goianas foram empreendidas por outros intelectuais, como Henrique Silva, Antônio Americano do Brasil, Vitor de Carvalho Ramos, Francisco Ayres Silva, Colemar Natal e Silva e o Padre Francisco Wand. Sobre eles, afirma Rogério Chaves da Silva (2015, p. 120):

Seja pelo gosto que cultivavam pelas letras, ou pelo apego à erudição, ou para a satisfação de fins pessoais (e) ou políticos (no sentido amplo do termo), ou em nome da concretização de um ideal (ou por essas razões em conjunto), narrar os fenômenos históricos ocorridos nas latitudes goianas era uma tarefa que fazia parte da vivência intelectual desses homens letrados.

Esta produção intelectual sobre a cultura e história regionais, todavia, estava ligada a um movimento e ideário maior, que, em nível nacional, despontava da necessidade de estabelecimento, por um lado, da identidade nacional (muitas vezes submetida a tendências regionais, como os sertanistas, indigenistas, ou ainda o ufanismo brasileiro) e, por outro, ao itinerário de modernização do País e, conseqüentemente, de superação do atraso nacional. Assim, “a ideia de um ‘Brasil moderno’ passou a ser considerada peça chave nas reflexões produzidas tanto pelos diferentes saberes (como a Medicina, Engenharia, Educação e Direito, dentre outros) quanto por alguns movimentos estéticos, sobretudo o modernista” (SILVA, 2015, p. 127).

Essa discussão em Goiás ganhou corpo especialmente a partir da formação da intelectualidade goiana nos grandes centros culturais do País, notadamente no litoral fluminense ou no Estado de São Paulo. Esse processo, em contrapartida, foi um dos grandes impulsionadores da mudança do “paradigma da decadência” para o “paradigma do atraso”, uma vez que a vivência em Estados da federação “mais avançados” em termos de progresso urbano, industrial, tecnológico e intelectual que Goiás produziram, nesses intelectuais, um mal-estar próprio da modernidade que, em última instância, é temporal. Ou seja, trata-se de uma

[...] inquietação de inserir seu estado, sua gente, a um projeto de nação que vinha se desenhando desde as primeiras décadas do século XX. Goianos como Henrique Silva, Americano do Brasil, Hugo e Vitor de Carvalho Ramos, Colemar Natal e Silva, formados em diferentes áreas do conhecimento e instituições, foram se unindo, político-intelectualmente falando,

em torno de um intento comum: a integração de Goiás a esse projeto de nação moderna. (Silva, 2015, p. 129).

Um dos principais investimentos intelectuais práticos para a concretização desse projeto durante a Primeira República foi a fundação da revista *A Informação Goyana*, editada no Rio de Janeiro pelo Major Henrique Silva, entre 1917 e 1935, cujo subtítulo já trazia em seu bojo o intento de modernização de Goiás: “Revista mensal, ilustrada e informativa das potencialidades do Brazil Central.” Essa ideia de “potencialidades” remete justamente àquilo que Koselleck chamou de “horizonte de expectativas”, ou seja, “aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado. [...] é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto” (KOSELLECK, 2012, p. 310-311). Assim,

Vivenciando toda essa efervescência cientificista e essas discussões em torno da constituição de uma identidade genuinamente nacional, esses militares, médicos, advogados, poetas, literatos e políticos goianos fizeram de suas penas um instrumento de defesa e de difusão das potencialidades de um estado que, embora esquecido, “abandonado a sua sorte” pelo poder público federal, poderia muito contribuir com esse “Brasil moderno” que se configurava no discurso da elite intelectual do país. (Silva, 2015, p. 130).

É nesse sentido que postulamos aqui a importância de se perceber nesse movimento da intelectualidade goiana da Primeira República brasileira o início de um processo que culminaria, a partir da década de 1920, na integração de Goiás ao processo modernizador brasileiro. A construção de Goiânia, ainda que seja de indiscutível importância nesse processo, foi mais uma consequência de um período anterior de anseio por modernização do que de fato a “verdadeira” causa do progresso goiano, como se apenas o discurso mudancista e as ações de Pedro Ludovico Teixeira tivessem de fato esse intento.

O que defendemos aqui, portanto, é a necessidade de olharmos o período da Primeira República em Goiás como o momento de transição entre os paradigmas da “decadência” para o “atraso”, necessário inclusive para o despertar dos anseios pela “mudança” que balizaram os discursos de modernização do período ludoviquista. Ações modernizadoras como a dos

missionários redentoristas no sul (GOMES FILHO, 2018), de políticos do Norte Goiano (NUNES, 2016), ou mesmo do próprio governo na capital ao longo de toda a Primeira República, bem como as próprias expressões desses anseios na construção da estrada de ferro, ou na produção intelectual goiana, são indícios importantíssimos dessa mudança de paradigma que veio a concretizar-se com a mudança da capital e todo o discurso mudancista que veremos nos capítulos posteriores desta obra. Esta mudança, sobretudo de foco temporal, do passado para o futuro, da decadência para o atraso, das “experiências” para as “expectativas”, é a chave para compreendermos as raízes da modernização e modernidade goianas ainda na Primeira República brasileira.

Referências

- BIANCA, Miriam. *Família e poder em Goiás*. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.
- BORGES, Gomides. *O Despertar dos Dormentes*. Estudos sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1902-1922. Goiânia: Ed. da UFG, 1990.
- CAMPOS, Itami. *O coronelismo em Goiás*. Goiânia: UFG, 1987.
- CHAUL, Nars Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. da UFG, 2001.
- FERREIRA, Padre. José Lopes. *Goyaz e sua posição futura na federação*. *Santuário da Trindade*, Ano 3, n. 65. Campinas-GO, 1 jul. 1924, p. 4.
- FERREIRA, Padre José Lopes. “Na Brecha”. *Santuário da Trindade*. Ano 4, n. 123. Campinas – GO, 05 set. 1925.
- GRAUS, Andrea. *Ciencia y espiritismo en España (1880-1930)*. Granada (Espanha): Comares Historia, 2019.
- GOMES FILHO, Robson. *Entre a loucura e o demoníaco: o discurso contra o espiritismo nas linhas do jornal Santuário da Trindade em Goiás na década de 1920*. *Revista de História Regional*. Vol. 19, n. 1, 2014.
- GOMES FILHO, Robson. *Carisma, legitimidade e dominação religiosa: Santa Dica e a Congregação Redentorista em Goiás (1923-1925)*. Curitiba (PR): Prismas, 2017.
- GOMES FILHO, Robson. *Os missionários redentoristas alemães e as expectativas de progresso e modernização em Goiás (Brasil, 1894-1930)*. Tese (doutorado em História em regime de dupla titulação). Volume 2. Niterói (RJ): Instituto de História da Universidade Federal Fluminense; Eichstätt (BY, Alemanha): Geschichts – und Gesellschaftswissenschaftsfakultät bei der Katholische Universität Eichstätt-Ingostadt, 2018

GOMES FILHO, Robson. *Johann Baptist Kiermeier: Entre o Catolicismo e a Modernidade em Goiás no Início do Século 20*. Revista Expedições. Vol. 9, n. 4, set./dez., 2018b.

GOMES FILHO, Robson. *Kulturkampf: a Igreja Católica e a construção da modernidade e nação alemã no século XIX*. Curitiba (PR): CRV, 2019.

GOMES FILHO, Robson; XAVIER, Joelma Eliz Alves. *Protestantismo vs. catolicismo: o conflito religioso em Goiás e a fundação da cidade de Cristianópolis*. Revista Nós: cultura, estética e linguagens. Vol. 5, n. 01, 2020.

GOMES, Vanessa Carnieli Ramos. *Entre a Igreja e o Estado: Dom Emanuel Gomes de Oliveira e a Educação em Goiás (1923-1955)*. Tese (Doutorado em Educação). Uberlândia (MG): Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

MORAES, Maria Augusta Sant'anna. *História de uma Oligarquia: os Bulhões*. Goiânia: Oriente, 1974.

NUNES, Radamés Vieira. *Francisco Ayres, lembranças de um porvir: Porto Nacional e a modernização no norte de Goyaz*. Tese (doutorado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, 2016.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. *As representações do medo e das catástrofes em Goiás*. Brasília, DF, Tese (doutoramento em sociologia), UnB, 2006.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. *A construção da riqueza no sul de Goiás (1835-1910)*. Tese (Doutorado em História). Franca (SP): Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, 2006.

SANTUÁRIO DA TRINDADE (Jornal). Campininha das Flores (GO). 1922-1925. Coleção Convento Santo Afonso (Goiânia – GO).

SILVA, Dom Eduardo Duarte da. *Passagens: autobiografia de Dom Eduardo Duarte Silva, Bispo de Goyaz*. Goiânia (GO): Editora da UCG, 2007.

SILVA, Rogério Chaves da. *Reflexões sobre o “fazer histórico”*: Uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990). Tese (Doutorado em História). Goiânia: Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, 2015.

VASCONCELLOS, Lauro de. *Santa Dica: Encantamento do Mundo ou Coisa do Povo*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

VAZ, Ronaldo Ferreira. *Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997.

VELOSO, Airton. *Os primórdios do Espiritismo em Goiás*. Goiânia: FEEGO, 2010.

Capítulo 12

GOIÁS: CORONELISMO E MANDONISMO

A presença do 'coronel' na política regional

F. Itami Campos¹

A “República dos Coronéis” (1889-1930)

A proclamação da República em 1889 pouco alterou as condições socioeconômicas da sociedade brasileira. A libertação dos escravos, contudo, pouco contribuiu para resolver a carência de mão de obra. A alternativa, em andamento, era a mão-de-obra do imigrante estrangeiro.

A República por sua vez colocou em pauta algumas temáticas que tiveram importante desdobramento. A questão federalista, reivindicação presente em diversos momentos do Império, foi consignada na Constituição de 1891, autonomizando os estados da Federação. (CARONE, 1972, p. 250).

O federalismo e a maior autonomia dos grupos políticos nos Estados tiveram como consequência o fortalecimento das oligarquias, bem como a crescente presença do coronel na política brasileira. Com os governos civis, após o fim dos governos militares (1894), arranjo político proposto pelos dirigentes federais vai permitir a formação de governos estaduais tendo por base uma estrutura familiar e patriarcal. Assim, no país como um todo,

1 Doutor em Ciência Política, USP. Professor Titular, aposentado, UFG. Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, Universidade Evangélica de Anápolis. Bolsista Funadesp/UniEVANGÉLICA.

tem-se a formação de grupos oligárquicos que comandam e dominam os Estados, ao mesmo tempo em que se estabelece uma articulação com o ‘mandonismo local’ que vai estar presente, via dominação dos ‘coronéis’, nos municípios.

Campos Sales (1898-1902) estabeleceu algumas diretrizes políticas que denominou ‘Política dos Estados’, conhecidas como ‘Política dos Governadores’, que objetivavam controlar as oposições, dando ao presidente da República a chefia da política nacional. Essa política institucionaliza o sistema oligárquico numa articulação entre os grupos dirigentes estaduais (oligarquias) e os dirigentes locais (coronéis), num pacto de poder. (Quadros; Franco, 1967, p. 103).

As bases do pacto de poder oligárquico, estabelecidas por Campos Sales, eram: 1. Independência entre os Poderes, mas preeminência da Presidência da República; 2. O Congresso não governa e nem administra (apoia as diretrizes políticas propostas pela Presidência da República, daí ser importante obter apoio da maioria no Parlamento); 3. Para obter maioria parlamentar era importante o papel das chefias estaduais (oligarquias). Era necessário reconhecer a legitimidade das maiorias estaduais. O Governo Federal não apoia dissidências estaduais; 4. Reconhecimento das atas eleitorais. A Comissão de Verificação de Poderes da Câmara Federal, dirigida pelo presidente da Câmara (da última legislatura), resolveria os impasses sobre as atas eleitorais, apoiando as indicações das chefias estaduais.

Na complementação da política dos governadores tem-se o arranjo de poder a nível estadual. A oligarquia que controla o Governo Estadual estabelece um acordo com os ‘coronéis’, chefes políticos locais. Assim, os ‘coronéis’ nos municípios passaram a ter o apoio dos governantes estaduais – a conhecida ‘carta branca’ que lhes davam condições de controlar a política local, bem como a força policial e os cargos públicos – devendo em troca votar nos candidatos indicados pelas oligarquias estaduais.

Esse arranjo de poder estabelecido pela política dos governadores vai estar presente em quase todos os momentos da política brasileira na República Velha (1889-1930). O revezamento de São Paulo e Minas Gerais na presidência da República, a conhecida política do ‘café com leite’, garante-se com o suporte às oligarquias nos diversos Estados da República.

A cidade, pelas condições que pode oferecer – saúde, educação, serviços diversos – tornou-se um elemento fundamental na dominação. Muitas têm origem na expansão da fazenda e no interesse do coronel de

controlar a população rural, com base no compadrio e na reciprocidade, na concessão de proteção e de alguns benefícios pelo apoio político e o importante voto. (CAMPOS, 1994).

O mandonismo na política regional

O Estado de Goiás, com seus 640 mil quilômetros quadrados, não pode ser visto, no início do século XX, como uma unidade econômica; as diferentes regiões goianas se interligavam com os Estados mais próximos. A integração, unidade estadual, vai ocorrer a partir da construção das capitais Goiânia e Brasília. A quantidade de estradas e de meios de comunicação dificultava a integração regional. Destaque-se que a partir das primeiras décadas do século XX, Goiás vai sendo integrado ao mercado nacional, tendo por base o crescimento da produção agrícola. (CAMPOS, 2012, p. 17-27)

Em 1920, Goiás tinha um território pouco povoado e o censo registra cerca de 512 mil habitantes – 0,7 habitante por quilômetro quadrado, o que demonstra o vazio demográfico do Estado. Caracterizado como Estado agrário, a população de Goiás reside, na quase totalidade, no campo. Somente quatro dos seus 49 municípios tinham mais de 20 mil habitantes. Além disso, a população estadual, em sua grande maioria (84,2%) era analfabeta (IBGE, CENSO, 1920).

A república e as oligarquias se estabelecem

No Estado de Goiás, semelhante aos demais Estados brasileiros, eram marcantes a presença e o domínio dos coronéis na política estadual e municipal, embora muitos coronéis não tivessem patentes, nem o reconhecimento da Guarda Nacional. Eram os grandes donos de terras, produtores rurais, mandões locais e assim reconhecidos pela oligarquia estadual.

Na gestão pública em todo Estado – Governo Estadual e Intendência Municipal – estavam presentes os coronéis e seus familiares, que se articulavam em diferentes funções administrativas e nos mandatos legislativos. No Estado, esses grupos políticos familiares, reconhecidos e apoiados pelo Governo da República, caracterizavam as oligarquias; nos municípios, por

sua vez, estavam presentes os coronéis, senhores proprietários de terras, que detinham o poder e mando na sua região.

No período entre 1889 e 1930, a historiografia registra alguns grupos familiares que, em épocas diferentes, controlaram o Governo e a política estadual. No espírito da política dos governadores, esta última incluía toda a representação política, tanto a federal quanto a estadual. Em Goiás a historiografia demarca quatro domínios oligárquicos, quais sejam: Bulhões-Jardim (1890 a 1903); Xavier/Lopes de Moraes (1904 a 1908); Bulhões/Jardim retorno (1909 a 1912); e, Caiado/Castro/Jardim (1913 a 1930).

No final do Império e início da República, a família 'Bulhões Jardim' destacou-se, sendo José Leopoldo de Bulhões Jardim reconhecido como principal liderança, com marcante presença na política nacional – deputado federal, senador da República e ministro de Estado. De 1890 a 1904, membros da sua família governaram o Estado e, através do Partido Republicano – Centro Republicano – controlavam a representação política, daí a denominação de oligarquia dos Bulhões, sendo importante destacar que o domínio se rearticula em 1909, mas em 1912 perde o poder.

Ligado aos Bulhões, José Xavier de Almeida é eleito presidente do Estado pelo Centro Republicano para governar Goiás de 1901 a 1905. Rompe com os seus aliados Bulhões-Jardim, ligando-se por casamento à família Lopes de Moraes, de Morrinhos, estabelecendo o domínio da política regional de 1904 a 1909, caracterizando a oligarquia Xavier-Lopes de Moraes.

A política econômica que Xavier de Almeida estabelece, tentando romper a forma patrimonial de gestão pública, fez com que grupos familiares que antes o apoiavam rompessem com ele. Articula-se um movimento armado envolvendo as famílias Bulhões, Caiado e Gonzaga Jaime que, em maio de 1909, depõem o governo xavierista, não sendo reconhecido o resultado das eleições estaduais de março de 1909. O grupo dissidente, inicialmente, denomina-se 'Oposição Republicana' e, em janeiro de 1909, forma o Partido Democrata.

Em julho, Urbano Coelho de Gouvêa, cunhado de Leopoldo de Bulhões, assume o Governo do Estado. Os aliados de Xavier de Almeida são exonerados. Políticos eleitos pela legenda do Partido Republicano Federal, xavierista, foram depurados e não tiveram o mandato reconhecidos. (CAMPOS, 2005, p. 88-91).

Em 1912, a política regional é rearticulada. Com apoio federal na conhecida salvação nacional, o coronel Eugênio Rodrigues Jardim, ligado

à família Caiado por casamento, recebe carta branca para reorganizar a política em Goiás. O Partido Democrata foi reestruturado com exclusão de alguns integrantes. Daí os Bulhões, Jaymes e outros aliados organizarem o Partido Republicano, tornando-se oposição.

As disputas políticas e problemas regionais levam ao “Acordo de 1916” em que o presidente da República Wenceslau Braz, por articulação do seu ex-colega de faculdade Hermenegildo Lopes de Moraes Filho, reúne as lideranças goianas, estabelecendo um *modus operandi* político, garantindo à oposição um terço de mandatos federais e estaduais.

Embora o ‘Acordo’ tivesse em andamento, a eleição de João Alves de Castro para governar o Estado, nos anos 1917 e 1921, reforça o clã Caiado-Castro-Jardim e sedimenta a oligarquia que se torna hegemônica de então até outubro de 1930, governando o Estado e dominando a política goiana no período (CAMPOS, 2005).

As oligarquias e os coroneis, política dos governadores na prática regional

Na República, especialmente após os governos militares, tem-se presente a articulação política proposta pelo Presidente Campos Sales com a política dos governadores, em que o Governo Federal exigia o apoio integral da bancada estadual no Congresso Nacional, dando carta branca para os grupos oligárquicos administrarem os Estados. Na continuidade, as oligarquias estaduais davam apoio e autonomia para os coronéis no poder local, exigindo voto e apoio nas representações federal e estadual, tornando importante o estabelecimento dessa reciprocidade entre os coronéis. A oligarquia estadual carece do voto que os coronéis controlam nos municípios e estes precisam do apoio, dos cargos e da força, necessários ao controle das comunas. Assim, foi selado o “pacto de dominação”: a oligarquia domina o Estado, o coronel, o município. (CAMPOS, 1987).

É importante destacar que o controle que se estabelece reduz o espaço da representação política a nível nacional à grande maioria dos municípios, sendo poucos com direito a postular a representação federal. A quase totalidade dos políticos goiano, eleita para o Congresso Nacional, era composta de advogados ou médicos. Edgard Carone destaca essa exigência:

(...) Outro traço característico de toda oligarquia agrária brasileira é o bacharelismo: os fazendeiros fazem seus filhos doutores, ao invés de os destinarem a escolas técnicas e agrícolas; o ideal, nas famílias ricas é ter alguém bacharel. (CARONE, 1972, p. 157).

É apresentada a seguir a forma como as oligarquias realizaram a política dos governadores em Goiás. No primeiro momento, tem-se a configuração da representação federal, Câmara dos Deputados e Senado Federal. A seguir serão tratados os mandatos de Presidente do Estado e de vices que governaram Goiás nos diferentes momentos desse período, entre os anos de 1890 e 1930.

Na sequência, será apresentada a representação estadual, bicameral a partir de 1901 – Senado Estadual com 12 membros e com a presença de políticos mais prestigiados. Por último, a Câmara dos Deputados, com 24 membros eleitos na forma de distritos eleitorais. A legislação distrital teve a conveniente interferência dos grupos oligárquicos, a fim de garantir a eleição de chefes políticos municipais seus aliados.

1 REPRESENTAÇÃO FEDERAL: SENADO FEDERAL E CÂMARA DOS DEPUTADOS

1.1 1890 a 1904: OLIGARQUIA BULHÕES-JARDIM

A) SENADO FEDERAL

- Goiás (capital): José Joaquim de Souza; José Leopoldo de Bulhões Jardim; Antônio José Caiado; Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim; Urbano Coelho de Gouvêa.
- Bomfim (Bela Vista): Antônio Amaro da Silva Canedo
- Catalão: Antônio da Silva Paranhos

B) CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Goiás (capital): José Leopoldo de Bulhões Jardim; Joaquim Xavier Guimarães Natal; Sebastião Fleury Curado; João Alves de Castro; Ovídio Abrantes; Urbano Coelho de Gouvêa; Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim; Ovídio Abrantes; Joaquim Luiz Teixeira Brandão; Bernardo Antônio de Faria Albernaz
- Morrinhos: Hermenegildo Lopes de Moraes; José Xavier de Almeida
- Porto Nacional: Frederico Ferreira Lemos, eleito, não tomou posse

- 1.2 1904 a 1908: OLIGARQUIA XAVIER-LOPES DE MORAES
- A) SENADO FEDERAL
- Goiás (capital): Braz Abrantes; José Leopoldo de Bulhões Jardim; Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim
- B) CÂMARA DOS DEPUTADOS
- Goiás (capital): Eduardo Arthur Sócrates; Marcelo Francisco da Silva
 - Morrinhos: José Xavier de Almeida; Hermenegildo Lopes de Moraes Filho
- 1.3 1909 a 1912: OLIGARQUIA BULHÕES-JARDIM (RETORNO)
- A) SENADO FEDERAL
- Goiás (capital): José Leopoldo de Bulhões Jardim; Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim; Braz Abrantes; Urbano Coelho de Gouvêa; Luiz Gonzaga Jayme
- B) CÂMARA DOS DEPUTADOS
- Goiás (capital): Antônio Ramos Caiado; Marcello Francisco da Silva; Eduardo Arthur Sócrates
 - Morrinhos: Hermenegildo Lopes de Moraes Filho
- 1.4 1913 a 1930: OLIGARQUIA CAIADO-CASTRO-JARDIM
- A) SENADO FEDERAL
- Goiás (capital): José Leopoldo de Bulhões Jardim; Braz Abrantes; Eugênio Rodrigues Jardim; Antônio Ramos Caiado; Olegário Herculano da Silveira Pinto; Miguel da Rocha Lima; Brasil Ramos Caiado, Luiz Gonzaga Jayme
 - Morrinhos: Hermenegildo Lopes de Moraes
- B) CÂMARA DOS DEPUTADOS
- Goiás (capital): Antônio Ramos Caiado; Marcello Francisco da Silva; Olegário Herculano da Silveira Pinto; Antônio Americano do Brasil; Joviano Alves de Castro; Arthur Napoleão Gomes Pereira da Silva; João Alves de Castro; Lincoln Caiado de Castro
 - Morrinhos: Alfredo Lopes de Moraes
 - Porto Nacional: Francisco Ayres da Silva
 - Rio Verde: César da Cunha Bastos

2 PRESIDÊNCIA DO ESTADO E VICE-PRESIDENTES QUE ASSUMIRAM A PRESIDÊNCIA DE GOIÁS

2.1 1890 a 1903: OLIGARQUIA BULHÕES-JARDIM

- Goiás (capital): José Leopoldo de Bulhões Jardim, eleito, não assume; Antônio José Caiado, vice, assume (06/1892 a 06/1893); Inácio Xavier de Brito (1893-1895); Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim (1895-1898); Bernardo Antônio de Faria Albernaz, vice, assume (07 a 11/1898); Urbano Coelho de Gouveia (1898 a 1901)
- Morrinhos: José Xavier de Almeida, 1901-1905

2.2 1904 a 1908: OLIGARQUIA XAVIER-LOPES DE MORAES

- Goiás (capital): Miguel da Rocha Lima (1905-1909); Joaquim Rufino Ramos Jubé, pres. Senado (04 a 05/1909)
- Morrinhos: José Xavier de Almeida (1901-1905)
- Bonfim (Silvânia): Cel. Francisco Bertoldo de Souza, vice (03 a 04/1909)

2.3 1909 a 1912: OLIGARQUIA BULHÕES-JARDIM, RETORNO:

- Goiás (capital): Urbano Coelho de Gouveia (07/1909 a 03/1912); Joaquim R. Ramos Jubé (03 a 05/1912)
- Anápolis: Cel. José Batista da Silva, vice (05 a 07/1909)
- Formosa: Herculano de Souza Lobo, vice (05.1912 a 07/1913)

2.4 1913 a 1930: OLIGARQUIA CAIADO-CASTRO-JARDIM

- Goiás (capital): Olegário Herculano da Silveira (07/1913 a 07/1914); Joaquim Rufino Ramos Jubé, pres. Senado (06/1915 a 05/1916; 12/1918 a 04/1919); João Alves de Castro (1917-1921); Eugênio Rodrigues Jardim (07/1921 a 11/1922); Miguel da Rocha Lima (11/1922 – 07/1925); Brasil Ramos Caiado (1925-1929); Humberto Martins Ribeiro (08 a 27/10/1930)
- Currálinho (Itaberaí): Salathiel Simões de Lima, vice (07/1914 a 06/1915; 05 a 07/1917)
- Jaraguá: Diógenes de Castro Ribeiro, vice (03 a 04/1927)
- Morrinhos: Alfredo Lopes de Moraes (07/1929 a 08/1930)

- 3 REPRESENTAÇÃO ESTADUAL NO SENADO ESTADUAL (Período Bicameral, 1901 a 1930)
- 3.1 1890 a 1903: OLIGARQUIA BULHÕES-JARDIM
- Goiás (capital): Antônio Cupertino Xavier de Barros; Antônio Miguel da Rocha Maya; Antônio Xavier Guimarães; Felicíssimo do Espírito Santo; Jerônimo Rodrigues de Souza Moraes; Miguel da Rocha Lima; Arlindo Gaudie Fleury; Francisco Perillo; Joaquim Rufino Ramos Jubé; Torquato Ramos Caiado
 - Bela Vista: Manoel dos Reis Gonçalves
 - Catalão: Ricardo da Silva Paranhos
 - Corumbá: Antônio Fleury Curado
 - Conceição: José de Almeida Leal
 - Natividade: Fulgêncio Nunes da Silva
 - Palma: Domingos Theodoro de Souza
 - Rio Verde: Francisco Seabra Guimarães
 - Santa Luzia (Luziânia): Herculano de Campos Meirelles
- 3.2 1904 a 1908: OLIGARQUIA XAVIER-LOPES DE MORAES
- Goiás (capital): Arlindo Gaudie Fleury; Francisco Perillo; Jerônimo Rodrigues de Souza Moraes; Joaquim Rufino Ramos Jubé; Torquato Ramos Caiado
 - Bela Vista: Manoel dos Reis Gonçalves
 - Catalão: Ricardo da Silva Paranhos
 - Conceição: Custódio José Leal
 - Jaraguá: Tubertino Ferreira Rios
 - Natividade: Fulgêncio Nunes da Silva
 - Palma: Domingos Theodoro de Souza
 - Santa Luzia (Luziânia): Herculano de Campos Meirelles
- 3.3 1909 a 1912: OLIGARQUIA BULHÕES-JARDIM, RETORNO
- Goiás (capital): Arlindo Gaudie Fleury; Francisco Perillo; Joaquim Rufino Ramos Jubé; Luiz Monteiro
 - Bela Vista: Manoel dos Reis Gonçalves
 - Catalão: Ricardo da Silva Paranhos
 - Conceição: Custódio José Leal
 - Curalinho (Itaberaí): Belisário Alexandre de Almeida
 - Ipameri: José Reginaldo

- Jaraguá: Tubertino Ferreira Rios
- Rio verde: Antônio Martins Borges
- Santa Luzia (Luziânia): Herculano de Campos Meirelles

3.4 1913 a 1930: OLIGARQUIA CAIADO-CASTRO-JARDIM

- Goiás (capital): Arlindo Gaudie Fleury; Francisco Perillo; Joaquim Rufino Ramos Jubé; Luiz Monteiro; Miguel da Rocha Lima (1914); Joviano Alves de Castro, PD; Luiz Guedes de Amorim, PD; Joaquim da Silva Bastos; Francisco Perillo Júnior; Geraldino Caiado Fleury; Olegário Delfino Rodrigues; Abílio Alves de Castro; Leão Di Ramos Caiado
- Bela Vista: Manoel dos Reis Gonçalves; Antenor de Amorim
- Bomfim (Silvânia): Felismino de Souza Vianna
- Campinas: José Rodrigues de Moraes Filho
- Catalão: Ricardo da Silva Paranhos
- Conceição: Custódio José Leal
- Curalinho (Itaberaí): Belisário Alexandre de Almeida
- Formosa: Herculano de Souza Lobo; Pedro de Souza Borba
- Ipameri: José Reginaldo
- Jaraguá): Tubertino Ferreira Rios
- Morrinhos: Alfredo Lopes de Moraes
- Natividade: Deocleciano Nunes da Silva
- Pirenópolis: Olavo da Silva Baptista
- Pouso Alto (Piracanjuba): Possindônio Xavier Rabelo; Pacífico Alves de Amorim
- Rio Verde: Antônio Martins Borges
- Santa Cruz: Adolpho Teixeira
- Santa Luzia (Luziânia): Herculano de Campos Meirelles
- Taguatinga: Antônio Borges dos Santos

4 REPRESENTAÇÃO ESTADUAL NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

4.1 1890 a 1903: OLIGARQUIA BULHÕES-JARDIM

- Goiás (capital): Antônio Cupertino Xavier de Barros; Antônio José Caiado; Ayres Feliciano de Mendonça; Antônio Miguel da Rocha Maya; Bernardo Antônio de Faria Albernaz; Constâncio Ribeiro da Maya; Ernesto Ferreira da Silva; Felicíssimo do Espírito

Santo; Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim; Francisco Perillo; Jerônimo Rodrigues de Souza Moraes; Joaquim Fernandes de Carvalho; José Francisco de Campos; José Netto de Campos Carneiro; Manoel Alves de Castro; Miguel José Vieira; Miguel da Rocha Lima; Paulo Francisco Pova; André Lourenço Rodrigues; Antônio Luiz de Castro; Antônio Xavier Guimarães; Augusto Alves de Castro; Benedicto Ribeiro de Freitas; Joaquim Fernandes de Carvalho; Joaquim Rufino Ramos Jubé; José Francisco de Campos; José Gonzaga Sócrates de Sá; Luiz Antônio Caiado; Melquíades Ferreira dos Santos Azevedo; João Fleury de Campos Curado; Cristiano Rodrigues de Souza Moraes; Evaristo Gomes de Freitas Machado; Joaquim Justiniano de Vellasco; Luiz Monteiro; Simão de Souza Rego e Carvalho; Antônio Augusto de Carvalho; Abdon Ferreira Pinto; Antônio Augusto Vieira de Castro; Elyzeu José Taveira; Francisco Perillo Júnior; João Batista Xavier Serra Dourada; João da Rocha Lima; Luiz Monteiro; Olegário Delfino Rodrigues; Simão de Souza Rego Carvalho; Tancredo de Bulhões

- Alemão (Palmeiras): Felipe de Oliveira e Silva
- Anápolis: José da Silva Batista
- Arraias: Francisco Antônio Cardoso Santa Cruz
- Bela Vista: Manoel dos Reis Gonçalves
- Boa Vista do Tocantins: Carlos Gomes Leitão; Augusto de Sales Maciel Perna; Pe. João de Souza Lima
- Bomfim (Silvânia): Antônio Luiz Costa Brandão; Herculano Sebastião de Siqueira
- Catalão: Ricardo da Silva Paranhos; Alfredo Augusto da Silva Paranhos
- Cavalcante: Joaquim Pereira Nunes Bandeira
- Chapéu: Francisco Antônio de Oliveira
- Conceição: José de Almeida Leal
- Corumbá de Goiás: João Luiz Teixeira Brandão; Antônio Felix Curado
- Formosa: José Jacintho de Almeida; Modesto Ribeiro Moreira; João Nepomuceno Dantas; Arthur Abdon Póvoa
- Ipameri: Antônio Augusto Vieira de Castro; Francisco Vaz da Costa; João Evangelista Monteiro de Castro
- Jataí: José Antônio de Jesus

- Morrinhos: Hermenegildo Lopes de Moraes
- Natividade: Fulgêncio Nunes da Silva
- Palma: Domingos Teodoro de Souza; Raimundo Augusto Maranhão; Teófilo Ferreira de Brito; Cândido Teodoro de Souza
- Pirenópolis: Antônio Fleury de Souza Lobo
- Porto Nacional: Joaquim Aires da Silva; Salvador Francisco de Azevedo; Luiz Leite Ribeiro
- Pouso Alto (Piracanjuba): Prudêncio José dos Reis
- Rio Verde: Francisco Seabra Guimarães
- São José do Duro (Dianópolis): Abílio Wolney
- Taguatinga: Francisco de Paula Gonzaga; Manoel do Carmo Lima

4.2 1904 a 1908: OLIGARQUIA XAVIER-LOPES DE MORAES

- Goiás (capital): Antônio Augusto de Carvalho; Antônio Perillo; Francisco Perillo Júnior; João da Rocha Lima; João Vicente da Costa Campos; Luiz de Araújo Godinho; Luiz Guedes de Amorim; Luiz Marcelino de Camargo Júnior; José Gonzaga Sócrates de Sá; Olegário Delfino Rodrigues; Raymundo Pinto de Castro; Sebastião Fleury Curado; Octávio Augusto Confúcio; Joaquim Elesbão dos Reis; Joviano Alves de Castro
- Alemão (Palmeiras): Abel Coimbra Ramos
- Bela Vista: Moisés Augusto de Santanna
- Buriti Alegre: Arthur Loyola
- Chapéu: José Licínio de Miranda
- Corumbáiba: Adolpho Siqueira
- Currealinho (Itaberaí): Belisário Alexandre de Almeida; José Martiniano de Faria
- Formosa: Olympio Jacinto de Almeida
- Ipameri: José Reginaldo
- Morrinhos: Francisco Lopes de Moraes
- Pedro Afonso: Daniel Ferreira dos Anjos
- São Domingos: João Honorato Pinheiro
- São José do Duro (Dianópolis): Abílio Wolney

4.3 1909 a 1912: OLIGARQUIA BULHÕES-JARDIM (RETORNO)

- Goiás (capital): Antônio Baptista de Mello Filho; Arnulpho Ramos Caiado; Francisco da Silva Abrantes; Francisco Perillo

Júnior; João Baptista Xavier Serradourada; João Odilon Gomes Pinto; José Gonzaga Sócrates de Sá; Octávio Augusto Confúcio; Samuel Sabino de Passos; Theodorico Florambel da Conceição; Umbelino Xavier Velasco; Virgílio José de Barros

- Bela Vista: Cylleneo de Araújo
- Boa Vista do Tocantins: Pe. João de Souza Lima
- Cavalcante: Florêncio Bernardes
- Chapéu: José Licínio de Miranda
- Currálinho (Itaberaí): José Martiniano de Faria
- Formosa: Modesto Ribeiro Moreira
- Natividade: Júlio Nunes da Silva
- Porto Nacional: Pio Ayres da Silva
- Posse: Joaquim de Souza Porto
- Pouso Alto (Piracanjuba): Possidônio Xavier Rabelo
- Rio Verde: Frederico Gonzaga Jayme
- São Domingos: João Honorato Pinheiro
- São José do Duro (Dianópolis): Abílio Wolney
- Taguatinga: Antônio Borges dos Santos

4.4 1913 a 1930: OLIGARQUIA CAIADO-CASTRO-JARDIM:

- Goiás (capital): Abílio Alves de Castro; Albatênio Caiado de Godoy; Antônio José Pereira Júnior; Arnulfo Ramos Caiado; David Hermetério do Nascimento; Francisco da Silva Abrantes; Francisco Perillo Júnior; Francisco de Azevedo Bastos; Geraldino Caiado Fleury; Hermógenes Ferreira Coelho; Humberto Martins Ribeiro; Iron da Rocha Lima; Joaquim Augusto de Carvalho; Joaquim Rufino Ramos Jubé Júnior; João Odilon Gomes Pinto; Jovelino de Campos; José Maria Ramos Jubé, Luiz Guedes de Amorim; Luso Guedes de Amorim; Raulino Alves de Castro; Octávio Monteiro Guimarães; Samuel Sabino dos Passos; Sebastião Ferreira Rios; Theodorico Florambel da Conceição; Francisco Azevedo Bastos; Theódulo Alves de Castro; Ubirajara Ramos Caiado
- Alemão (Palmeiras): Octaviano Rodrigues de Moraes
- Anápolis: Arlindo Costa; Aquiles de Pina
- Arraias: Joaquim Alves Teixeira
- Bela Vista: Cylleneo de Araújo Valle; Manoel Umbelino de Souza
- Boa Vista do Tocantins: Raymundo Nonato Baptista dos Santos

- Bomfim (Silvânia): Abel Gomes Pinto; Francisco de Assis Moraes; Laudelino Gomes Pinto
- Campinas: Honestino Monteiro Guimarães
- Catalão: Augusto Pimentel Paranhos; Lourival Alvares de Campos; Álvaro Paranhos de Mendonça
- Cavalcante: Joaquim Ferreira da Silva
- Conceição: Theodulo Fernandes de Oliveira
- Corumbá: Jerônimo José de Campos; Jerônimo de Campos Curado Fleury
- Curralinho (Itaberaí): Benedito Pinheiro de Abreu; Luiz Perillo
- Formosa: José Theodolino da Rocha; Modesto Ribeiro Moreira; José Vianna Lobo; Pedro de Souza Borba
- Ipameri: Francisco Vaz da Costa
- Jaraguá: Ubaldino Ferreira Rios
- Jataí: Honorato de Carvalho; Oclécio de Carvalho; Marcondes de Godoy
- Morrinhos: Pedro Nunes da Silva Filho; Sílvio Gomes de Melo
- Natividade: Deocleciano Nunes da Silva; Modestino Nunes da Silva
- Niquelândia: Luiz José Curado
- Palma: Cândido Theodoro de Sousa
- Pedro Afonso: Jayme de Medeiros de Queiroz
- Planaltina: Gabriel de Campos Guimarães
- Porto Nacional: João Ayres Joca
- Posse: Francisco Joaquim Magalhães; Nelson Vieira de Brito; José Balduino de Souza; Décio; José Francisco dos Santos
- Pouso Alto (Piracanjuba): Possidônio Xavier Rebelo; Emmanoel Xavier Rabello
- Rio Verde: Frederico Gonzaga Jayme; Ricardo de Campos
- Santa Luzia (Luziânia): Evangelino Meirelles; Joaquim Machado de Araújo; Benedito de Araújo Melo
- Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara): Luiz de Barreto Corrêa Menezes Júnior
- São Domingos: João Honorato Pinheiro; Diógenes Honorato Pinheiro
- Taguatinga: João Baptista de Almeida; João Augusto Baptista de Araújo.

Considerações finais

No Brasil como um todo, há registros de políticos tradicionais que, na Primeira República, 1889-1930, dominaram todo o espaço público municipal em quase todos os Estados brasileiros. A esses políticos foi atribuído o nome de ‘coronéis’. Essa denominação decorre da Guarda Nacional, milícia criada no início do Império, 1831, cabendo ao dirigente dessa ‘milícia’ a função de manter a ordem no município. Posteriormente, especialmente na Primeira República, com a ‘política dos governadores’ de Campos Sales, ao mandão local foi atribuído o título de coronel, mesmo porque muitos desses chefes políticos teriam recebido a titulação de ‘coronel’ no Império.

A República, com a dinâmica federativa em andamento e na sequência da ‘política dos governadores, tem um arranjo de poder que consagra as oligarquias nos Estados e os coronéis nos municípios. Daí a historiografia ter atribuído ao período da Primeira República, 1889-1930 a denominação de Coronelismo, sendo que muitos estudiosos restringem a esse período o mando, quase nacional, do coronel.

Em Goiás, a presença do coronel foi marcante, também a forma de domínio que as oligarquias impuseram à política regional. No esforço de caracterização dessa política no Estado, o trabalho apresenta a forma como o governo, Presidência do Estado, foi composto, restrito a clãs familiares e a duas cidades; também como o bacharelismo restringiu a representação federal, Senado e Câmara dos Deputados, a poucas famílias e a um pequeno número de municípios. A representação estadual foi mais extensa, mas não muita, no Senado Estadual estavam presentes chefes políticos locais, coronéis, que se destacavam e eram aliados dos dirigentes estaduais. Na Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa, tinham assento chefes políticos municipais, muitos fazendeiros e comerciantes, também bacharéis, advogados e médicos, que eram aliados e apoiadores dos oligarcas. Dado o número de deputado em cada legislatura, 24 representantes, foi bem maior a quantidade de parlamentares e também de municípios presentes no parlamento goiano.

A Revolução de Trinta tende a alterar essa forma de recrutamento político, a centralização que inicialmente aconteceu, colocando na mão do Interventor o controle da política regional pode ser a razão dessa alteração. Contudo, quando a política volta a depender do voto, a presença do fazendeiro faz-se importante, especialmente numa sociedade em que

o rural ainda domina, embora a periodização política pós-trinta ser chamada de Populismo.

Referências

AUDRIN, Frei José M. *Entre Sertanejos e Índios do Norte*. Rio de Janeiro, Liv Agir Editora, 1947.

BRASIL. CONGRESSO. SENADO FEDERAL. *Dados biográficos dos Senadores de Goiás: 1826 – 1997*. Brasília, Senado Federal, Secretaria de Informação e Documentação, 1997.

CAMPOS, Francisco Itami. *Oligarquia: Sociedade e Política*. Cadernos de Pesquisa / ICHL-UFG. Goiânia, Goiás, v. 1, p. 1-37, 1977.

CAMPOS, Francisco Itami. *Cidade, espaço de dominação*. Boletim Goiano de Geografia. 14 (1): 61-75, Goiânia, UFG, 1974.

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia, Editora Vieira, 2005.

CAMPOS, Francisco Itami. *Questões Agrárias: Bases Sociais da Política Goiana*. Goiânia, Ed. Kelps, 2012.

CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *O Legislativo em Goiás. História e Legislaturas*. 2ª edição. Goiânia, Ed. Assembleia, 2011.

CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *O Legislativo em Goiás. Perfil Parlamentar 1 (1891-1937)*. 2ª edição. Goiânia, Ed. Assembleia, 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Dos governos Militares a Prudente – Campos Sales*. Em FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. III. O Brasil Republicano. São Paulo, DIFEL, 1975.

CARONE, Edgard. *A República Velha (Evolução política)*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1971.

CARONE, Edgard. *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo. São Paulo: Editora da USP / Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FERREIRA, J. Carvalho. *Presidentes e Governadores de Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1980.

GOMEZ, Luís Palacin; CHAUL, Nasr Fayad; BARBOSA, Juarez C. *História política de Catalão*. Goiânia, Editora da UFG, 1994.

IGLESIAS, Francisco. *Trajatória política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo, Cia das Letras, 1993.

- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1978.
- LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. Goiânia, Editora da UFG, 2002.
- LOBO, José. *Goianos ilustres*. Goiânia: Editora Oriente, 1974.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- MORAES, Maria Augusta Santanna. *História de uma oligarquia: os Bulhões*. Goiânia, Oriente, 1974.
- QUADROS, Jânio; FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *História do povo brasileiro*. V. Volume. São Paulo, J. Quadros Editores Culturais, 1967.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1976.
- REGO, André Heráclito do. *Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder*. São Paulo, A Girafa Editora, 2008.
- ROSA, Joaquim. *Por esse Goiás afora*. Goiânia: Livraria e Editora Cultura Goiana, 1974.
- SILVA, Lúcia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas, SP, Ed. Unicamp, 1996.
- VAZ, Geraldo Coelho. *Senador Canedo – vida e obra*. Goiânia, Ed. Asa, 2004.
- VILAÇA, Marcos Vinícius & ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. *Coronel, Coronéis*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/Niterói, Editora da UFF, 1988.

Capítulo 13

NA TRILHA DAS QUITANDEIRAS DE GOIÁS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Sônia Maria de Magalhães¹

Dentre as várias temáticas contempladas pelo campo da História da Alimentação no Brasil, na atualidade, a do universo das quitandas e das quitandeiras tem granjeado cada vez mais espaço na escrita dos historiadores. O termo “quitanda” é de origem africana, nomeadamente do dialeto quimbundo, falado no noroeste de Angola, e refere-se a feiras, pequenos mercados de alimentos. Guilherme Figueiredo (1964, p. 63) complementa a esse respeito: “E não esqueçamos também que devemos ao negro mais que ao português o prazer dos vegetais a cujo conjunto damos nome angolês: quitanda.”

Tanto em Minas Gerais quanto em Goiás, a compreensão é a mesma, ou seja, diz respeito a uma variedade de iguarias produzidas em casa. Para o ensaísta Eduardo Frieiro (1982), é a pastelaria caseira, o biscoito, a broa, a rosca, o sequilho, o bolo – os quais reinam na mesa mineira. Na compreensão de Maria Stella Libaneo Christo (1978, p. 38), “quitanda é toda variedade servida às visitas no lanche (15:00 horas) ou no chá (22:00 horas): bolos, bolinhos, docinhos e quanto mais”. Bariani Ortêncio e Victor Coelho de

1 Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Pós-doutora pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e pela Casa Oswaldo. É professora da Universidade Federal de Goiás, atuando no Programa de Pós-Graduação em História e no Mestrado Profissional em Ensino de História.

Almeida têm o mesmo entendimento de Frieiro e Christo. Para Almeida, quitanda em Goiás são biscoitos e bolos, e não a casa onde se vendem frutas e legumes. Quitandeira é a pessoa que faz quitandas (ORTÊNCIO, 1967). Esse autor, em outra obra de sua autoria, escreveu um amplo verbete sobre quitandas (ORTÊNCIO, 2009, p. 636-637). Já Almeida menciona que, “em Goiás e Minas, quitandas são os biscoitos, roscas, bolachas, bolos, outras guloseimas de farinhas ou de féculas, e doces secos” (ALMEIDA *apud* ORTÊNCIO, 1967, p. 116). Ofélia Monteiro (1974, p. 71), por sua vez, diz que: “Muito apreciadas em Goiás, as quitandas preferidas são biscoitos de farinha de milho, de queijo, sequilhos, petas, broas, roscas, pão da rainha, bolos, etc.”

A fonte potencial para ingressar no universo das quitandas e das quitandeiras são os cadernos de receitas de mulheres, objeto de transmissão dos saberes e conhecimentos culinários. Diversamente dos livros de receitas da época, em que a maioria era de autoria masculina, no caderno têm-se o protagonismo feminino. Esse tipo de manuscrito doméstico e de caráter privado apresenta narrativas de experiências pessoais femininas e sem pretensão à publicação, distinguindo-se pela construção livre do texto e com ausência das convenções formais da escrita. De acordo com Magalhães (2021):

Também pode ser examinado como um artefato escrito na forma de um diário, onde guarda registros de “mulheres comuns” que por meio dele anotaram aspectos bem íntimos do seu dia a dia, como recados, números de telefones, contabilidade, orações religiosas, poesias, novenas, recorte de assuntos de interesse mostrando que seu universo não se reduzia ao lar e à cozinha. (MAGALHÃES, 2021, p. 136).

Nesse ato biográfico, elas dotam o mundo que as rodeia de significados particulares, conectados com suas próprias vidas, que de forma alguma necessitam ter qualquer atributo excepcional para serem dignas de serem lembradas (MAGALHÃES, 2021).

No Brasil, a instituição dos cadernos de receitas estava relacionada ao enxoval da noiva e fazia parte do universo da empresa doméstica. As nubentes, geralmente bem-nascidas e letradas, preparavam-nos bem antes da data do casamento. Com suas mães, testavam e selecionavam os melhores pratos para compor o receituário, essencial na organização do novo

domicílio. Afinal de contas, era a dona da casa responsável pelas refeições e saúde do marido e filhos, bem como pela economia do lar. Na opinião de Marina Maluf (1995), essas fontes merecem ser analisadas nos seus múltiplos aspectos, como legado familiar, encontros afetivos, identidade e cultura.

Os cadernos de receitas em Goiás ainda carecem de ser arrolados e mais bem examinados nas suas potencialidades pelos historiadores. De acordo com Ana Cristina da Rocha Lima:

Na antiga Goyaz, as receitas eram motivos de intercâmbio, ciúmes, boicotes e homenagens – alquimias secretas que instauravam uma hierarquia na cidade. Algumas delas atravessavam séculos, herdadas e preservadas como joias de família em cadernos escritos à mão, um saber e um bem particular de cada casa. Os cadernos eram guardados em louceiros das cozinhas, manuseados com cuidado e cerimônia. Faziam parte dos enxovais e eram herança cobiçada. A troca de receitas era um gesto de amizade e confiança, compartilhada com parcimônia. (LIMA, 2017, p. 9-10).

Em *Cozinha Goiana*, obra essencial para compreender a identidade goiana por meio dos seus costumes alimentares, Bariani Ortêncio lista um conjunto formidável de 500 receitas e seus informantes, constituídos por homens e mulheres. Entretanto, na maioria das vezes, as receitas eram memorizadas oralmente e não escritas. A reunião desse tipo de material para a constituição de livros do ramo é bem comum. A culinária mineira Christo (1918-2011) embrenhou-se pelo Estado de Minas Gerais em busca dessas brochuras para a escrita do clássico *Fogão de Lenha: quitandas e quitutes de Minas Gerais* (1977). Na ocasião, ela conseguiu reunir 47 cadernos, contudo, somente 23 deles estão guardados na Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na seção intitulada *Escritores Mineiros*. Tanto na obra de Christo quanto na de Ortêncio, as quitandas ganham enorme espaço. A primeira listou 152 e o segundo enumerou 229 em seus respectivos livros. O número bem maior de quitandas presente na obra de Bariani justifica-se porque ele não as separou dos doces.

Para além das receitas, os documentos de cozinha guardam histórias que suplantam seu propósito. Mantêm aspectos da vida de mulheres e famílias e podem revelar os seus lugares na sociedade goiana. Também podem lançar luzes para a compreensão desse antigo centro minerador, abarcando seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Quitadeiras de Goiás: buscando pistas

Em estudo recente sobre as quitadeiras de Pirenópolis, Kátia Toralles (2017, p. 20) menciona que:

Diferentemente da história das quitadeiras em Minas Gerais, das quais existem registros desde o começo do período colonial, em Pirenópolis, os relatos falam de uma atividade doméstica realizada por mulheres, passada de geração a geração, que nas últimas décadas tem assumido as ruas em função do crescimento da cidade e do incremento do turismo.

A autora mostra como as quitandas saem dos espaços domésticos para a rua e se transformam em mercadoria, um atrativo turístico. O ofício de quitadeira em Minas Gerais esteve, no século XVIII, associado a mulheres escravizadas que comercializavam alimentos em grandes tabuleiros nas ruas das cidades. A presença feminina no comércio colonial mineiro pode ser notada na documentação de almotaçaria. O almotacel era o oficial da Câmara encarregado de fiscalizar o comércio, ou garantir que todos pudessem encontrar alimentos no mercado, tendo poder para impor racionamento ou tabelar preços quando preciso. Na Vila do Carmo, Capitania de Minas, no ano de 1717, as cativas Leonor, Maria, Fabiana, Joana Mina, Domingas Pinto e Marcela tiveram suas mercadorias taxadas. Elas possuíram uma atuação efetiva em vários ramos da economia, sobretudo no mercado varejista (MAGALHÃES, 2008).

Ao longo do século XIX, é possível perceber cozinheiras e também quitadeiras adentrando as residências dos segmentos sociais mais abastados para exercício de várias funções domésticas. Já são percebidas, em documentações, atuando no interior das cozinhas do meio rural e urbano, sob a constante orientação das suas senhoras. No interior da casa marianense, por exemplo, havia um número significativo de escravos dedicados ao trabalho doméstico. Heloisa Teixeira, ao pesquisar os inventários *post mortem*, observa como as mulheres escravizadas eram distribuídas de acordo com a atividade produtiva, sexo e faixa etária em Mariana, no período de 1871 a 1888, e chega a números reveladores: sete cozinheiras na faixa etária dos 7 aos 14; 68 com as idades de 15 a 44 anos, e 24 com mais de 44 anos, totalizando 99 mulheres desempenhando esse ofício. Encontra somente dois homens escravizados ocupados com essa atividade. A pesquisadora

encontrou, ainda, duas copeiras, uma na faixa dos 7 aos 14 anos e outra na dos 15 aos 44 anos (TEIXEIRA, 2001).

Com base nas informações elencadas por Magalhães (2008) e Teixeira (2001), observa-se que, no processo de composição identitária da cozinha mineira, tem que se levar em conta o legado das mulheres negras escravizadas, seja atuando como “negras de tabuleiro” ou como cozinheiras no interior dos domicílios. Assim:

Havia uma circularidade cultural, diálogo entre costumes da cultura dominante e da subalterna, a presença de uma comunicabilidade dialógica, circular e, por conseguinte, de forma mútua e recíproca entre a elite e os segmentos sociais inferiores, representando um rico intercâmbio de culturas. (MAGALHÃES; PIRES, 2020, p. 509).

No período pós-abolição, mulheres negras livres continuaram comercializando suas iguarias nas ruas das cidades. Em 1893, Belmira vendia as suas gulodices atrás da igreja da Sé da cidade de Diamantina, Minas Gerais (1998). Em seu diário, Helena Morley informa que, na chácara da sua avó, as negras eram prendadas e preparavam pastéis de angu, sonhos e “carajés” para serem vendidos na porta da igreja matriz e na do teatro (MORLEY, 1998).

Conjectura-se que, tal como em Minas Gerais, as quitandeiras de Goiás estavam presentes na sociedade desde os primórdios da colonização do território, atuando no mercado de alimentos. Estudos mais acurados, em documentos do século XVIII e início do XIX, certamente trarão à tona as personagens pesquisadas por Teixeira (2001). Essa se valeu de farta documentação – de almotaçaria, maços populacionais, inventários *post mortem*, matrículas de escravos, diários de viajantes estrangeiros, etc. – para encontrar as quitandeiras em pleno desempenho do seu ofício.

No início do século XX é possível visualizar as quitandeiras de Goiás, mulheres brancas, alfabetizadas – algumas semialfabetizadas, como a dona Inhorita, que vamos conhecer mais à frente –, em efetivo exercício da atividade, seja como um trabalho domiciliar e por conta própria, em pequena escala e de forma artesanal, seja no contexto da economia de mercado. Na ausência dos cadernos de receitas, optou-se por analisar duas obras literárias com título homônimo, *Reminiscências*. A primeira, de Ondina Albernaz (1982), e a segunda, de Ofélia Sócrates Monteiro (1974). O diálogo com outras experiências regionais, por intermédio de diários, também

foi amplamente utilizado nesta narrativa. Essa análise também tem como propósito abrir as janelas para o cotidiano de Goiás, no qual personagens outrora ocultados pela historiografia clássica, a qual dedica atenção especial para as pessoas da elite, ganham o seu devido lugar na História.

O ofício e a arte de confeccionar quitandas

O ofício das quitandeiras era complexo, demandava muitas horas de trabalho árduo, várias especialidades e conhecimentos ancestrais. Nesse ambiente permeado por ritualizações e investimento afetivo, as mulheres eram protagonistas, realizando atividades complexas: cuidando da economia doméstica, escolhendo e selecionando os melhores alimentos, formas de cocção, cálculos matemáticos para avaliar medidas e proporções (MAGALHÃES e PIRES, 2020). As atividades culinárias, no entendimento de Giard (2005, p. 287), “são as coisas da vida que exigem tanta inteligência, imaginação e memória quanto as atividades tradicionalmente tidas como mais elevadas, como a música ou a arte de tecer”.

Um dos procedimentos mais complexos nessa atividade era o aquecimento do forno, localizado no quintal das residências, e o controle do fogo, que demandava cerca de três horas para estar no ponto de receber os acepipes a serem assados. Em uma época em que não existia termostato, a aparência do forno devidamente aquecido é que determinava o ponto certo da temperatura desejada para o assamento das quitandas. Apropriar-se do fogo, fazer do fogo selvagem fogo doméstico/culinário constitui uma ação inerente ao homem, um elemento civilizador. “No campo, o fogo era mantido permanentemente e, se por acaso morria, as brasas deviam ser pedidas emprestadas numa casa vizinha (o fogo ‘pede-se emprestado’, não se tira)” (PERLÉS, p. 272). Dominar o fogo culinário é um saber ancestral, implica que praticamente todo alimento poderá ir nele, desde que se conheça o tempo de cocção dos alimentos e a exposição de cada um ao calor.

As lembranças femininas de outras épocas e lugares do Brasil nos fornecem subsídios para entender o universo da produção de quitandas e a importância de dominar a arte de aquecimento do forno a lenha. Em suas memórias, que se iniciam em 1893, Brázilia Oliveira de Lacerda, moradora da Fazenda Paraízo, área cafeeira paulista em São Carlos do Pinhal, menciona que:

Para aquecer esse forno enchia-se de lenha picada. Quando estava tudo bem aceso, esparramava com uma vara comprida; e continuava o fogo. Quando ia acabando que ficava só o braseiro, o teto e paredes do forno deviam estar brancos. Então, com um rodo molhado na água puxava-se todo o braseiro para fora, com cuidado para não jogar as brasas nos pés, deixava o rodo, pegava uma vassoura verde, que era um amarrado de gran-xuma, ou alecrim, ou outras folhas; metia a vassoura no forno e puxava, varrendo bem de todos os lados. Sentia-se um cheirinho bom de alecrim. (LACERDA, 2020, p. 15).

Clemencinha, moradora da colônia, era a forneira oficial. Na ausência dela, era Rufina, cria da casa, que assumia a função. Brasília enaltece as habilidades de Clemencinha, vista por ela como prática e cuidadosa. Rufina, por sua vez, era percebida como descuidada: “E mamãe tinha que ficar na boca do forno dirigindo tudo” (LACERDA, 2020, p. 16). O trabalho da forneira era bastante árduo, pois era ela a responsável por controlar a temperatura do forno:

A forneira punha então no forno um pedaço da folha da bananeira, ou um punhado de fubá de milho, e tampava o forno com uma tábua bem ajustada, alguns segundos e abria o forno; se o fubá, ou folha de bananeira estavam já pretejando, o forno estava quente demais. Pegava a vassoura, molhava de novo na bacia velha que ali estava com água, e salpicava dentro do forno. Ou esborrifava água por todos os lados. (LACERDA, 2020, p. 15).

Nas suas reminiscências, a goiana Ondina Albernaz lembra em detalhes todas as etapas da “fabricação” das quitandas na casa da sua avó paterna, a vilaboense Vicência do Couto Brandão Bastos, dona Nhorita, como era conhecida na comunidade, e mãe Ita para os netos. Semialfabetizada, “era mulher de luta e muito trabalho, quitandeira inveterada juntamente com minha tia Izabel (Bebé) e as crias remanescentes da escravatura” (ALBERNAZ, 1982, p. 51-52).

Ricarda, outra cria, tomava conta do grande forno de barro e tijolos, aquecido por uma fogueira viva alimentada por acha de lenha. Para manter a uniformidade da temperatura, reviravam constantemente a lenha em combustão com auxílio de longa vara. Depois de duas a três horas de intenso

fogo, fica o forno esbranquiçado, o que indica que a temperatura está bem alta. Havia brasas debaixo do forno para casos de emergência. Forno varrido com vassoura de folhas verdes, folhas santas queimadas, das quais emana cheiro característico. Um pouco de barro arrolhava o suspiro do forno para melhor preservar-lhe a temperatura para que cada espécie de assado entrasse no forno em momento adequado. (ALBERNAZ, 1982, p. 51-2).

Controlada a temperatura do fogo, as iguarias já estavam enfileiradas para o ingresso no forno:

Já estava ali perto um tabuleiro com folhas de banana cortadas em quadradinhos. Em cada folha cabiam nove ou doze biscoitos, em forma de argola, da grossura de um dedo fino. Com uma pá de cabo bem comprido, colocava-se no forno, de uma em uma, todas aquelas folhas com biscoitos. Tampava e uns vinte minutos depois abria para espiar! Os biscoitos já estavam crescidos e grudados uns nos outros, mas faltava corar, feche depressa o forno, não pode tomar vento, abra agora o suspiro do forno. Mais alguns minutos; estava tudo bem corado! Bem crescidos. Deixa mais um pouco para secar. Então, com uma varinha, metia-se no forno fisingando pelo buraco do biscoito e levantava, lá vinha uma penca, outra penca. Depois do biscoito do polvilho, com o mesmo calor enfornava-se o pão doce, e depois do pão doce, os pães de ló, e bolo de Jacaré, e sequilhos. (LACERDA, 2020, p. 15).

O assamento de cada quitanda obedecia a uma ordem e os critérios da temperatura do forno. Primeiro os alimentos mais rústicos, que dependiam de alta temperatura para cozer, até os mais delicados como o pão de ló e o bolo Jacaré, que precisavam de um calor menos intenso. Dona Nhorita também tinha uma sequência para ingresso das comidas no forno: “Bolo de arroz, pão branco, biscoito de queijo, em forno quente; assim, uma e outra quitanda até chegar a vez da rosca e do pão de ló, que são melhor assados em forno brando” (LACERDA, 1982, p. 52). É a mudança de sabor, cor e textura que deve ser controlada atentamente durante a cocção para que nada saia do ponto.

Na Fazenda Paraizo, as quitandas eram produzidas para consumo doméstico, para a família e visitas. A mãe de Ofélia Monteiro (1974, p. 91), por sua vez:

Uma vez por semana ela fazia quitanda para a casa... fazia ainda pão de ló, bolinhos de “Mãe Benta”, brevidade. As redondas petas ficavam bem ocas. Com leite de coco fazia um biscoito doce, preferido por papai. Daí nós o chamamos “biscoito de Papai”. As quitandas, como deviam servir toda a semana, eram feitas em grande quantidade. Para guardá-las, Papai mandara colocar tampas nas latas vazias do querosene gasto em casa.

Monteiro (1974, p. 91) menciona o trabalho das quitandeiras, na Cidade de Goiás, quando relembra o sabor inigualável do bolo de arroz:

O bolo de arroz era feito por determinadas senhoras da cidade, ficava pronto ao romper do dia. Meninos gritando, “Bolos de arroz bem quentinhos!”, percorriam a cidade oferecendo de casa em casa. Muitos já tinham seus fregueses certos. Os bolinhos vinham arrumados em tabuleiros ou em grandes cestas, forrados e cobertos por alvas toalhas.

Na casa da dona Nhorita, a produção das guloseimas era orientada para o comércio. De forma geral, as quitandeiras do início do século XX eram mulheres de classe média, cujo ganho era complementar à renda familiar. Quanto mais afamada pelas guloseimas, maior era a rede de clientes. Em Mariana (MG), dona Plautina Nunes, famosa pelo seu bolo de arroz, foi uma das mulheres alçada à classe média graças ao ofício de quitandeira (MAGALHÃES, 2021).

De acordo com Albernaz (1982, p. 52), a casa de sua avó, situada na Rua do Horto, ao lado da Igreja da Boa Morte:

Era uma tenda de trabalho permanente, das cinco horas da manhã às nove da noite. Diariamente faziam bolos de arroz, broas de fubá, broinhas de raspa, brevidades, biscoitos de queijo, pães brancos, pães-de-ló e rosas. O biscoito de milho, feito uma vez por semana em grande quantidade, era sovado no pilão.

É nesse universo de uma quitandeira profissional, com produção orientada para o mercado, que se percebe a feitura das guloseimas em série e com indivíduos, familiares e ex-cativos, envolvidos em cada uma das etapas. De acordo com Albernaz, Benedita, a cria da casa, e Pedro, ex-escravo, eram encarregados de socar o arroz e o milho no pilão. O fubá

dos dois cereais era usado na confecção de bolos e biscoitos. Dona Nhorita ocupava-se com a preparação da rosca e do pão. A tia Bebé, juntamente com as primas Doce e Lira, punham as gamelas em ordem, batiam ovos, enrolavam biscoitos e enforavam os bolos.

A narrativa de Albernaz evidencia uma mudança de padrão social no universo das quitandeiras. Anteriormente, o ofício era dominado por mulheres negras escravizadas. No início do século XX, na Cidade de Goiás, as sinhás passam a ter autoridade nessa arte. As negras livres, remanescentes do longo período escravista, assumem funções subalternas, como socar os cereais para confecção das guloseimas, acender o fogo e limpar a cozinha. Essa mudança social e étnica, em que a sinhá passa a ensinar à mulher negra o ofício culinário, vale a pena ser mais bem investigada.

Os viajantes John Mawe e Luccock, que visitaram Minas Gerais e o Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX, respectivamente, registraram em seus diários aspectos dessa configuração social e étnica. Mawe (1978), visitando a localidade mineira de Borda do Campo, mostra que a confecção de acepipes, realizada pelas mulheres escravizadas, era muito malvista pelas sinhás. Esse europeu ficou surpreso com a reação da anfitriã, que se sentiu ofendida quando ele elogiou suas habilidades manuais na preparação dos doces servidos como sobremesa. Ela fez questão de acentuar que sua negra era encarregada de todo o trabalho doméstico. Luccock, por sua vez, mesmo observando que as senhoras abastadas não se envolviam diretamente com as atividades da cozinha e da mesa, relegando a função para a escravaria, verificou que algumas donas de casa:

Gabam-se da excelência dos seus doces, fazendo deles presentes muito bonitos, geralmente embrulhados em papel caprichosamente recortado, coisa em que gastam muito tempo e esforço. Quando esperam por convidados, a intervenção da senhora parece ser mais imediata e ativa. Observei damas, a cujas mesas fora admitido, manifestando grande ansiedade no apresentar e, como parece estabelecido que cada dama deve possuir um bolo da sua propriedade, os hóspedes se sentem na obrigação de comê-lo com avidez e elogiá-lo com ardor. Também não se faz necessário elogiar mais nenhum artigo, pois que esse é quase que o único prato de que uma dama brasileira reconheça o seu patrocínio e não há dúvida que em muitos casos constitui a oportunidade única de se intrometer ela com a cozinha. (LUCCOCK, 1975, p. 79).

O trabalho de produção de quitandas para a venda, na casa da dona Nhorita, demandava cerca de sete horas, desde as 5 horas da manhã até o meio-dia, quando começava “grande corre-corre, quitandas assadas, tabuleiros organizados, contados e recontados. Os vendedores atentos saíam apressados. Na porta, grande comércio, muito trabalho, azáfama sem fim e nenhum lazer” (LACERDA, 1982, p. 53).

Os vendedores, ao que parece todos homens, de acordo com as lembranças de Albernaz e Monteiro, comercializavam os produtos diariamente na Cidade de Goiás até as seis horas da tarde, quando “começavam a retornar os tabuleiros, com algumas sobras, biscoitos quebrados, vendas fiadas, confusões e aborrecimentos”. Eduardo de Souza Filho rememora que:

os quitandeiros, com tabuleiro na cabeça, passam o dia oferecendo biscoito de queijo, bolo de arroz, empadinha, broa, pão-de-ló, brevidade, manuê e os garotos vendendo puxa de rapadura, queimado de hortelã pimenta, alfenim, queijadinha. (1981, p. 27)

Contudo, o trabalho na fábrica estava longe de terminar, ainda havia a verificação da contabilidade diária e a limpeza da cozinha. Essa era responsabilidade de “Maria Pretinha”, encarregada de lavar o vasilhame, tanto da cozinha quanto da mesa. Por volta das 21 horas, após 14 horas de trabalho intenso, dona Nhorita caminhava para os seus aposentos, onde caía exausta na sua cama. Entretanto, não dormia antes de fazer as suas orações, pois era “católica em toda a acepção do termo; missa diária, confissão, comunhão, jejum, penitência e o terço rezado à noite em casas de famílias” (ALBERNAZ, 1982, p. 51). A partir desse momento, a casa silenciava e todos os moradores tinham o merecido descanso. Por volta das 4h30 da manhã, antes do raiar do sol, essa empreendedora do interior do Brasil já estava de pé e pronta para um novo começo.

Considerações finais

A indústria caseira das quitandas era concorrida na Cidade de Goiás e não concedia espaço e estabilidade para as padarias. Em suas memórias, Ofélia Monteiro chega a afirmar que, “naquele tempo, parece que não havia padaria em Goiás, pois as famílias usavam quitanda feita em casa”.

Na verdade, existiram algumas iniciativas desse porte, como a de Bernardo Londó, embora não tenha prosperado, conforme anúncio publicado no jornal *O Publicador Goyano* no dia 24 de setembro de 1887:

Annuncio

“Bernardo Londó tendo fechado a sua padaria roga a seus fregueses que estão ainda lhe devendo, queirão mandar pagar-lhe a importância de seus débitos; aquelles que não pagarem até o dia 3 do mez que vem, terão desgosto de ver o seu nome publicado como mau pagador, pela imprensa. E para que não haja rasão de queixa, se os previne com bastante antecedência”. (Jornal “O Publicador Goyano” nº 135 – 24/09/1887 *Apud* LEMOS, 2016, p. 55).

O senhor Afonso da Cunha Moraes tinha uma loja e, no anúncio publicado no jornal *Província de Goyaz* (1887), comprometeu-se a fornecer diariamente pães e bolachas às pessoas interessadas. O suíço Germano Brugger e Beta, sua esposa, enveredaram-se pelo comércio de pães por processo mecanizado, sovando em cilindro manual e vendendo-os a domicílio. De acordo com Ortêncio, esse padeiro não teve sucesso no seu comércio, uma vez que:

Os moradores deste nosso burgo histórico do segundo Anhanguera não estavam acostumados a comer pão. E aqueles pães de sal, fabricados pelo Germano e dona Beta, eram, realmente, da melhor qualidade, inéditos no lugar, dignos mesmo de serem consumidos até na Capital da República. Mesmo desse modo, vilaboense nenhum animava-se em comprá-los e tê-los nas suas mesas antes, durante ou após as refeições. Germano, nos primeiros dias que manufatura, sempre voltava da rua muito nervoso, decepcionado e triste. Não conseguia vender um só deles. (ORTÊNCIO, 1967, p. 109).

De acordo com Ubiratan de Souza Lemos (2016, p. 54): “O que nos parece é que de certa forma o repertório produzido pelas cozinheiras caseiras foi um forte empecilho para os empreendimentos relacionados à fabricação de pão, é o que nos sugere os anúncios.”

Destarte, fica o interesse em saber que critérios a dona Nhorita e outras mulheres do Brasil estabeleciam para agregar valor às suas guloseimas postas à venda, outrora confeccionadas somente para o consumo

doméstico. É também interessante compreender como se processou a passagem da cultura das quitandas, inerente ao universo das mulheres negras, para as sinhás.

Referências

- ALBERNAZ, Ondina de Bastos. *Reminiscências*. Goiânia: Kelps, 1982.
- ALMEIDA, Victor Coelho de. *Goiás – usos e costumes – riquezas naturais*, 1944. *Apud*. ORTÊNCIO, Bariani. *Cozinha goiana*. Estudo e receituário. 2. ed. Goiânia: Oriente/Livraria Cultura Goiana, 1967.
- CHRISTO, Maria Stella Libâneo Christo. *Fogão de lenha*. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.
- FIGUEIREDO, Guilherme. *Comidas meu santo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964, p. 63.
- FRIEIRO, Eduardo. *Feijão, angu e couve*. Ensaio sobre a comida do mineiro. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1982.
- GIARD, Luce. Cozinhar. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano*. Vol. 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2005.
- LACERDA, Brázilia Oliveira de. *Dias Ensolarados no Paraíso*. Memórias. São Paulo: Chão Editora, 2020.
- LEMO, Ubiratan de Sousa. *Na mesa com Clio: uma trajetória histórica alimentar em Goiás do século XIX à primeira metade do século XX*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: PUC/GO, 2016.
- LIMA, Ana Cristina da Rocha. *Nádia Köller: Memórias e receitas de Goyaz*. Goiânia: Ecleia, 2017.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.
- MAGALHÃES, Sônia Maria de. A escrita culinária e Minas Gerais nos séculos XIX e XX. O Caderno de Receitas de Plautina Nunes Horta. *Revista Projeto História*. V. 72, 2021, p. 133-160.
- MAGALHÃES, Sônia Maria de; PIRES, Maria do Carmo. Quitutes e quitandas mineiras. Os cadernos de receitas de três senhoras de Ouro Preto e Mariana nos séculos XIX e XX. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. *História & Alimentação*. Brasil séculos XVI-XXI. Belém: Paka-Tatu, 2020, p. 494-516.
- MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Mercado secos e molhados*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 44, 2008, p. 112-131.

- MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.
- MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Reminiscências*. Goiânia: Oriente, 1974.
- MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Editora Siciliano, 1995.
- ORTÊNCIO, Bariani. *Dicionário do Brasil Central*. Goiânia: ICBC, 2009.
- ORTÊNCIO, Bariani. *Cozinha goiana*. Estudo e receituário. 2. ed. Goiânia: Oriente/Livraria Cultura Goiana, 1967.
- PERLÈS, Catherine. Fogo. Enciclopédia *Einaudi*. Vol. 16. Homo-Domesticação. Cultura Material. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 264-280.
- SOUZA FILHO, Eduardo de. *Nos tempos de Goyaz*. Crônicas e poemets. Goiânia: Unigraf, 1981.
- TORALLES, Kátia Karan. *Entre cozinhas e quitandas: patrimônio e globalização em Pirenópolis*. Dissertação (Antropologia Social). Goiânia: UFG, 2017.

Capítulo 14

BATALHÕES DO NORTE GOIANO E O COMBATE À COLUNA PRESTES

Abílio Wolney Aires Neto¹

Após 11 meses de campanha, chegavam pelo cais do porto de Barreiras/BA os combatentes da Coluna Prestes, em regimento militar do governo federal.

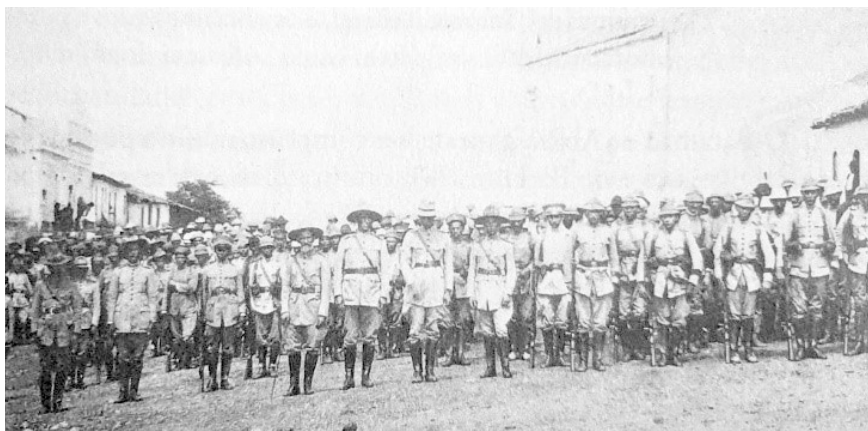
Em Goiás, na mesma época em que o governo goiano procurava reprimir o movimento liderado por Santa Dica em Lagolândia (1925), próximo a Pirenópolis, adentrava no território a referida coluna.

Os tenentes diziam pretender moralizar a vida pública brasileira, pondo fim às fraudes eleitorais e à hegemonia dos grandes proprietários rurais. Nascidos após as revoltas militares de 1924, deram início a uma guerra de movimento contra o governo de Arthur Bernardes e o regime oligárquico preponderante na Velha República, conhecido como “política do café com leite”.

Liderado por Luiz Carlos Prestes, o movimento supostamente objetivava conscientizar as camadas populares das injustiças do regime oligárquico, mas não ganhou a adesão das massas para a derrubada da ordem instituída.

1 Juiz de Direito da 9ª Vara Cível de Goiânia, Mestre em Direito pela PUC-GO. Secretário-Geral do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), integrante da União Brasileira de Escritores (UBE), Instituto Bernardo Élis (Icebe), Academia Goianiense de Letras (AGnl), Gabinete Literário Goiano, Academia Anapolina de Letras (Anale) e outras instituições literárias.

Figura 1 – Batalhão de Patriotas para combater a Coluna Prestes em Boa Vista (PE), em 24/12/1926. Na primeira fila da esquerda para a direita, o tenente-coronel Abílio Wolney é o primeiro e Coquelim Ayres Leal, o quarto



Fonte: Acervo de Doralina Wolney Valente.

O tenentismo chocou-se várias vezes contra as forças legalistas. Porém, não sofreu uma única derrota graças ao seu principal líder. A revolta militar tampouco alcançou seus objetivos de uma ação popular ampla, desfazendo-se na Bolívia, em fevereiro de 1927. Em suas correrias pelo Brasil, fez parte do trajeto da Coluna Prestes a sua passagem em território goiano.

Em Goiás, os tenentes foram combatidos por “batalhões patrióticos” – colunas formadas por elementos militares e/ou paramilitares, como o caso da Coluna Caiado e da Abílio Wolney – recrutados com base no prestígio social de certas lideranças.

A Coluna Prestes chegou a se articular com elementos insatisfeitos da política regional, mas nem assim logrou êxito, pois a Coluna Caiado demonstrou hegemonia no cenário político goiano ao contribuir para a expulsão dos tenentes (ASSIS, 2005, p. 101).

Diante desse quadro de conflitos, o texto pretende iluminar parte do impacto da marcha tenentista no Norte do Estado de Goiás, particularmente a atuação de Abílio Wolney, chefe local que se destacou no combate aos revoltosos do Exército. Segundo Osvaldo Póvoa:

Nos anos de 1925 e 1926, muitos municípios do antigo norte de Goiás viveram dias de pavor com as notícias da aproximação do que o povo denominava os revoltosos, grupo formado por militares e civis sob o comando

de Miguel Costa, Juarez Távora, Carlos Prestes e outros idealistas. Esse grupo revolucionário teve início com a união de força do Exército com oficiais da Força Pública de S. Paulo para mudar a política do Brasil, que fazia trinta e cinco anos vivia sob o jugo do Partido Republicano, em que só paulistas e mineiros eram eleitos. Cresceu muito com a incorporação de pessoas que não se submetiam à rigorosa disciplina militar, cometendo crimes de toda natureza, inclusive assassinatos e estupros. As escolas fechavam, as famílias fugiam das vilas e cidades para se esconderem nas matas. Através de ofício de 17 de novembro de 1925, o Delegado de Polícia do Porto Nacional relata as ocorrências ao Capitão Delegado Regional de S. José do Duro: “Desde os Primeiros dias de outubro, conforme nos mandais dizer em ofícios de 3 e 10 do corrente mês, que nos chegaram notícias da aproximação das forças revolucionárias vindas do sul do Estado e que alcançaram Natividade em marchas relativamente demoradas, onde estacionaram por alguns dias, chegando aqui a 15 do mesmo mês de outubro os primeiros 25 e saíram os da última turma. Sem meios de defesa, sem comunicações, segregado quase do resto do Estado, pois não temos nem estradas por onde chegasse pronto socorro, este não tivemos e por isso a população abandonou a cidade para onde voltaram as famílias.” Houve as costumeiras requisições, precedendo-as a posse *manu militari* das fazendas que eram percorridas pelos soldados revolucionários e arrebanhada toda a cavalhada e muitos gados que deixaram pelos campos. [...]

As palavras do escritor refletem o medo que a coluna causava em parte da população nortista, bem como a prática dos tenentes – sobretudo, os gaúchos – de fazerem requisições forçadas de gado para abastecimento alimentar das tropas. Sobre a passagem da coluna em São José do Duro, anotou Póvoa:

Foi nesse clima de pavor que a Vila do Duro recebeu em setembro de 1925 a notícia de que os revoltosos marchavam em sua direção. A Vila, recém-saída de uma chacina, estava sediando a 4ª Companhia da Polícia Militar do Estado de Goiás, sob o comando do Capitão Antônio César de Siqueira, que tomou as necessárias providências para interceptar os revoltosos em Santa Maria de Taguatinga, inclusive requisitando os serviços do civil Francisco Liberato Póvoa para servir como enfermeiro. No dia 29 de setembro de 1925, a vila de Santa Maria de Taguatinga foi atacada por 250 revoltosos, segundo

informe do comandante da força policial. Comandavam esse pequeno grupo os coronéis Juarez Távora e Siqueira Campos, enquanto o grosso da coluna revoltosa, sob o comando do General Miguel Costa, do Coronel Carlos Prestes e do civil João Alberto Lins, se deslocava rumo a Conceição do Norte. O General Miguel Costa e o Coronel Carlos Prestes falam de modo sucinto dessa passagem em carta ao gaúcho Dr. Batista Lusardo: “A 28, a Divisão deslocou-se para Natividade via Conceição, enquanto que uma força do 3º Destacamento, sob o comando do Tenente-Coronel Siqueira Campos, era lançada como flanco-guarda direito da Coluna nas direções de Santa Maria de Taguatinga e Duro. Cumpria ainda a esse flanco-guarda destacar sobre a fronteira baiana a fim de fixar ou localizar as avançadas inimigas, constituídas de um lado pela polícia goiana, saída do Duro, e de outro, por forças federais vindas de Barreiras, na Bahia.” As notícias do choque dos revoltosos com a polícia em Santa Maria de Taguatinga fizeram com que as escolas suspendessem as aulas até a passagem da tormenta em várias localidades. Do município da Palma, um professor dava notícia de ter a cidade sido invadida em 1925 pelas hostes revolucionárias do General Izídio. Passada a tormenta, o Professor Córdia relata em poucas palavras o que ocorreu no Município da Palma, que na verdade é uma síntese do que aconteceu por onde a chamada Coluna Prestes passou na sua caminhada de mais de trinta mil quilômetros por todo o Brasil: “Aula Pública da cidade da Palma, em 27 de outubro de 1925. Exmo. Sr. Dr. Artur da Silva Jucá, DD. Secretário do Interior e Justiça. Saudações. Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. que tendo-se as hostes revolucionárias afastado deste município, onde fizeram muitas depredações, saqueando e incendiando propriedades de alguns fazendeiros, invadindo lares nos quais implantaram a desonra e o luto sem que ao menos coubesse às infelizes e indefesas vítimas de tamanho banditismo o sagrado direito de protestarem, V. bem V. Exa. pelas ligeiras exposições que aqui faço os horrores que sofremos durante os longos e tenebrosos dias do corrente mês. Os prejuízos causados neste município são superiores a 100:000\$000 (Cem contos de réis). Aproveito a oportunidade para reafirmar a V. Exa. os protestos de subida honra e distinta consideração. Saúde e Fraternidade. O Professor Aristides Mendes Córdia.” (PÓVOA, 2006, p. 181-187).

Também em 1926, estando presidente da República Arthur Bernardes, o mesmo enalteceu a figura de Abílio Wolney, contemplando-o com a

patente de “coronel patriota”. Esse fato se liga à resistência oposicionista no movimento de São José do Duro (1918), reconhecida à época nas instâncias da Justiça Federal e do Tribunal de Justiça do Estado como uma ação política contrária aos desmandos da Velha República em Goiás, a qual a história vem resgatando atualmente.

A concessão da patente foi o salvo-conduto com o qual Abílio Wolney se veria livre da sentença de morte dada pelo situacionismo, em razão da qual viveu lutando e depois fugindo, primeiro para Barreiras-BA. Mudou-se para o Piauí e foi sapateiro. Ainda exilado de Goiás, estivera em Pilão Arcado, sob a proteção do coronel Franklin Lins de Albuquerque.

Enfim, depois do seu calvário iniciado em 1918, estava Abílio, em 1926, sob as graças do governo de Arthur Bernardes para integrar um batalhão patriótico e, então, passa a residir definitivamente em Barreiras-BA.

A rigor, tal anistia foi um ato sobremaior no aspecto legal e político, mas juridicamente estéril, salvo quanto a outras ou novas perseguições da máquina estatal goiana, que gerava processos judiciais contra os insubordinados ao regime do Palácio Conde dos Arcos.

Um dos poucos processos abertos atualmente ao público e até aqui desconhecido pela história foi presidido pelo Juiz Celso Calmon, que no mesmo ano de 1919 foi todo anulado pelo Tribunal de Justiça de Goiás, que entendeu que, por se tratarem de fatos políticos, da competência da Justiça Federal, para aquela instância deveriam ser e foram remetidos os autos.

Em 1922, o processo havia sido encerrado na instância da Justiça Federal por prescrição, portanto sem condenação, *in litteris*:

[...] Por esses fundamentos e de acordo com a opinião sustentada pelo Ilmo. Sr. Procurador da República na sua promoção, julgo prescrita a presente ação penal e mando que subam os autos, no prazo legal, ao Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal, intimando o Dr. Procurador da República. Custas na forma da lei. Goyas, 8 de novembro de 1922. (as) Luiz Xavier de Almeida – Juiz Federal. (AIRES NETO, 2013, p. 85).

A ausência de qualquer condenação contra Abílio justificava o ato do presidente da República em conceder ao ex-deputado estadual Abílio Wolney as patentes de tenente-coronel e coronel-patriota.

Abílio formou um batalhão de 1.000 homens, devidamente fardados, municados e instruídos, para dar combate à Coluna Prestes, demonstrando

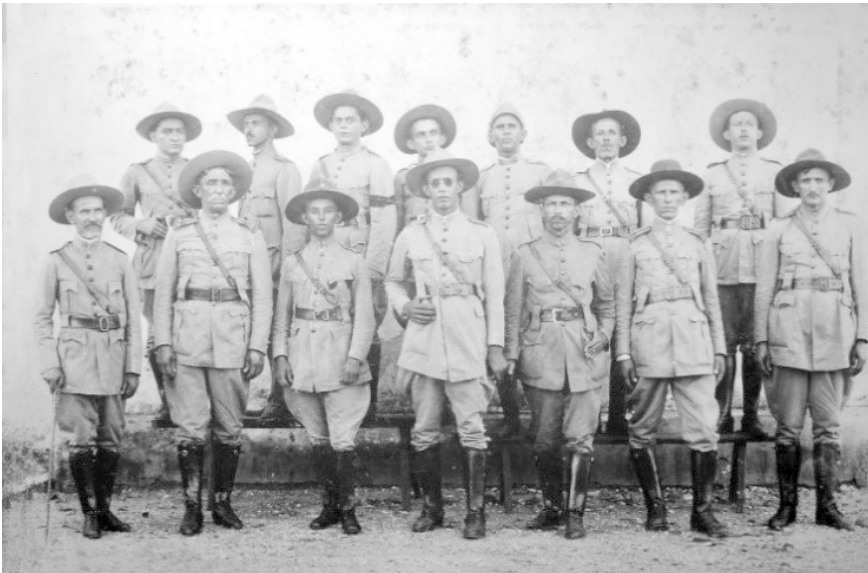
fidelidade a Arthur Bernardes. Nessa época, andava fardado como militar, sendo a única diferença da sua farda para a dos militares regulares as divisas pretas, que eram brancas no uniforme dos militares de carreira, como escreve Nertan Macêdo.

Tratava-se da “Coluna Abílio Wolney”, assim designada por seu comandante-em-chefe, que jamais colheu desse levante qualquer dividendo, mesmo que fosse político.

Com a missão de combater a Coluna Prestes e comandando um batalhão, vamos encontrar Abílio Wolney no dia 24 de fevereiro de 1926 na cidade de Boa Vista, ao lado de outros, na linha de frente, segundo Jorge Amado no livro *O Cavaleiro da Esperança*.

Acolhendo os seus parentes e conterrâneos desterrados em Barreiras, o nomeado tenente-coronel Wolney destaca como oficiais da sua coluna os genros Antônio Pinto Póvoa, João Correia de Melo, Francisco Liberato Póvoa, João Magalhães e Coquelin Ayres Leal.

Figura 2 – Da esquerda para a direita, Abílio Wolney é o primeiro da fila da frente



Fonte: Acervo pessoal de Doralina Wolney Valente.

Entretanto, Abílio usava da estratégia de mandar alguém delatar que o seu batalhão estava no encalço da coluna, de modo que os revoltosos fossem se afastando da localidade onde se encontrassem, evitando

o choque armado. E assim atingia o objetivo de “empurrar” a coluna, que adiante saíria do País.

Segundo Pang (1979, p. 187):

[...] no início de 1926, cerca de dez “Batalhões patrióticos” foram organizados pelos coronéis da Bahia. Três deles tiveram um papel importante na campanha: o batalhão de Lavras Diamantina, comandado por Horácio de Matos (cerca de 1.500 homens); o batalhão Franklin Lins, do Vale Médio do S. Francisco (cerca de 800 homens), e o grupo de Abílio Wolney, formado por recrutas de Barreiras e Goiás (cerca de 1.000 homens). Essas unidades recebiam dinheiro e armas do Governo Federal, e os oficiais e todos os outros homens receberam postos como se fossem do exército.

O batalhão de Abílio só podia ser composto mesmo por homens do Nordeste Goiano e de Barreiras-BA, que era divisa. A ressalva serve para lembrar da Coluna Totó Caiado, batalhão de “voluntários” recrutados nos municípios do sul pelo referido e então senador da República.

Conforme o “Boletim Oficial” do jornal *O Democrata* nº 422, de 11/9/1925, também não tendo se confrontado com os revoltosos, a participação dos seguidores de Totó serviu mais como fator de recrutamento de eleitores para o pleito do Legislativo Estadual do que para enfrentar os tenentes, desejando a manutenção do seu grupo político no poder em Goiás.

O mencionado jornal é citado por Itami Campos (1987), para quem, no que se refere ao combate à Coluna Prestes, em Goiás, são graves as acusações feitas ao senador goiano por diferentes autores.

Numa carta da época, Abílio Wolney narra a seguinte ocorrência:

Corrente 19-12-25. Antoninho, hoje ao entrar do sol recebi seu ofício de ontem procedente como devia. Antes do seu positivo chegava o Epifânio com a ordem do comando-em-chefe para que o Esquadrão seguisse para embarcar em Pontal e o Bm. patriota para Santa Rita; tudo sem perda de tempo. Os revoltosos tomaram Urussuly e devem estar em Floriano pelo que foi alterado o plano de defesa. Em vista disso V. despacho atrasados expressos que despachou para Vitória e Urussuly e volte com o resto do pessoal trazendo os do posto. Isto por aqui, por enquanto está em perigo. O Cap. Meirelles virá com a força dele para esta V^a. José Honório continuará em suas fazendas juntando seu gado. Calcule as despesas dos soldados que

ficaram e dê o dinheiro preciso a fim de nada ficarem a dever. No dia que v. saiu piorei da caxumba, só hoje estou me levantando muito abatido. Lembrança a teu pessoal, de teu sogro amigo. Abílio Wolney. (Arquivo pessoal do autor).

A vanguarda do Batalhão de Abílio Wolney combateu Djalma Dutra, Mendes de Moraes e o tenente Nelson. A coluna, sob seu comando, marchou na fronteira da Bahia, tiroteando quase todos os dias. O tenente Nelson, quando cortava os fios telegráficos em Uruçuí, foi atacado pelas forças de Wolney. Esse, nas suas andanças, alcançou o sul do Piauí.

Com a farda da patente, que lhe fora concedida pelo presidente Arthur Bernardes, Wolney integrava o seu aos diversos batalhões patrióticos do País, os quais empurraram a coluna para fora do Brasil, sem grandes perdas de vidas humanas. No início de 1927, após a travessia do pantanal, parte da coluna comandada por Siqueira Campos, que tinha o melhor destacamento, chegou ao Paraguai com o objetivo de desviar a atenção das tropas legalistas, ao passo que o restante exilou-se na Bolívia.

Referências

- AMADO, Jorge. *O Cavaleiro da Esperança*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1981.
- ASSIS, Wilson Rocha. *Estudos de História de Goiás*. Goiânia: Editora Vieira, 2005.
- CAMPOS, ITAMI. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1987.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias (1889-1943): a Bahia na Primeira República*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.
- PÓVOA, Osvaldo Rodrigues. *Inconfidências de Arquivo (O Velho Norte de Goiás)*. Goiânia: Editora Kelps, 2006.

Capítulo 15

MUDANCISMO CONDICIONADO

Construir sem destruir

Jales Guedes Coelho Mendonça¹

Em edição especial publicada em 2009, alusiva aos 50 anos de Brasília, a revista *Veja* divulgou uma pesquisa confeccionada pelo Instituto Ibope, em março de 1960, mostrando que à época 73% dos moradores do Rio de Janeiro aprovavam a mudança da capital federal para o Planalto Central e apenas 24% rejeitavam-na. O retrato da opinião pública carioca nas vésperas da remoção dos poderes revela um indicativo luminoso para o presente estudo.

De igual modo, tem-se notícia de que em Ouro Preto, no início da República, também existiam numerosos partidários da transferência para Belo Horizonte, porquanto a construção de uma nova cidade abriria oportunidades de negócios e outras perspectivas aos comerciantes, banqueiros e, enfim, ao sistema capitalista.

No Estado de Goiás, a construção de uma nova capital efetivou-se posteriormente à Revolução de 1930. A narrativa oficial sobre a transferência, escrita sob a ótica dos vencedores e no calor dos acontecimentos – logo após a implantação da ditadura do Estado Novo (1937–1945) –, foi pioneiramente formulada na obra *Como Nasceu Goiânia* (1938), de Ofélia Sócrates Monteiro, esposa do secretário de Segurança Pública,

1 Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG). Promotor de Justiça.

João Monteiro. A reconstituição ordenou-se em torno de um eixo dualista simples: mudancistas versus antimudancistas, sendo que os primeiros representavam o bem e os últimos, o mal, conforme ensina o historiador Eliézer Cardoso de Oliveira (1999).

A versão transformou-se em verdadeiro “mito de origem”, conceito descrito por José Murilo de Carvalho, em seu *A Formação das Almas* (1990), da seguinte forma:

O mito de origem procura estabelecer uma versão dos fatos real ou imaginada, que dará sentido e legitimidade à situação vencedora. (...) Se não são abertamente distorcidos, os fatos adquirirão, na versão mitificada, dimensões apropriadas à transmissão da ideia de desejabilidade e de superioridade da nova situação. A mesma distorção sofrerão os personagens envolvidos.

Essa leitura maniqueísta de Ofélia, presa à lógica do “tudo ou nada”, além de pobre analiticamente, reduz a complexa conjuntura da época a uma dicotomia que não corresponde à realidade factual. Ademais, uma outra história alternativa ao percurso mudancista afinal trilhado termina completamente soterrada.

Segundo dados objetivos coletados junto à Justiça Eleitoral, sobretudo no “Boletim” do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral (TJSE) dos anos 1930, o partido liderado pelo interventor/governador Pedro Ludovico Teixeira obteve folgada vitória nas três eleições realizadas na antiga capital durante a referida década – em 1933 (Constituinte Nacional), em 1934 (Constituinte Estadual) e em 1935 (Câmara Municipal).

Ora, se o par binário (mudancista x antimudancista) explicasse adequadamente o vivido, a consequência incontornável seria uma acachapante e tríplice derrota da agremiação ludoviquista no suposto centro de resistência ao principal projeto governamental.

No pleito de 03 de maio de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte, no município de Goiás, de acordo com a Ata Geral de Apuração da Eleição do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral, publicada no referido “Boletim” do TSJE, 1.775 pessoas votaram validamente, fracionando-se do seguinte modo: a) 1.148 votos no Partido Social Republicano (PSR/governista); b) 497 nos candidatos avulsos; e c) 130 na legenda Democratas (oposicionista).

Deduz-se dos números que o PSR atingiu quase o dobro de votos dos candidatos avulsos e da legenda Democratas juntos. Assim, é incontestável o triunfo da agremiação situacionista em Vila Boa na primeira eleição após a Revolução de 1930.

Na contenda eleitoral seguinte, de 14 de outubro de 1934, para a Assembleia Constituinte Estadual, pela segunda vez consecutiva, o PSR (governista) logrou êxito em Vila Boa. Em todas as seções eleitorais, os deputados pesserristas venceram os candidatos da Coligação Libertadora (oposicionista).

A última disputa, ocorrida no final de 1935, foi a que reconstitucionalizou os municípios, selecionando os edis e alcaides. Na ainda capital, por determinação da Constituição Estadual, haveria sufrágio apenas para o cargo de vereador, já que o prefeito era de livre nomeação do governador.

Terceira vitória pesserrista no município de Goiás. No pleito de 1º de dezembro de 1935, votaram 1.252 pessoas, assim distribuídas: a) PSR: 815; b) Coligação Libertadora: 253; c) Integralismo: 64.

A conclusão lógica que se impõe, ante o resultado, não poderia ser outra senão a mesma a que chegou o Correio Oficial de 19 de dezembro de 1935: “No pleito municipal de 1º do corrente, o partido de que é chefe o sr. dr. Pedro Ludovico elegeu oito vereadores e a oposição, dois. Isto prova que o próprio povo de Vila Boa não nega apoio à mudança da capital.”

Certamente por isso, Bernardo Élis (1987), autor do conto *Receita goiana para mudar uma capital*, reforça a fragilidade dessa conexão mecânica entre antimudancista e vilaboense:

Grande número, entretanto, mesmo sendo filho da histórica cidade, mesmo a amando entranhadamente, percebia que a mudança era a única maneira viável de romper a estagnação que por dois séculos sufocava o Estado. E, torcendo a própria orelha, apoiava a mudança como um imperativo embora cruel e doloroso.

A ponderação de Élis explica o apoio vilaboense pelo ângulo do desejo do progresso estadual. A rigor, não se deve olvidar das análises históricas que o surgimento de uma nova cidade abriria para os capitalistas em geral grandes oportunidades de negócios.

Nessa mesma direção, eis o conteúdo do telegrama do interventor goiano ao presidente Getúlio Vargas em 07 de julho de 1932:

Seguiu hontem, registro, memorial desta Interventoria sobre mudança capital Goyaz. Interior vibra entusiasmo pela ideia que é apoiada maioria população desta Capital. Peço fineza leitura atenciosa dito memorial. Respeitosos cumprimentos. Pedro Ludovico.

No decorrer de todo o ano de 1932, artigos relacionados à transferência da sede governamental são constantes no jornal vilaboense *Voz do Povo*. Entre os vários escritos publicados, o confeccionado por Ignácio Xavier da Silva, na edição de 10 de julho de 1932, chama a atenção:

Diversas correntes já se formaram. Há uma que diz ‘sim’, outra repete ‘não’ e uma terceira grita ‘pode ser que sim, conforme...’. [...] Formemos, pois, Senhores, na corrente que diz: ‘Pode ser que sim, conforme’ e auxiliemos o nosso digno Interventor nessa penosa tarefa, mesmo porque a velha Goiaz há de ser o recanto para as nossas férias, para as nossas recordações.

No momento de sua convocação, Ignácio Xavier da Silva informa que diversas correntes “já se formaram”, ou seja, além dos dois tradicionais grupos, a terceira corrente do “pode ser que sim, conforme...” era naquele instante uma realidade concreta em Vila Boa. Em outras palavras, a terceira corrente, ou seja, o mudancismo condicionado, já existia e o articulista aproveitou a ocasião para conclamar a população goiana a engrossar suas fileiras centristas.

A bem da verdade, em uma rápida contextualização, na segunda metade da década de 1920, muitos vilaboenses atuaram na oposição ao Partido Democrata, dirigido então pelo senador Antônio Ramos Caiado. Com a vitória da Revolução de 1930 e a conseqüente alteração do tabuleiro político, esses antigos opositores passaram a ocupar posições de destaque na administração estadual, que, por sua vez, advogou a retirada do trono de capital da cidade onde eles justamente exerciam liderança. Eis uma hipótese clássica de conflito de lealdade.

A evolução do emblemático posicionamento assumido pelo magistrado Mário de Alencastro Caiado em relação à construção de Goiânia evidencia o mudancismo condicionado e clarifica a experiência vivida, consoante ressei com riqueza de detalhes e fontes abundantes do nosso livro *A Invenção de Goiânia: o outro lado da mudança* (2018).

A propósito, o ex-prefeito de Goiânia Hélio Seixo de Britto (1972) bem sintetizou a encruzilhada vivida por seu sogro, João Coutinho, e seus companheiros:

Homens da Revolução de 1930, amigos do Governo, deputados pela antiga capital, de que eram líderes, tinham que se repartir, não traíndo seu povo e ajudando a mudança, que reputavam de alto interesse para o Estado. A missão deles era a mais delicada, como deputados governistas do município espoliado. Tinham que se conduzir com habilidade e diplomacia, para conciliar os sentimentos, e até mesmo os interesses dos vilaboenses com a necessidade da mudança.

Para ilustrar com cores vivas a desconfortável circunstância histórica vivida pela elite política situacionista da Cidade de Goiás, vale recorrer à exposição eloquente consignada por Jaime Câmara no prefácio da primeira edição de sua importante obra *Os tempos da mudança* (1967):

Viveram eles uma das fases mais difíceis da história política de Goiás. Ligados à velha cidade há duzentos anos, amantes da terra e de sua gente, o destino colocou-os numa encruzilhada sem lhes dar qualquer direito de opção. Se se declarassem favoráveis à mudança, como de fato o eram, não seriam compreendidos pelo povo, ao qual estavam ligados intimamente por relações de amizade e exercício de liderança. Se se declarassem contra a mudança, atendendo assim aos imperativos da reação popular, ficariam mal situados perante a história e desserviriam ao Estado, que eles queriam poderoso no futuro.

Emerge exatamente desse contexto o mudancismo condicionado, solução conciliatória do típico jogo de acomodação da cultura política brasileira. A saída centrista encontrada, cujo lema era “construir sem destruir”, selou o apoio dos vilaboenses governistas à edificação de Goiânia, condicionado, porém, à preservação cultural e educacional alcançada pela Cidade de Goiás e à implantação de melhoramentos urbanísticos.

A antiga capital, nos anos de 1930, era a única municipalidade do Estado detentora de uma rede pública de ensino completa, que começava no jardim de infância, passava pelo tradicional Liceu (equiparado ao Colégio Dom Pedro II, do Rio de Janeiro) e chegava à Faculdade

de Direito (reconhecida em 1936 pelo órgão federal competente). Apesar de não dotada dos serviços de abastecimento de água e coleta (e tratamento) de esgoto, a comuna oferecia a seus habitantes, desde o ano de 1920, energia elétrica, subvencionada pelos cofres estaduais.

Sob a moldura desse panorama, Bernardo Élis (1987) lança uma tirada genial, a realçar a primazia cultural da capital em comparação com os demais municípios do Estado: “Era Goiás talvez a única cidade habitável no Estado. O vilaboense sabia disso e se julgava um heleno entre bárbaros, na opinião talvez injusta dos habitantes do resto do Estado.” De acordo com o escritor, essa mentalidade de parte dos goianos do interior, gênese do mudancismo incondicionado – mudança sem qualquer compensação –, ocasionava uma “velada porém mal contida revolta contra a velha cidade de Anhanguera, única a obter favores da mísera renda estadual”.

Os vilaboenses aspiravam a preservação dessa hegemonia intelectual conquistada a duras penas e exteriorizada sobretudo nos estabelecimentos educacionais, conforme observou o médico Laudelino Gomes de Almeida em 1932: “A mudança da capital não envolve a destruição da velha cidade de Goiás. Esta viveria na história dos dias da vida goiana (...) como um centro de cultura inicial no seu Lyceu, na sua escola normal, no seu jardim de infância, etc.”.

Para os vilaboenses, a tradicional comuna de seus antepassados deveria progredir, mas, para tal fim, seria necessário que se mantivessem algumas centelhas (especialmente a rede pública de ensino) com capacidade de, pelo menos, amenizar o abalo projetado sobre o seu desenvolvimento. A lendária capital, que reverenciavam e continuariam servindo de morada, disputaria com a nova a hegemonia social, política, econômica e fundamentalmente educacional. O lema era: “Construir uma nova cidade sem destruir a outra.”

A manutenção desse patrimônio cultural material e principalmente imaterial, aliada à ambição de dotar-se a cidade dos serviços sanitários de água e esgoto, bem assim o apoio à nova ordem política estadual pós-1930, alimentou conjuntamente a formação da corrente intermediária do “pode ser que sim, conforme...”, no dizer do já mencionado jornalista Ignácio Xavier da Silva (1932), primeiro a conclamar o alistamento em suas fileiras pela imprensa.

O sentimento de preservar a Cidade de Goiás esboçou-se logo no começo do percurso mudancista pela voz do próprio presidente da comissão

responsável por escolher o local da futura capital, Dom Emanuel, arcebispo de Goiás, que, ao aceitar a missão, telegrafou ao interventor, conforme divulgado na revista *Informação Goiana* de dezembro de 1932:

Aceitamo-lo agradecido, para prestar desinteressadamente nosso modesto concurso magno problema muito favorecerá desenvolvimento Estado e cooperar nobres propósitos Vossência cercar todas as garantias vida cidade de Goyaz sede permanente nossa querida Diocese primaz.

Resta indene de dúvida que o próprio interventor Pedro Ludovico advogou, nos primeiros anos do itinerário mudancista, amparo à antiga capital, mormente na seara educacional e cultural, ao prometer, por mais de uma oportunidade, a permanência do tradicional Lyceu – estabelecimento equiparado ao Colégio Pedro II do Rio de Janeiro – e da Escola Normal Oficial, além de outras repartições. Eis sua entrevista publicada no jornal *Lavoura e Comercio*, de Uberaba, no dia 07 de dezembro de 1932:

Por minha parte, deixarei na atual capital goiana uma companhia de polícia, a Escola Normal, o Liceu Goiano e outras repartições que estimulem a sua vida e que lhe emprestem importância. A velha capital, além disso, será favorecida por outros meios tendentes a evitar o seu perecimento.

As reivindicações desse poderoso movimento do mudancismo condicionado foram acolhidas, não apenas em discursos e pronunciamentos, mas gravadas formalmente no artigo 5º, § 3º, das disposições transitórias da Constituição de 1935 – “o governo empregará medidas consentâneas que salvaguardem os interesses econômicos da Cidade de Goiás” –, e anteriormente no artigo 2º, do decreto nº 3.359, de 18 de maio de 1933 (norma que escolheu o município de Campinas como a futura sede), com o seguinte texto: “O governo do estado entender-se-á com o município de Goiás sobre o emprego de proteção à cidade, atual sede da administração pública, resguardando-a da decadência.”

O transcrito art. 2º representou relevante marco na história da mudança da capital goiana, particularmente no esforço pela preservação da Cidade de Goiás. Ademais, traduziu a institucionalização das promessas ludoviquistas e tornou-se um dos princípios basilares da mudança, além de evidenciar a pressão municipalista emanada dos moradores da Cidade de Goiás.

Com efeito, o decreto nº 3.359/1933, editado durante o período discricionário varguista/ludoviquista, merecia inevitavelmente sofrer uma atualização devido aos ares democráticos oriundos da nova ordem constitucional instaurada com a promulgação da Constituição Federal de 1934. Por esse motivo, o artigo 2º do citado decreto se renovou em 1935. Seu viés preservacionista, porém, permaneceu, sobrevivendo às longas 12 etapas da Constituinte Estadual de 1935.

Em outras palavras, era a nova roupa jurídica do art. 2º do decreto nº 3.359/1933. O mudancismo condicionado mudava de indumentária, mas não de corpo, tampouco de objetivo.

O uso dos vocábulos “decadência” e “proteção” na redação dos dispositivos acima mencionados chama a atenção e atesta o compromisso governamental de amortecer cuidadosamente a inevitável queda projetada pelo município. Aliás, tal amparo restava imperioso frente à visível dependência de Vila Boa do mundo oficial, ou, consoante ponderou Bernardo Élis: na cidade, a “única indústria era o emprego público”.

Em síntese, cronologicamente, o itinerário das balizas legais do mudancismo condicionado pode ser assim resumido: a) art. 2º do decreto nº 3.359, de 18 de maio de 1933; b) art. 5, § 3º, da Constituição Estadual de 1935; c) projeto de lei nº 1 de 1936.

A despeito das determinações normativas citadas, no momento decisivo da regulamentação do dispositivo mudancista da Constituição Estadual de 1935, a Assembleia Legislativa acabou não aprovando o projeto de lei nº 1, encaminhado pelo governador em exercício, deputado Hermógenes Coelho, em julho de 1936. O mencionado projeto de lei, além de determinar a transferência definitiva dos poderes para Goiânia, previa igualmente uma série de benefícios à antiga capital, especialmente a conservação dos estabelecimentos de ensino, salvo a Faculdade de Direito.

A sutil diferença entre a “lei” e o “decreto” não deve ser negligenciada, pois afigura-se em elemento-chave para a compreensão dos acontecimentos e suas implicações nas marchas e contramarchas dos eventos ulteriores.

Ao final, prevaleceu a vontade do governador Pedro Ludovico. Para ele, o artigo da Constituição de 1935 sobre a mudança seria autoaplicável, isto é, a participação do Poder Legislativo tornar-se-ia desnecessária nessa fase crucial. Em outras palavras, um simples “decreto” – ato unilateral do chefe do Executivo – resolveria a questão, já que extrairia diretamente da

própria lei maior (Constituição) sua força normativa, não precisando da confecção de uma “lei”. Por isso, o projeto de lei nº 1 de 1936 nunca foi devidamente aprovado. É nessa linha de raciocínio que emerge o decreto nº 1.816, de 23 de março de 1937, sem qualquer benefício à antiga capital e apenas ordenando a remoção dos poderes para Goiânia.

Na sequência, a rede de ensino pública existente na Cidade de Goiás é transferida para Goiânia, bem como todos os servidores públicos federais e estaduais, junto com suas respectivas repartições. A unidade do Exército é fechada, os consulados removidos e, por último, cassa-se a própria autonomia municipal em 1937, interditando-se a eleição para prefeito da agora “estância hidromineral”.

Além de o jornal *A Razão*, primeiro de propriedade de Jaime Câmara, comparar a mudança a um “cavalo de troia”, Paulo Bertran (2006) destacou que a rota afinal seguida provocou “a ruptura do tecido cultural antigo, urdido na velhice de dois séculos pregressos de história. E a ruptura daquilo que hoje se chama de goianidade”.

Por fim, o poema de Josefina Pinheiro Mendes (2002) sintetizou de modo refinado o sentimento vilaboense após a procela mudancista e a derrota dos postulados do mudancismo condicionado: “Ó cidade de outeiros/ Que pena, tudo passou!.../É isto que aqui ficou:/Algum caçador já velho,/ Funcionário aposentado.../Ponte Nova, Carmo e Lapa/É uma trinca que escapou.../Também o Rio Vermelho/Pois esse ninguém levou...”.

Referências

- ALMEIDA, Laudelino Gomes de. *A mudança da capital*. Voz do Povo, Goyaz, Capital, 24 jul. 1932.
- BERTRAN, Paulo. *Memória consútil e goianidade*. Revista da UFG, ano VIII, n. 1, jun. 2006.
- BRITTO, Hélio Seixo de. *Mudança da capital: a verdade para a História*. Cinco de Março, Goiânia, 30 out. a 05 nov. 1972.
- CÂMARA, Jaime. *Os tempos da mudança*. Goiânia: ed. do autor, 1967.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ÉLIS, Bernardo. *Goiás em sol maior. Obra reunida de Bernardo Élis*. Coleção Alma de Goiás, v. 4. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1987.

Jales Guedes Coelho Mendonça

MENDES, Josefina Pinheiro. *Recordando*. Goiânia: Deescubra, 2002.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *A Invenção de Goiânia: o outro lado da mudança*. 2. ed., Goiânia: Ed. UFG, 2018.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como Nasceu Goiânia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *As imagens e mudança cultural de Goiânia* (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

SILVA, Ignácio Xavier. *A Mudança da Capital*. Voz do Povo, Goyaz, Capital, 10 jul. 1932.

Capítulo 16

DOIS GOLPES, DUAS CONSEQUÊNCIAS

Goiás, do Estado Novo ao Golpe de 1964

José Fábio da Silva¹

O escritor Edival Lourenço conta em suas palestras uma interessante história de infância. Quando criança, ele vivia com a família em uma região rural próxima ao município de Iporá. O seu pai acabou por se envolver com movimentos agrários, embora, segundo o próprio escritor, não entendesse muito bem o que era aquilo. Mantinha boas relações com o dono da terra em que trabalhava e costumava ir à casa dele para ouvir as notícias no rádio. Quando estourou a Revolução Cubana, em 1959, foi anunciado que Fidel Castro prometia a divisão de terras entre os camponeses cubanos. “Esse é dos meus!”, teria dito o seu pai. “Comunista em minha terra, não!”, recebeu como resposta. Essa querela levou à sua demissão e eventual expulsão da região. Ninguém queria um comunista em suas terras. Como resultado, a sua família abandonou o campo e foi morar na cidade. Lá, o pequeno Edival teve a chance de iniciar os seus estudos e, posteriormente, seguir uma profissão diferente da do pai. Para completar a sequência de desventuras, o seu pai descobriu ter contraído a doença de Chagas; a mudança para a cidade – embora a contragosto – acabou por ser benéfica, pois a sua condição de saúde não era favorável ao árduo trabalho do campo.

1 Historiador, contista e roteirista, é Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

Essa pequena história revela muito do que era Goiás entre os anos de 1940 e 1960. Temos presente o medo da ameaça comunista, usada como justificativa para dois golpes de Estado, um em 1937 e outro em 1964; os conflitos agrários, marcados, simultaneamente, pelo enfraquecimento do coronelismo e endurecimento das forças militares; o êxodo rural, que levou inúmeras famílias a abandonar os campos e tentar a vida nas grandes cidades ou, no caso de Goiás, pequenas e médias cidades; uma mudança nos meios de comunicação, o rádio, não só como aparelho, mas também como emissora, se fazia cada vez mais presente no Estado; as mudanças no sistema educacional, que, apesar de ainda incipientes, atingiam cada vez mais as camadas populares; e ainda mudanças no sistema de saúde, que assim como a educação, ganhava novos contornos naquele período. Goiás ainda assistiu, nesse período, à construção e transferência de duas capitais em seu território. Esse conjunto de mudanças, que inaugurou o Goiás moderno, deu-se em meio a um cenário político conturbado no País, marcado por um regime autoritário e, posteriormente, por uma democracia de cunho populista que não conseguiu sustentar-se.

É preciso entender como o Estado de Goiás se inseriu no conjunto das mudanças estruturais brasileiras no transcurso do século XX e também como a historiografia buscou representar a importância e a dinâmica desse processo. A história de Goiás foi concebida, assim como outras histórias regionais, não só como uma página da história nacional, mas como um elemento que propositalmente destoa do resto da obra. Assim como esses elementos distinguem e relacionam a história de uma região à história de uma nação, processo similar ocorre na formação histórica de uma localidade específica frente à história regional de um Estado.

As eleições durante a Primeira República foram marcadas pela corrupção e pelo voto de cabresto: eufemismo para compra e coerção dos eleitores. Pedro Ludovico assumiu a chefia do Estado depois da Revolução de 1930, defensora de princípios democráticos no discurso, mas que assumiu o poder destituindo o presidente Washington Luiz e tomando o poder “provisoriamente”. O discurso ludoviquista ganhou força por sua crítica ao caiadismo, que durante o coronelismo foi a força política hegemônica de Goiás. Seguindo as ideias propagadas pela Aliança Liberal, liderada por Vargas, a promessa era a construção de um Estado Novo – e isso ocorreu ao menos na nomenclatura – baseado nos ideais democráticos. Goiás assistiu a um significativo desenvolvimento econômico nesse período, todavia,

do ponto de vista político, a administração foi acusada de substituir um núcleo político-familiar por outro. Os autores do livro *História de Goiás no Século XX* discordam que ocorreu nesse período a formação de uma oligarquia aos moldes da Primeira República, já que, “após o Estado Novo, o culto à personalidade, próprio do regime imposto por Vargas, encontra no interventor regional seu culto local” (ARRAIS; OLIVEIRA; ARRAIS, 2016, p. 101). Ou seja, o poder político não se sustentou sob a batuta de um grupo familiar, mas na figura política do líder carismático.

Junto à figura do interventor, a “história moderna” de Goiás consolidou-se também a partir da construção de Goiânia, tomada como o germe de uma mentalidade moderna para a população do Estado. Conforme Machado:

Assim, as transformações porque passa o Estado, decorrentes da implantação de uma mentalidade progressista/modernizadora, parecem, aos olhos da população, advindas da vontade e das mãos do homem Pedro Ludovico. Consequentemente passa a ser visto como benfeitor de Goiás, como o homem que tirou o Estado do atraso, como o construtor de Goiânia... (MACHADO, 1990, p. 101).

A construção de Goiânia atribuiu um status de modernidade a Goiás; a transferência da capital funcionou como uma forma de “pular etapas” na constituição de um Goiás moderno. Conforme Mello e Silva, “a construção de uma nova cidade-capital para o estado, com o intuito de romper com as bases de sustentação da estrutura oligárquica goiana” (MELLO; SILVA, 2013, p. 58). Chaul afirma que a consolidação de um Goiás moderno converge, então, na edificação física e simbólica da nova capital, independente das condições econômicas e estruturais de outras áreas do Estado. Para o autor:

Goiânia será então o símbolo maior da modernidade ou do progresso em Goiás. A representação da nova capital reuniu o tradicional e o moderno, expressos tanto nas formas como nos debates sobre a pertinência ou não da realização desta obra, nos quais ficam demonstradas as contradições daquela sociedade ao se confrontar seu *modus vivendi* com a questão da modernidade. Entre a perplexidade e a fascinação, a ideia de progresso iria sustentar as propostas políticas dos homens dos anos 30 em Goiás, traçando caminhos sinuosos e arquitetando novas formas de representação. (CHAUL, 2010, p. 170).

O passado aurífero e a vocação agropecuária foram sobrepujados, mas não substituídos por outro fator na organização temporal das narrativas históricas da região: a construção de Goiânia marcou o nascimento de uma nova fase da história do Estado. “A nova capital redefiniu o espaço, o tempo e a escrita da história de Goiás, enquanto a perspectiva orientadora do historiador goiano migrou para um presente distante das experiências e das expectativas de seu próprio tempo” (ARRAIS; SANDES, 2013, p. 861). Essas mudanças de orientação na escrita histórica regional, no entanto, não significavam uma mudança substancial nos métodos utilizados na interpretação do passado.

A promessa de um Estado Democrático de Direito, todavia, converteu-se em um autogolpe do governo federal, em 1937, que tinha como argumento a garantia da própria democracia frente à ameaça comunista que se fazia cada vez mais presente. Do ponto de vista político, é impossível pensar o século XX sem mencionar a tensão mundial causada pela Guerra Fria (1947-1991) que se instaurou após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A ideia de uma ameaça comunista, todavia, já era presente desde a Revolução Russa de 1917. Apesar de a Revolução de 1930 e a consequente transferência da capital do Estado da Cidade de Goiás para Goiânia ser a chave interpretativa mais comum para se pensar o pontapé inicial da modernização goiana, foi o golpe de 1937 instaurado por Vargas que consolidou os planos de Pedro Ludovico Teixeira.

Apesar de Pedro Ludovico ter consolidado a sua influência política desde a Assembleia Constituinte de 1935, que o elegeu como governador do Estado, com a qual tinha garantida a sua permanência no cargo por quatro anos e a transferência da capital, foi o Golpe de 1937 que consolidou a narrativa oficial desse processo. Conforme Mendonça, “a eleição consolidou definitivamente o poder nas mãos de Pedro Ludovico Teixeira” (MENDONÇA, 2012, p. 254). Ainda assim, a instalação do Estado Novo tornou-se um dos principais acontecimentos responsáveis pela consolidação da transferência da capital para Goiânia. Conforme Chaul, “o Estado Novo foi o catalisador final da transferência da capital, e, paralelamente, significou, para Goiânia, o início de uma dependência política cada vez maior em relação ao governo federal” (CHAUL, 2010, p. 262). O historiador ainda acrescenta que:

Decretado o Estado Novo, as forças políticas oriundas de 1930 buscavam sua concretização no espaço político goiano. No plano nacional, a partir dessa época, era preciso repensar o Brasil como um país que experimentava um processo de consolidação política e econômica. O nacionalismo ganha ímpeto, e o Estado firma-se no discurso estado-novista. É ele que toma para si a tarefa de construir a nação. A centralização política e administrativa se corporifica nos planos econômico, político e cultural. (CHAUL, 2010, p. 251).

Uma obra fundamental para a concretização desse pensamento foi *Como nasceu Goiânia* (1937), de Ofélia Sócrates Monteiro. Conforme destaca Jales Mendonça:

A narrativa da escritora converteu-se em memória oficial da mudança da capital, ante a força da propaganda do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP). O livro, lançado logo após a implantação da ditadura do Estado Novo, teve, segundo Wilton de Araújo Medeiros, a distribuição de sua primeira edição realizada pelo Serviço de Divulgação do Gabinete do Governo do Estado de Goiás. (MENDONÇA, 2012, p. 191).

O autor ainda acrescenta que essa obra tornou-se referência no que se refere à abordagem histórica sobre a transferência da capital. Segundo ele, influenciou “as análises posteriores e inclusive os estudos acadêmicos, que, de certa forma, reproduzem seus argumentos básicos” (MENDONÇA, 2012, p. 192). Nesse período, apesar de certas cisões ainda presentes, a tendência era afirmar os discursos favoráveis a Pedro Ludovico. Conforme Arrais e Sandes, “na verdade, após aquele momento bastante tenso da transferência da capital, com a decretação do Estado Novo, voltaram a reinar a paz e a calma dentro do estado” (ARRAIS; SANDES, 2013, p. 91). Goiânia representou o desejo de uma ruptura com aquele passado vinculado ao coronelismo e inaugurava a ideia de um progresso que tinha no urbano o seu foco. Todavia, Goiás ainda era um Estado essencialmente rural, não era possível apagar o passado e iniciar novamente a História. Nessa perspectiva, uma mudança no pensamento historiográfico goiano também ganhou força nesse período. Com a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), a historiografia de Goiás passou a ser vista sob novas óticas e problemáticas. As discussões sobre a transferência da capital marcaram as discussões do IHGG desde a sua primeira reunião,

em 17 de setembro de 1932. A entidade ficou em *off* nos anos seguintes, e só voltou a reunir-se em 25 de junho de 1938. A historiografia goiana foi totalmente repensada nessa época. Passou a enfatizar em seu discurso a mudança, na qual Goiânia – a capital do sertão – era a protagonista. Toda essa transformação tinha um ponto em comum: o discurso baseado na ideia de progresso em contraponto com um passado que, apesar de marcado pelo conceito de decadência, tinha grandezas a serem resgatadas. Além do IHGG, responsável por resgatar o passado goiano – marcado simultaneamente pela glória e decadência –, também teve um importante destaque a revista *Oeste*, que apontava os progressos e projetos encabeçados pelo governo. Sendo assim, era preciso enaltecer aspectos do passado que concluíssem com o discurso progressista da década de 1940. Conforme destaca Chaul:

A oposição política viu-se enfraquecida com a transferência oficial da capital, ocorrida em 1938. Em suma, Goiânia pode ser considerada um fruto do Estado Novo, portanto sua construção dependeu basicamente do regime que se instaurou em 1930 e que culminou na ordem imposta por Vargas em 1937. Para o regime que se implantava, o inverso era também verdadeiro: Goiânia era a representação maior do “nacionalismo”, do “bandeirantismo”, da “sagacidade” do brasileiro, termos cantados e decantados pelos ideólogos do estado-novismo. (CHAUL, 2010, p. 262).

A figura do bandeirante, assim, ganhou protagonismo nesse projeto. Os mesmos desbravadores que, em busca de ouro, fundaram as primeiras cidades goianas, tinham no projeto da Marcha para o Oeste os seus herdeiros. “Goiânia foi produto de uma demanda estadual enfrentada por Pedro Ludovico: sua idealização, construção e consolidação passam pela Revolução de 1930, entram no Estado Novo e ecoam na Marcha para o Oeste” (MELLO; SILVA, 2013, p. 61). A Marcha para o Oeste visava, por meio de forte discurso propagandístico e nacionalista, unir o litoral ao sertão brasileiro por meio da ocupação ou colonização de áreas demograficamente “vazias”. Em 31 de dezembro de 1937, Getúlio Vargas proferiu um discurso em rede nacional, no qual defendia a expansão das fronteiras nacionais rumo ao interior do País. Na ocasião, afirmou que “o verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste” (VARGAS, 2011, p. 370). A expressão “Marcha para o Oeste” também foi associada a um ideal de resgate histórico da formação social e política do País. Não por acaso, a obra que resume

esse ideário é *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*, de autoria de Cassiano Ricardo e publicada em 1940. O autor atuou como diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DIP) e diretor do Departamento Cultural da Rádio Nacional. No livro em questão, defendia por meio de um nacionalismo ufanista a ideia de “democracia racial” – a formação da cultura brasileira por meio da miscigenação de brancos, negros e indígenas – e “legitimar o governo de Getúlio Vargas a partir da herança histórica das Bandeiras paulistas” (SILVA; GAMA, 2014, p. 608). Nessa perspectiva, “unindo Pedro Ludovico Teixeira, Vargas e a Marcha para o Oeste, a propaganda estado-novista criava uma mensagem de fácil absorção pelo povo, mesclando a figura do Estado à do interventor” (CHAUL, 2010, p. 253). Goiânia foi tomada como um símbolo de uma nova fase na dinâmica política e econômica de Goiás. Isso, obviamente, ia na esteira do contexto político da época, que, embora ressaltasse o papel das instituições democráticas frente a regimes opressores – sobretudo o comunismo –, caracterizou-se por consolidar-se a partir de um golpe de Estado. Conforme ressalta Chaul:

No contexto político da época, os ventos sopravam a favor dos regimes centralizadores. A ambição política de Pedro Ludovico Teixeira, após a construção de Goiânia e a transferência definitiva da capital, não possuía rivais em Goiás. Pedro Ludovico demonstrava ao poder central sua astúcia de timoneiro na condução da esquadra rumo à Marcha para o Oeste, menina dos olhos de Vargas. (CHAUL, 2010, p. 251-2).

Assim, o governo federal iniciou uma série de ações visando colocar os seus projetos em prática. Entre eles, instituiu, por meio do Decreto-lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, a criação de oito Colônias Agrícolas Nacionais (CANs). Segundo o Decreto, essas colônias eram “destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros” (DECRETO, 14 fev. 1941). A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), fundada em 1941 – atualmente é a cidade de Ceres –, foi a pioneira desse projeto que se estendeu até 1948, criando colônias agrícolas em outras regiões do País.

Ainda dentro desse projeto de efetivar a interiorização do País surgiu a Fundação Brasil Central, responsável por administrar a ocupação e

modernização do interior do Brasil. O Decreto-lei nº 5.878, de 4 de outubro de 1943, que instituiu a Fundação Brasil Central (FBC), afirmava que a instituição era “destinada a desbravar e colonizar as zonas compreendidas entre os altos-rios Araguaia e Xingu, do Brasil Central e Ocidental” (DECRETO, 4 out. 1943). Apesar do caráter ambicioso do projeto, a “instalação da FBC constituiu-se, todavia, em iniciativa improvisada, diante da circunstância provisória, representada pela participação do Brasil em episódios da guerra na Europa” (MACIEL, 2011, p. 03). Maciel ainda destaca que esse estilo de gestão, simultaneamente arrojado e negligente, marcou o tempo de existência da instituição até a sua extinção por força da lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967, que criou a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Sudeco).

O primeiro empreendimento da FBC foi a expedição Roncador-Xingu, com o objetivo de alcançar a Serra do Roncador (Mato Grosso) e os rios formadores do Xingu e “instalar, no menor tempo possível, uma rota de comunicações – terrestre, aérea e de radiocomunicação – entre a cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, e a cidade de Manaus, situada na região amazônica” (MACIEL, 2011, p. 04). A expedição saiu de Uberlândia (MG), considerada à época a “boca do sertão”, e seguiu em caminhões até as margens do Rio Araguaia e de um de seus afluentes, o Rio das Garças. A chegada da expedição a essa região deu origem à cidade de Aragarças, que, conforme Lima Filho, foi “construída pelos militares e expedicionários para abrigar a Expedição Roncador-Xingu e para se tornar a segunda experiência da modernidade no sertão do Brasil Central, depois de Goiânia” (LIMA FILHO, 2000, p. 70-1). A região já era ocupada por garimpeiros e sertanejos, e a chegada da expedição fomentou, ainda segundo Lima Filho, “uma divisão espacial” da localidade, na qual militares e membros da FBC ocupavam a parte “alta” da cidade e o restante da população, a parte “baixa”. Com a ocupação da região, Aragarças passou a ser a “nova boca do sertão”, “a marca de um novo tempo, que poderia acelerar a vida lenta do interior e se tornar base operacional, como explícito em vários documentos da Fundação Brasil Central, para a eficácia da expansão da frente capitalista” (LIMA FILHO, 2000, p. 71). Esse tipo de ocupação foi fundamental não só no processo de interiorização defendido pelos governos Vargas e Pedro Ludovico, mas também por fomentar a presença da iniciativa estatal e militar em regiões pouco habitadas do Estado. Esse processo de ocupação encabeçado pela FBC atingiu outras

partes do território goiano e mudou gradativamente a sua dinâmica. Com a expansão da fronteira agrícola em nível federal, esse processo ganhou novos contornos, caminhando junto a um processo de interiorização do País que tem como grande marco a construção de Brasília, iniciada no final da década de 1950. A transferência da capital nacional para o interior do Brasil foi possível graças ao projeto de interiorização e expansão de fronteiras iniciado no contexto da Marcha para o Oeste. Todavia, esse foi apenas um dos fatores que possibilitaram a realização desse projeto. Assim como Goiânia foi tomada como um símbolo mudancista em Goiás décadas antes, desde meados de 1944, Brasília era vista como a solução para os grandes problemas nacionais e, “transformada em meta-síntese no decorrer da campanha presidencial de Juscelino, teria a função de acelerar o crescimento do país, encerrando uma etapa de estagnação econômica e social” (ARRAIS, 2008, p. 119). A ideia de mudança da capital para o interior do País já era discutida desde o regime monárquico e constava no artigo 4º da Constituição de 1946: “A Capital da União será transferida para o planalto central do país.” A possibilidade da mudança, obviamente, trouxe grandes expectativas para Goiás. Conforme Silva, a transferência da capital federal já fazia parte do imaginário goiano. Segundo o autor:

Os goianos esperavam pela redenção que representaria a transferência, desde que a Comissão Cruls demarcara, em 1894, no Planalto Central, o quadrilátero cercado a região da qual emanavam rios que se dirigiam para as três principais bacias hidrográficas brasileiras. A imagem do coração marcou a construção da identidade goiana. A vida natural, autêntica, essencial, do sertão permitia reforçar a opção prática e realista da nacionalidade que encontra a si mesma no seu centro. É como fonte de vitalidade e renovação da brasilidade que Goiás se apresenta na luta mudancista. (SILVA, 2010, p. 36).

Existia, assim, todo um argumento de cunho histórico em prol da transferência da capital federal, ainda que isso se arrastasse por décadas. A ideia da transferência da capital federal foi inserida de última hora no Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Antes disso, o suicídio de Vargas instaurou uma crise institucional e, junto a isso, Kubitschek obteve apenas 36% dos votos do colégio eleitoral e precisou de apoio de setores das Forças Armadas para assumir o mandato; ele “sabia que o Rio de Janeiro

constituía-se um território politicamente incerto” (ARRAIS, 2008, p. 28). A transferência da capital, assim, simbolizava como um fator de unificação nacional e uma maneira de o presidente eleito manter o poder em suas mãos.

Se por um lado, a proposta de transferência da capital federal pode ser considerada uma necessidade política, muito mais que uma necessidade histórica, por outro lado, imprimiu uma nova dinâmica econômica ao país e consolidou o processo de integração do interior do Brasil à economia nacional que já vinha ocorrendo desde o início do século XX. (ARRAIS; OLIVEIRA; ARRAIS, 2016, p. 130).

Apesar dos percalços enfrentados no Congresso para concretização do projeto, o processo de construção de Brasília ocorreu de forma relativamente rápida. Em 1955, a Comissão de Planejamento da Construção e Mudança da Capital Federal já tinha reunido os dados necessários para iniciar a obra; em 1956, Kubitschek assinou a Mensagem de Anápolis, documento que autorizava o início das obras; em 1957, os trabalhos foram iniciados; e a cidade foi inaugurada em 21 de abril de 1960. A construção de Brasília trouxe uma nova dinâmica para o território goiano. A grande quantidade de trabalhadores empregados nas obras da nova capital passou a ocupar não só cidades dentro do Distrito Federal, mas também cidades do Entorno. Cidades como Planaltina, Luziânia e Formosa aumentaram consideravelmente o seu índice demográfico, enquanto outras, como Valparaíso, Santo Antônio do Descoberto e Novo Gama, foram criadas. O fluxo migratório, já incentivado desde a década de 1930, ganhou um novo fôlego com a construção de Brasília.

Em meio a esse contexto, Goiás passou, no decorrer da década de 1950, por novas mudanças estruturais tanto nos aspectos urbanos quanto rurais. Assim como ocorreu na década de 1930, a construção de uma nova capital agitou o cenário político e histórico do Estado. A transferência da capital federal para uma área dentro do território goiano fomentou novas expectativas no imaginário local. Simultaneamente, as relações no campo, sobretudo ligadas à posse da terra, experimentavam novas dinâmicas no período. Muitas delas fruto do contexto da década anterior, principalmente a Marcha para o Oeste. Para citar alguns exemplos:

No município de Pires do Rio, a “Luta do Arrendo” pressionava os proprietários a elevar o valor do pagamento para os camponeses em época de colheita. Na região de Ceres, o processo de ocupação das terras ao redor da CANG acabou por fortalecer a pressão fundiária na região, formando núcleos de colonização. Mais ao norte, na região de Trombas e Formoso, as disputas pela posse de terras devolutas colocou em conflito camponeses e grileiros da região, com o apoio do poder público. (ARRAIS; OLIVEIRA; ARRAIS, 2016, p. 103).

Assim como o campo e a cidade vivenciavam novas dinâmicas, no âmbito político, novas conjunturas buscavam organizar-se em meio ao cenário marcado por uma redemocratização pós Estado Novo. Pedro Ludovico ainda era uma figura de destaque, embora encontrasse dificuldades em manter a mesma hegemonia política de que gozou nos anos anteriores. Ainda assim, foi eleito governador de 1951 a 1955. Declinou do cargo em 1955 para concorrer ao Senado, ao qual foi eleito e, posteriormente, reeleito, exercendo o cargo até 1968. Nessa perspectiva, Pedro Ludovico foi visto como o “cacique da política em Goiás que comandava o Partido Social Democrático (PSD) de maneira caudilhesca” (FAVARO, 2016, p. 178). De fato, a sua influência política se manteve após o fim do Estado Novo, todavia, enfrentou muitos obstáculos para manter a sua preeminência nos anos de democratização.

O ambiente e a organização política eram outros, o que levou a uma diminuição de seu poderio. Arrais, Oliveira e Arrais apontam três principais características daquele momento que reforçam essa perspectiva. Primeiro, a pluralização de partidos; inúmeras legendas surgiram naquele período, ainda que o PSD e a UDN se configurassem como as principais forças estaduais da época. Em segundo, “uma inversão na relação de forças entre partidos e grupos oligárquicos do início do século XX” (ARRAIS; OLIVEIRA; ARRAIS, 2016, p. 102). Ao contrário do que ocorria no coronelismo, as organizações partidárias se tornaram mais importantes que os grupos familiares. Em terceiro, uma pluralização de atores políticos e movimentos de pressão. A imprensa, depois do Estado Novo, passou a criticar Pedro Ludovico, além do fortalecimento de movimentos sindicais, estudantis e organizações camponesas. Em meio às disputas políticas, conflitos pela posse de terras se intensificaram no campo.

Apesar de enfrentar forte oposição interna do PSD, Pedro Ludovico ajudou a eleger para o governo do Estado o seu primo, José Ludovico de Almeida, entre 1955 e 1959, e o seu filho, Mauro Borges, entre 1961 e 1964. A eleição de Mauro Borges, todavia, foi fruto não só do apoio político do pai, mas também do apoio de forças políticas que “estavam associadas aos interesses de grandes proprietários de terras e chefes políticos locais que formavam a principal base de apoio do partido” (ARRAIS; OLIVEIRA; ARRAIS, 2016, p. 105). Ao assumir o cargo, Mauro Borges pôs em prática o Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás, que ficou conhecido como Plano Mauro Borges ou Plano MB. O Plano foi desenvolvido ainda durante a campanha para o governo e, para além de um conjunto de metas para a economia estadual, também era uma reação à apreensão que a construção de Brasília causou nas classes produtoras estaduais, que temiam um deslocamento de recursos e mão de obra de Goiás para o Distrito Federal. Conforme destaca Vieira, “o Plano consistia basicamente de três partes” e “contemplava quatro grandes eixos estruturantes de desenvolvimento econômico e social” (VIEIRA, 2012, p. 06).

Em relação às partes, o Plano consistia: 1. Diante da ausência de informações estatísticas, buscava descrever “a evolução econômica do Estado, as condições da época da infraestrutura e os fatores específicos da produção econômica” (VIEIRA, 2012, p. 06). 2. Analisar a estrutura econômica do Estado e antecipar as demandas de produtos e expansão econômica até 1965. 3. Dar “conta dos métodos de estimação utilizados na preparação das contas sociais do Estado e apresentava sua renda interna redistribuída segundo suas áreas regionais” (VIEIRA, 2012, p. 06). Quanto aos eixos estruturantes: 1. Foco nas atividades agropecuárias, aproveitamento de terras virgens e atender à demanda externa em expansão. Conforme Vieira, “o Estado deveria empreender um grande esforço para se transformar em um centro agropecuário de alta produtividade” (VIEIRA, 2012, p. 06); 2. Abarcar o processo de industrialização do Estado com foco nos ramos de maior vantagem competitiva. 3. A região de Goiânia como um ponto de germinação para o crescimento econômico do Estado; 4. Melhoria das “condições de eficiência dos serviços da administração estadual, com destaque para estradas, energia elétrica, abastecimento de água e esgoto, educação e saúde” (VIEIRA, 2012, p. 06).

Mauro Borges, todavia, assumiu o governo em meio a conturbado quadro da política nacional. O presidente eleito em 1960, Jânio Quadros,

assumiu o cargo em janeiro de 1961 e renunciou em agosto do mesmo ano. O vice, João Goulart, teve dificuldades para manter o seu mandato e sofreu um golpe liderado por militares em abril de 1964. Dentre os motivos elencados para a deposição estava o conjunto de reformas governamentais associadas às ideias comunistas. Mais uma vez, o perigo da ameaça vermelha foi utilizado para a efetivação de um golpe de Estado. No caso goiano, o discurso relacionado à ameaça comunista esteve intimamente ligado à posse da terra. Goiás assistia aos primeiros ecos de uma urbanização efetiva, ainda assim, era um Estado predominantemente agrário. O discurso da vocação agrícola caminhava lado a lado com o discurso do progresso. Assim, qualquer programa que ameaçasse a posse da terra era visto com maus olhos ou, como conta Edival Lourenço, “comunista em minhas terras, não!”. Apesar de o discurso oficial ressaltar o papel do progresso e do desenvolvimento econômico, as elites políticas da época possuíam um comportamento conservador. Conforme destaca Maciel:

No que concerne às elites políticas (e econômicas) tradicionais, voltadas para atividades rurais, principalmente para a agricultura de exportação, bem como a certos segmentos das classes médias urbanas, em processo de formação, tratava-se de um exacerbado temor de que ideologias extremistas de esquerda pudessem expandir-se em meio à sociedade brasileira. (MACIEL, 2011, p. 02).

Do ponto de vista de grandes estadistas, a ameaça comunista ou da ditadura de esquerda também era algo latente. Justificativa aceita junto à opinião pública e setores da sociedade para instauração de regimes autoritários de governo e o uso de forças repressivas. Não por acaso, Mauro Borges, militar formado pela Escola do Estado-Maior do Exército, viu o golpe militar de 1964 como uma “revolução” capaz de suprimir tal ameaça. Apesar de favorável à campanha legalista de 1961, que defendeu a posse de João Goulart, quando o golpe foi imposto em 1964, Mauro Borges aderiu ao movimento. Isso não impediu que, em novembro do mesmo ano, fosse deposto. Segundo ele, isso se deu por que a “revolução de março” foi traída, e na tentativa de evitar uma ditadura de esquerda, o País acabou por cair em uma ditadura de direita. Em suas palavras:

Fizemos a revolução para evitar que o Brasil fosse ideologicamente colonizado e não permitiremos, sem protesto, que qualquer outro colonialismo se imponha à nossa pátria. Fizemos a revolução para evitar uma ditadura de esquerda e não aceitaremos, sem resistência (mesmo pacífica), que uma ditadura da direita se instale em definitivo, a tortura seja norma jurídica no país, governadores de Estados sejam desrespeitados nas suas prerrogativas ao se negarem a ser interventores, ou apenas áulicos ou bobos da corte, quer em palácios, quer em castelos. (TEIXEIRA, 2006, p. 19).

É interessante pensar que, no caso de Goiás, pai e filho estavam no olho do furacão durante os principais golpes de Estado ocorridos no Brasil no século XX. Pedro Ludovico representou na década de 1930 o grito de oposição ao caiadismo e foi o principal representante da Aliança Liberal em Goiás; literalmente, saiu da prisão para assumir o posto de interventor do governo estadual. Em consonância com o projeto de Marcha para o Oeste varguista, levou adiante a transferência da capital do Estado. Quando Vargas impôs o golpe que deu origem ao Estado Novo, Pedro Ludovico soube tirar proveito da situação. Anos depois, o seu filho, Mauro Borges, enfrentaria outro golpe de Estado, mas dessa vez do outro lado das trincheiras. Com o golpe de 1964, o então governador Mauro Borges assistiu à história de outro ângulo: a de governador deposto. Em 1968, o próprio Pedro Ludovico teve os seus direitos políticos cassados pelo AI-5. É no mínimo irônico pensar que o Golpe Militar de 1964 colocou fim, em Goiás, a uma hegemonia política que se consolidou a partir de outro golpe sustentado também pelo discurso anticomunista.

Rererências

ARRAIS, Cristiano; SANDES, Noé Freire. História e Memória em Goiás no século XIX: uma consciência da mágoa e da esperança. *Varia História*, Belo Horizonte, MG, vol. 29, nº 51, set/dez 2013. 847-861.

ARRAIS, Cristiano. *Projeções urbanas: um estudo sobre as formas de representação e mobilização do tempo na construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília*. Tese (doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ARRAIS, Cristiano; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso; ARRAIS Tadeu. *O século XX em Goiás: o advento da modernidade*. Goiânia, Cânone editorial, 2016.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora UFG, 2010.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *Aragarças: a cidade encantada no sertão de Goiás*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 6, n. 13, jun. 2000, p. 65-87.

MACIEL, Dulce Portilho. Estado e território no Centro-Oeste brasileiro (1943-1967). Fundação Brasil Central (FBC): a instituição e inserção regional no contexto sócio-cultural e econômico nacional. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, jul. 2011, p. 01-21.

MELLO, Marcelo de Mello; SILVA, Genilder Gonçalves da. A revolução de 1930 e o discurso da ruptura: Goiânia e a Marcha para o Oeste. *Cordis. Revoluções, cultura e política na América Latina*, São Paulo, n. 11, jul./dez. 2013, p. 57-89.

MENDONÇA, J. G. C. *O outro lado da mudança da capital de Goiás*. 2012. 372 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

PALACÍN, Luis. MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. *História de Goiás (1722-1972)*. Goiânia: Ed. da UCG, Ed. Vieira, 2008.

SILVA, G F da; GAMA, L. C. Cassiano Ricardo – Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil. In: *Humanidades em Contexto*, 2014, Cuiabá-MT. *Humanidades em contexto: saberes e interpretações*, 2014. p. 608-614.

TEIXEIRA, Mauro Borges. *O golpe em Goiás: história de uma grande traição*. Goiânia, Ed. da UCG; Ed. Vieira, 2006.

VARGAS, Getúlio. “Discurso de 31 de dezembro de 1937”. In: D’ARAÚJO, Maria Celina (org.) *Getúlio Vargas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011, (p. 368-370).

VIEIRA, Jefferson de Castro. Planejamento em Goiás: uma reflexão do Plano Mauro Borges. *Estudos*, Goiânia, v. 39, n. 1, jan./mar. 2012, p. 3-14.

Capítulo 17

PARLAMENTARES DE GOIÁS (1821-1964)

Fábio S. Santa Cruz¹

A revolução do porto (1820) e o primeiro parlamentar representante de Goiás

Não houve parlamentares no Brasil colonial. O absolutismo monárquico português não admitia a existência de assembleias onde se praticasse o *livre falar*, ao estilo liberal. As Câmaras Municipais, diversamente do que acontece hoje, acumulavam funções normativas, judiciais e administrativas, o que as tornavam órgãos de imposição das leis, não de debate e deliberação acerca das leis. Parlamentares, portanto, surgiram apenas quando o sistema absolutista português sofreu o seu primeiro colapso, ou seja, quando a Revolução de 1820, vitoriosa, impôs a formação de uma assembleia com caráter liberal e composta por parlamentares eleitos em Portugal e nas regiões sob o seu domínio. Essa assembleia foi denominada *Cortes de Lisboa* e contou com membros brasileiros.

Atendendo à determinação dos revolucionários, os goianos elegeram parlamentares pela primeira vez em sua história. Para ser mais exato: a elite goiana elegeu, pois apenas uma minoria masculina tinha direito a voto. A eleição foi realizada em agosto de 1821.

1 Doutor em História pela Universidade de Brasília (UnB). Professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

A província de Goiás tinha direito a eleger dois nomes para as Cortes de Lisboa. Um da Comarca do Sul, outro da Comarca do Norte. O padre Luiz Antônio da Silva e Sousa, eleito pelo Sul, não chegou a Lisboa para tomar posse. Iniciou a viagem, mas ao chegar ao Rio de Janeiro percebeu que a ruptura entre Brasil e Portugal estava prestes a acontecer. Em vez de atravessar o Atlântico, preferiu retornar à Cidade de Goiás (VIEIRA, 2016). O eleito pela comarca do Norte foi o ouvidor Joaquim Teotônio Segurado, que tomou posse e participou dos trabalhos parlamentares na capital portuguesa até o fim. Esteve entre os signatários da primeira Constituição de Portugal (promulgada em setembro de 1822) e foi o primeiro parlamentar a atuar como representante de Goiás em uma assembleia eleita aos moldes liberais.

Parlamentares de Goiás durante o período imperial

Os eleitores goianos, no fim de 1822, elegeram representantes para a primeira Assembleia Constituinte do Brasil independente, denominada Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, que se reuniu pela primeira vez em 3 de maio de 1823. Goiás, novamente, tinha direito a eleger dois parlamentares. E mais uma vez apenas um deles tomou posse. Foi Silvestre Álvares da Silva, um padre que na juventude havia morado em Jaraguá. O outro eleito foi o comendador Joaquim Alves de Oliveira, instalado em Meia-Ponte (atual Pirenópolis), que solicitou dispensa da função por razões de saúde e permaneceu em Goiás. A Assembleia Constituinte de 1823 foi dissolvida pelo imperador D. Pedro I no mês de novembro. O episódio ficou conhecido como Noite da Agonia.

Apenas em 1826 o Império passou a ter um Parlamento funcionando regularmente. A Constituição, outorgada pelo imperador em 1824, instituiu duas câmaras: o Senado e a Câmara dos Deputados. A província de Goiás seria representada por um senador e dois deputados. Era uma bancada pequena e que não aumentou até o fim do período imperial. Expressava a pouca relevância política e econômica da província naquela época. Além disso, alguns dos representantes de Goiás não eram goianos e quase nada sabiam a respeito da província. Eram eleitos em razão da forte pressão política exercida pelo governo imperial durante o pleito.

Apesar de ser uma bancada pequena e de pouca influência, alguns dos seus nomes se destacaram no Parlamento imperial. O senador Silveira

da Mota tornou-se muito respeitado por seus posicionamentos abolicionistas. Um capítulo sobre sua atuação profissional e política foi incluído na monumental obra *Galeria de Brasileiros Ilustres*, de autoria do francês Sébastien Auguste Sisson, publicada entre 1858 e 1861. Na década de 1860, que o historiador José Murilo de Carvalho chamou de “a mais fértil de todo o Segundo Reinado em termos de pensamento e debate político” (CARVALHO, 2018), a voz de Silveira da Mota era ouvida com respeito. O senador participou da criação do Clube Radical e foi chamado a proferir palestra em uma das Conferências Radicais do ano de 1869, na capital do Império. Quando o Clube Radical deu origem ao Clube Republicano, Silveira da Mota afastou-se do movimento. Era radical, mas monarquista. E assim permaneceu até a Proclamação da República.

Leopoldo de Bulhões, deputado goiano em duas legislaturas no período imperial, também se destacou como liberal abolicionista. Era próximo de Rui Barbosa e discursava com veemência contra a escravidão, que ele chamou, em 1883, de “cancro que nos devora e envilece” (MORAES, 1973). Tornou-se o líder do Clube Liberal (uma facção do Partido Liberal em sua província), mas ficou sem mandato parlamentar de 1886 a 1889. Retornou à Câmara dos Deputados em 1891, dando início a uma trajetória de grande êxito como deputado, senador e ministro no período republicano.

Caso interessante foi o de Alfredo Taunay, o Visconde de Taunay, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL), que era carioca, mas representou a província de Goiás na Câmara dos Deputados. Sentindo que devia defender a província pela qual havia sido eleito, escreveu e publicou um pequeno livro sobre a exuberância e as riquezas de Goiás: *A província de Goyaz na exposição nacional de 1875* (TAUNAY, 1876). A publicação ajudou a divulgar a província como poucos dos seus parlamentares haviam conseguido fazer antes.

Merece destaque também o deputado André Augusto de Pádua Fleury. Exerceu cinco mandatos de deputado por Goiás no período imperial. Era um político e intelectual respeitado, que presidiu três províncias (Espírito Santo, Paraná e Ceará), foi ministro no gabinete Paranaguá (1882-1883) e assumiu a direção da Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1885, foi eleito presidente da Câmara dos Deputados. Continua sendo o único deputado por Goiás a assumir essa presidência até hoje.

Além dos senadores e dos deputados que representavam Goiás no Parlamento imperial, havia os parlamentares eleitos para a Assembleia

Provincial. Eram 20 deputados, conforme determinava o Ato Adicional de 1834, que instituiu o Poder Legislativo das províncias. Esse número, em 1855, subiu para 22.

A Assembleia Provincial, apesar de lidar com alguns assuntos relevantes (ensino público e obras provinciais, por exemplo), era considerada um órgão de importância menor. Parecia uma assembleia dormente. O orçamento limitado da administração provincial inibia as iniciativas legislativas. Além disso, as eleições provinciais ocorriam sob pressão do governo imperial e do seu representante na província, o presidente provincial, o que fazia com que quase todos os eleitos fossem do mesmo grupo político. Havia pouca divergência entre os deputados e, conseqüentemente, pouco debate. Choque entre a Assembleia Provincial e o presidente da província, como aconteceu em 1879, motivado pela proposta governamental de impor o ensino obrigatório, era exceção (MORAES, 1973).

O mais comum era que a Assembleia tivesse sessões por apenas dois ou três meses a cada ano. Nesse curto período, os deputados pareciam alinhados demais com o presidente provincial e estavam constantemente a lamentar a escassez orçamentária, ansiando por mais auxílios do governo imperial. Em uma Assembleia que funcionava desse modo, dificilmente haveria parlamentares de grande destaque.

Parlamentares de Goiás durante a república oligárquica: a época de Leopoldo de Bulhões

A Proclamação da República converteu as províncias em Estados e lhes dotou de autonomia muito maior. A autonomia era tamanha que cada Estado deveria promulgar a sua própria Constituição. Foi necessário, então, convocar a eleição de constituintes estaduais.

Dois grupos políticos, representados por dois partidos (o Centro Republicano e o Partido Republicano Federal), trabalharam em paralelo. Uma Assembleia Constituinte promulgou, em julho de 1891, a chamada Constituição dos Bulhões. Outra Assembleia promulgou, em dezembro daquele mesmo ano, um outro texto constitucional, que foi chamado de Constituição dos Fleury. Era um caso de duplicidade de poderes, que não seria raro nos anos seguintes da República Oligárquica.

A disputa em torno das duas Constituições goianas foi decidida no início de 1892, após a renúncia do presidente Deodoro da Fonseca, que apoiava os Fleury. O novo presidente, Marechal Floriano Peixoto, escolheu Brás Abrantes como interventor do Estado de Goiás. Abrantes impôs a Constituição de julho (a dos Bulhões) como a oficial e definitiva. Foi a Constituição que vigorou em Goiás até a Revolução de 1930.

A vitória do grupo chefiado pelos Bulhões foi a vitória do seu chefe maior naquela época: Leopoldo de Bulhões, que se tornou um dos maiores parlamentares goianos no Poder Legislativo federal. Aliás, optou por atuar no Parlamento mesmo depois de ter sido eleito para a presidência de Goiás. Na Câmara dos Deputados e no Senado, defendeu convictamente suas ideias liberais, a laicidade do Estado e o sistema federal da República.

Leopoldo de Bulhões foi eleito para a Assembleia Nacional Constituinte de 1891 e integrou a comissão especial de 21 membros encarregada de dar parecer ao projeto de Constituição elaborado pelo Governo Provisório da República. No Senado, destacou-se pela firmeza de seus posicionamentos em debates de assuntos graves (entre esses, a Revolução Federalista no Sul). Esteve entre os principais apoiadores de Rodrigues Alves na eleição presidencial de 1902 e após a vitória eleitoral, em março, foi nomeado ministro da Fazenda, colocando-se definitivamente entre as principais personalidades políticas da República no início do século XX.

Na política estadual, porém, a primeira década do século XX foi um período de atrito entre os Bulhões e os governos de José Xavier de Almeida e do seu sucessor, Miguel da Rocha Lima. Em março de 1909, após a vitória eleitoral de Hermenegildo Lopes de Moraes, candidato do governo à presidência estadual, os Bulhões e outras famílias oligárquicas passaram a conspirar com o intuito de retomar o poder por meio de uma rebelião armada. A chamada Revolução de 1909 se deu no início de maio e os rebeldes derrubaram o governo sem dificuldade.

Leopoldo de Bulhões e sua família estavam de volta ao poder no Estado de Goiás, mas em outras condições. A época era de ascensão dos Caiado, que se colocaram à frente de um novo partido (o Partido Democrata) e se impuseram definitivamente no governo estadual a partir de 1912. Leopoldo, muito respeitado no Rio de Janeiro, voltou a assumir o Ministério da Fazenda e permaneceu no Senado até 1917. Depois desse ano, afastou-se da política goiana ao romper com os Caiado.

Na época de predomínio do Partido Democrata, após 1912, Totó Caiado e Eugênio Rodrigues Jardim foram os seus líderes principais. Ambos representaram Goiás como parlamentares na capital da República. Totó Caiado foi deputado federal e senador. Eugênio Jardim, além de assumir a presidência do Estado em 1921, foi eleito uma vez para o Senado. Os dois acumularam notável poder político, mas não alcançaram a mesma respeitabilidade parlamentar e intelectual de Leopoldo de Bulhões. Eram vistos como chefes políticos estaduais, mas não como personalidades parlamentares. Nesse aspecto, quem se aproximou bastante de Leopoldo de Bulhões foi o senador Luiz Gonzaga Jayme, de Pirenópolis, que era um intelectual das ciências jurídicas muito respeitado e se aposentou como desembargador. Seu prestígio vinha mais de sua sapiência do que de sua posição entre os maiores dirigentes do Partido Democrata.

No Poder Legislativo estadual, uma mudança importante se deu no ano de 1901, quando passou a funcionar o sistema bicameral. Uma câmara, com 24 membros, era chamada oficialmente de Câmara dos Deputados. A outra, com 12 membros, era o Senado Estadual. As duas câmaras formavam o Congresso Legislativo do Estado de Goiás. Esse sistema persistiu até 1930.

Foram poucas as mudanças além dessa. Deputados e senadores estaduais reuniam-se por apenas dois ou três meses a cada ano e envolviam-se em debates de reduzida divergência. Em alguns casos, eram todos do mesmo partido. O Congresso Estadual, eleito sob a influência decisiva do governo, alinhava-se às vontades do presidente do Estado. Continuava sendo visto como um órgão de importância menor, assim como havia acontecido com a Assembleia Provincial até 1889.

De 1909 a 1930, Joaquim Rufino Ramos Jubé foi eleito e reeleito sucessivas vezes para presidir o Senado Estadual. Foram seis legislaturas seguidas como presidente (CAMPOS & DUARTE, 2011). A manutenção de um mesmo presidente por tanto tempo, sem que esse presidente tivesse dado mostras de uma habilidade política excepcional, demonstra a mesmice e o conservadorismo que caracterizava o Senado de Goiás. Postura típica do coronelismo da época, orgulhosamente arcaísta.

A Revolução de 1930

A Revolução de 1930 interrompeu todas as atividades legislativas do país. Getúlio Vargas, o chefe do Governo Provisório, editava decretos-leis sem qualquer objeção ou controle parlamentar. Os interventores estaduais, como Pedro Ludovico Teixeira em Goiás, faziam o mesmo. A atividade parlamentar foi restabelecida apenas em 15 de novembro de 1933, quando se instalou, no Rio de Janeiro, mais uma Assembleia Nacional Constituinte. A terceira do Brasil.

A nova Constituição brasileira, promulgada em julho de 1934, restaurou o sistema federativo e, em consequência, determinou que os Estados convocassem eleições para as suas próprias Assembleias Constituintes, assim como havia ocorrido em 1891. Em Goiás, a Assembleia Constituinte estadual foi instalada em abril de 1935.

A realidade havia mudado. Havia um novo código eleitoral, decretado por Getúlio Vargas em fevereiro de 1932. Reprimiam-se, em grande parte, as manipulações oligárquicas visíveis em todas as disputas eleitorais de antes da Revolução. O código previa ainda a existência da Justiça Eleitoral, “com funções contenciosas e administrativas” (art. 5º) relacionadas aos processos eletivos.

Apesar de todo o poder que foi garantido à Justiça Eleitoral, o Governo Provisório ainda encontrou atalhos para beneficiar seus candidatos e partidos preferidos na disputa de 1933. Ainda mais sendo um governo provisório que editava decretos à vontade. Assim, sob pressão do getulismo, foram eleitos os quatro parlamentares goianos para a Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934. Os quatro do Partido Social Republicano (PSR), que apoiava a Revolução de 1930 e o interventor Pedro Ludovico Teixeira. Eram eles: Nero de Macedo, José Honorato da Silva e Souza, Mário de Alencastro Caiado e Domingos Vellasco.

Foi um tanto diferente na eleição de 1934 para a Assembleia Constituinte do Estado de Goiás. A oposição já não estava abafada e emudecida. Um terço da Assembleia, cujos trabalhos se iniciaram em 1935, era formado por opositores, articulados na Coligação Libertadora, que unia o Partido Libertador de Goiás, os remanescentes do antigo Partido Democrata (caiadista) e a Liga Eleitoral Católica.

A Assembleia Nacional Constituinte de 1934 e a ascensão de Domingos Vellasco

O líder da bancada goiana na Assembleia Constituinte de 1933-1934 foi Mário de Alencastro Caiado, que se interessava mais pelos assuntos estaduais do que pelos federais. Preocupava-se, em especial, pelo tema da nova capital goiana. Domingos Vellasco, por sua vez, envolveu-se em debates de maior amplitude. Mostrou-se mais do que um outubrista, ou seja, mais do que um defensor da Revolução de 1930 e de seu impacto antioligárquico na sociedade brasileira. Assumiu cada vez mais a posição de líder socialista e deu início a uma trajetória que o colocaria entre os principais parlamentares do País.

Vellasco rompeu com o interventor Pedro Ludovico Teixeira em 1934. Acusou-o de criar uma nova oligarquia em Goiás e, por razões eleitorais, aliou-se a grupos que seriam considerados reacionários. Mas não se confundiu com eles. Tanto é assim que em 1945, durante a redemocratização do País, ajudou a criar a Esquerda Democrática (de orientação socialista), que inicialmente atuou como uma facção da UDN e depois se tornou autônoma, transformando-se oficialmente no Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Depois do mandato como constituinte, Domingos Vellasco foi eleito em outubro de 1934 para um novo mandato, dessa vez como deputado federal. Adotou uma postura de rejeição aos abusos do governo federal, que se tornavam mais graves. Em 1935, com a revolta comunista iniciada nas cidades de Recife e Natal, Vellasco votou contra a instauração do Estado de Sítio. Declarou que o Governo Vargas já tinha ao seu dispor a Lei de Segurança Nacional (MENDONÇA, 2020).

Em 1936, foi preso. Em sua opinião, tratava-se de represália aos seus posicionamentos como parlamentar e ao seu antigetulismo, que se aguçava. O Tribunal de Segurança Nacional o absolveu e ele retornou à Câmara dos Deputados, mas por pouco tempo. Em 1937, deu-se o golpe de Estado, que interrompeu, novamente, os trabalhos parlamentares em todo o País. Instituiu-se o Estado Novo e Getúlio Vargas, mais uma vez, assumiu plenos poderes. Vellasco, sem hesitar, opôs-se ao novo regime.

Assembleias constituintes de Goiás: 1935 e 1947

Na Assembleia Constituinte do Estado de Goiás, cujos trabalhos tiveram início em 14 de abril de 1935, pela primeira vez, deu-se o debate e o confronto franco entre o governo estadual e seus adversários. As oposições goianas, “que antigamente não penetravam nas câmaras legislativas”, naquela Assembleia estavam presentes, “corajosas e independentes (...)”, falando de igual para igual ao Poder Executivo”, asseverou Salomão Clementino de Faria, um dos deputados constituintes (MENDONÇA, 2012).

No dia seguinte à abertura dos trabalhos, a oposição já mostrou o seu ânimo para ferir o governo. Logo no início da sessão, um texto-protesto foi lido em plenário. Informava que seriam solicitadas à Justiça Eleitoral as cassações dos mandatos de cinco deputados do PSR, que era o partido governista. Os cinco deputados, segundo o texto, haviam estabelecido contratos com o poder público (compra de terrenos na futura capital do Estado), o que configuraria choque de interesse e os faria votar em proveito próprio quando entrasse em discussão o tema da nova capital goiana. Houve apartes e confusão. Naquela mesma sessão, um pouco mais tarde, realizou-se a eleição do governador do Estado. Pedro Ludovico Teixeira foi eleito e a oposição se retirou do plenário. Novamente, houve gritaria.

Era a primeira vez que os debates parlamentares goianos podiam ser considerados não só debates, mas realmente embates de ideias e de interesses políticos. A modorra da antiga Assembleia Provincial, do Senado Estadual e da Câmara Goiana dos tempos do coronelismo havia acabado. Governistas e oposicionistas se enfrentaram até a promulgação da nova Constituição do Estado, certas vezes com muita virulência, em outras ocasiões com bastante maturidade. Para Francisco de Britto, que foi deputado na Assembleia Constituinte de Goiás, de 1947:

Indiscutivelmente, a Constituinte de 1935 foi, em Goiás, a mais brilhante da sua história. Mais brilhante e mais movimentada. Nela tiveram assento oradores famosos como Alfredo Nasser, Jubé Júnior e Guilherme Xavier de Almeida; juristas renomados como Jacy de Assis e um filósofo e escritor do quilate do padre Vitor Coelho de Almeida, além de médicos, advogados e jornalistas. (Francisco de Britto *apud* MENDONÇA, 2012).

O golpe do Estado Novo, perpetrado em 1937, tornou inútil todo o trabalho realizado pelos constituintes goianos em 1935. O ímpeto varguista de sufocar a autonomia dos Estados era tamanho que até os seus símbolos oficiais (bandeiras e outros) foram tornados ilegais e banidos. As bandeiras estaduais chegaram a ser queimadas em uma cerimônia pública, na capital do País, em 1938. As Assembleias Legislativas dos Estados tiveram o seu funcionamento interrompido e as Constituições estaduais foram menosprezadas, a ponto de se determinar que os interventores estaduais editassem decretos para outorgar novas Constituições, afinadas com o novo regime ditatorial. Era o que previa a Constituição de novembro de 1937, decretada pelo presidente Vargas, chefe do Estado Novo.

Restaurada a democracia em 1945, foi convocada uma nova Assembleia Constituinte estadual, de acordo com o que determinou a Constituição federal promulgada em 18 de setembro de 1946. A terceira Assembleia Constituinte do Estado de Goiás iniciou os seus trabalhos em 22 de março de 1947 e, de certo modo, refez o trabalho de 1935, mas com acréscimos importantes. As competências e obrigações do governo estadual em relação à saúde pública, por exemplo, não estavam previstas na Constituição estadual de 1935, mas foram inseridas na Constituição de 1947.

A tendência da época era a ampliação dos direitos sociais e os parlamentares socialistas e comunistas (dois da Esquerda Democrática e dois do PCB) certamente estavam de pleno acordo com aquela tendência, também visível na Constituição federal de 1946 e em outras Constituições estaduais. Era a primeira vez, aliás, que socialistas e comunistas se faziam presentes no Poder Legislativo de Goiás. Curiosamente, foram eleitos socialistas e comunistas, mas nenhum trabalhista, embora o seu partido, o PTB, fosse um dos três grandes partidos nacionais do período pós-1946.

Pós-1946: Domingos Vellasco e Alfredo Nasser

Com o fim do regime ditatorial do Estado Novo, houve eleição, em dezembro de 1945, para uma nova Assembleia Nacional Constituinte. Dos nove parlamentares eleitos em Goiás, sete eram do PSD (cinco dos sete deputados e os dois senadores). Mas foi Domingos Vellasco, da UDN, o candidato a deputado mais votado. Continuava prestigiado entre seus conterrâneos e havia sido alçado à condição de presidente da UDN em Goiás.

Velasco exalava pluralidade. Acumulou em sua formação intelectual e política diversas influências. Às vezes, parecia contraditório. Era um tenentista antioligárquico, mas tinha Leopoldo de Bulhões como uma de suas referências políticas e se aliou à oligarquia Caiado em 1934. Dizia defender o socialismo, mas um socialismo cristão. Colocava-se simultaneamente contra o autoritarismo de Getúlio Vargas e as propostas insurrecionais de Luís Carlos Prestes, líder maior do Partido Comunista do Brasil (PCB). Suas desavenças com Prestes e os comunistas se transformaram em debate público no ano de 1948. Velasco, dirigente respeitado do recém-fundado Partido Socialista Brasileiro (PSB), publicou no *Diário de Notícias* um artigo em que abordou a “incapacidade política dos dirigentes comunistas”. Prestes sentiu o golpe e reagiu de modo contundente na revista *Problemas*, de orientação comunista. Velasco já havia se tornado, àquela altura, uma das personalidades políticas de maior influência na capital do País.

Ao mesmo tempo, ganhava expressão um ex-membro da Assembleia Constituinte de Goiás de 1935. Alfredo Nasser, durante o Estado Novo, dedicou-se ao jornalismo, à advocacia e ao serviço público, mas não se afastou do debate político. Na eleição de 1945, candidatou-se a deputado, mas não foi eleito. Permaneceu atuando politicamente e chegou a ser indicado, em convenção, como candidato a governador pela UDN. A indicação, alguns meses depois, foi alterada. Em vez de ser candidato a governador, Nasser foi candidato ao Senado em 1947. E venceu.

Nasser, como senador, foi relator do Plano Salte e defendeu a federalização da Faculdade de Direito de Goiás. Sua primeira passagem pelo Congresso Nacional foi considerada excelente. A tal ponto que o governador Jerônimo Coimbra Bueno, ao se apresentar como candidato ao Senado na eleição de 1950, não obteve o apoio da UDN. O partido decidiu apoiar Nasser, em demonstração de reconhecimento que não pode ser menosprezada. O governador Coimbra Bueno acabou se candidatando a senador pelo PSP.

Nasser, porém, ansiava ser candidato a governador. Não apreciou a sua indicação como candidato a senador. Teve início nessa época a sua ruptura com o diretório estadual da UDN, mas ele se conformou e aceitou, afinal, a decisão do partido.

Naquela eleição de 1950, além de Nasser e Coimbra Bueno, o terceiro candidato ao Senado foi Domingos Velasco, lançado pelo PSB. O

socialista admirador de Leopoldo de Bulhões se mostrou, mais uma vez, um político de altíssimo prestígio e “bom de urna”: venceu a disputa com mais de 50% dos votos e entrou para a História como o primeiro socialista a ser eleito para um Senado da América Latina. Àquela altura, sua imagem estava definitivamente consolidada. “Homem de notável cultura geral, talvez o mais capacitado do [Estado de] Goiás contemporâneo”, disse dele Joaquim Rosa, que era, ao mesmo tempo, “crítico dos cálculos políticos e das contradições vellasquistas” (MENDONÇA, 2020).

Coimbra Bueno ficou em segundo lugar. Nasser foi apenas o terceiro colocado, mas o seu nome já suscitava uma certa respeitabilidade que o acompanharia nos anos seguintes. Ao deixar o Senado, foi indicado pelo presidente Dutra a uma vaga no Conselho Nacional de Economia. Indicação referendada por unanimidade no Congresso Nacional.

Professor da Faculdade de Direito de Goiás e editor do *Jornal de Notícias*, Nasser continuou sendo, mesmo sem mandato parlamentar, uma das personalidades políticas de maior respeito em Goiás. Não obteve êxito na eleição de 1954, quando se candidatou novamente ao Senado (uma eleição com graves denúncias de fraudes e contestada judicialmente), mas foi eleito deputado federal quatro anos depois.

Com atuação destacada na Câmara dos Deputados a partir de 1959, foi chamado por Tancredo Neves (primeiro-ministro de 7 de setembro de 1961 a 12 de julho de 1962) a assumir o ministério da Justiça. Permaneceu no cargo até a mudança do governo e, quatro meses depois, foi eleito para o seu segundo mandato seguido de deputado federal. Estava em seu auge. Em 1965, seu nome foi cogitado para a presidência da Câmara dos Deputados, mas o preferido do presidente Castelo Branco era o mineiro Olavo Bilac Pinto, que foi o eleito. Alfredo Nasser faleceu naquele mesmo ano, em novembro. Ao seu sepultamento, compareceram mais de 8.000 pessoas.

A Revolução de 1930 deu origem a um novo tipo de parlamentar, bastante diferente daquele que era majoritário durante a República Oligárquica e o Império. Esse novo tipo era ativo, debatia ideias com afinco, defendia teses convictamente e não se rebaixava ante o Poder Executivo. Ademais, era um parlamentar empenhado em preservar a democracia, aperfeiçoá-la e também atingir graus cada vez maiores de justiça social, mas sem uma revolução comunista, que era rejeitada e abominada. Era o parlamentar do tipo liberal-democrata, calado apenas por ditaduras (ou nem por elas) e cada vez mais respeitado em períodos democráticos. Entre os que melhor

representavam esse novo tipo estavam dois goianos: Domingos Vellasco e Alfredo Nasser. Foram os parlamentares de Goiás que mais se destacaram no período democrático de 1946-1964.

Pode-se dizer que foram, como parlamentares, o que Pedro Ludovico Teixeira e Mauro Borges foram como governantes.

Referências

CAMPOS, Francisco Itami e DUARTE, Arédio Teixeira. *O Legislativo em Goiás: História e Legislaturas*. Goiânia: Ed. Assembleia, 2011, vol. 1.

CARVALHO, José Murilo de. *Clamar e agitar sempre: os radicais da década de 1860*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *O outro lado da mudança da capital de Goiás*. Tese de Doutorado. Goiânia: UFG, 2012.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *Domingos Vellasco: herdeiro de Bulhões na política e antagonista de Prestes na esquerda*. in: *Jornal Opção*, internet, 05.07.2020. Consultado em 17 maio 2022.

MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. O abolicionismo em Goiás. in: *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. Trabalho livre e trabalho escravo. São Paulo, 1973, vol. I.

TAUNAY, Alfredo de Escagnolle. *A província de Goiás na exposição nacional de 1875*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.

VIEIRA, Martha Victor. O perfil da elite dirigente goiana na primeira metade do século XIX. in: *OP SIS* (on-line), UFG, Catalão, v. 16, n. 2, p. 445-460, jul./dez. 2016.

Capítulo 18

UMA HISTÓRIA, DOIS SENTIDOS

Deposição de Mauro Borges, ditadura e psiquiatria

Éder Mendes de Paula¹

Palavras iniciais

O presente texto apresenta novas possibilidades para pensar a deposição do governador Mauro Borges pela Ditadura Militar no ano de 1964. Nesse sentido, é necessário lançar mão de discussões em torno das construções de normalidade e anormalidade realizadas pela psiquiatria e de como o poder político no Regime Militar utiliza as “denúncias” colhidas sob tortura para legitimar a deposição do governador do Estado de Goiás. Porém, ele não as invalidou quando o denunciante foi diagnosticado com doença mental por uma junta médica, logo em seguida à derrubada do governador.

O ano de 1964 ficou marcado na História do Brasil pelo golpe que instaurou uma Ditadura Militar sob uma narrativa de “revolução” e suas consequências foram sentidas nos mais variados setores da vida em sociedade. Assim, é curioso observar como os hospitais psiquiátricos também foram afetados pelo regime, já que foram utilizados para estabelecer uma normalização e uma normatização social por meio do que era interpretado, naquele momento, como comportamento inadequado. A juventude, por

1 Professor Adjunto do curso de História da Universidade Federal de Jataí. Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Saúde e das Doenças – Nise da Silveira/CNPq.

exemplo, se tornou foco, uma vez que era o berço dos movimentos de resistência ao regime autoritário militar e isso foi relacionado também ao movimento antipsiquiátrico. O interesse dos jovens sobre o referido tema foi interpretado como assunto preferido de uma “juventude desajustada”, “dos portadores de conflitos sociais, mentais, sexuais, dos contestadores contumazes e foi usada como instrumento político de contestação e de desorganização social” (CHAVES, 2002, p. 05).

A citação de um artigo cuja autoria é de um médico das Forças Armadas brasileiras faz ver como o interesse por assuntos que tocavam os Direitos Humanos era tido não apenas como um problema, mas um desvio de personalidade. Em seu estudo sobre o referido período, Fernando Tenório (2002) aponta que a Ditadura Militar brasileira utilizou os sanatórios no que chamou de indústria da loucura. Essa estratégia consistia no aluguel de leitos psiquiátricos em clínicas particulares, as quais recebiam verbas de acordo com o número de internos, provendo e incentivando ainda mais a grande internação.

Em Goiás, o hospital psiquiátrico que representava essa atuação do governo era o Sanatório Aduato Botelho, fundado em 1954. Na inauguração da instituição, o então secretário de Saúde, José Peixoto da Silveira, dirige-se ao diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais, Aduato Botelho, presente no evento, com as seguintes palavras:

[...]Como patrono deste hospital, madrugando na política interiorista que, hoje felizmente, já se vem generalizado nos demais serviços federais, fizeste-vos credor da estima e da gratidão do Governo e do povo de Goiás. [...] Assim, Sr. Ministro, permite-me que vos apresente, em nome do Sr. Governador e do povo de Goiás, as nossas mais sinceras saudações extensivas aos vossos dignos auxiliares que convosco estão embrenhando-se pelos sertões a dentro, onde mora o ‘*cerne da nacionalidade*’, nesta jornada evangelizadora da saúde de nossa gente, nesta marcha benfazeja de luz e de fé. (FOLHA DE GOIÁS 03/04/1954 grifo meu).

O discurso traduz o sentido dado à instituição, espaço que representaria o padrão de normalidade para o Estado de Goiás, uma vez que o cerne da nacionalidade poderia se fazer ver a partir de uma limpeza social. A jornada a que se refere o secretário está na construção de hospitais pelo interior, tendo como foco assistir à população, mas ao mesmo tempo estabelecer

mecanismos de controle. A instituição legitimava os discursos sobre normalidade, condizendo com os anseios da elite dirigente naquele momento.

No ano de 1964, o sentido histórico do sanatório permanece. É sabido, por meio dos estudos de Magali Engel (2005), que, desde o primeiro sanatório fundado no Brasil, o Pedro II, em 1852, esses espaços funcionaram como lugares de guardar pessoas. Desde uma higienização social atrelada à eugenia, à busca pela construção da nação e da modernidade, os sanatórios foram utilizados para legitimar exclusões a partir de uma medicalização dos comportamentos sociais.

Michel Foucault, em *A História da Loucura, Microfísica do Poder e A Ordem do Discurso*, discute o papel dessas instituições e como o louco e sua fala são invalidados pelo saber psiquiátrico, o qual fala por aqueles e legitima a exclusão social e a anulação de seus discursos. Essa breve discussão realizada acima prepara o espaço para lançarmos um outro olhar sobre a deposição do governador Mauro Borges em 1964, compreendendo que a atitude dos militares foi realizada a partir de uma trama construída sobre subversão, tortura e loucura.

O Golpe de 1964 em Goiás e o polonês radicado de guerra

O governador de Goiás Mauro Borges foi deposto no dia 26 de novembro de 1964 pelo governo militar brasileiro, que utilizou como argumento para o ato uma “infestação de comunistas” em diversos setores e instituições pertencentes à administração do Estado. O respaldo para construir as narrativas da deposição veio, também, a partir da prisão de um polonês radicado de guerra chamado Pawel Gutko.

As informações abaixo são extraídas do depoimento de Hugo Brockes, da carta de Zacariotti e Jaroslaw Gutko, anexadas ao livro *O Golpe em Goiás*, de Mauro Borges (1965, p. 228–238). Essa documentação foi lavrada em cartório e reunida pelo ex-governador como um dossiê para construir uma comprovação de sua inocência diante das acusações de subversão. Aqui utilizo as informações em seus maiores detalhes, narrando-as de forma literária, mas apegado ao contingente das fontes.

Pawel Gutko é preso no dia 28 de julho de 1964. Quase um mês depois, os militares retornaram a sua casa e prenderam seu pai, o senhor Jaroslaw Gutko, no dia 22 de agosto de 1964. O progenitor não sofreu

agressões físicas, mas seu longo depoimento aos militares foi cercado por indagações acerca do comportamento de outras pessoas, como o do seu amigo, o médico Simão Kossobudski.

As perguntas visavam desvendar um possível levante subversivo polonês em Goiás com o apoio do governo. Nervoso, o senhor Jaroslaw alegou conhecer o médico psiquiatra desde que chegara à cidade de Ceres. Respondeu a seus inquisidores que Kossobudski havia permanecido por ali pouco tempo, porque não havia encontrado apoio das prefeituras e se mudara para Goiânia. Os dois se encontraram anos depois, quando a família Gutko também se mudou para a capital, e o médico passou a prestar serviços gratuitos à família, como cuidar da saúde de Pawel. Quando indagado sobre a conduta do médico, Jaroslaw afirmou que ele era um brasileiro natural de Ponta Grossa e que não havia razões para suspeitar de práticas subversivas.

A Jaroslaw foram feitas indagações sobre seu filho e sobre os amigos dele. Seu depoimento foi cercado por uma grande tortura psicológica, devido às formas como as perguntas foram realizadas. Porém, os principais alvos eram na verdade Pawel Gutko, Hugo Brockes² e João Batista Zacariotti³. Os militares esperavam que esses três homens possivelmente sustentassem a hipótese de que Mauro Borges estaria envolvido em atos de subversão.

Após sua prisão, Pawel Gutko confessou ser uma espécie de intermediário entre o governo polonês e o governo do Estado de Goiás. Pawel realizava a comunicação entre as partes repassando o dinheiro da embaixada polonesa para o governador. Essas quantias seriam utilizadas para retirar seus patrícios do território goiano e comprar armas para realizar treinamento de guerrilhas.

Essas acusações realizadas por Pawel estavam fundamentadas em um possível encontro entre ele e Zacariotti. Ambos teriam se reunido na Avenida Goiás com a finalidade de Gutko repassar um envelope com documentos ou dinheiro para Zacariotti. Esse evento teria sido presenciado por

2 Filho de alemães, Hugo nasceu em Pirenópolis e entrou para as famosas Ligas Camponesas do pernambucano Francisco Julião – precursor de João Pedro Stédile, líder do MST. (JORNAL OPÇÃO, 01 a 07 de Maio de 2005).

3 Zacariotti, subchefe do Gabinete Civil do governador Mauro Borges, foi preso em julho de 64 sob a acusação de integrar “a rede comunista do governador”. As sessões de violência eram para que ele confessasse onde estavam as armas que Mauro Borges tinha escondido para enfrentar os militares. (JORNAL OPÇÃO, 25 a 31 de Maio de 2008).

Hugo Brockes, que, no momento das denúncias, estava preso para esclarecimentos, segundo os militares.

João Zacariotti foi preso, algemado, encapuzado por um saco de linho e depois levado a uma casa da vila militar. Ao chegar, ouviu gritos desesperados de uma pessoa sendo torturada e pôde perceber que na sala havia cerca de sete ou oito pessoas, reconhecendo apenas a voz do tenente Fleury. Como os torturadores chamavam pelo nome quem estava apanhando, percebeu tratar-se de seu amigo Hugo Brockes.

A impressão que Zacariotti tivera era a de que havia permanecido de pé durante praticamente uma hora enquanto Brockes levava socos e pontapés, dos quais ele podia ouvir os barulhos. Em alguns momentos, o amigo parecia desacordar, mas o tempo todo os interrogadores queriam que confessasse ter presenciado a entrega de um envelope a Zacariotti, realizada por Pawel Gutko.

Posto fim à tortura de Brockes, Zacariotti começou a sofrer sucessivos enforcamentos e a receber tapas nos ouvidos e murros sobre o estômago. A ele, os interrogantes perguntaram onde Mauro Borges havia escondido caminhões de armas e munições para a realização de uma contrarrevolução em Goiás. Queriam que ele confirmasse que o governador afastado mantinha encontros secretos com Darcy Ribeiro, com os membros da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), que recebia envelopes da Embaixada da Polônia. Era indagado veemente sobre qual país da “cortina de ferro” mandava dinheiro secretamente para o governo goiano.

Zacariotti havia perdido a noção das coisas por ter sido espancado de três a quatro vezes. Após, foi acometido de febre alta, que lhe provocou delírio, mergulhando-o numa alucinação completa. Via monstros horríveis dentro da cela e quando voltava a sua lucidez, notava que já estava no estágio fronteiro da loucura.

Voltando a ser interrogado, Hugo Brockes manteve sua afirmação de que realmente conhecia tanto Zacariotti como Pawel, mas que esses dois nunca haviam se encontrado. Antes do interrogatório, Brockes havia descoberto uma jazida de colombita no município de Goianésia, e teria mandado um telegrama a uma empresa do Rio de Janeiro, que funcionava em Governador Valadares, oferecendo o minério para a venda.

Tal fato levou os interrogantes a perguntarem se Brockes tinha conhecimento de que havia minério radioativo em Goiás e ele disse que “deveria haver, eis que Goiás é muito rico em minérios”. Também foi questionado

sobre sua opinião em relação à Metago, se era apenas uma Companhia de Minérios em Goiás ou se era uma instituição de tendência esquerdista, comunista ou nacionalista. Brockes respondeu que entendia ser uma companhia nacionalista. Ainda inquirido sobre a Metago, os interrogadores queriam saber se ele tinha conhecimento de contrabando realizado pela estatal para algum país da “cortina de ferro”. Hugo respondeu que nunca tinha ouvido falar disso.

Na madrugada seguinte, foi realizada uma acareação. Brockes foi conduzido pelo sargento Thompson a um cômodo perto do rancho, onde estavam o tenente Fleury e Pawel Gutko. O tenente indagou a Pawel se Hugo havia presenciado a entrega do envelope na Avenida Goiás e ele respondeu afirmativamente, mas que não tinha conhecimento do que continha no envelope. Brockes percebeu que Pawel estava barbudo, extremamente pálido, olhar completamente alucinado e inteiramente diferente de sua personalidade normal. Diante da acusação, Hugo Brockes retrucou de imediato, dizendo que tal fato não era verdade.

Hugo foi encaminhado novamente à cela, que ficava ao lado da de Pawel Gutko. Depois de sofrer mais uma vez tortura física, foi ameaçado pelo capitão Aníbal, que lhe disse que seria novamente supliciado e que havia passado apenas pela tortura da “Linha Branda” e que tão logo iria conhecer a da “Linha Dura”.

Diante das ameaças e com medo, Hugo teve que inventar qualquer coisa que viesse a implicar o governador. Passou a dizer que havia contado a Mauro Borges sobre sua participação na Guerrilha de Mato Grosso, de interesse do próprio governador. Foi levado então ao coronel Danilo para repetir o que havia dito e ouviu no corredor um telefonema do capitão Aníbal dizendo: “O rapaz resolveu falar.”

Mais tarde, foi dito a Brockes que uma nova acareação seria feita juntamente a Pawel Gutko. No momento em que os colocaram frente a frente, o polonês negou ter entregado dinheiro a Hugo. Pawel disse que era seu amigo e que ele pertencia à linha política polonesa. Disse ainda que o dr. Simão Kossobudski, apesar de ser homem de ligação da embaixada polonesa, havia se tornado membro da linha chinesa, desviando as verbas que recebia da Polônia.

Percebendo a agitação incomum em Pawel, Hugo, para provocá-lo, disse que ele pertencia à linha chinesa. Pawel ficou furioso, gritou que era um absurdo e que não era mais amigo de Brockes. Neste momento de

explosão foi que Hugo realmente soube o que o polonês havia dito, pois ele esbravejou contando certa narrativa, contestada mais tarde por um atestado de insanidade mental.

Gutko disse que a embaixada polonesa, sabedora de que iria estourar movimento de linha chinesa no Brasil, entrara em contato com o governador para salvar as famílias polonesas que moravam em Goiás.

Hugo retrucou perguntando qual o interesse da Polônia de salvar essas famílias, visto que todas viviam refugiadas no Estado devido à Segunda Guerra Mundial. Pawel disse que a intenção era humanitária, justificando que a Polônia era contra toda e qualquer violência e que, para isso, encaminhava dinheiro, via embaixada, para Mauro Borges proteger os poloneses no caso de uma revolução de linha chinesa.

Hugo, à parte, aconselhou o coronel a arranjar uma junta psiquiátrica para tratar o polonês, pois somente a loucura poderia justificar tais atitudes. Porém, o coronel disse que a história narrada por Gutko tinha, sim, coerência, e, perguntando novamente a Pawel, teve a confirmação do encontro deste com Zacariotti presenciado por Hugo Brockes, que continuava a negar.

O encontro teria acontecido na Avenida Goiás, onde teria sido repassado a João Batista Zacariotti um envelope dentro de uma edição do jornal *O Estado de S. Paulo*. O coronel indagou se o dinheiro estava no envelope, o que Pawel não soube responder. Isso levou o coronel a questionar Gutko sobre as razões pelas quais inicialmente ele teria dito que havia repassado o dinheiro e agora negava. Mas ele reafirmou que havia entregado documentos.

Posteriormente, ambos assinaram a acareação, o que aconteceu antes da transferência de Pawel Gutko para Brasília, no mês de outubro de 1964. Aqui se fecha o contexto das acusações direcionadas a Mauro Borges. Os fatos neste tópico descritos foram retirados de cartas e depoimentos à Justiça posteriores aos atos de tortura.

Uma história, dois sentidos

Os militares se apoiaram nos depoimentos sob tortura de Gutko para concluir a necessidade de deposição do governador Mauro Borges, mesmo sendo alertados de que o depoente poderia estar com as faculdades mentais

alteradas. O curioso é que, após o afastamento de Mauro Borges e a tomada do poder pelos militares, a tese de que Pawel Gutko poderia estar sofrendo de algum problema mental passa a ser legitimada.

Examinamos uma pessoa do sexo masculino, cor branca, biótipo leptosomático, que aparenta a idade cronológica (30 anos). Identifica-se como sendo Paulo Gutko de nacionalidade polonesa. O contato com o examinado se fez na sede do Batalhão da Guarda Presidencial, em Brasília. Mostra-se calmo, tomando postura correta. As vestes são sujas, mal cuidadas, exalando mal cheiro. Indiferente com sua aparência pois durante o exame, a sua roupa estava aberta, deixando à mostra os órgãos genitais. A fisionomia é estranha. O “rapport” se fez de maneira fácil e cordial, apesar de no início mostrar-se levemente desconfiado. Diz estar bem acomodado, pois o local onde se encontra agora é melhor do que esteve, em Goiânia. Também está satisfeito com seus carcereiros e com a alimentação. Perguntando qual a razão de sua permanência naquele local, no início diz ignorar a causa, pois é inocente. Só após alguma insistência nos revelou acreditar que sua prisão decorra de perseguição de algumas pessoas, as quais não mencionou nomes, que os acusavam, por inveja, por haver conseguido emprego no Departamento Cultural da Universidade Federal de Goiás. O conteúdo de seu pensamento é estereotipado. Faz referência durante toda a entrevista sobre seus estudos de vários livros escritos que serão publicados, sobre Oftalmologia. Informa ter descoberto um aparelho para a cura da cegueira, do astigmatismo e miopia. [...] *Informa que se comunica com sua irmã Tatiana Gutko (falecida há muitos anos) a todo instante, pois ela está sempre ao seu lado.* [...] O paciente demonstra durante o exame, facilidade de expressão, ser portador de inteligência normal, sobretudo inteligência gnóstica e com facilidade para criar fantasias. Diante de um quadro tão rico em manifestações psicopatológicas, principalmente nas esferas perceptivas, volitiva e do juízo, julgamos desnecessário e até mesmo supérfluo exames subsidiários ou mantê-lo sob observação mais demorada para elaboração do presente laudo. Conclusão: em se tratando de uma pessoa na terceira década de vida de biótipo leptosomático, com comemorativos pré-psicóticos de personalidade esquisóide, em virtude do embotamento afetivo, um quadro de delírio sistematizado, da riqueza de alucinações auditivas e visuais, também pelo histórico de seu comportamento na cela (dado ao ato de coprofagia, da existência de solilóquios, risos imotivados, um quadro

grave de agripinia e masturbação com exagerada frequência), não temos dúvida em classificar o examinado como portador de um quadro de esquizofrenia paranóide e sugerir a sua internação em Hospital Psiquiátrico. Em 03 de abril de 1965. Prof. Samyr Hifelou. Prof. Dr. Geraldo Brasil. (Laudo Psiquiátrico *apud* BORGES, 1965, p. 233, *grifo meu*).

O laudo psiquiátrico de Gutko aponta para um quadro de doença mental que poderia ter levado à criação da versão contada aos militares sob tortura. Nesse sentido, o mesmo sujeito que antes fora considerado saudável de suas faculdades mentais agora tinha seu encaminhamento legitimado para o hospital psiquiátrico, lançando dúvidas sobre os argumentos utilizados pelos militares para destituir Mauro Borges do cargo de governador.

A trama sobre espionagem não foi comprovada, mas o saber psiquiátrico agora falava por Pawel Gutko, como se ele não tivesse condições de estabelecer julgamento algum sobre as próprias ações. Assim, com depoimentos colhidos sob tortura, o Regime Militar garantia sua “legitimidade” de intervenção em Goiás, valendo-se de laudo psiquiátrico comprovado pela autoridade médica. Como escreveu Foucault (2002, p. 120):

Uma pessoa chega a um hospital público, a uma clínica particular, com o diagnóstico e a presunção de loucura; ela só será efetivamente, estatutariamente designada e caracterizada como louca quando [for] feita uma perícia por alguém que terá recebido, para tanto, qualificação da autoridade civil.

O protocolo não é meramente ingênuo. Uma vez estabelecidos os ritos, cria-se um espaço simbólico de atuação do poder-saber sobre o indivíduo considerado louco, que, daquele momento em diante, é praticamente incorporado pela instituição que o categoriza. É o processo de invalidação da fala do sujeito considerado doente mental, como ocorreu com Pawel Gutko.

A construção dos estereótipos foi crucial para um duplo processo de categorização de Gutko. Os técnicos do Regime Militar primeiro o estabelecem como subversivo, passando a margear um espaço de exclusão constituído pela Justiça e psiquiatria. Os discursos autoritários o colocaram nesse lugar e seu corpo foi vítima de tortura, que era legitimada exatamente por aqueles que o designaram como membro de grupo de esquerda no Brasil.

No entanto, era tudo uma trama estabelecida para justificar a deposição do governador. Posteriormente, foi considerado louco, mas suas declarações contra Mauro Borges não foram invalidadas.

O fato é curioso, pois, na prática, a relação da loucura com o lugar de fala é de completa anulação. Como afirma um importante sociólogo contemporâneo:

Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado. (GOFFMAN, 1987, p. 24).

Assim, ao ser considerado louco, existe uma anulação de Gutko, mas o que não serve em medida alguma para os militares desconsiderarem sua fala. Ela é mantida enquanto sustenta a deposição de Mauro Borges. Foi exatamente o ex-governador quem buscou nesses discursos o caminho para provar sua inocência em relação às acusações de atividades “subversivas”.

Pawel foi torturado e depois internado como louco no Hospital Psiquiátrico Aduino Botelho. A pesquisa não conseguiu mais informações a seu respeito a partir de então. No entanto, seu personagem é importante, na medida em que nos possibilita refletir novas nuances na deposição do governador Mauro Borges por meio da instituição do saber psiquiátrico pelos militares.

Considerações finais

A psiquiatria tem no hospital psiquiátrico um de seus sustentáculos, uma vez que atribui sentido às suas denominações de normalidade e anormalidade.

No entanto, como vimos no caso Gutko e Mauro Borges, o contexto da Ditadura Militar não obedeceu a esses critérios, na medida em que as ditas “denúncias” contra o governador foram proferidas por indivíduo logo em seguida diagnosticado louco por uma junta médica. Nesse aspecto, entendemos que o autoritarismo do regime desconsiderou outro autoritarismo, capaz de anular as falas dos indivíduos considerados loucos,

correspondendo aos anseios de enquadramento do governador Mauro Borges como subversivo.

Referências

- ARQUIVO PÚBLICO DE GOIÁS, Goiânia. *Jornal 05 de Março*. Abr. 1965.
- BORGES, Mauro. *O Golpe em Goiás – História de uma traição*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.
- BROCKES, Hugo. Que não se permita a volta da ditadura In: (org.) SALLES, Pinheiro *A ditadura militar em Goiás: Depoimentos para a História*. Goiânia: Poligráfica Off-Set, 2008.
- CHAVES, Vitor Leonardo da Silva. *Antipsiquiatria 2002*. Disponível em: www.alertamedico.med.br. Acesso em: 20 mar. 2009.
- ENGEL, Magali Gouveia. *Um Palácio para Guardar Doidos* In: Revista de História da Biblioteca Nacional Ano: 01 nº 02 Ago. 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso* São Paulo: Ed. Loyola, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Ed. Forense, 8. ed. 2002, Rio de Janeiro/RJ.
- FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*. Ed. Perspectiva, 8. ed. 2008, São Paulo/SP.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos* Ed. Perspectiva, 2. ed., São Paulo/SP 1987.
- JORNAL OPÇÃO. 02 a 07 de Maio de 2005. www.jornalopção.com.br Acesso em: 25 mar.2009.
- JORNAL OPÇÃO. 25 a 31 de Maio de 2008. www.jornalopção.com.br Acesso em: 25 mar. 2009.
- SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE, Goiânia. *Arquivos de Saúde Pública*. Setembro de 1951 a Abril de 1954. *Jornal Folha de Goiás* 04/04/1954.

Capítulo 19

CAMINHOS DE GOIÁS

*A encruzilhada entre a goianice
e a goianidade*

Nasr Fayad Chaul¹

A Construção de uma representação da ideia de decadência, atraso e modernidade para se compreender a História de Goiás envolve diversas questões ao longo de nosso processo histórico que podem nos ajudar a responder os anseios de vislumbrar nossa identidade goiana.

Pensando historicamente sobre a questão, pergunta-se o que é ser Goiano, que bicho é esse com o qual agora começam a se preocupar os estudos brasileiros em geral? Como se denominaria esse matuto macunaímico que vive entre o sertão de Guimarães Rosa e as Veredas de Carmo Bernardes? Esse ET transformista, misto de agrário e urbano, roça e cidade, curral e concreto? Nós de Goiás, que por tanto tempo vivemos à sombra da História definida pelo Centro-sul do País, quem somos, ou melhor, o que nos tornamos? É possível se pensar a Mineiridade através de uma construção ideologicamente traçada, como bem demonstram alguns estudos sobre o tema, bem como por meio de uma cultura política marcada e referendada pelo aval nacional. É possível detectar a Nordestinidade através da redoma do cerco e da cerca em torno da miséria local e de muitas, muitas lutas no campo. É mais que possível entender a hegemonia do Centro-sul por sua

1 Professor Titular, Aposentado, da Faculdade de História da UFG. Mestre em História pela UFG, Doutor em História Social pela USP, Compositor, Membro da UBE-GO, do IHGG e ocupante da Cadeira nº 03 da Academia Goiana de Letras.

preponderância econômica e política no cenário nacional, determinando um poder aceito e absorvido pelo País afora. Mas e a “goianidade”?

Goiás se parece muito com Minas. Temos a mesma ausência do mar, o mesmo luar do sertão, montanhas e minérios e achamos as coisas um “trem-bão” em cada coisa “boa demais da conta”. Mas o ouro nos legou heranças provinciais distintas. Portanto, para falar de Goiás é fundamental notar que temos particularidades históricas que não nos deixam ser um mero reflexo das transformações ocorridas em nível nacional. Nem por isso somos assim tão distintos. Para se compreender esse processo de construção da identidade goiana, é necessário retroceder pelos caminhos dos viajantes europeus que passaram por Goiás no século XIX e deixaram uma imagem que não explica a “goianidade” que aqui se pretende também discutir, mas se consegue deixar clara a ideia de “goianice”, termo pejorativo com o qual se vislumbrou Goiás e sua gente por longo tempo imemorial ou não.

A representação da goianice sob o prisma do conceito de decadência

Ao olharmos para Goiás em seus primórdios, nos vem a preocupação imediata de perguntar por onde andamos. Em que espelho do tempo deixamos de ver a parte crítica de nossa identidade, de nossa formação atávica. Que ouro nos levou os marcos tão caros às nossas reflexões. Tudo começa e acaba com o ouro na nossa pobre Colônia. O ouro escondeu, diante de seu brilho fácil, o nosso passado, a mão de obra escrava ocultou o índio, a economia determinou o nascimento da História sem povo e demarcou a infância de Goiás sob as rugas da “decadência”.

Historicamente tudo indica que nós nascemos de fato em 1722 e ficamos sem pai nem mãe. Esse buraco negro de nosso passado pré-aurífero é apenas lembrado, tangenciado pela produção acadêmica, relegado ao rol do desinteresse. Tudo começa com o ouro. Pior: tudo acaba também com o ouro.

Inventaram para nós uma época de fausto e esplendor auríferos, como se a exploração das minas não fosse atividade predatória, a cigana de milênios, sem leituras de mãos calejadas, sem sorte grande. Que Goiás o ouro nos legou, além da “decadência”? A ideia de uma terra frutuosa,

repleta de toda ordem nunca foi satisfatoriamente comprovada nos documentos ou na herança de qualquer legado, menos ainda no atavismo ou simbiose de qualquer produto social e/ou econômico.

Em Goiás, caminhando pelos relatos dos viajantes, cronistas, governadores e historiadores, a distância de cada olhar se torna maior que o caminho das interpretações. As picadas e trilhas formaram, ao longo do processo histórico, um mapa quase invisível de latitudes interiores, por onde Bartolomeu Bueno, o filho, procurou-se guiar. Os caminhos do ouro goiano foram decodificados ora por pernas bandeirantes, ora por canoas indígenas, ora pelas lembranças de antigos veios auríferos. Os homens da época, aventureiros pelas terras dos Goyazes, foram penetrando regiões inóspitas e matas virgens, enfrentando índios bravios e toda sorte de incertezas, em busca de ouro. Descoberto o vil metal, viveu-se uma época de brilho, onde muitos viram o “fausto” e o “esplendor” da Capitania.

Com o esgotamento do ciclo aurífero, criou-se um estigma de decadência que passou a permear todas as análises que foram feitas sobre a História de Goiás. Hoje, peneiradas na bateia do tempo, temos o duro cascalho da História, mesclado com as pedras no meio do caminho da interpretação e uma herança mineratória, registrada sob o signo atávico do ócio, do atraso, do isolamento. Os viajantes que passaram por Goiás com seus olhos embotados de realidades europeias conseguiram vislumbrar um aspecto comum: a decadência da Capitania.

De viajantes a governadores, de intelectuais a políticos, passando pelo senso-comum, temos, na precariedade das estradas, na falta de incentivos de toda ordem do governo real, no estado de extrema pobreza ou excessiva miséria, os símbolos básicos capazes de resumir a transição da fase mineradora para a agropecuária.

Por isso a identidade goiana está intimamente ligada com os caminhos do processo histórico de Goiás, passando pelos veios auríferos da Capitania e pela “decadência” construída pelos viajantes europeus ao vislumbrarem a sociedade goiana do pós-mineração.

Esse estigma de terra do “atraso”, da “decadência”, do marasmo e do ócio serviu para se identificar o goiano – e criar o que chamaríamos de “goianice” – por vários séculos, até que outra construção e outro estigma o substituíssem, a ideia de modernização em forma de progresso apregoado após o movimento de 1930. Através do viés do progresso, os arautos de 30 procuraram reconstruir a imagem de Goiás e imprimir uma face mais

contemporânea ao Estado, o que poderia ser visto como a tentativa de inserir a região na construção da Nação.

Assim, a título de representação, a “goianice” nos remete à época em que a ideia de “decadência” serviu para rotular o contexto da História de Goiás após a crise da mineração, enquanto o que chamamos de “goianidade” indica-nos a construção da ideia de modernização através de uma de suas representações, o progresso, fruto dos projetos político-econômicos do pós-30 em Goiás. A “goianidade” abrange uma época em que se procura mesclar o “velho” e o “novo”, fundir o “antigo” e o “moderno”, envolver o rural e o urbano e confluir o “atraso” e o “progresso” pelos caminhos da História.

Vejam as razões básicas que serviram para a construção da Identidade da região, reunidas num amplo conjunto de negatividades que vão encontrar respostas na análise do processo histórico de Goiás, mais precisamente na transição da sociedade mineradora para uma sociedade com base econômica na agropecuária.

Os caminhos da História de Goiás que aparecem nas fontes e bibliografias sempre se mostraram sinuosos e difíceis de serem trilhados. No rol de publicações sobre a História de Goiás, notamos sempre a busca de elementos que possam justificar o “atraso” e/ou a “decadência” da Província. São citados com insistente frequência os seguintes fatores causadores da decadência de Goiás: falta de braços escravos, parcas e quase intransponíveis estradas, mínima urbanização, despovoamento, ócio, preguiça, baixa produção etc. etc. Essa linha de argumentação, alicerçada pelos historiadores contemporâneos, traçou um perfil de “decadência” para se compreender Goiás que serviu e serve até hoje para ampliar na concepção de História das gerações a ideia fixa de uma sociedade que parecia não ter motivos para existir de tão inoperante. Carente de tudo, solitária e isolada do mundo civilizado e do progresso, fechada em si mesma em redomas de ruralidade, Goiás era visto sob o aspecto de como não deveria ser uma Província, um exemplo a não ser seguido. Exemplo típico de boa parte das regiões longínquas e interioranas do Brasil. Advém daí todo o estigma de “goianice” para identificar o goiano que habitava a região.

Em torno da imagem de decadência vai girar todo o universo interpretativo acerca da sociedade goiana que transitou da mineração para a agropecuária. Para a concepção de um pretenso desenvolvimento da sociedade mineradora e um espectro de decadência passa a rondar a sociedade

que se estrutura após a mineração. Porém, o que se faz presente nas interpretações sobre a sociedade goiana que não sucumbiu com a crise da mineração é mais amplo do que as análises indicam. Na realidade, há, na cultura moderna, uma representação em torno das ideias de decadência e atraso, que se traduzem no embate entre o agrário e o urbano, o atraso e o desenvolvimento, o antigo e o moderno, pares antitéticos que se associam à representação mais abrangente de campo versus cidade, muito bem analisada por Raymond Williams (1989).

Para os autores que vislumbraram a época que descreveram, viram e/ou analisaram a Província de Goiás no período pós-mineratório, decadência significava, fundamentalmente, a vida de um lugar totalmente desprovido de desenvolvimento urbano, alheio ao mundo do capital e do trabalho, carente de progresso. Uma terra que já havia sido algo, que já teria tido certa relevância nas relações comerciais da época, e deixou de ter qualquer representatividade, no contexto das relações capitalistas que imperavam. Diferente, pois, da representação do atraso, que era mais comumente usada para lugares que nunca haviam conhecido qualquer desenvolvimento.

Goiás passa a ser visto como o lugar do ócio, da preguiça, das trevas. Aqueles que o olhavam gostariam de ver o capital, o trabalho, a produtividade, os frutos da presença do homem anglo-saxão, do brilho do ouro, da luz, da prosperidade e do progresso. Gostariam de ver a “cidade” e se deparavam com o “campo”, gostariam de ver o “moderno” e se deparavam ou com o “atraso” ou com a “decadência”.

Assim, para os viajantes e historiadores que analisaram Goiás, na esperança de ver, mesmo que tímido, um processo de urbanização aos moldes do que imaginavam existir na época áurea do ouro, cabe ressaltar que, apesar de “campo” em Goiás estar ligado a uma realidade diferente daquela enfocada por Raymond Williams (1989), não impede que a representação dessa ideia de campo em confronto com a cidade seja aproveitada para se pensar a sociedade em pauta. Em Goiás, o “campo” está ligado ao conceito de “sertão”, de roça, de lugar deserto, carente de urbanização, distante, “no fim do mundo”, alheio ao tempo e à prosperidade, “o absoluto lá’ de Guimarães Rosa em *Grande Sertão Veredas*.

Toda uma visão desenvolvimentista, restauradora esteve presente nos olhares viajantes dos que viram a Província de Goiás. Como bem ressaltou Le Goff (2003, p. 409), “é impressionante que a maioria das teorias

acerca da decadência tenha sido da autoria de pensadores, de grupos ou de sociedades que corrigem o seu pessimismo com uma crença ainda mais forte na vinda obrigatória de uma renovação”.

O que vamos encontrar de fato, na sociedade goiana da pós-mineração, era mais esgotamento de uma forma de produção e substituição por outras formas; essa transformação provocou mudanças na sociedade, deslocamentos de grupos sociais ligados às antigas e novas atividades econômicas, atravessada por transformações, mutações e crises.

As representações entre o campo e a cidade se faziam presentes nos vários níveis de contrastes que a visão dos viajantes e historiadores locais deixava como herança. Ficaram latentes no tratamento das relações escravistas face ao trabalho livre; nas péssimas estradas e infinitas distâncias face aos modernos meios de comunicação na Europa; no marasmo econômico diante do desenvolvimento capitalista e o “ócio costumaz” ao invés de um trabalho profícuo de lucro e produtividade.

A produção historiográfica sobre o período, em sua maior parte, gira em torno de um mesmo princípio: a sociedade goiana da mineração foi desenvolvida enquanto a que a sucedeu, a agropecuária, foi o protótipo da decadência e do atraso.

É sobre a sociedade da agropecuária goiana que temos o manancial de informações capaz de retratar, perceber, caricaturar e imaginar sua face mais representativa. Dessa sociedade irá se extrair o conceito capaz de resumi-la em uma só palavra e de inseri-la numa imagem capaz de eternizações memoriais na redoma da historiografia que a envolveu por séculos: a decadência, símbolo sobre o qual se entendeu por séculos a “goianidade”, a identidade do povo de um lugar.

No rol das precariedades goianas, a falta de estradas era, então, o argumento inicial que começava a justificar a “decadência”. Sobre as difíceis comunicações na capitania, há uma História que mostra o tortuoso trajeto de Goiás pelos caminhos bandeirantes, pela estrada oficial do ouro, desaguando nas necessidades de aprimorar a navegação e chegando às trilhas dos trilhos que poderiam, finalmente, transportar Goiás ao encontro de seu destino, teleologicamente traçado pela historiografia mais abundante: o desenvolvimento, fruto da modernização.

A representação das estradas nos dá a tônica do conjunto vislumbrado pelos viajantes. Sem estradas não poderia haver comunicação. Imperava o isolamento. As distâncias mantinham a solidão do lugar. Sem

estradas, nada era pensável, nenhuma ligação possível entre o “campo” e a “cidade”. Por isso, a ausência de estradas, ou as suas péssimas condições, fazia parte de todos os discursos e clamores da época, desde os viajantes até os historiadores contemporâneos que analisaram a Província de Goiás.

Os historiadores contemporâneos que estudaram o período mantiveram a visão dos viajantes sobre a debilidade das comunicações, procurando demonstrar as consequências para o parco desenvolvimento da agricultura e do comércio. Infrutíferas tentativas de reabilitação das estradas, o custo que traria para o governo, o descaso para com uma sociedade que nem no auge da mineração ganhou da Coroa outra atenção que não a exploração do ouro, Goiás ficava cada vez mais à margem das atenções reais.

Além das estradas, aspectos da vida social de Goiás chamaram a atenção dos viajantes. A relação sociocultural entre brancos e negros levaram Johann Pohl (1976, p. 41) a concluir que “o ócio é a máxima felicidade dessa gente. O próprio soldado raso que tem de levar uma carta da Real Fazenda ao Palácio do Governo, apenas a duzentos passos de distância, não a leva ele próprio. Manda-a por um negro escravo e a toma à soleira do edifício”. Pohl também gostaria de ver a negação do ócio, o negócio, a prosperidade e o trabalho em prol do capital e do comércio. Para esses olhares, não havia uma alternativa de vida social senão dentro dos padrões capitalistas europeus.

A inércia era, aos poucos, explicada pela pobreza da economia e vice-versa. Os habitantes, por sua vez, não sabiam contornar as conjunturas que aprofundavam as crises advindas da mineração e, na visão, principalmente, dos viajantes, adotavam uma atitude de indolência, conformismo, tédio e ócio. Os viajantes, porém, não tinham uma visão mais ampla do contexto geral da sociedade e da economia de Goiás. Muito menos da cultura local. Seus olhares estavam condicionados a enxergar progresso, desenvolvimento capitalista e lucro. Coisas para as quais a Província de Goiás não estava preparada, por falta de condições de realizações ou por um livre culto ao cotidiano de seus dias que pareciam iguais, que mais pareciam “avarezas de Deus”.

Em síntese, criava-se uma ideia de isolamento, de amargura, de tristeza atávica, de letargia social, de marasmo econômico, de dias iguais a todos os dias. Criava-se uma imagem de solidão, que tinha no sertão o cenário ideal, a expressão mais exata, o preço mais caro.

Essa imagem de Goiás-sertão passada aos viajantes marcou demais os olhares europeus. Esse “campo” típico do cerrado, esse deserto de homens

e perspectivas, criou uma forma de representação espacial tão rígida que os estudiosos que se debruçaram sobre a História de Goiás quase não saíram do enorme labirinto de ideias que envolvia o sertão goiano do período pós-mineratório. Oscar Leal, por exemplo, nos legou uma reflexão própria sobre a índole do povo goiano – que ele via como sertanejo –, que nos dá uma ideia do lento caminhar do tempo em Goiás, na época Imperial. Dizia o escritor lusitano:

Ah, meu caro leitor, se tendes percorrido os nossos sertões, os lugares onde a vida é fácil por causa da caça e da pesca, deveis saber que essa gente caminha para o entorpecimento, para o túmulo. Esta gente não fala – boceja, não anda – arrasta-se, não vive – vegeta. Para ela não há ambição, nem luxo, nem dinheiro, nem conforto: não há nada e que corra a vida como o barco à mercê da corrente (...) Palavras que lhes dirijamos no sentido de os guiar por melhor caminho são pérolas que deitamos aos porcos. (LEAL, 1980, p. 26).

A realidade do sertão e suas representações locais não foram captadas pelos olhares europeus. A imagem de sertão está gravada na literatura e na História de Goiás, nos romances e nos causos passados por entre as gerações. Uma enorme ponte passa pelo sertão com a finalidade básica de servir aos ideólogos nacionalistas que ligarão Rondon a Vargas na “Marcha para o Oeste”, em busca da modernidade.

A representação da goianice sob o prisma do conceito de atraso

A reprodução desse manancial de argumentos perpassou séculos da história goiana, abriu as cortinas dessa historiografia em novos cenários e diferentes direções, continuou representando a mesma sociedade que os viajantes e historiadores locais do passado viram, a mesma miséria, o mesmo marasmo, a mesma “decadência”. Foi criada, então, uma concepção de “goianice” ligada a esses elementos negativistas que legitimou a ideia de atraso durante o período da República Velha.

Toda essa engrenagem, segundo o precioso estudo sobre *O Coronelismo em Goiás*, de Itami Campos, estaria a serviço da manutenção do atraso do

Estado, como forma de perpetuar o domínio político. Em outras palavras, os coronéis manteriam o atraso do Estado para melhor exercer seu domínio político, seu mando e sua preponderância econômica. Para o autor, o atraso é uma das formas de controle, larga e conscientemente utilizada pelos coronéis, no exercício do domínio político. Por fim, concluindo a partir dessa premissa, o autor sintetiza sua ideia básica sobre o poder na Primeira República em Goiás, nos seguintes termos:

A partir das críticas que foram feitas aos principais líderes da política estadual que conscientemente procuraram manter o atraso e o subdesenvolvimento do Estado, com a finalidade de não perder o domínio total de Goiás, é que afirmo que o atraso era uma forma de controle político. (CAMPOS, 1983, p. 64).

Tal tese vem sendo reproduzida por sociólogos e historiadores sem um questionamento dos seus significados.

Se observarmos a economia goiana do período pós-mineratório, não encontraremos um crescimento imediato. Não é difícil perceber, no entanto, que, se comparada aos índices econômicos apresentados no final do período da mineração, paulatinamente, a pecuária apresenta um crescimento de tal ordem que, no mínimo, possibilita a Goiás sair do isolamento econômico em que se encontrava e estabelecer as bases estruturais para o crescimento e posterior ascensão da agricultura, através dos trilhos da estrada de ferro.

Assim, poderíamos ser levados a indagar o que havia de atraso em Goiás ao longo da Primeira República. Economicamente, se comparada aos tempos idos, a pecuária goiana cresceu a ponto de representar 32% da arrecadação do Estado em fins dos anos 20, não dependendo do investimento de grandes capitais. Mesmo assim, os investimentos dobravam e/ou triplicavam, a cada quinquênio, em prol de seus investidores e em benefício da arrecadação estatal.

Politicamente, a representação goiana no contexto nacional não era desprezível, considerando que um político local, Bulhões, ocupou por duas vezes o Ministério da Fazenda, além da grande projeção nacional de seu nome e, conseqüentemente, do Estado.

Socialmente, havia um crescimento populacional e urbano e a lenta formação de profissionais liberais, que passaram a nutrir o Estado de ideias

e ideais reformadores e a desenvolver a necessidade de transformações na política e na economia regionais, muitas vezes dentro dos próprios grupos dominantes, por intermédio de casamentos ou do endosso de elementos políticos que se sentiam representados por esses profissionais liberais.

Ainda do ponto de vista econômico, Goiás foi se inserindo cada vez mais no mercado nacional, buscando se organizar no contexto das leis de mercado, exportando gado para grande parte do País.

Comparando-se ao período pós-mineratório, Goiás contava com um desenvolvimento tímido, acanhado, embora significativo economicamente. Já com o advento dos trilhos da estrada de ferro, a agricultura dá saltos produtivos, desenvolvendo regiões (Sul, e posteriormente o Sudoeste), interligando Goiás ao País e inserindo o Estado, cada vez mais, no mercado nacional, em dimensões nunca experimentadas antes. Dificuldades existiram e não foram poucas, mas não se pode negar a busca constante de desenvolvimento apresentada por Goiás, principalmente após a instalação da estrada de ferro. A política, por seu lado, não ficava à parte dos acontecimentos nacionais e das necessidades locais.

Deve-se ressaltar que muitos dos homens que dirigiram a política local, como bem já destacou Campos (1983), eram bacharéis, médicos, engenheiros, farmacêuticos e outros profissionais liberais, sintonizados com o progresso e o desenvolvimento do País, pontos fundamentais a qualquer projeto de governo, ansiosos por qualquer grupo, dentro ou fora do poder. Eram componentes de uma camada média urbana que, ligada ou não aos grupos oligárquicos, tinha interesse no desenvolvimento econômico e na necessidade de projeção política por intermédio da bandeira do progresso de Goiás, a única plataforma política possível no momento. A própria vida cultural das oligarquias goianas, como os Bulhões e os Caiado, por exemplo, estava inserida num contexto que vai do francês à ópera, da fazenda ao diploma de curso superior, do berrante ao apito do trem.

O vazio demográfico, por sua vez, não significava falta de produção local. Era a região Sudoeste de Goiás de pouca população e nem por isso a de menor produção agrícola. Não foram poucas também as localidades surgidas por meio da ocupação agrícola. Inúmeras cidades surgiram e cresceram em população e desenvolvimento comercial, concentradas no Sul e Sudoeste do Estado, que era para onde o progresso e o desenvolvimento do Estado apontavam. Claro que, em relação ao tamanho do Estado, tínhamos imensos vazios demográficos, mas em relação a épocas anteriores,

um sem-fim de vilas, arraiais e cidades passaram a fazer parte do cenário agroubano de Goiás, significando muitas coisas, não atraso.

Por fim, entendemos que a questão do atraso é uma derivação, ou uma correlação, da ideia de decadência, tratada anteriormente. Para uns, Goiás seria decadente; para outros, atrasado. Essas formas de explicar o processo histórico constituem representações, cujo significado nos cabe desvendar. Foram construídas a partir de modelos externos (Europa) que, por sua vez, eram o parâmetro de referência por meio do qual os viajantes reproduziram toda uma visão que parecia se perpetuar sobre Goiás, nor-teando a maior parte dos estudos feitos sobre a região.

Assim, a construção da modernidade em Goiás, nos anos 30, será também a reconstrução do “sertão”, a necessidade de integrá-lo nacionalmente, de pôr um fim à “decadência” e ao “atraso”. Erguer a “cidade” [Goiânia], dentro do “campo” [Goiás] é a tarefa dessa década. Urgia, então, construir a identidade do povo goiano, a “goianidade”, cuja tarefa implicava em promover o ideal de nação na região.

Conclusão

Remando contra a maré dessa corrente interpretativa temos Paulo Bertran (1993, p. 06), que, preocupado com a revisão da questão da decadência de Goiás, afirma que:

Há duas ou três coisas sobre a História de Goiás que é oportuno despoluir para obtermos objetos mais úteis e iluminados, para nosso deleite e sapiência e consumo de futuras gerações. Um deles é o paradigma da decadência de Goiás no passado, que ao sentir de alguns escritores iria desde a abrupta queda da mineração em 1780 até um variável fim, segundo uns até 1914 com a entrada da estrada de ferro, segundo outros até 1937 com o Estado Novo e a Construção de Goiânia. Haja decadência! No caso extremo, nada menos do que 157 anos de 'decadência'. Deve ser erro de denominação ou erro de conceito.

Na realidade, além da carência de pesquisas sobre o século XIX em Goiás, há todo um equívoco secular em que se mesclou e aquilatou a decadência do ouro com a da própria Província.

É importante ressaltar que o período a que se refere tal quadro socioeconômico é permeado por um processo histórico de longa duração que vai do fim da Colônia ao início do Império. Assim, a ideia de decadência, desde o final do século XVIII, está expressa nos documentos goianos, divulgada nos livros e jornais, clamada nas poesias e nas músicas, presente nos discursos e nas conversas informais. É sem dúvida um dos mais constantes elementos simbólicos presentes na historiografia goiana, dando margem a outros sinônimos interpretativos, como, por exemplo, a questão do “atraso”, através da qual se interpretou boa parte da Primeira República em Goiás e abriu-se as possibilidades para se pensar na sua antítese ao longo dos anos 30: a ideia de “modernidade” em forma de progresso.

Algumas considerações podem ser feitas sobre o todo visto. A desobediência civil da época, apesar de não documentada, pode ser imaginada com pinceladas de realidade. Contrabando, cachaça, rituais afros, caminhos por estradas não permitidas, não pagamento de impostos, descaso para com a lei, entre outras, foram atitudes notórias no cotidiano do povo do lugar. Formavam um mundo à parte, diante de um governo não reconhecido ou indiferente aos olhos da população.

Assim, dissociada da ordem legal lusitana, o mundo do povo da Capitania, da gente da Província, se fazia à parte, longe do litoral europeu e brasileiro, distante do progresso ansiado pelos cronistas, alheio ao desenvolvimento que as potencialidades de Goiás podiam imprimir, crítico diante da ajuda real, enfim, “decadente” aos olhos alheios, satisfatório diante da realidade dos que aqui viviam.

Para o povo, o cotidiano de sua realidade bastava e satisfazia suas necessidades básicas diante do resumido universo de possibilidades ofertadas pela Capitania e, posteriormente, pela Província. O que fazer diante das carências de mão de obra e capitais, diante do desprezo das instituições régias, perante as inviabilidades das comunicações, frente ao “sertão sem fim” de sua economia, face às barreiras de toda ordem? A vida, a economia, os ímpetus da política só seriam modificados aos poucos, com o desenvolver do processo histórico externo e interno, diante das mudanças ocorridas em nível de política nacional, que absorveriam Goiás dentro das necessidades de desenvolvimento do País, lá pelos fins dos anos 20 e início da década de 30 do século XX.

Assim, será a partir da rediscussão das ideias de “decadência” e de “atraso” que vislumbraremos a construção da modernização enquanto

progresso, buscando a identidade goiana, a “goianidade”, que permeou toda a História de Goiás após o movimento de 30. Após 1930, era necessário inserir a Região na Nação. O resgate que os grupos dominantes do pós-30 fizeram das ideias acima expostas e o uso político-ideológico das mesmas na construção da imagem de “um novo tempo”, de um “novo Goiás que emerge”, de um “Estado Novo” que solucionaria os problemas gerais do passado, de uma “nova capital” em consonância com os interesses dos grupos políticos em ascensão, puderam traçar o perfil da “goianidade” que iria se transfigurar na brasilidade apregoadada no período.

Para que pudessem ascender ao poder em nome da modernização, os representantes políticos no exercício do poder pós-30 associaram-se a todo o manancial de concepções antigas que atestavam a “decadência” e o “atraso” de Goiás, julgando-as como as representantes dos velhos tempos. Urgia, assim, conduzir Goiás ao seu destino maior, de desenvolvimento e progresso, sob o signo da “goianidade” reconstruído valorativamente sob o espólio depreciativo da “goianice” do século XIX.

Referências

- BERTRAN, Paulo. *A Memória Consútil e a Goianidade*. Texto inédito apresentado no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás. Mim. 19 jun. 1993.
- CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: UFG, 1983.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- LEAL, Oscar. *Viagem às Terras Goyanas*. Goiânia: Editora da UFG, 1980.
- POHL, Johann. *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.
- WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na história e na literatura*. São Paulo; Cia das Letras, 1989.

Capítulo 20

GOIÁS (1982-2022)

De onde viemos, para onde vamos?

Eliézer Cardoso de Oliveira¹

No dia 30 de setembro de 1812, o padre Luiz Antônio de Silva e Souza publicou *O Descobrimento, Governo, População e Coisas mais Notáveis da Capitania de Goiás*. Após apresentar um quadro decadente da Capitania, o autor, no final do texto, num exercício de imaginação, vislumbra como seria Goiás no futuro:

Vejo povoadas as margens de tantos rios navegáveis, girando por todas as partes as embarcações com as produções do país e, ao mesmo tempo, empregadas as águas em mover pesadas máquinas, que poupam o trabalho dos homens; vejo adiantadas as artes e as ciências, promovida a indústria animando o comércio, penetrados os sertões e descobertas as suas preciosidades; vejo marchar de um passo igual a agricultura e a mineração, cobertas de rebanhos as campinas, coroados de vinhas os outeiros, crescerem as povoações e fundarem-se cidades. (SILVA E SOUZA, 1998, p. 138).

Silva e Souza demonstra uma sensibilidade moderna advinda do Iluminismo, na qual o futuro deixa de ser apenas “outro tempo” e passa a ser

1 Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professor efetivo do curso de História e do Programa em Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado, da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

esperado como “o tempo de melhora”. Essa perspectiva foi repetida, quase que unanimemente, pela historiografia goiana, configurando uma perspectiva em que “a ideia de progresso exprime essa nova situação em que o homem se sente produtor, criador de futuro” (REIS, 1994, p. 137). Essa expectativa em relação ao futuro poderia – como ocorreu com a França e os Estados Unidos no século XVIII – fazer com que o presente fosse visto como uma época de esperança, impulsionando a ação política. Mas isso não aconteceu em Goiás, pois aqui o presente se viu espremido entre duas épocas utópicas: um passado de ouro recente e um futuro de desenvolvimento longínquo. O presente, então, foi visto como decadência, gerando um sentimento psicológico de apatia que pode ser resumido na frase de dois historiadores do século XIX: “A história de Goiás é dolorosa de se contar”, proferida por José Pereira Alencastre (1979, p. 17) em 1863; e “É triste viver-se em terra que vai em decadência, sem que ao longe se veja luzir a promessa de melhores tempos”, proferida pelo Visconde de Taunay (2004, p. 33) em 1875.

A apatia resultava das dificuldades estruturais que afligiam o ânimo da elite nativa mais intelectualizada. O ataque de indígenas, o isolamento geográfico, o esgotamento das minas auríferas, o déficit comercial, a preguiça e ignorância do povo, as avaliações negativas dos visitantes estrangeiros eram alguns dos motivos elencados para explicar a decadência. Para reverter a situação de penúria, apareceram projetos grandiosos, como a construção de aldeamentos e presídios para ocupar as terras indígenas, a navegação dos rios Araguaia e Tocantins, a interligação de Goiás ao litoral por meio de estradas de ferro, a transferência da capital para Goiânia, a construção de colônias agrícolas e o advento de Brasília.

Finalmente, o período entre as duas décadas finais do século XX e as duas primeiras do século XXI propicia um balanço crítico da história de Goiás, para analisar até que ponto o futuro sonhado pelas pessoas do passado se concretizou de alguma forma. Esses pouco mais de 40 anos configuram uma nova periodização, pois se percebe uma singularidade política, econômica, administrativa e cultural.

A política e administração pública

Para efeitos práticos, uma nova fase da história política de Goiás se iniciou no dia 15 de outubro de 1982, quando Iris Rezende Machado

venceu a eleição para governador com mais do que o dobro de votos de seus concorrentes. A eleição direta para o Executivo estadual marcava o fim gradual do Regime Militar, possibilitando que “o cassado vencesse o cassador”, como sarcasticamente Iris definiu a sua vitória (CUNHA, 2008, p. 10). Mais do que isso, pela primeira vez um político de classe média e sem vínculo genealógico com as famílias tradicionais da política goiana tornou-se uma grande liderança política. É verdade que, entre os governadores que se seguiram, alguns possuíam sobrenomes com projeção local (os Vilela em Jataí, os Perillo em Palmeiras e os Rodrigues em Santa Helena) ou nacional (os Caiado), mas tanto Iris Rezende Machado como Henrique Santillo não pertenciam nem à grande nem à pequena “aristocracia goiana”.

Talvez o maior destaque no perfil dos políticos que governaram Goiás nesse período seja o fato de a maioria deles ter sido “cria das universidades”, já que aprenderam as artes da política no movimento estudantil universitário. Iris Rezende, antes mesmo de se formar no curso de Direito da Universidade Federal de Goiás, já havia sido líder estudantil da Escola Técnica e do Liceu de Goiânia (ROCHA, 2004, p. 216). Henrique Santillo formou-se em Medicina na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde chegou a ocupar a presidência da União Estadual dos Estudantes (UEE). Maguito Vilela formou-se em Direito, em 1974, na Faculdade de Direito de Anápolis (atual UniEvangélica), atuando, durante o curso, na política estudantil. Alcides Rodrigues Filho formou-se em Medicina na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), militando também no movimento estudantil. Até Ronaldo Caiado, cuja base política veio basicamente da tradição familiar, não foi totalmente alheio à política universitária, já que se formou em Medicina na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em 1972, uma época de grande politização universitária. Marconi Perillo, embora não tenha completado um curso superior em sua juventude, iniciou a sua militância política no PMDB Jovem. Portanto, todos eles pertenciam a um contexto cujo epicentro foi a Revolução Cultural de 1968, quando os jovens em geral e os estudantes em particular se viam como uma força política capaz de mudar o mundo.

Daí predominar entre eles o desejo de promover uma transformação socioeconômica profunda. A política goiana, nesse período, foi dominada por partidos com conotação ideológica de centro-esquerda. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que reuniu os opositores ao

Regime Militar, governou o Estado com dois mandatos de Iris Rezende (1983-1986 e 1991-1994), um mandato de Henrique Santillo (1987-1991) e um mandato de Maguito Vilela (1995-1998). O Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), uma dissidência mais à esquerda do PMDB, governou com três mandatos de Marconi Perillo (1999-2002, 2003-2006, 2011-2014) e participou da coligação que elegeu Alcides Rodrigues (2002-2006), do Partido Progressista (PP). A guinada mais à direita adveio com a eleição de Ronaldo Caiado, do então Partido dos Democratas (DEM), em 2018. Em Goiânia, principal colégio eleitoral do Estado, o domínio dos partidos de centro-esquerda foi absoluto, sendo que, desde o retorno das eleições diretas para prefeito em 1988 até 2022, apenas políticos do PSDB, PMDB e PT venceram a eleição majoritária municipal.

Coerente com essa orientação ideológica, muitos dos governadores de Goiás promoveram políticas sociais que ganharam visibilidade nacional. Na administração de Iris Rezende, o destaque foi a moradia popular, principalmente a construção, no dia 16 de outubro de 1983, de mil casas populares na Vila Mutirão. Muito embora tenham sido confeccionadas com um material precário – placas de concreto –, até o momento constituem um recorde mundial de casas construídas num único dia. Na administração de Maguito Vilela, foi executado um plano de segurança alimentar, com distribuição de pão, leite e cestas básicas para pessoas carentes, que chamou a atenção de personalidades nacionais, como o sociólogo Herbert de Souza, uma referência mundial no combate à fome (VILELA, s/d). Na administração de Marconi Perillo, foi criado o programa de distribuição de renda para pessoas carentes, denominado de Renda Cidadã, que serviu de inspiração para o Programa Bolsa Família, implantado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (SOUSA, 21 fev. 2017).

Além dessas políticas de distribuição de renda, houve uma melhora significativa nos índices sociais de Goiás nos últimos 40 anos. Em grande parte, isso foi consequência da Constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã, que estipulou quantias mínimas a serem investidas em áreas sociais estratégicas, como educação e saúde.

Apesar de um recurso abundante, o abastecimento de água foi historicamente problemático no Estado, principalmente na antiga capital, cuja imagem de pessoas carregando água em baldes foi usada como um dos argumentos por Pedro Ludovico para a transferência da sede política. No século XXI, o acesso à água tratada foi universalizado para as áreas

urbanas, mas, apesar do avanço considerável nos últimos anos, os índices de esgoto sanitário ainda se encontram abaixo da média nacional.

A educação foi outra área com grande evolução. Está longe a época em que o Estado não tinha condições de manter duas escolas de nível médio e transferiu o tradicional Liceu para Goiânia, causando grande indignação na população da Cidade de Goiás, que perdeu sua tradicional instituição de ensino. Em 1988 havia 1.964 estabelecimentos educacionais públicos e 358 privados (GOIÁS, 1991, p. 38); já em 2017, o número era respectivamente de 4.622 e 1.096 (GOIÁS, 2018, p. 22). Mais importante do que o número de estabelecimentos de ensino é saber que o acesso ao Ensino Fundamental foi universalizado e que, em 2017, o número de alunos matriculados no Ensino Superior (204 mil) quase alcançou o número de alunos matriculados no Ensino Médio (225 mil), indicando uma continuidade na formação escolar (GOIÁS, 2018, p. 23-24).

A precariedade da saúde foi constante no Estado, ao ponto de o médico Belisário Penna (1918, p. 10) comparar Goiás ao Inferno de Dante, por causa de tantos doentes que viu aqui na segunda década do século XX. O Hospital São Pedro de Alcântara, construído em 1826 na Cidade de Goiás, foi a principal referência em saúde por longos anos, sendo suplantado apenas em 1934, quando foi inaugurado o moderno Hospital Evangélico de Anápolis. Em 1991, havia 99 hospitais na rede pública e 327 na rede privada (GOIÁS, 1991, p. 41); Já em 2016, o número aumentou para 457 hospitais e 1.229 unidades básicas de saúde (GOIÁS, 2018, p. 29). Em Goiânia, vários hospitais públicos ou filantrópicos de grande porte foram construídos, como o Hugo (em 1991), o CRER (em 2002), o Hugol (em 2015), juntando-se à Santa Casa (que surgiu em 1936), ao HGG (que surgiu em 1959), ao Hospital das Clínicas da UFG (que surgiu em 1962) e ao HDT (que surgiu em 1977).

Como em boa parte do mundo, o acesso à saúde é um dos principais desafios da sociedade contemporânea. Em Goiás, a rede pública, integrada ao Sistema Único de Saúde (SUS), graças a um eficiente sistema de vacinação, foi suficiente para suprimir ou controlar várias doenças endêmicas e conseguiu, com muita abnegação de médicos e enfermeiros, amenizar os efeitos da pandemia de Covid-19, quando mais de 27 mil goianos perderam a vida entre os anos de 2020 e 2022.

Diferente do Saneamento, Educação e Saúde, pouco há de se comemorar em relação à Segurança Pública. A violência é uma marca da

identidade histórica de Goiás e muitos episódios ganharam visibilidade nacional, como a Chacina dos Turmeiros, em Catalão, em 1912; a Chacina do Tronco, em Dianópolis, em 1919; o massacre dos seguidores de Santa Dica, em Lagolândia, em 1925 (OLIVEIRA, 2012); o assassinato do jornalista Haroldo Gurgel, em Goiânia, em 1953; o Crime da Rua 74, também em Goiânia, em 1957 (OLIVEIRA, 2015). A partir de 2010, os homicídios explodiram em Goiás, quando o número de mortos por 100 mil habitantes não ficou mais abaixo dos 30 e ultrapassou os 40 em 2015 (GOIÁS, 2018, p. 41), bem acima da média brasileira daquele ano, que foi de 28,9.

No emaranhado estatístico da violência estão casos que ganharam repercussão social e entraram para a memória coletiva. Muitos criminosos de Goiás ficaram conhecidos nacionalmente, como o jovem de classe média Leonardo Pareja, que protagonizou uma fuga espetacular da polícia, após cometer um assalto, e foi um dos líderes da rebelião dos presos do Centro Penitenciário Agroindustrial de Goiás, chegando a ser capa da *Revista Veja*, em abril de 1996. Bem mais macabros foram os crimes de José Vicente Matias, conhecido como “Corumbá”, que estuprou, assassinou e esquartejou seis mulheres entre 1999 e 2005, ano em que foi preso. Também foi por assassinar e esquartejar uma jovem inglesa que Mohammed D’Ali, de 20 anos, foi preso em Goiânia no ano de 2008. Aparecido de Souza Alves, no dia 28 de abril de 2012, assassinou degoladas sete pessoas numa fazenda em Doverlândia e morreu numa queda de helicóptero da Polícia Civil, no dia 8 de maio do mesmo ano, o que resultou na morte de sete policiais que lhe faziam escolta. Nesse mesmo ano, Valério Luiz de Oliveira foi assassinado numa rua de Goiânia, possivelmente por causas de sua atividade profissional como jornalista esportivo. O maior de todos os assassinos de Goiás foi Tiago Henrique Gomes da Rocha, que confessou a morte de 39 pessoas, a maioria mulheres, entre 2011 e 2014, ano em que foi preso. Lázaro Barbosa de Sousa, em 2021, assassinou quatro pessoas numa chácara de Águas Lindas e adquiriu fama nacional ao conseguir, por 20 dias, escapar do intenso cerco, até ser morto num confronto com a polícia. Em outubro de 2017, Goiás vivenciou um crime atípico no Brasil, quando um garoto de 14 anos matou dois colegas e feriu outros quatro dentro de uma escola particular de Goiânia. Ao enumerar essa breve, mas dramática lista de crimes e mortes, o historiador tristemente constata que, no que tange à violência, as sombras do passado escurecem o presente.

Apesar disso, o saldo dos indicadores sociais é positivo para Goiás. O índice de pessoas que estavam vivendo abaixo da linha de pobreza era de mais de 20% no início do século XXI e diminuiu para menos de 5% em 2012. O índice de mortalidade infantil, que atingiu 31 em 1992 (GOIÁS, 2004, p. 115), desde 2016 está abaixo de 15 para cada grupo de 100 mil habitantes (GOIÁS, 2018, p. 30), uma evolução satisfatória, mas ainda longe do índice “cinco”, que é a média da União Europeia. O Índice de Desenvolvimento Humano em Goiás, assim como no Brasil em geral, teve uma evolução satisfatória: em 1991, o goiano era de 0,487, considerado como “muito baixo”; já em 2015, subiu para 0,756, atingindo o patamar “alto”, (GOIÁS, 2018, p. 50), o que expressa uma melhora na educação, na saúde, no saneamento e na renda da população.

A melhora nos índices sociais está diretamente ligada à estabilidade política e ao fortalecimento das instituições. Um olhar apressado poderia, inclusive, explicar a tendência de os eleitores goianos reconduzirem os governadores ao cargo (o que aconteceu com Iris Rezende e Marconi Perillo) ou elegerem os vices (Maguito Vilela foi vice de Iris Rezende e Alcides Rodrigues foi vice de Marconi Perillo) como um apoio popular aos seus administradores. Mas a democracia goiana ainda não atingiu o seu amadurecimento pleno e o fato de haver uma tendência em conservar o poder nas mãos de um grupo político pode indicar tanto a existência de um personalismo como também o uso das políticas sociais com objetivos eleitoreiros. Mas a democracia foi boa para Goiás, assim como foi boa para todos os lugares em que foi implantada, da Atenas antiga aos Estados Unidos moderno. É bem melhor uma democracia frágil do que uma ditadura forte e a simples comparação da situação socioeconômica e política de Goiás antes e depois de 1985 deixa isso explícito.

Território, economia e infraestrutura

Do ponto de vista administrativo e territorial, uma nova fase se inicia com a criação do Estado do Tocantins em 5 de outubro de 1988. Com isso termina um processo histórico de atritos políticos e diferenças culturais que esteve presente em vários momentos na história de Goiás, desde a criação da Comarca de São João das Duas Barras, em 1809, até um movimento separatista iniciado em 1821, no contexto da independência do País.

A história administrativa de Goiás foi de amputação territorial, perdendo terras para praticamente todos os Estados limítrofes. Destas, a mais traumática foi a perda do chamado “Sertão da Farinha Podre”, em 1816, para Minas Gerais, que hoje constitui a rica região do Triângulo Mineiro. A mais festejada foi a criação do Distrito Federal, realizando o sonho de muitos goianos de ver a capital federal no Planalto Central. Já a perda da parte norte do Estado para a criação do Tocantins, em 1988, apesar de equivaler a quase 45% do território, não foi conflituosa, pois segundo Henrique Santillo, governador na época da separação, 92% da população da parte norte e 88% da parte sul de Goiás eram favoráveis à separação territorial (ROCHA, 2004, p. 244).

Muitos consideram que a criação do Tocantins foi a principal responsável pela melhora dos índices sociais e econômicos goianos, a partir da década de 1990, já que Goiás se livrou da parte mais pobre e deficitária. No entanto, há muitos motivos para duvidar disso. Primeiramente, o crescimento dos principais índices sociais de Goiás seguiu a média nacional e está coerente com o padrão do Centro-Oeste. Em segundo lugar, o peso estatístico foi pequeno, já que a população do Tocantins constituía apenas 20% do total de Goiás. Na verdade, perder uma região extensa, com paisagens exuberantes e grandes riquezas naturais quase sempre não é um bom negócio do ponto de vista econômico a longo prazo. Mas, a curto prazo, o impacto econômico da separação foi pequeno, já que, se não houvesse tido a separação, aos R\$ 208 bilhões do PIB de Goiás, em 2019, seriam acrescentados apenas R\$ 40 bilhões (correspondentes ao PIB do Tocantins), o que não seria suficiente para que Goiás subisse uma posição no ranking dos Estados, continuando na 9ª posição.

Estar entre as nove maiores economias do País representa uma evolução extraordinária, já que, até a década de 1930, Goiás estava nas últimas posições, junto com os Estados mais pobres. Contudo, o crescimento econômico goiano não foi isolado, acompanhando, em linhas gerais, o crescimento da Região Centro-Oeste. Assim, entre 1960 e 2012, a economia de Goiás cresceu numa média anual de 5,16, enquanto a do Brasil cresceu 4,14 e a do Centro-Oeste cresceu 6,81 (GOIÁS, 2016, p. 52). Note-se que foi apenas a partir do ano 2000 que a média do crescimento econômico de Goiás foi superior à nacional e à do Centro-Oeste, indicando, assim, a pouca influência da criação do Tocantins na transformação econômica goiana.

Os fatores determinantes para o crescimento econômico de Goiás foram o aumento da produção agropecuária, resultante da incorporação de novas terras e de novas tecnologias; o aumento da produção industrial, resultante da transformação da produção primária e da transferência de estabelecimentos industriais para Goiás por causa de incentivos fiscais concedidos pelo governo estadual a partir dos anos 1980; o crescimento do setor de serviços, resultante principalmente da dinamização urbana que Goiás atingiu nas últimas décadas.

Muito embora o crescimento do agronegócio, refletindo no aumento da exportação de carne, soja e milho, tenha dado uma grande visibilidade a Goiás, a participação da agropecuária no Produto Interno Bruto foi menos de 12% em 2019 (ALVES, 2021, p. 14) e foi responsável por menos de 6% dos empregos formais, praticamente o mesmo número gerado pela construção civil (GOIÁS, 2016, p. 48). Já o setor industrial (englobando a indústria de extração mineral e de transformação) é responsável por quase 20% dos empregos formais e foi o grande destaque na evolução econômica nos últimos anos, chegando a 28% do PIB em 2010, muito embora tenha caído para 21% em 2019 (ALVES, 2021, p. 14). Algumas empresas goianas, principalmente as do ramo de alimentos e farmacêutico, são conhecidas nacionalmente, como é o caso da JBS/Friboi, Hypermarcas, Caramuru, Teuto, Mabel, Arisco, dentre outras. A situação agora é bem diferente de 100 anos atrás, quando os principais produtos de exportação de Goiás eram latas de toucinho, arroz em casca, fumo e doce de marmelo. Mas a parte mais dinâmica da economia goiana é o setor de serviços, principalmente o comércio e a atividade imobiliária, que respondeu por 67% do PIB em 2019 e gerou a maior parte dos empregos formais. Daí, o PIB de Goiânia, uma cidade comercial, nesse mesmo ano, ter sido mais de três vezes o de Anápolis, o município mais industrializado do Estado, que ficou em segundo lugar.

Apesar da maior dinamização econômica, existem fragilidades estruturais. A maior delas é o fato de o PIB per capita de Goiás ser apenas 80% da média brasileira, indicando um baixo potencial do mercado interno. O índice baixo também se explica pela alta informalidade e pela baixa qualificação técnica do mercado de trabalho, o que é um problema sério, já que a alta tecnologia se configura como o principal motor de crescimento do capitalismo atual. Mas o maior desafio econômico de Goiás é a degradação ambiental provocada pelo agronegócio, o que está colocando em

risco o belo e frágil “jardim das plantas tortas” (BARBOSA, 2020). A produção de carne bovina é bastante perniciosa para o meio ambiente, não só por causa do metano expelido pelos animais, mas principalmente pela grande extensão de terra utilizada na produção. O cultivo de soja e de outras commodities agrícolas provoca desmatamento e degradação do solo e a irrigação está gerando uma grave crise hídrica. Parece que os indígenas pressentiram que o Bandeirante estava falando sério quando disse que colocaria fogo nos rios e córregos.

Outro entrave para o maior desenvolvimento econômico é a infraestrutura, muito embora Goiás tenha tido um salto considerável nos últimos 40 anos. Quanto à energia elétrica – essencial em um mundo cada vez mais dependente de tecnologia –, em 1982, o Estado produziu 3.099 megawatts (GOIÁS, 1991, p. 31); já em 2017, a capacidade geradora era de 11.215 megawatts (GOIÁS, 2018, p. 52). Nesse aspecto, Goiás está mais antenado com o futuro, pois mais de 95% da energia produzida é renovável, principalmente por meio de usinas hidrelétricas. Aliás, o represamento de rios para esse fim gerou lagos artificiais gigantescos que alteraram a paisagem do cerrado, como o Lago da Serra da Mesa, o maior do Brasil em volume de água, e o Lago Azul, um dos principais pontos turísticos do Estado. O consumo de energia elétrica também aumentou bastante, passando de 1.586 MW em 1982 para 13.293 em 2017; o mais espetacular foi o aumento do consumo rural, que subiu de 38.338, em 1982, para 1.367.048 MW em 2017 (GOIÁS, 1991, p. 29; GOIÁS, 2018, p. 55), números que refletem a universalização da eletrificação rural no Estado.

A infraestrutura de transportes, por séculos, foi vista como o problema crucial de Goiás, o que inspirou, no século XIX, os projetos de navegação dos rios Araguaia e Tocantins e a mobilização, no início do século XX, para que os trilhos da estrada de ferro adentrassem o Estado. No século XXI, apesar de estar integrado à Hidrovia Tietê-Paraná, via porto de São Simão, no Rio Paranaíba, e à Ferrovia Centro-Atlântica, o meio de transporte mais importante de Goiás é o rodoviário. Composto por rodovias federais e estaduais, o esforço nos últimos anos foi para pavimentação e duplicação. A BR-153, o principal eixo de escoamento de Goiás, por exemplo, está duplicada entre as cidades de Paranaíba e Anápolis. Um marco simbólico importante no transporte rodoviário de Goiás ocorreu em 2008, quando a extensão das rodovias estaduais pavimentadas (9.079 km) ultrapassou a das não pavimentadas (8.879 km), um feito bem significativo, já

que, até 1974, apenas 734 km das rodovias estaduais eram pavimentados (GOIÁS, 2022, p. 17).

Há boas perspectivas futuras para maior integração física de Goiás ao mundo globalizado, como o término da Ferrovia Norte-Sul, iniciada em 1985, mas até o momento ainda não operacional, e o término do Aeroporto de Cargas de Anápolis, cujas obras foram iniciadas em 2010 e ainda não foram terminadas. Seja como for, agora Goiás não está mais isolado do restante do mundo e a sua posição interiorizada, que antes era um obstáculo, é atualmente considerada como estratégica para o escoamento de produtos. Agora é muito fácil chegar ou sair de Goiás. Em 1982, 153.510 pessoas desembarcaram no Aeroporto Santa Genoveva, em Goiânia (GOIÁS, 1991, p. 34); já em 2017, o número foi de 1.647.428 (GOIÁS, 2018, p. 64). Tudo isso permitiu que mais de 450 mil viagens tivessem Goiás como destino, colocando o Estado entre os dez mais visitados do País (IBGE, 2022). Diferente do passado, visitar Goiás atualmente já não é algo tão inusitado ao ponto de os viajantes publicarem livros sobre suas aventuras no sertão.

Demografia e sociedade

Do ponto de vista demográfico e social, a década de 1980 inaugura uma nova fase na história de Goiás. Isso porque até a década de 1970, 53,89% da população goiana vivia na zona rural; já na década de 1980, houve uma inversão, na qual 67,29% dos goianos viviam em cidades. A urbanização é uma tendência mundial, mas em Goiás ela teve um ritmo alucinante, sendo que, em 2010, menos de 10% dos goianos viviam no campo, colocando Goiás atrás apenas do Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro, dentre os mais urbanizados do País (GOIÁS, 2011, p. 21).

Parece um paradoxo um lugar com índice de urbanização similar ao de Israel ter uma cultura rural tão marcante. Isso acontece, em parte, porque a urbanização ainda é um fenômeno recente e a cultura urbana ainda não teve tempo de se consolidar plenamente. Mas o principal motivo é que há algo de enganoso nesse elevado índice de urbanização de Goiás, o que serve de alerta para o fato de que, às vezes, a estatística, como os trajes de banho, mostra muito, mas esconde o essencial. É que, mais de 40% dos municípios goianos possuem uma população inferior a cinco mil habitantes e, por outro lado, apenas 14 municípios tiveram uma população

superior a 100 mil (GOIÁS, 2011, p. 24). Desse modo, o elevado índice de urbanização se deve às regiões metropolitanas de Goiânia e aos municípios goianos no Entorno de Brasília, que, juntos, concentram mais da metade da população goiana que tem a oportunidade, para o bem ou para o mal, de experimentar uma sensibilidade metropolitana. A outra metade vive no campo ou em pequenas cidades, desfrutando uma sociabilidade provinciana. Isso faz de Goiás uma espécie de Janus do cerrado, com uma cabeça voltada para o mundo urbano e outra para o mundo rural.

Outro aspecto marcante na evolução demográfica de Goiás foi o crescimento da população. Com cerca de quatro milhões de habitantes em 1991, Goiás alcançou mais de sete milhões em 2022, crescendo bem acima da média nacional. Em 1991, a população de Goiás correspondia a 2,71% da população brasileira e, em 2022, aumentou para 3,4%. Por outro lado, Goiás possui uma taxa de fecundidade de 1,84, uma das cinco menores do País e bem inferior à média nacional, que é de 1,94. Então como explicar o mistério de um alto crescimento demográfico numa população que está diminuindo o número de filhos? A resposta é simples: imigração. Goiás é um dos Estados brasileiros que possui um dos maiores saldos positivos no fluxo migratório, o que serve também para explicar o recente dinamismo do Estado, já que, ao contrário do que pensam os xenófobos, a imigração é impulsionadora do desenvolvimento econômico, social e cultural.

Vários imigrantes ilustres se destacaram no meio social goiano. O ex-governador Henrique Santillo era um imigrante paulista. O imigrante baiano Manoel dos Reis Machado, o mestre Bimba, transformou Goiânia num polo difusor da capoeira regional. O cantor sertanejo Gustavo Lima, radicado em Goiás, é um imigrante mineiro.

A imigração é responsável também por Goiás ter uma população católica um pouco abaixo da média nacional. É que os imigrantes, ao se desvincularem de sua comunidade e tradições originárias, estariam mais propensos a mudar as suas crenças religiosas. Seja como for, Goiânia foi a matriz de comunidades evangélicas com visibilidade nacional, como as denominações Luz para os Povos, Sara Nossa Terra, Fonte da Vida e Igreja Videira. Outra religião que se destacou em Goiás foi o espiritismo, não só por causa de Palmelo, uma cidade que surgiu em torno de um Centro Espírita e possui a inusitada situação de ter a maioria da sua população adepta do kardecismo, mas principalmente por causa da Casa Dom Inácio de Loyola, fundada em 1976, mas que ganhou visibilidade internacional

após o ano 2000, atraindo milhares de visitantes para a cidade de Abadiânia. Contudo, não se pode subestimar a força do catolicismo goiano, ainda muito influente nas pequenas cidades, com suas festas de padroeiros, folias e procissões. Trindade é um dos cinco mais importantes lugares de peregrinação do Brasil e a sua imponente Basílica é um dos cinco maiores templos católicos do mundo em capacidade de público.

Enfim, a população goiana não está apenas mais urbana e mais diversificada religiosamente. Como acontece em todo o Brasil, também está em processo de envelhecimento. Em 1980, a representação demográfica de Goiás era uma pirâmide perfeita, sendo que havia um número maior de crianças do que de jovens, adultos e velhos. Agora, ela tem a forma de um peão invertido, com o contingente de jovens de 20 a 35 anos superior ao restante da população. Em termos étnicos, a metade dos goianos se declara parda, 40% deles se veem como brancos e apenas 7% se afirmam como negros (IBGE, 2010).

Mentalidade e cultura

Para efeitos da história da mentalidade goiana, uma nova fase se iniciou no dia 13 de setembro de 1987, quando dois catadores de materiais recicláveis desmontaram um aparelho radiológico abandonado no Centro de Goiânia e venderam as peças para ferros – velhos da região, resultando no Acidente com o Césio 137. Ocorrido pouco mais de um ano depois de Chernobyl, o acidente radiológico de Goiânia contaminou milhares de pessoas, provocou o boicote de produtos, acarretou um difícil e caro trabalho de descontaminação da cidade e resultou na morte direta de quatro pessoas, dentre elas a garotinha Leide das Neves, considerada pela memória coletiva como a mártir da tragédia.

A importância histórica do acidente vai além dos seus custos econômicos e humanos. Simbolicamente, a tragédia pode ser vista como indutora de uma mentalidade pós-moderna em Goiás. Aquilo que os cientistas sociais denominam de pós-modernidade, em termos gerais, pode ser caracterizado como uma mentalidade preocupada com a preservação do meio ambiente, interessada em respeitar a diversidade cultural, nostálgica dos tempos passados e receosa do desenvolvimento econômico desenfreado. Por séculos, a elite dirigente de Goiás, atormentada com as críticas recebidas de visitantes

estrangeiros, pretendeu modernizar a sociedade goiana, tornando-a parecida com a dos países desenvolvidos. O maior esforço para a modernização foi a construção de Goiânia, uma cidade planejada, cheia de prédios imponentes e modernos e com uma sociabilidade cada vez mais metropolitana.

Evidentemente, havia fissuras na modernização de Goiás induzida por Goiânia e posteriormente pelo advento de Brasília. Essas fissuras se escancararam justamente em setembro de 1987, quando ficou claro, para o mundo e para nós mesmos, que, apesar dos prédios imponentes, dos carros e camionetes nas ruas, das commodities exportadas, a tão sonhada modernidade ainda parecia distante. O mundo todo se espantou quando viu que, numa cidade ensolarada do interior do Brasil, permitiu-se a uma garotinha de seis anos comer pó de Césio 137 misturado com pão e ovo. Por isso, o jornal do Vaticano, *Observatore Romano*, no dia 4 de outubro de 1987, usou a palavra *Inspiegabilmente* (inexplicavelmente) para descrever a tragédia.

E numa infeliz e irônica coincidência, a contaminação radioativa se espalhou justamente quando estava acontecendo o Grande Prêmio Mundial de Motociclismo, no Autódromo Internacional, o primeiro grande evento esportivo de visibilidade internacional realizado em Goiás.

O Acidente com o Césio 137 fez os goianos perceberem os limites, os riscos e os custos da modernização. Depois dele, não havia mais sentido na rejeição da cultura popular, das relíquias históricas e da paisagem cerratense. O que era motivo de vergonha e chacota, de repente, foi exibido com orgulho e, surpreendentemente, foi muito bem recebido por um mundo desiludido com a modernidade. Um exemplo são os casos engraçados e surreais de Geraldinho Nogueira, o “Geraldinho”, que ganharam visibilidade nacional no final da década de 1980, ao serem divulgados em comerciais de TV, shows televisivos e espetáculos teatrais. Goiás tornou-se referência nacional na música sertaneja, principalmente, a partir de 1989, graças ao sucesso da música *Entre tapas e beijos*, da dupla Leandro e Leonardo. Os cantores foram fundamentais para que esse gênero musical fosse aceito pela classe média, permitindo que o Estado fosse matriz da música de vários cantores famosos, como Zezé Di Camargo e Luciano, Chrystian e Ralf, Guilherme e Santiago, Bruno e Marrone, Gustavo Lima, Cristiano Araújo e Marília Mendonça. O envolvimento afetivo da população goiana com esse estilo musical pode ser facilmente mensurável pela comoção gerada quando da morte precoce de Leandro (1998), Cristiano Araújo (2015) e Marília Mendonça (2021).

O efeito mais espetacular de mudança da mentalidade ocorreu com a Cidade de Goiás. Impedida, em 1937, de continuar sendo a capital do Estado, por ser considerada velha e atrasada, em 2001 foi agraciada com o título de Patrimônio Mundial da Unesco, justamente por causa do seu patrimônio histórico arquitetônico e pela representatividade das suas expressões culturais, tais como os poemas de Cora Coralina, a Procissão do Fogaréu e as obras sacras de Veiga Valle. Também a secular Pirenópolis tornou-se uma referência para o turismo goiano, por causa do seu patrimônio histórico, suas festividades religiosas e suas belezas naturais. O espetáculo das Cavalladas, um combate simulado entre cristãos e mouros, foi tema de Escola de Samba carioca e chegou a ser representado na França, em 2005, como uma das preciosidades da cultura brasileira.

A vitalidade cultural das duas cidades foi abalada por duas grandes tragédias. Em Goiás, uma poderosa enchente do Rio Vermelho, ocorrida na noite de 31 de dezembro de 2001, destruiu grande parte do centro histórico e, em Pirenópolis, um incêndio, em 5 de setembro de 2002, destruiu a Matriz de Nossa Senhora do Rosário, o principal símbolo da cidade. Contudo, a rápida reação do poder público estadual e federal, financiando a reconstrução do patrimônio destruído, deixou evidente o quanto essas cidades são importantes para a cultura brasileira.

O próprio Cerrado, secularmente ofuscado pela exuberância da Amazônia, Mata Atlântica e Pampas, agora é visto como bioma estrategicamente importante, por ser o berço das águas brasileiras, já que alimenta oito das 12 grandes regiões hidrogeográficas do País. Desde 2001, os parques nacionais da Chapada dos Veadeiros e das Emas são reconhecidos pela Unesco como patrimônio natural. Tudo isso foi decisivo para que, a partir de 2003, tenha sido instituído, por meio de uma lei federal, “O Dia do Cerrado”, comemorado no dia 11 de setembro.

Ao aceitar a sua cultura e as suas tradições, Goiás passou a ser aceito pelos outros. Historicamente criticado por viajantes estrangeiros, como Saint-Hilaire, Emanuel Pohl, Cunha Mattos, Lévi-Strauss, a partir da década de 1990, o Estado foi visitado por muitas personalidades internacionais de destaque. A maior delas foi o Papa João Paulo II, que esteve em Goiânia em 1991, mas a cidade também foi visitada pela banda norueguesa A-ha (1991), pela cantora colombiana Shakira (1996), pelo eterno Beatle Paul McCartney (2012), pelo cantor pop Elton John (2014), pela banda norte-americana Guns N’ Roses (2022), dentre muitos outros. O Estado,

apesar do esforço dos governantes, não conseguiu ser uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014, mas, como prêmio de consolação, Goiânia foi uma das sedes da Copa América do ano de 2021.

Politicamente, Goiás passou a ter uma visibilidade que nunca teve antes na sua história. Não só porque foi em Goiânia que foi realizado, no dia 15 de junho de 1983, o primeiro comício da Campanha Diretas Já, mas, principalmente, porque os políticos de Goiás ganharam cargos de primeiro escalão no governo federal. Durante o Império, o mais próximo que os políticos goianos chegaram do primeiro escalão foi com o cuiabano André Augusto de Pádua Fleury, filho de Antônio de Pádua Fleury, expoente da tradicional família corumbaense, que exerceu uma destacada carreira política no II Império, tornando-se Ministro dos Transportes e da Agricultura em 1882. Após o advento da República, antes da década de 1980, apenas Leopoldo de Bulhões e Alfredo Nasser haviam ocupado o cargo de ministro de Estado; depois da Abertura Democrática, Iris Rezende ocupou o Ministério de Agricultura e depois o Ministério da Justiça; Flávio Peixoto ocupou o Ministério da Habitação, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; Henrique Santillo ocupou o Ministério da Saúde; Ovídio de Angelis foi secretário, com status de ministro da Secretaria de Políticas Regionais e Secretaria de Desenvolvimento Urbano; Henrique Meirelles foi ministro da Fazenda e Alexandre Baldy, ministro das Cidades.

Enfim, por toda essa visibilidade cultural e política, não há dúvidas de que Goiás está se adaptando muito bem a essa tal de pós-modernidade.

Conclusão

Após esse balanço histórico dos últimos 40 anos, como Silva Souza no começo do século XIX, o historiador se permite olhar para o futuro e imaginar como Goiás estaria em 2122. Mas agora, o sonho não é ter grandes cidades, velozes e imponentes meios de transporte e muita riqueza econômica. O momento é de cautela com o desenvolvimento econômico e os olhos se voltam para o social.

Espera-se que no futuro haja mais escolas e menos prisões; mais livros e menos armas; mais parques e menos pastos. Que a riqueza goiana não seja mensurada apenas em quilos de ouro, cabeças de gado, sacas de soja, mas que se reconheça o valor incomensurável dos lobos – guarás, das

onças-pintadas, das capivaras, dos pequizeiros, cajuzinhos do cerrado e aroeiras. Que os centros científicos e tecnológicos convivam com as instituições culturais, artísticas e literárias. Que a democracia, até inventarem algo melhor, continue a guiar a política goiana.

O historiador acredita nesse futuro, porque ele se propõe a ajudar a construí-lo.

Referências

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás*. Goiânia: Sudeco, 1979.

ALVES, Luiz Batista. *Produto Interno Bruto do Estado de Goiás 2010 – 2018*. Goiânia: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, 2021.

BARBOSA, Altair Sales. *Réquiem para o Cerrado: o Simbólico e o Real na Terra das Plantas Tortas*. Formosa (GO): Editora Xapuri, 2020.

CUNHA, Cileide Alves. *Aval do passado: Iris Rezende – memória e política (1958-1982)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História). UFG: Goiânia, 2008.

GOIÁS, Estado de. *Dinâmica Populacional de Goiás: análise de Resultados do Censo Demográfico 2010 – IBGE*. Goiânia: SEGPLAN, 2011.

GOIÁS, Governo de. *Goiás em dados 2004*. Goiânia: SEGPLAN, 2004.

GOIÁS, Governo de. *Goiás em Dados 2017*. Goiânia: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. 2018.

GOIÁS, Governo de. *Goiás em Dados 1991*. Goiânia: Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação, 1991.

GOIÁS, Governo de. *Sistema rodoviário do Estado de Goiás*. Goiânia: GOINFRA, 2022.

GOIÁS, Governo. *Evolução de Goiás nas duas últimas décadas*. Rio de Janeiro: Macroplan, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo de 2010: população residente por cor ou raça e religião*. 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PNDA Turismo 2020-2021*. 2021.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *Uma outra história de Goiânia: crimes e tragédias*. In: SILVA, A. L. OLIVEIRA, E. C. *Goiânia em mosaico: visões sobre a capital do cerrado*. Goiânia: Editora da PUC, 2015. p. 75-95.

OLIVEIRA, Eliézer. *Chacinas, Combates e Massacres*. Goiânia: PUC/GO, 2012.

PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Revistas dos Tribunais. 1918.

REIS, José Carlos. *Tempo, História e Evasão*. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

ROCHA, Hélio. *Os inquilinos da Casa Verde*. Goiânia: Asa, 2004.

SILVA E SOUZA, Antônio. O Descobrimento, Governo, População e Coisas mais Notáveis da Capitânia de Goiás. In: TELES, José Mendonça. *A vida e obra de Silva e Souza*. Goiânia: Editora da UFG, 1998, p. 71-139.

SOUSA, Sheyla. Marconi foi idealizador do Bolsa Família. In: *O Hoje*, 21 fev. 2017.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *Goyaz*. Goiânia: Instituto Centro-Americano de Cultura, 2004.

VILELA, Maguito. *Justiça social não é utopia*. In: IMB. Instituto Mauro Borges. Coletânea do Planejamento em Goiás. s/d, p. 40.

SOBRE O LIVRO

Formato: 14X21 cm
Tipologia: GoudyOlSt BT
Corpo: 11/13,2
Número de Páginas: 316
Suporte: Impresso

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES.

AD ARTE E DESIGN
Rua 2 nº 223 Qd. C Lt. 14 – Setor Marechal Rondon
(62) 99615-0850 | (62) 3211-3458
E-mail: ad.artefinal@gmail.com

2022
Impresso no Brasil / Printed in Brazil